



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



Simony Lopes da Silva Reis

**ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: tensões territoriais nos
cerrados do centro norte brasileiro a partir do oeste de Bahia**

LINHA DE PESQUISA: Análise Urbana e Regional

Orientadora: Noeli Pertile

SALVADOR - BA
2021

Simony Lopes da Silva Reis

ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: tensões territoriais nos cerrados do centro norte brasileiro a partir do oeste de Bahia

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências para obtenção do título de doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR - BA
2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI - UFBA.

R375 Reis, Simony Lopes da Silva

Entre práticas e representações: tensões territoriais nos cerrados do centro norte brasileiro a partir do oeste de Bahia/
Simony Lopes da Silva Reis. – Salvador, 2021.

326 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Noeli Pertile

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia.
Instituto de Geociências, 2021.

1. Cerrados - Bahia. 2. Modos de Vida. 3. Territorialidade Humana. I. Pertile, Noeli. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU 911.375

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA DE DEFESA - TESE

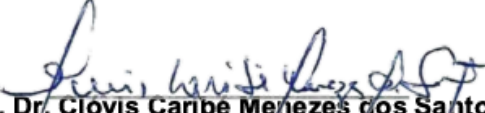
ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: tensões territoriais nos cerrados do centro norte brasileiro a partir do oeste da Bahia.

SIMONY LOPES DA SILVA REIS


Profa. Dra. Noeli Pertile (Orientadora/POSGEO)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)


Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves
Universidade Federal Fluminense (UFF)


Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)


Prof. Dr. Clóvis Caribe Menezes dos Santos
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)


Prof. Dr. José Antonio Lobo dos Santos
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Aprovada em Sessão Pública de 14 de setembro de 2021

DEDICATÓRIA

À minha mãe Natureza.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é constante em minha caminhada enquanto ser-mulher-pesquisadora. Sou grata por todas as mulheres que vieram antes de mim e me ajudaram a ser quem sou e todas as demais que ainda virão e de alguma forma já fazem parte de mim também.

Esta tese, como uma rede ampla de costuras, escritas, escutas e silêncios é fruto da sororidade, do apoio indiscriminado e gratuito. Às mulheres que sempre estiveram a me ensinar e conduzir, meu muito obrigada. À Dra. Raquel Vale que despertou em mim a pesquisadora que hoje sou, à Dra. Noeli Pertile que me orientou na tese e, para além dela, com a firmeza e delicadeza necessárias que, com seu jeito afetuoso de ser, encantou meus dias a cada leitura indicada, a cada foto de flores do seu jardim, a cada palavra de incentivo e esperança. Noeli, obrigada pela empatia que é tão escassa dentro dos muros das universidades, você é uma luz e exemplo de pessoa e profissional, gratidão ao universo por ser sua orientanda.

À minha mãe Angélica e minha irmã Anne, minhas sobrinhas Gabrielly e Maria Eduarda que me deram o fôlego suficiente para viver além dos livros e artigos científicos, trazendo alegrias e sorrisos aos meus dias mais sombrios e me fazendo ser grata pela graciosa vida que tenho. À Camila Saiani, pela escuta necessária e sorrisos leves. À Churila Parker e Fumaça Foguito pela gatoterapia e pela co-escrita desta tese, vocês me conectam com a natureza de uma forma incrível!

Sou grata a todas as geraizeiras, vazanteiras, cerradeiras que me inspiraram e inspiram a seguir. Um obrigada mais que especial a Jakeline Honória, a Tânia, Amanda e Julita que me estenderam a mão e me ajudaram a caminhar até as terras férteis e belas dos cerrados baianos. Agradeço às mulheres inspiradoras Amanda Alves, Amanda Silva, Conchita Silva, Jandira, Dona Gení, Dona Nena, Marinês, Anailma, Malvina, Didi, Aliene, Élia e Dona Ana, entre tantas outras que a partir de seus lugares e resistências, lutam por um mundo melhor para toda humanidade.

Agradeço profundamente às pessoas queridas dos gerais que me acolheram em suas casas, me alimentaram com seus alimentos, me ensinaram tantas lições

que carrego para vida inteira. Um agradecimento especial a Hermes Novais que, com sua sabedoria e simpatia, me cativou e me fez compreender muitos processos ocorridos no oeste da Bahia. Gratidão a Jamilton (Carreirinha) pelo compartilhamento de saberes e amizade que criamos.

Minha gratidão se estende aos colegas do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA), do IGEO/UFBA, por todo aprendizado construído ao longo das reuniões, discussões, eventos e até mesmo no intervalo para o cafezinho da agricultura familiar, regado a boas risadas e afeto.

Ao programa de Pós-graduação de Geografia (POSGEO) da Universidade Federal da Bahia e seu corpo docente de elevada qualidade, que me ajudaram a compor esta pesquisadora que ainda está em construção. Grata ao Grupo de Estudo Pierre Bourdieu e Antônio Bispo: Rompendo fronteiras dirigido pelo professor Júlio Rocha, na Faculdade de Direito (UFBA), o qual me proporcionou leituras e debates enriquecedores.

Destaco minha gratidão pela banca examinadora de Qualificação composta pelos professores Dr. José Antônio Lobo dos Santos (UFBA), Dr. Clóvis Caribé Menezes dos Santos (UEFS) e Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves (UFPE) pelas valorosas contribuições oferecidas e ao professor Carlos Walter Porto-Gonçalves pela participação da banca de defesa final. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro por meio da bolsa de estudos/pesquisa.

Gratidão a todos e todas do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP) por abrirem novas possibilidades de atuação profissional, mas que também me acolheram enquanto família, obrigada por todo aprendizado e afeto.

A todos e todas cientistas desse país que resistem ao desmonte histórico das instituições de ensino e pesquisa e que, apesar do negacionismo atual, realizam estudos engrandecedores e de elevada qualidade no sentido de tornar nossa sociedade cada vez melhor.

Gratidão aos médicos e médicas que cuidaram do meu corpo e mente nos momentos de sofrimento e me ajudaram a chegar mais perto do processo de cura,

em especial Alberto França que, com suas agulhas, ervas, cheiros e silêncio, me ensinou a olhar para mim de outra forma com o cuidado que mereço.

Sou grata a minha família que mesmo estando longe, me apoiou da forma que pode na minha caminhada. Destaco minha gratidão eterna ao meu pai, José da Silva Reis, que se foi logo no início deste doutorado, mas esteve comigo a todo momento me dando força, coragem e firmeza para seguir. Agradeço imensamente ao meu companheiro Edir Carneiro que, com sua irreverência, cuidado e amor, me ajudou a enxergar a leveza da vida; mesmo nos momentos mais difíceis quando tudo não parecia mais ter sentido. Agradeço pelo apoio incondicional, pelo amor simples, pela empatia necessária.

Finalizo meus agradecimentos a todas as famílias que perderam seus entes queridos, pela COVID-19 ou não; mas todos em meio a esta crise humanitária e sanitária - Pandemia causada pelo Novo Coronavírus. Como forma de respeito, alento e esperança, meu desejo de que dias melhores não de vir. Para tanto, clamo a todas as entidades, orixás, encantados, santos e energias cósmicas que nos guiem para o caminho de sabedoria e comunhão com a Natureza para que possamos nos redimir e favorecer nossa continuidade no planeta com respeito, alteridade, afeto, empatia, amor e gratidão.

RESUMO

Este estudo tem como centralidade analisar as práticas e representações dos agentes socioespaciais atuantes na territorialização dos espaços de cerrados do centro norte brasileiro, tomando como escala de análise os cerrados da Bahia. Propomos a leitura espacial dos cerrados a partir das vozes de seus povos, tomando as práticas e representações cerratenses enquanto narrativas contra-hegemônicas que vêm ganhando força pela representatividade de suas pautas, especialmente no ciberespaço, através das redes sociais e, portanto, descortinando as “verdades únicas” que o agronegócio tenta impor ao Brasil, mas especialmente ao cerrado. Tendo as abordagens dialética e fenomenológica enquanto pilares na interpretação e análises das informações, partimos do pressuposto que o capital mundializado, forjado na racionalidade econômica do modelo de produção moderno-colonial-branco-patriarcal impõe mudanças nos ritmos de vida, tanto natural, quanto social aos espaços de cerrados, gerando conflitos de diferentes motivações. Conflitos esses decorrentes de um processo que não é isento de resistências, muito pelo contrário. São diversas as faces envolvidas neste processo, as dos agentes socioespaciais do agronegócio e as faces das resistências locais em diferentes temporalidades. As formas de territorializar os cerrados do centro norte brasileiro pelo capital hegemônico são guiadas pela racionalidade econômica, cuja epistemologia colonial é central e encontra embate direto com os modos de vida de povos cujas epistemologias são biocêntricas. Assim, as formas de compreender os cerrados podem ser observadas a partir das representações espaciais de seus povos em relação ao seu espaço de vida, a partir da oralidade, da escrita e por meio de imagens que retratam as paisagens no seu imaginário. Por outro lado, os agentes socioespaciais do agronegócio também constroem representações acerca do mesmo espaço e, a partir de suas práticas espaciais, expandem estas representações para o conjunto social brasileiro. Com base na fundamentação da Teoria das Representações em articulação com a leitura espacial dos territórios, lugares e paisagens, pode-se compreender as práticas espaciais dos agentes do agronegócio muito bem articuladas com a figura do Estado e a sustentação de suas narrativas a exemplo da indústria cultural, dentre muitos meios. Em contrapartida, as narrativas cerratenses trazem a construção de um imaginário sobre os cerrados enquanto espaços plurais e tecem, em articulação política, as horizontalidades necessárias das r-existências e justiça sociais.

Palavras-chave: cerrados baianos; modos de vida; narrativas; representações.

ABSTRACT

This study aims to analyze the practices and representations from the socio-spatial agents acting in the territorialization of cerrado spaces in central northern Brazil, taking the cerrados of Bahia as the scale of analysis. We propose the spatial reading of the cerrados from the voices of their peoples, taking Cerratense practices and representations as counter-hegemonic narratives that have been gaining strength by the representativeness of their agendas, especially in cyberspace, through social networks and, therefore, unveiling the "unique truths" that agribusiness tries to impose on Brazil, but especially on the cerrados. With dialectical and phenomenological approaches as pillars in the interpretation and analysis of information, we assume that globalized capital, forged in the economic rationality of the modern-colonial-white-patriarchal production model imposes changes in the rhythms of life, both natural and social to cerrado spaces, generating conflicts of different motivations. These conflicts arise from a process that is not free from resistance, quite the contrary. There are several faces involved in this process, those of the socio-spatial agents of agribusiness and the faces of local resistance in different temporalities. The ways of territorializing the cerrados of the Brazilian north center by hegemonic capital are guided by economic rationality, whose colonial epistemology is central and is in direct conflict with the ways of life of peoples whose epistemologies are biocentric. Thus, the ways of understanding the cerrados can be observed from the spatial representations of their peoples in relation to their living space, from orality, writing and through images that portray the landscapes in their imagination. On the other hand, the socio-spatial agents of agribusiness also build representations about the same space and, from their spatial practices, expand these representations to the Brazilian social group. Based on the basis of the Theory of Representations in conjunction with the spatial reading of territories, places and landscapes, it is possible to understand the spatial practices of agribusiness agents very well articulated with the figure of the State and the support of their narratives, such as the cultural industry, among many means. On the other hand, Cerratense narratives bring the construction of an imaginary about the cerrados as plural spaces and weave, in political articulation, the necessary horizontalities of r-existences and social justice.

Keywords: bahians savannah; lifestyle; narratives; representations.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar las prácticas y representaciones de los agentes socioespaciales activos en la territorialización de los espacios cerrados en el centro del norte de Brasil, tomando los cerrados de Bahía como escala de análisis. Proponemos la lectura espacial de los cerrados desde las voces de sus pueblos, tomando las prácticas y representaciones cerratenses como narrativas contrahegemónicas que han ido ganando fuerza por la representatividad de sus agendas, especialmente en el ciberespacio, a través de las redes sociales y, por tanto, desvelando el "Verdades únicas" que la agroindustria intenta imponer en Brasil, pero especialmente en el cerrado. Con enfoques dialécticos y fenomenológicos como pilares en la interpretación y análisis de la información, asumimos que el capital globalizado, forjado en la racionalidad económica del modelo de producción moderno-colonial-blanco-patriarcal impone cambios en los ritmos de vida, tanto naturales como sociales a espacios cerrados, generando conflictos de diferentes motivaciones. Estos conflictos surgen de un proceso que no está exento de resistencias, al contrario. Son varios los rostros involucrados en este proceso, los de los agentes socioespaciales de la agroindustria y los rostros de resistencias locales en diferentes temporalidades. Las formas de territorialización de los cerrados del centro norte brasileño por el capital hegemónico están guiadas por la racionalidad económica, cuya epistemología colonial es central y está en conflicto directo con las formas de vida de pueblos cuyas epistemologías son biocéntricas. Así, las formas de entender los cerrados se pueden observar desde las representaciones espaciales de sus pueblos en relación a su espacio vital, desde la oralidad, la escritura y a través de imágenes que retratan los paisajes en su imaginación. Por otro lado, los agentes socioespaciales de la agroindustria también construyen representaciones sobre el mismo espacio y, desde sus prácticas espaciales, expanden estas representaciones al grupo social brasileño. A partir de la base de la Teoría de las Representaciones en conjunto con la lectura espacial de territorios, lugares y paisajes, es posible comprender las prácticas espaciales de los agentes agroindustriales muy bien articulados con la figura del Estado y el sustento de sus narrativas como un ejemplo de la industria cultural, entre muchos medios. Por otro lado, las narrativas cerratenses traen la construcción de un imaginario sobre los cerrados como espacios plurales y tejen, en la articulación política, las necesarias horizontalidades de r-existencias y justicia social.

Palabras llave: Bahia cerrados; estilo de vida; narrativas; representaciones.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa organizacional das principais ideias norteadoras da tese	38
Figura 2– Vê Heurístico da pesquisa	39
Figura 3 – Etimologia da palavra desenvolvimento	56
Figura 4– Principais tradings atuantes nos cerrados do centro-norte brasileiro.....	64
Figura 5 – Demonstrativo dos tipos de vegetação dos cerrados brasileiros.	81
Figura 6 – Manifestação da população do município de Correntina - BA em 11 de novembro de 2017 contra a irrigação para o agronegócio.	86
Figura 7– Cartazes de Romarias do Cerrado – Água e Terra são centralidade da reflexão	87
Figura 8 – Áreas equipadas com pivôs centrais no Brasil (1985, 2000 e 2017).....	88
Figura 9 – Avanço de pivôs centrais nos cerrados da Bahia – 1985 a 2017.....	91
Figura 10 – Senhora dando um “gole de água” ao Rio Formoso durante a Romaria do Cerrado, Jaborandi – BA (2018).....	95
Figura 11 – Carpideiras durante o Simpósio Baiano de Geográfica Agrária, na UFOB, Barreiras – BA.	100
Figura 12 – Mulher lava a Bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragens no leito do Rio Formoso durante a 5ª Romaria do Cerrado em Jaborandi-BA (2018)..	103
Figura 13 – Cruz com nomes de corpos d’água que morreram.	105
Figura 14 – Cruz da Comunidade Aldeia Boca Negra.....	105
Figura 15 – Cruzes com os nomes dos corpos d’água mortos na região.....	105
Figura 16 – Peneira com nomes dos riachos que morreram.....	105
Figura 17 – Caminhada da Romaria do cerrado	105
Figura 18 – Procissão das cruzes	107
Figura 19 – Cruz geraizeira – símbolo da resistência	107
Figura 20 – Marcos históricos da Questão Agrária Brasileira – 1530/2019.....	120
Figura 21 – Cerrados do centro norte brasileiro - Produção de soja em grão (2017) 145	
Figura 22 – Cerrados do centro norte brasileiro - Produção de algodão herbáceo em grão (2017).....	146
Figura 23 – Cerrados do centro norte brasileiro - Produção de milho em grão (2017) 148	

Figura 24 – Trabalhadores resgatados de situação de trabalho escravo e municípios com maior prevalência nos cerrados do centro norte brasileiro – Bahia, Maranhão, Tocantins e Piauí (2003 – 2018).	158
Figura 25 – Linha do tempo com os principais programas e projetos governamentais de intervenção nos cerrados brasileiros (1950-2015).	168
Figura 26 - Frentes pioneiras e frentes de expansão das fronteiras agrícolas nacionais (1950 – 2015).....	169
Figura 27 – Metas propostas pelo governo Bolsonaro relacionadas ao agronegócio - 2019.	170
Figura 28 – Trecho do relatório 50 anos de Cooperação Brasil-Japão – A narrativa do capital mundializado.....	173
Figura 29 – Extensa área com solo exposto pós-colheita de algodão – Formosa do Rio Preto – BA.....	199
Figura 30 – Silos - armazenamento de grãos – Barreiras - BA	199
Figura 31 – Máquinas preparadas para colheita do algodão – Formosa do Rio Preto – BA	200
Figura 32 – Monocultura de algodão – Formosa do Rio Preto - BA.....	200
Figura 33 – Comunidade da Cacimbinha – Formosa do Rio Preto - BA – Vista da entrada	200
Figura 34 – Comunidade Aldeia e Boca Negra – Jaborandi - BA.....	200
Figura 35 – Comunidade da Cacimbinha – Canto em agradecimento ao alimento da comunidade.....	200
Figura 36 – Comunidade Gatos e Laranjinha – Jaborandi - BA	200
Figura 37 – Linha do tempo de r-existências históricas das populações dos cerrados baianos.....	202
Figura 38 – Trecho da matéria do Anuário Safra 2017/2018	206
Figura 39 – Live do cantor sertanejo Gustavo Lima em seu canal oficial do YouTube.....	223
Figura 40 – Estrutura do palco montado para a Live do Embaixador do Agronegócio, Gustavo Lima.	224
Figura 41 – Capa da reportagem da Revista do agronegócio da Bahia	239
Figura 42 – Trecho da Revista do agronegócio da Bahia	239

Figura 43 – Cartaz de divulgação - Evento Regional de Agronegócio e Conservação do Cerrado	239
Figura 44 – Página inicial do site da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – Discurso do agronegócio como responsável pela alimentação mundial	240
Figura 45 – Narrativa de um dos agentes do agronegócio na Bahia.....	240
Figura 46 - Premiação do Programa Educacional Conhecendo o Agro	241
Figura 47 – Postagem da página oficial do movimento “De Olho no Material Escolar” 243	
Figura 48 – Publicação no Facebook da Campanha.....	251
Figura 49 – Publicação no Instagram da Campanha.	251
Figura 50 – Canal oficial da Campanha no YouTube.....	252
Figura 51 – Ator Irandhir Santos em apoio a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.	253
Figura 52 – Apresentadora Bela Gil em apoio a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.	253
Figura 53 – Logotipo da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado	255
Figura 54 – Série de lives – Saberes dos #povosdocerrado e Biodiversidade promovida pela Campanha Nacional em defesa do Cerrado	256
Figura 55 – Revista Cerrados.....	257
Figura 56 – Livro Saberes dos povos do cerrado e biodiversidade	257
Figura 57 – Cartilha Cerrado.....	257
Figura 58 – Filme Ser Tão Velho Cerrado.....	257
Figura 59 – PodCast Cerrados.....	257
Figura 60 – Cartaz da Romaria Virtual da Terra e Água	257
Figura 61–Audiência pública sobre Impactos da grilagem	257
Figura 62 – Oficina Conflitos no campo brasileiro	257
Figura 63– Animação Povos do Cerrado	257
Figura 64 - Cartaz da websérie (R)Existências no cerrado	258
Figura 65 – Relatório sobre Fraudes da aquisição de terras no Brasil.....	258
Figura 66 – Cartaz de divulgação – Pequi de Ouro 2019.....	259
Figura 67 – Encenação durante o Pequi de Ouro	259
Figura 68 – Atração musical – Pequi de Ouro.....	259
Figura 69 – Cartaz da Premiação Soja de Ouro.....	260

Figura 70 – I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado – Luziânia (GO)	266
Figura 71 – Nuvem de palavras a partir das narrativas contra-hegemônicas femininas nos cerrados.	270
Figura 72- Relatoria gráfica produzida na Tenda D. Dijé durante o II Encontro de Mulheres Produtoras do Cerrado e Pantanal (CerraPan), 2019.....	273
Figura 73 - Narrativa de Maria Kazé sobre os enfrentamentos das mulheres cerradeiras.	275
Figura 74 – Poesia “Ninguém vai morrer de sede” de Jakeline Honória de Souza.	278
Figura 75 – Poesia “Sementes do oeste baiano: que germinem por toda a Terra” de Jakeline Honória de Souza.....	280
Figura 76 – Xilogravuras de Conchita Silva com textos de mulheres cerradeiras sobre suas próprias faces.	281
Figura 77 – Xilogravura representando Dona Ana e sua narrativa – Conchita Silva	282
Figura 78 – Documentário – Nas Corredeiras do Movimento – Amanda Alves - 2020	284
Figura 79 - Arte do filme Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência.	285

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Semanas e Romarias do Cerrado na Bahia	108
Quadro 2 – Práticas políticas em favorecimento do desenvolvimento do PDA – MATOPIBA (2015-2019)	180
Quadro 3– Ganhadores da Mostra de Comunicação Agro – 2019.....	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área irrigada por pivô central na Bahia (1985 – 2017)	89
Tabela 2 – Bahia/Maranhão/Tocantins/Piauí: grandes propriedades rurais, 2018. (em destaque)	129
Tabela 3 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por atividade 2006/2017	155
Tabela 4 – Brasil: uso da terra nos cerrados, 1985-2018 (ha)	187
Tabela 5 – Estados com velocidade média de desmatamento acima de 1 ha/dia. .	196
Tabela 6 – Cerrados do centro norte brasileiro: uso e ocupação das terras, 1985-2017	197

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Área irrigada por pivô central na Bahia (1985 – 2017)	89
Gráfico 2 – Área equipada de pivôs centrais por municípios (1985, 2000 E 2017) ...	92
Gráfico 3 – Brasil - número de imóveis rurais por classe de área, 2016/2018	125
Gráfico 4 – Brasil: área dos imóveis rurais (milhões de ha), 2016/2018	125
Gráfico 5 – Bahia: distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.	126
Gráfico 6 – Maranhão: distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.	127
Gráfico 7 – Tocantins: distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.	127
Gráfico 8 – Piauí: distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.	127
Gráfico 9 - Barreiras (BA): distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.....	130
Gráfico 10 - Balsas (MA): distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.....	132
Gráfico 11 - Campos Lindos (TO): distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.	132
Gráfico 12 - Uruçuí (PI): distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.	133
Gráfico 13 – Comparação entre agricultura familiar/camponesa e agronegócio (2017).	148
Gráfico 14 – Tipologia dos municípios do matopiba por indicadores de riqueza e bem-estar.	150
Gráfico 15 – Decretos de desapropriação para fins de reforma agrária – média anual por período	167
Gráfico 16 – Avanço da ocupação das terras dos cerrados pela soja (ha)	188
Gráfico 17 – Cerrados: municípios com maiores áreas de desmatamento, 2018. ...	195
Gráfico 18 – Incremento total das áreas de uso e ocupação das terras nos cerrados do centro norte brasileiro, 1985-2017.....	197

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – MATOPIBA – Proposta oficial de delimitação territorial feita pela Embrapa 27	
Mapa 2 – Municípios abrangidos pelo trabalho de campo em 2018 – 2019.	47
Mapa 3 – Distribuição espacial do cerrado brasileiro	76
Mapa 4 – Unidades geomorfológicas dos cerrados do centro norte brasileiro	78
Mapa 5 – Unidades pedológicas dos cerrados do centro norte brasileiro.	79
Mapa 6 – Regiões hidrográficas que abrangem a nova fronteira agrícola do centro norte brasileiro.....	83
Mapa 7 – Hidrografia que abrange a nova fronteira agrícola do centro norte brasileiro 84	
Mapa 8 – Principais caminhos de saída e destino da soja do MATOPIBA – 2018..	138
Mapa 9 – Principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro em valores (R\$) – 2018.	139
Mapa 10 – Índice de Gini - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – 2010.....	153
Mapa 11 – Média de pessoal ocupado por estabelecimento agropecuário sem laços familiares com o proprietário – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – 2017.	154
Mapa 12 – Rendimento médio dos trabalhadores rurais – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – 2010.	156
Mapa 13 – Eixo de expansão do Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola dos cerrados brasileiro (PRODECER I, II e III).	172
Mapa 14 – Ferrovias que atendem às demandas do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro.....	176
Mapa 15 – Hidrovias e portos que atendem às demandas do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro.....	177
Mapa 16 – Frentes de expansão do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro – 1985.....	190
Mapa 17 – Frentes de expansão do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro – 1995.....	191
Mapa 18 – Frentes de expansão do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro – 2005.....	192
Mapa 19 – Frentes de expansão do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro – 2017.....	193
Mapa 20 - Frentes de expansão do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro – 2018.....	194

LISTA DE SIGLAS

AATR/BA	Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia
ABMReA	Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio
ABRA	Associação Brasileira de Reciclagem Animal
ACCFC	Associação Comunitária dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente
ANA	Agência Nacional das Águas
ANQ	Articulação Nacional de Quilombos
APA/TO	Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBI	Centro de Estudos Bíblicos
CEDAC	Centro de Ação Comunitária
CEPEA/USP	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CONTRAF-BRASIL/FETRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT/GO	Central Única dos Trabalhadores/Goiás
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
FETAET	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACE	Instituto Brasil Central
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
JICA	Japan International Cooperation Agency
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MOPIC	Mobilização dos Povos Indígenas
MPA	Movimentos dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NERA	Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGR	Procuradoria Geral da República
PIB	Produto Interno Bruto
PRODECER	Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado
Redessan	Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPM	Serviço Pastoral dos Migrantes

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO	23
1.2 O CAMINHO EM MOVIMENTO.....	33
1.2.1 Primeiros passos: desenhando o caminho	37
1.3 AS FACES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: CAMINHOS TEÓRICOS	48
1.3.1 As Fronteiras: do concreto ao simbólico	53
1.3.2 O Modo de des-envolver no campo brasileiro	59
2 CERRADO, ESPAÇO VIVO	68
2.1 O Cerrado pelo olhar Cerratense	71
2.2 Os bens naturais: a composição orgânica dos cerrados	76
2.3 Um gole de água ao rio: que águas são essas das geografias dos cerrados?	95
2.3.1 A Cruz geraizeira – o “Calvário Geraizeiro”	106
3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NOS CERRADOS DO CENTRO NORTE BRASILEIRO	111
3.1 Notas introdutórias	111
3.2 As permanências da Questão Agrária nacional.....	117
3.3 O Meio Técnico-Científico-Informacional e a Reestruturação Produtiva do Campo Brasileiro 134	
3.4 A produção da riqueza e da pobreza pelo agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro 143	
4. A FRONTEIRA AGRÍCOLA NACIONAL: FRENTES DE EXPANSÃO E O EMCOBRIMENTO DO OUTRO	160
4.1 O front de expansão monocultor nos cerrados brasileiros	164
4.3 As Paisagens-Territórios dos cerrados baianos e a colonialidade do Estado brasileiro	184
5. ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: A DISPUTA DE NARRATIVAS ..	211
5.1 Os meios de comunicação e a construção de narrativas	217
5.1.1 Campanha “Agro: a indústria riqueza do Brasil”	229
5.1.2 Campanha Nacional em Defesa do Cerrado - Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida.....	245
5.1.2.1 As guardiãs dos cerrados: o elo forte na disputa de narrativas.....	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS	287
REFERÊNCIAS.....	294
APÊNDICE A - ESCRITOS DE CAMPO	320

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A agricultura mundial passou por várias transformações ao longo do tempo acompanhando as transformações do corpo social que lhe dão forma. Estas transformações estiveram sempre em conformidade com as dinâmicas das práticas espaciais na conformação dos diferentes espaços, paisagens, territórios e lugares, relacionando, em grande medida, com os modos de produção de cada período histórico. Trazendo a concepção de Cosgrove (1998) de que o modo de produção também se revela enquanto modo de vida, o sistema capitalista e todo seu aparato técnico-científico-midiático-cultural se coloca enquanto modo de vida hegemônico. A racionalidade deste sistema, segundo Leff (2007), tem como centralidade o capital em sua forma mais ampliada, o lucro, cuja perspectiva se finca na separação cada vez mais intensa entre os seres sociais e o ambiente natural.

Ao longo dos anos a agricultura foi ganhando novos contextos tendo na Revolução Verde sua grande transformação, tanto no que se refere à forma, quanto ao conteúdo. A agri-cultura se transfigura em agro-negócio¹ resultante de práticas espaciais de agentes socioespaciais cujas intencionalidades estão intrincadas com a racionalidade do modelo hegemônico de produção e basicamente se caracterizam como interesses na circulação mundial de mercadorias. Neste contexto, as populações de diversos espaços se tornam integrantes de interesses que lhes são estranhos o que resulta, na maioria das vezes, no conflito.

Na Divisão Internacional do Trabalho historicamente, o Brasil se insere enquanto fornecedor de matéria-prima e dentro da espacialidade brasileira alguns espaços tiveram maiores intervenções no sentido de produzir para exportar. Um desses espaços é o Domínio Morfoclimático dos Cerrados cujas práticas espaciais de seus habitantes se distinguem daquelas exercidas pelos agentes do capital do agronegócio. As distintas formas de compreender estes espaços podem ser observadas a partir das representações espaciais de seus povos em relação ao seu espaço de vida tanto na oralidade quanto na escrita e imagens que retratam as paisagens no seu imaginário (LEFEBVRE, 2006). Por outro lado, os agentes socioespaciais do agronegócio também constroem representações acerca do mesmo espaço e a partir das suas práticas espaciais expandem estas

¹ Porto-Gonçalves (2006)

representações para o conjunto social brasileiro. Neste caso, o fenômeno agronegócio é colocado ele mesmo enquanto uma força motriz de uma série de práticas sociais que vão construir/revelar/desconstruir representações acerca deste, criando um discurso de aceitação frente à sociedade em que as narrativas direcionam para uma concepção de campo moderno, veloz e tecnológico, onde o ser e a terra se distanciam através da modernização. Nesta compreensão é importante destacar que

Os discursos não são neutros, que eles criam, validam e rejeitam as representações sobre os fenômenos espaciais, é importante ressaltar o caráter mediador das representações, posto que estas funcionam como mediações entre o homem e o mundo e, quanto maior o poder de hegemonia da representação, mais distantes da presença e da vivência esta se encontra (VAZ, 2016, p. 34).

Neste caso, analisar quais são os instrumentos destas representações e como elas se apresentam a partir dos diferentes agentes socioespaciais que compõem o espaço dos cerrados pode nos revelar o jogo de forças na produção espacial. Mas não somente isso, também nos auxilia em descortinar o invisibilizado, a compreender como as representações dos agentes hegemônicos são percebidas pelas populações que têm suas vidas alteradas em função deste modelo de produção.

É importante ressaltar que neste processo de produção espacial há um híbrido de temporalidades, ou seja, uma coexistência de tempos múltiplos que vão caracterizar a complexidade dos fenômenos. O agronegócio, enquanto sistema produtivo híbrido traz em suas bases uma série de contradições que se fazem necessárias na compreensão de sua atuação no espaço e na conformação das paisagens nos cerrados brasileiros.

Trata-se de assimetrias em que o moderno e o colonial² coexistem, principalmente nas formas com que as relações sociais se estabelecem, onde as bases técnicas são cada vez mais avançadas e interligadas aos mais novos meios informacionais, ao passo que as relações de trabalho não acompanham tais avanços; afirmação comprovada pelos dados dos relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em relação a lista de trabalho escravo no Brasil. A grande maioria do trabalho escravo está no campo e em empresas do agronegócio (CPT,

² Porto-Gonçalves (2006b)

2019); este fato reside na própria natureza contraditória do capitalismo, onde o atraso (trabalho escravo) se faz elemento necessário para ampliação e manutenção do moderno, são faces opostas de um mesmo processo que em sua gênese necessita do contraditório como chave para sua permanência. A concepção é de que para ser moderno precisa se contrapor ao seu oposto, ou algo que queira superá-lo, o atraso; no entanto, os processos que engendram esta dinâmica não são simétricos e lineares, e a natureza contraditória do capitalismo somente se aprofunda a partir das desigualdades.

O caráter contraditório da modernidade e da colonialidade³ também se materializa nas práticas espaciais de apropriação das terras, prevalecendo a grilagem, a pistolagem e o conflito armado na formação de grandes empreendimentos com elevado aporte de tecnologia de ponta para produção de *commodities*, como pode ser observado nos trabalhos de Santos e Vale (2012), Haesbaert (1997), Porto-Gonçalves e Chagas (2018), entre outros.

A revolução das técnicas no modo de produção no campo foi sendo ampliada e renovada em “tempos curtos”, assim como a própria produção que obedece a lógica fordista do imediatismo, não respeitando leis básicas da natureza, a exemplo do processo de resiliência que se configura como o período necessário para que o sistema natural se restabeleça diante de alguma alteração na sua dinâmica normal, seja ela de força natural ou social. Desta forma, também nesta análise, a assimetria se revela, uma vez que (pelo menos) duas temporalidades estão em conflito; uma temporalidade acelerada, característica do modo de produção capitalista agrário-exportador e a outra, dos sistemas naturais que obedece a sua própria lei – a da Natureza; além das temporalidades dos diversos sistemas sociais que co-habitam as áreas dos cerrados e que possuem suas dinâmicas e organizações próprias (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2018).

No bojo da modernização técnica, a industrialização das atividades agrícolas, especialmente através de complexos agroindustriais, é denominada modernização da agricultura, apontada por Santos (2007) como reflexo da lógica da globalização do capital, a mesma modernização dolorosa discutida por José Graziano da Silva. As tecnologias agrícolas e o ordenamento territorial rural, regidos por sistemas

³ Ver Mignolo (2017) disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>

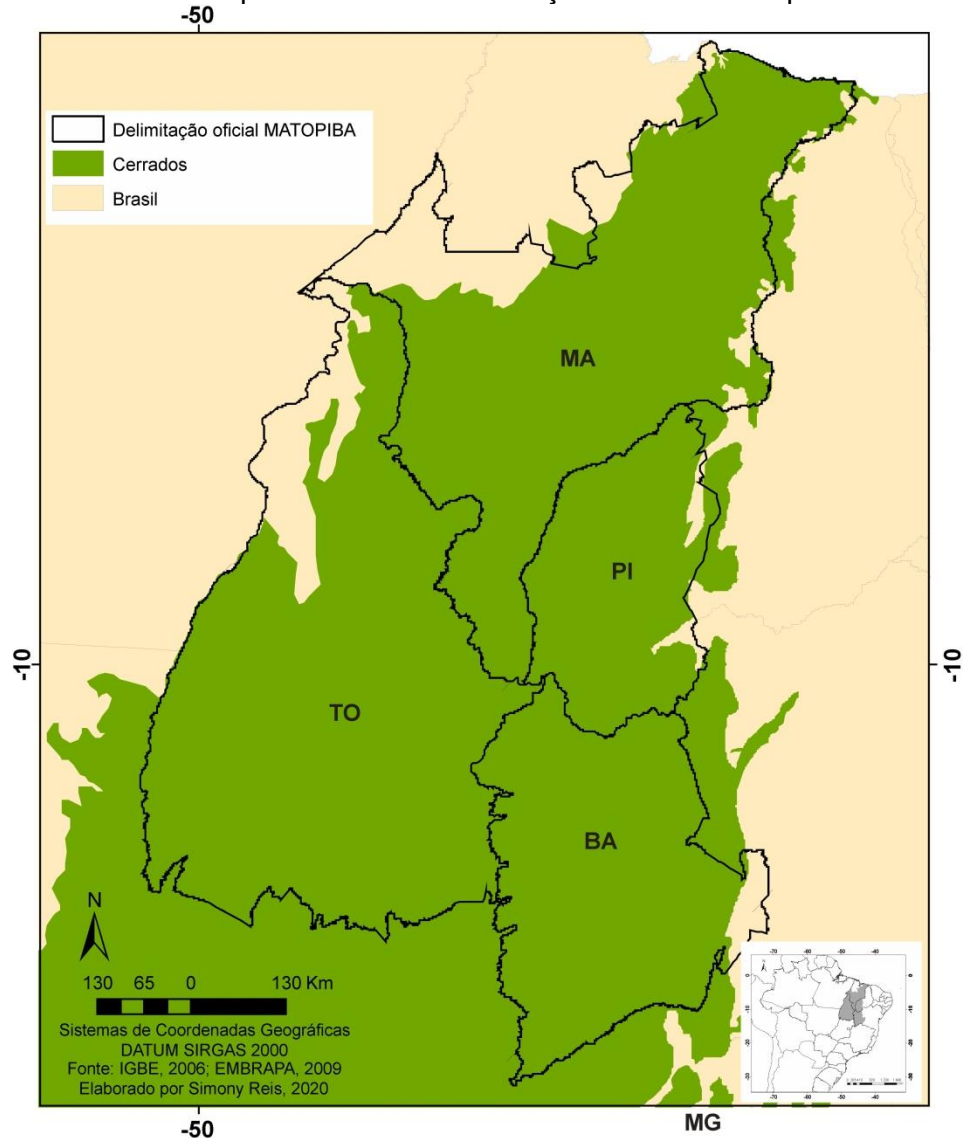
políticos de intencionalidades questionáveis, têm evoluído rapidamente nas cinco últimas décadas e elevado substancialmente a produtividade nos diversos espaços rurais. Porém, vale ressaltar, que esta produtividade expressada com veemência pelos grupos de empresários do setor agroindustrial, está basicamente associada à produção de *commodities*, sistema que aprofunda a mercantilização da natureza e dos seres sociais. Portanto, seguindo uma lógica dialética, ao passo que se eleva a produtividade no campo sob a égide do capital, se fragiliza ou extermina modos de vida ancestrais que ainda mantêm suas relações profundas, com a natureza num sistema de equilíbrio dinâmico.

O desenvolvimento sob a égide da racionalidade econômica mostra-se cada vez mais desigual (SMITH, 1988) ao selecionar áreas e especializá-las de acordo aos interesses de demandas externas à comunidade local, provocando uma série de conflitos socioespaciais e fragmentações do espaço (SANTOS, 2004). Estes modelos de desenvolvimento desconsideram a existência da diversidade sociocultural presente nas diversas regiões brasileiras ao impor uma forma única de produzir e de se reproduzir socialmente.

Negar a diversidade, num país como o Brasil, é algo que precisa ser discutido não só no âmbito econômico, mas também político. O que se percebe, pois, numa análise rápida aos diversos modelos de desenvolvimento instituídos no Brasil são manutenções de privilégios de uma classe abastada, patriarcal, branca, herdeira de processos coloniais e que não abrem mão desses privilégios e tão pouco discutem um projeto de nação brasileira. Portanto, além de uma crise econômica e política, temos um grave problema ético a ser discutido pela sociedade brasileira.

Um desses espaços de expansão do capital é a área territorial dos cerrados do centro norte brasileiro delimitada pelo Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA – MATOPIBA), criado pelo Decreto nº 8.447 em maio de 2015 formado por partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Mapa 1) numa confluência de interesses do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Mapa 1 – MATOPIBA – Proposta oficial de delimitação territorial feita pela EMBRAPA



Uma significativa extensão territorial em pleno desenvolvimento econômico, pautado no agronegócio de grãos, e subordinada ao capital estrangeiro. A área possui variáveis físico-naturais que despertam o interesse pela apropriação de suas terras e outras riquezas naturais. A referida área compreende 31 microrregiões geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as quais compreendem 337 municípios com uma área total de 73 milhões de hectares. Reúne cerca de 324.326 estabelecimentos agrícolas, os quais ocupam uma área de 33.929.100 hectares conforme nota técnica da EMBRAPA (2014). Nesta grande área também há 46 unidades de conservação, ocupando uma área de 8.334.679 hectares, bem como 35 terras indígenas com a área de 4.157.189 hectares e 781

assentamentos de reforma agrária e quilombolas; diversos espaços de fundo e fecho de pasto, áreas de uso coletivo pelas populações locais (EMBRAPA. 2014).

São diversos os fatores atrativos para os cerrados do centro norte brasileiro, primeiramente o baixo preço das terras e a reduzida obrigação no que se refere à preservação e conservação ambiental das áreas de cerrados uma vez que, segundo a legislação ambiental brasileira, especificamente o Código Florestal (Lei 12.651/2012), indica que apenas 35% das terras de uma propriedade do cerrado devem ser destinadas à preservação, ao passo que no domínio morfoclimático da Amazônia esse percentual é acima de 80% (BRASIL, 2012). Com a aprovação do Novo Código Florestal em 2018 houve ainda mais flexibilização para a apropriação e uso dos bens naturais dos cerrados com reduzida atuação dos setores ambientais, atraindo ainda mais os olhares de investidores do setor do agronegócio na região.

Além dos baixos preços das terras e da flexibilidade da legislação ambiental, os cerrados possuem condições físico-naturais como o relevo predominantemente plano, solos profundos e disponibilidade hídrica (tanto superficial, quanto subterrânea). O fator água é de extremo interesse na produção agropecuária e constitui também, uma variável relevante na territorialização dos grandes empreendimentos agropecuários nos cerrados. É no cerrado que se encontram os aquíferos de maiores proporções de armazenamento de água do Brasil, como o Urucuia. Assim também como muitas nascentes de rios e seus principais afluentes, como o Rio Preto, Rio Grande, Rio Arrojado, Rio Formoso localizados na região oeste da Bahia e são afluentes potenciais do Rio São Francisco.

Neste sentido, o agronegócio é caracterizado pela produção no campo onde não só a terra é elemento de disputa, mas também a água. E esta que cada dia mais está inclusa em meio aos mercados de *commodities* internacionais e deixando de ser um bem comum, o que representa mais uma das faces degradantes deste modelo produtivo no campo.

O capital estrangeiro, cada vez mais territorializado no campo brasileiro sob forma de extensas áreas de produção agropecuária⁴, especialmente das

⁴De acordo com levantamento realizado pelos estudos do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD, no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), existiam 34.632 registros de imóveis brasileiros em mãos de estrangeiros em 2008, que abarcavam uma área total de 4.037.667 hectares.

monoculturas, tem ocasionado uma série de transformações no espaço geográfico, tanto no que se refere às alterações nas paisagens com a substituição de vegetação nativa por extensas áreas de monoculturas, quanto nas relações sociais e de trabalho. Mas, também, há de se refletir acerca das distintas visões de mundo que se encontram neste ambiente de fronteira, em que a lógica global é imposta à dinâmica dos lugares. Assim, o des(encontro) das distintas racionalidades pode ocasionar conflitualidades complexas.

Não por acaso, tomo como ponto de partida o recorte natural, de domínio morfoclimático dos cerrados, onde o uso do termo no plural é intencional por respeitar sua diversidade e pluralidade, tanto físico-biológica quanto sociocultural. Os cerrados brasileiros possuem características edafoclimáticas e fundiárias que chamaram a atenção do capital do agronegócio desde a década de 1960. Sua exploração foi ampliada a partir da década de 1970 com projetos e programas governamentais que incentivaram a “marcha para o oeste” ou a “ocupação dos cerrados”. Entre eles pode-se citar o Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer. Este e outros programas, ao longo do tempo, transformaram as paisagens locais, implantaram novos modos de vida e desencadearam uma série de conflitos com os povos que já habitavam os cerrados e que foram invisibilizados por tais programas governamentais.

A combinação de características essenciais ao modelo de produção do agronegócio com a estrutura fundiária fragmentada e desigual, fez com que o capital mundializado se instalasse nos cerrados, porém esse processo não ocorreu de forma homogênea no tempo e no espaço. Existe uma periodização das transformações nas formas de expansão do agronegócio pelos cerrados, cada momento histórico aponta para novas abordagens de inserção deste modelo produtivo nas terras brasileiras. Entender esta periodização é um dos objetivos centrais desta pesquisa, bem como compreender quais são as fases e como estas se diferenciam ou constituem um contínuo com diferentes faces e agentes.

Neste mesmo sentido, percebe-se que o denominado Plano de Desenvolvimento Agropecuário – PDA – MATOPIBA, enquanto instrumento de ação dos agentes hegemônicos socioespaciais, representa uma força de atuação do poder do capital. Mas para além do caráter político e econômico, o que este projeto

significa para os povos dos cerrados? Como estes povos compreendem a atuação do poder hegemônico sobre suas vivências e em quais práticas espaciais estas representações podem ser observadas? Compreender esses processos e as formas de territorializações decorrentes deste, pensando na lógica que os originou, é de extrema relevância no âmbito geográfico, uma vez que a Geografia se coloca neste cenário enquanto ciência crítica, evidenciando as diversas dimensões do espaço afetadas pelas ações dos diferentes agentes sociais produtores e (re)produtores espaciais.

Assim, tem-se como centralidade desta pesquisa analisar as práticas e representações do agronegócio a partir dos agentes socioespaciais atuantes na territorialização dos espaços de cerrados do centro norte brasileiro tomando como escala de análise os cerrados da Bahia, tendo como subsídio outros objetivos secundários: discutir a racionalidade econômica enquanto centralidade no modelo de des-envolvimento desigual; - periodizar as fases e as diferentes formas de territorialização e representação espacial do capital mundializado do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro; - identificar quais são os agentes sociais envolvidos e seus principais direcionamentos na representação espacial dos cerrados a partir da atuação do agronegócio; - caracterizar a atual fase do agronegócio brasileiro em suas dimensões sociais, políticas e econômicas; assim como discutir sobre a disputa de narrativas entre os diferentes agentes socioespaciais atuantes nos cerrados do centro norte brasileiro.

A tese está organizada em 5 capítulos, sendo o primeiro constituído por contextualização e os caminhos teórico-metodológicos da pesquisa, o segundo capítulo é voltado para a compreensão deste espaço dos cerrados sob a ótica da racionalidade ambiental e decolonial; no terceiro e quarto capítulos trago discussões sobre as formas e estratégias da territorialização do agronegócio sobre os cerrados brasileiros na articulação entre capital internacional, empresários do agronegócio nacional e o Estado brasileiro; e, por fim, levanto outra face das territorializações nos cerrados: as práticas e representações entre os distintos agentes socioespaciais na disputa de narrativas, destacando as diferentes bases epistemológicas que se colocam em contraposição em relação ao próprio cerrado.

Esta construção e organização dos capítulos da tese foram pensadas no sentido de discutir e refletir sobre as diferentes bases epistemológicas que regem os agentes socioespaciais atuantes nos cerrados, suas lógicas de apropriação e uso destes espaços, suas práticas e representações sobre um mesmo ambiente, destacando os conflitos decorrentes destas disputas e as formas pelas quais estas ocorrem atualmente.

Pensando nas diversas formas de representação destes espaços dos cerrados, coloco ao longo do texto, também as minhas representações apreendidas durante o processo de pesquisa; sendo assim, ao iniciar alguns capítulos, insiro um texto poético de minha autoria, inspirado pelas minhas práticas espaciais de estudo ao longo de todo o processo de construção da tese.



O QUE O CAMPO ME DISSE?

Tudo pronto para pesquisa de campo
caderno em punho
metodologia desenhada
perguntas direcionadoras elaboradas
um caminho a seguir
e o campo me disse

Não, não vai por ali
vem, vem por aqui
E acolá também
veja como os caminhos podem ser
múltiplos
a razão da contradição não explica o
que procura
percebe o teu coração
escuta tua emoção
sente seus pés sobre a terra
e se permita entrar na curva
mudar a rota
reprogramar os passos

Vem por aqui, o campo me disse
veja para além da visão
ouça o silêncio
e aprenda a lição
que o não dito às vezes
fala mais que o proclamado
que as regras nem sempre
devem ser seguidas
que o risco faz parte do aprendizado

Mudar de rumo
pode refrescar a mente
e revelar a verdadeira
motivação
torna o caminho mais leve
apesar de ousado
mas que bom que fui humilde
me permiti frear meus passos
voltar, rever, replanejar

Que bom que mesmo sem perceber
me abri para as percepções mais sutis
que me mostraram mais uma vez
que a complexidade das coisas
dos fenômenos humanos
se dá nos detalhes que costuram as
experiências

O campo me disse
Não, não vai por ali
E eu disse sim
Me deixei levar
E não me arrependi.

Simony Reis, 20 de outubro de 2020



1.20 CAMINHO EM MOVIMENTO

— *O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?— perguntou Alice*
 — *Isso depende muito de para onde você quer ir, respondeu o Gato.*
 — *Não me importo muito para onde, retrucou Alice.*
 — *Então não importa o caminho que você escolha, disse o Gato.*

Alice no país das maravilhas - Lewis Carroll

Pensar sobre o(s) caminho(s) que se deve seguir não se revela uma tarefa simples em nenhum momento da nossa existência. Pensar nas possibilidades, tanto dos inícios, quanto dos possíveis fins de cada caminho, reflete a preocupação dos detalhes do que se deseja alcançar e, caso não se tenha em mente um determinado destino, a tarefa da escolha [do caminho] se torna um tanto quanto desnecessária. Assim como Alice, nós, sujeitos pesquisadores/as temos à nossa frente diversas possibilidades de trajetórias, umas mais longas e outras nem tanto. Porém, o que irá definir o êxito ao findar uma das partes da caminhada, será o alcance dos objetivos estabelecidos. Neste sentido, pensar acerca do planejamento, mais que isso, refletir sobre cada detalhe da pesquisa científica, se configura como um exemplar exercício acadêmico.

A pesquisa tem seu início a partir da curiosidade, ou seja, do desejo de conhecer o que até então lhe é estranho. O desejo da descoberta, no entanto, quando nos referimos ao ato da pesquisa acadêmica, necessita de planejamento e este, por sua vez, deve apresentar coerência tanto teórica quanto metodológica. Daí a necessidade de se delimitar o destino a ser alcançado. Ao contrário de Alice, o/a sujeito/a que pesquisa não deve se deixar escolher os diversos caminhos aleatoriamente, pois o tempo (assim como em Alice) nos alerta continuamente para o prosseguimento da investigação, sem delongas.

Num processo de construção teórica de reflexão acerca da realidade vivenciada, nós, acadêmicos/as deparamo-nos com nossas dúvidas, nossas reflexões internas e exercitamos o feito de pensar coletivamente. Ao nos colocarmos num processo coletivo de construção teórica de enfrentamento das dificuldades e busca pelos caminhos da pesquisa, já nos colocamos sob alerta acerca da necessidade de compartilhar, ao mesmo tempo em que se constrói o conhecimento. E, neste diálogo, crescemos todos/as.

Achar o caminho metodológico depende de diversos fatores, dentre os quais, compreender o objeto de estudo e deixá-lo o mais aparente e claro possível, para que as intencionalidades da nossa pesquisa sejam descortinadas, assim como desejamos fazer com o objeto em análise. Sendo assim, o diálogo de saberes em coletividade nos interroga internamente, as ressignificações acerca das certezas antes tidas e agora fragmentadas pelo olhar do/da outro/a. Este processo de (des)construção se mostra positivo ao passo que nos encaminha para o sentido do pesquisar que é o conhecer através de novos olhares.

A escrita até aqui costurada se refere ao processo de formação de pessoas que estão construindo seus caminhos enquanto pesquisadoras acadêmicas/as em Geografia, ciência que se propõe a estudar o espaço geográfico; este que, por sua vez, possui distintas possibilidades de análise, a depender da lente que se deseja ou se necessita usar para compreendê-lo. As categorias de análise, os temas e conceitos para uma pesquisa precisam ser desenhados em conformidade com o raciocínio requerido pelo pesquisador. Assim, vai sendo tecida a linha teórica e metodológica da pesquisa, por meio dos posicionamentos, escolhas e renúncias.

Pensar sobre a pesquisa já se configura como o primeiro ato de investigação, uma vez que nos debruçamos para compreender para onde desejamos direcionar nossos olhares dentro do universo diverso do espaço geográfico. Sendo assim, a construção da pesquisa já inicia com outras pesquisas, o que significa que sempre estaremos em processo de investigação e isso é extremamente relevante, uma vez que não permite acomodação, não há espaço para zona de conforto.

O momento dos encontros coletivos, assim como a hora do chá de Alice, é aquele momento em que, por vezes, se assemelha ao estranhamento dos diálogos. Cada qual com suas construções pessoais e vivências distintas, tentando tecer um raciocínio comum a todos e todas. E, nesses momentos, as semelhanças aparecem, principalmente em relação aos caminhos operacionais da pesquisa. Quais instrumentos são mais propícios, ou melhor, quais instrumentos são mais coerentes ao processo investigativo? Como lidar com as possíveis frustrações, a exemplo de se deparar com a inesperada negação da hipótese da pesquisa?

Bourdieu (1997) nos ajuda nesta tarefa metódica, fazendo-nos pensar primeiramente sobre o papel da pesquisa e do/da pesquisador/a frente ao seu objeto

de estudo. Assim como a necessidade de ter clareza de como cada instrumento de pesquisa deve ser selecionado e de como este deve ser usado. O referido autor nos impulsiona a pensar acerca de como o processo de pesquisa deve ser cuidadoso para não se configurar apenas afirmações pré-estabelecidas pelo/a próprio/a pesquisador/a. Nesse sentido, Bourdieu chama a atenção para que as crenças, os desejos e direcionamentos do/a pesquisador/a não acabem por ocultar as diversas faces do objeto de pesquisa.

Esta é uma importante contribuição, pois nos convida a repensar nosso posicionamento em relação ao ato de pesquisar. O que olhar e o que ver efetivamente? Livrarmo-nos dos vícios significa abrir novos caminhos, novas possibilidades de investigação antes atadas pelas correntes do conforto teórico e metodológico. Permitir-se olhar o novo, significa novos desafios, significa voltar-se ao início e reaprender ou ressignificar.

É interessante perceber a metamorfose ocorrida ao longo do tempo no projeto, isso demonstra a preocupação em amadurecer as ideias. Assim como Alice experimentou cada porta para saber distingui-las, para então escolhê-las, no nosso processo de amadurecimento intelectual vamos saboreando as diferentes bases teóricas para então identificar se estas casam com nosso posicionamento e com o que estamos propondo enquanto trabalho de investigação.

Um ponto-chave para o reordenamento dos objetivos centrais desta pesquisa foi o trabalho de campo realizado em setembro de 2018 durante a Romaria do Cerrado⁵. A experiência vivida e o contato direto com a realidade estudada, revelaram questionamentos que até então não haviam sido realizados, principalmente sobre as formas de representações do agronegócio pelos diferentes agentes socioespaciais, assim como a relação íntima, quase pessoal com os elementos da natureza, especialmente as águas, os rios.

⁵A Romaria Nacional do Cerrado faz parte de um processo de mobilização e formação dos povos e comunidades, e nasce a partir de várias ações regionais, estaduais e interestaduais. Em 2013, em Luziânia (GO), foi realizado o primeiro Encontro das Comunidades e Povos do Cerrado. Depois disso, nos estados que compõem este bioma, ocorreram romarias do Cerrado, Semanas do Cerrado, Encontro Regional dos Povos e Comunidades Impactadas pelo MATOPIBA, feiras do Cerrado, Grito e Resistência do Cerrado, Tenda dos Povos do Cerrado, e muitos outros eventos e ações.

A preocupação com o ineditismo do trabalho aparece quase como se fosse uma obrigação, ainda mais quando nos referimos às pesquisas de doutoramento. No entanto, num mundo embebido pelo meio-técnico-científico-informacional é praticamente impossível afirmar que algo é inédito. Porém, este feito pode aparecer a partir das relações criadas entre o objeto em estudo e a base teórico-metodológica que lhe dá suporte. Pensar fora da caixa é necessário neste momento. Ousar com respeito e compromisso ao que já foi criado, mas é preciso se dispor a produzir conhecimento. Afinal a tese de doutorado nos habilita a ensinar e produzir conhecimento para a continuidade da ciência que abraçamos; sendo assim, a reflexão deve ser em torno da nossa contribuição para a ciência e para sociedade, conforme aponta Freitas (2002): “Criar alguma coisa significa ter humildade e disponibilidade psicológica para tentar, expor-se, errar, recomeçar, modificar, experimentar, observar” (FREITAS, 2002, p. 219).

Nesta perspectiva, Santos (2000, p. 199) nos questiona, ao passo que nos impulsiona, ao interrogar: “vivendo nós no início do milênio num mundo onde há tanto para criticar porque se tornou tão difícil produzir uma teoria crítica?” É necessária a preocupação acerca do processo de construir pensamentos, reflexões sobre os momentos e realidades vivenciadas. “Nesse sentido, a originalidade não consiste em dizer coisas inteiramente novas, mas em expressar de maneira própria e no contexto de seu texto o que os outros em outros contextos disseram” (MARQUES, 2002, p. 229).

Este caminho diverso, contínuo e prazeroso da pesquisa se coloca não apenas enquanto algo direcionado à formação acadêmica e profissional, uma vez que o/a pesquisador/a se debruça sobre este processo de reflexão, se coloca no mundo em condição de pensar sua própria existência e seu papel no seio social. O/A pesquisador/a, assim como Alice, mergulha num país, não “das maravilhas”, mas de inquietações, curiosidades, aperfeiçoamento buscando compreender os diversos aspectos da sociedade e sua (des)construção contínua, buscando por meio de escolhas, renúncias, técnicas, métodos e instrumentos a sua maneira de olhar e ver a realidade. Eis um grande desafio.

1.2.1 Primeiros passos: desenhando o caminho

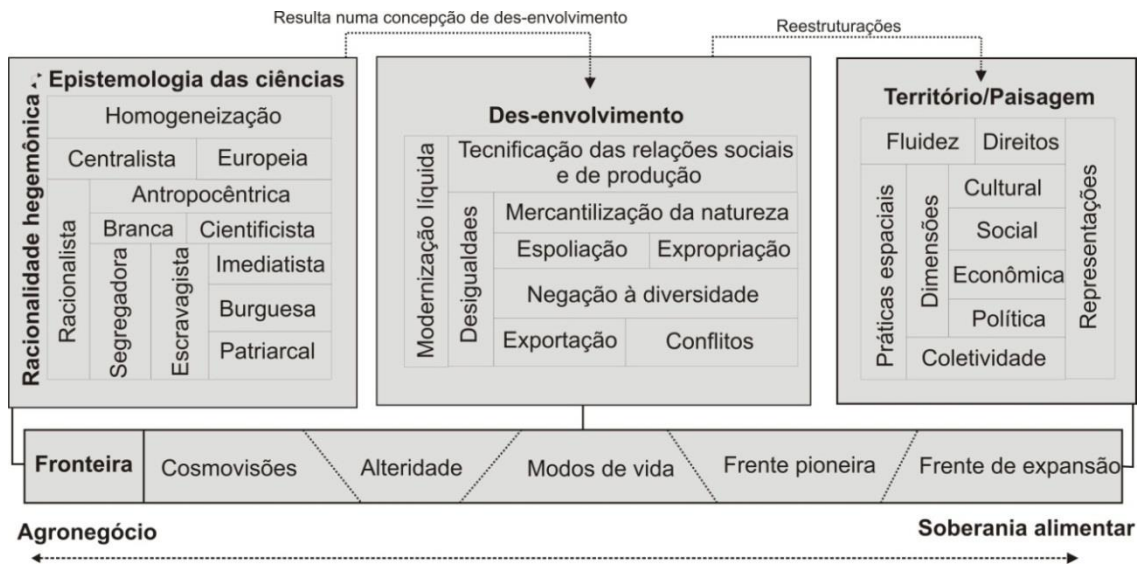
Na construção teórico-metodológica de uma pesquisa se faz necessária a utilização de ferramentas metacognitivas para que nos ajude a gerir melhor a informações levantadas e transformá-las em conhecimento. Neste sentido, a elaboração de mapas conceituais pode significar um processo de organização das ideias e sistematização de conceitos (CARMO; FERREIRA, 2008). Sendo assim, procurando elaborar um pensamento reflexivo acerca da temática e do objeto de estudo da tese, elaborei o mapa conceitual (Figura 1), contendo os principais conceitos, categorias e temas e as relações entre estes.

Parti do entendimento da racionalidade hegemônica que sustenta o pensamento ocidental, fundamentando a epistemologia das ciências e, com isso, reproduzindo formas de manutenção das desigualdades. As categorias relacionadas a essa racionalidade hegemônica, que se configura como a econômica, subsidiam sua perpetuação e naturalização dos seus processos, encortinando para a maioria das pessoas as suas efetivas ações no espaço, reconfigurando-o de maneira segregadora e injusta. Esta forma de pensar, conceber e agir sobre o mundo, dá sustentação para a elaboração dos diversos projetos e planos de desenvolvimento; e estes, que são alicerçados, principalmente, pela tecnificação das relações sociais e de trabalho, resultam em sociedades modernamente líquidas⁶, repletas de contradições e enfermidades morais.

No entanto, pelo efeito contraditório do capitalismo, nada dura, mas seu sistema permanece, mesmo que em crises e em constantes modificações. Os modelos de desenvolvimentos enraizados na racionalidade econômica reestruturam paisagens e delimitam territórios em suas diferentes dimensões, seja cultural, social, econômica ou política, assim como atacam as estruturas socioculturais dos lugares. Pois, por meio dos componentes técnicos de dominação, territorializam espaços com intencionalidades estratégicas, promovendo expropriações por espoliações e transformações profundas nas distintas paisagens.

⁶ Segundo Bauman (2001, p. 53) a característica principal da modernidade líquida é fluidez e efemeridade das relações, “nada foi feito para durar”.

Figura 1 – Mapa organizacional das principais ideias norteadoras da tese

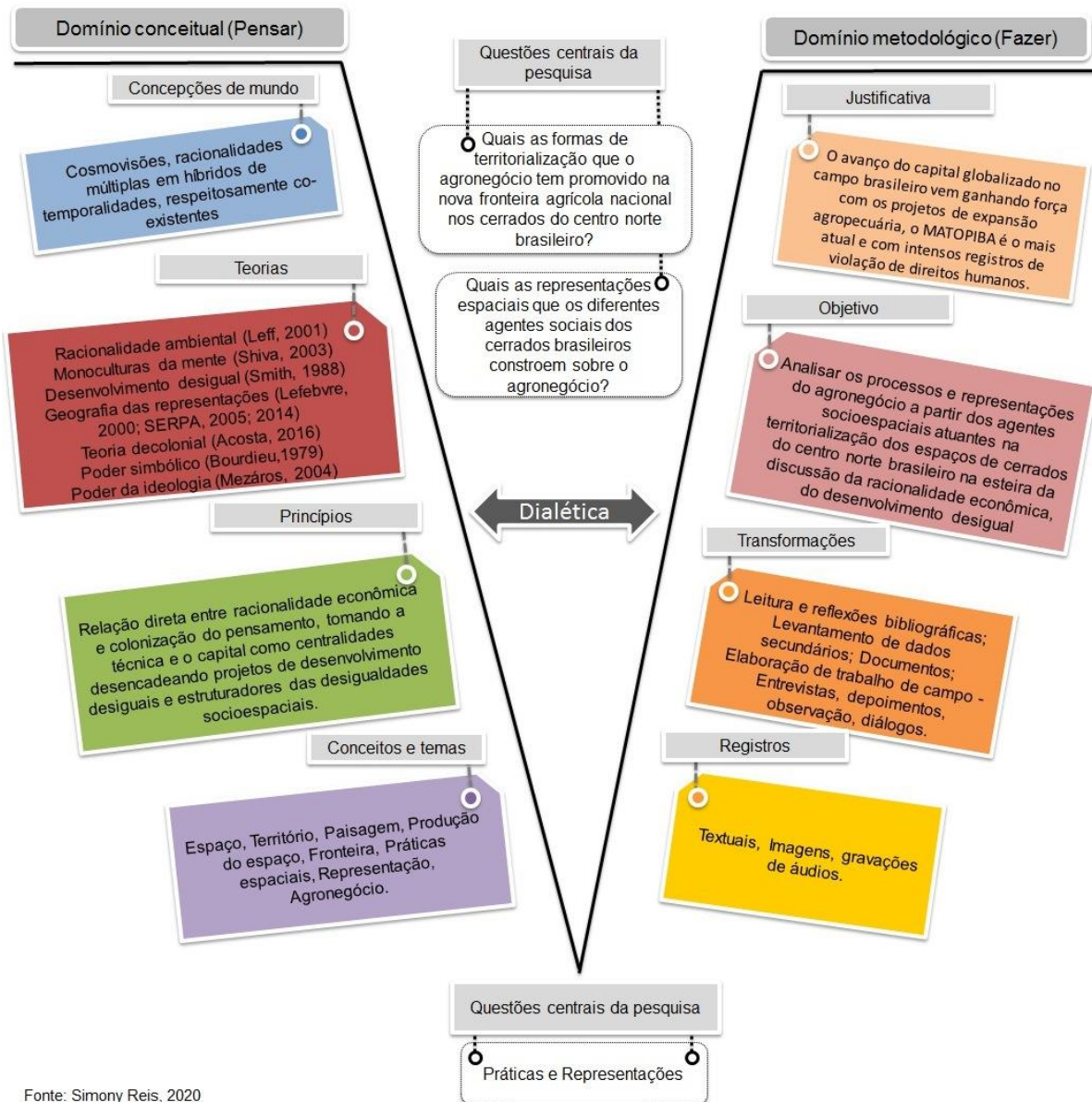


Fonte: Simony Reis, 2018.

Perpassando por estes conceitos e categorias, a noção de fronteira aparece enquanto possibilidade de compreensão das contradições. É na fronteira tanto concreta, quanto simbólica que a alteridade é posta a prova e as formas pelas quais os/as sujeitos sociais lidam com esta, devem ser observadas como uma das maneiras de compreensão da realidade; neste caso, trata-se das práticas espaciais dos distintos agentes que, por meio das representações, constroem/modificam/ressignificam paisagens/territórios/espacos.

No processo de reflexão acerca dos objetivos de estudo e das operacionalizações dos mesmos, tomei como base o Vê de Gowin (NOVAK; GOWIN, 1984) como ferramenta de auxílio à construção metodológica aliada à teoria. Esta ferramenta auxilia na organização inicial do pensamento acerca da seleção dos conceitos, temas e categorias que deverão compor o corpo teórico da pesquisa. Sendo assim, o Vê de Gowin ou heurístico para esta pesquisa foi desenhado da seguinte forma (Figura 2):

Figura 2– Vê Heurístico da pesquisa



Fonte: Simony Reis, 2020

Por meio do Vê heurístico acima, é possível identificar de onde vem o meu lugar de fala, já mencionado anteriormente. Enquanto pesquisadora me coloco na tarefa de costurar teorias, refletindo e fazendo conexões entre estas, fazendo com que o conhecimento avance, ou pelo menos, se auto avalie.

Operacionalmente, a pesquisa tem início e prevalece até as finalizações da escrita, pelo estudo bibliográfico. Neste sentido, a realização de uma extensa revisão bibliográfica me deu o suporte para sustentar meus posicionamentos e rever outros, no sentido de aproximar cada vez mais do entendimento acerca dos

processos de territorialização e representação do capital mundializado nos cerrados brasileiros, em especial os do centro norte.

Por meio da leitura dos textos contidos no livro *Descolonizar o imaginário* (2016) da Fundação Rosa Luxemburgo e *Fronteira* (MARTINS, 2016) algumas questões vieram à mente redirecionando meu olhar para outras faces da territorialização. Neste sentido, a concepção de fronteira ganhou maior destaque em meu trabalho, porém, não no sentido de limite ou de faixa de transição; fronteira no sentido de encontro do diferente, da alteridade, assim como afirma Martins (2016, p. 133) “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”.

A partir da leitura do livro *O homem e a Terra*, de Dardel (2015) e *Ver a Terra*, de Besse (2014), o olhar fenomenológico deu seus primeiros apontamentos em complementariedade às leituras do materialismo dialético presente nas primeiras etapas de construção do projeto de pesquisa e na minha própria formação acadêmica. As obras de Cosgrove (1998), Lefebvre (2000) e Serpa (2005; 2013; 2014; 2015) também auxiliaram nesta aproximação dos campos epistemológicos do saber. Trata-se de uma abordagem cuja realidade vivida em campo direcionou os olhares e leituras para então seguir adiante.

Neste pensamento, novas questões de pesquisa foram sendo modeladas: de que forma a territorialização do capital edifica/constrói/destrói fronteiras? Como estas fronteiras se apresentam: são físicas? Simbólicas? Quais as principais representações da territorialização que o agronegócio tem promovido na fronteira agrícola nacional nos cerrados do centro norte brasileiro ao longo do tempo? Como são construídas e quais relações podem ser estabelecidas entre as práticas espaciais do agronegócio e as das populações dos cerrados? Quais as representações dos povos cerradeiros e empresas que habitam/atuem nos cerrados? Quais práticas espaciais constroem tais representações? Quais as formas e estratégias na disputa de narrativas?

Ainda nesta perspectiva, mais interrogações surgiram: Quais racionalidades estão em enfrentamento neste processo de expansão de fronteiras? Como identificá-las? De que maneiras as fases do agronegócio aparecem nas representações espaciais das populações dos cerrados? De que maneira o espaço, na sua dimensão do concreto e do abstrato, se articula com as paisagens-territórios?

Quais são os instrumentos das distintas narrativas dos agentes socioespaciais que constroem os espaços de representação dos cerrados do centro norte brasileiro?

O desafio está na operacionalização. Quais técnicas, instrumentos e modos de fazer pesquisa podem/devem ser selecionados para dar conta de tais discussões? De que forma compreender o avanço do poder simbólico nas frentes de expansão? Por meio de quais elementos conseguirei chegar ao entendimento das fronteiras existentes?

A partir destas reflexões, que ainda estão em movimento, o projeto foi ganhando outra roupagem. Se antes a territorialização, que havia pensado investigar, configurava-se enquanto materialidade no avanço concreto das áreas de produção, agora penso e reflito, também sobre o avanço simbólico deste modo de produção por meio do poder simbólico envolvido nas diferentes práticas espaciais e, por conseguinte, nas suas representações. As Fronteiras simbólicas, neste sentido, podem ser mais firmes e profundas que as cercas das grandes fazendas de monoculturas.

A este respeito Bourdieu (1989) indica que “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). Mas através de quê e de que forma esse poder se manifesta? Quais os mecanismos pelos quais ele funciona? Quais são as intencionalidades envolvidas? O próprio Bourdieu nos aponta que é através do que ele chama de sistemas simbólicos, a língua, a arte, a religião, que o poder simbólico se edifica e se revela. Assim, o olhar que antes se direcionava para o material volta-se para o imaterial na tentativa de buscar de forma mais profunda as raízes da territorialização dos processos em questão.

Em relação ao tipo de pesquisa e os procedimentos selecionados tive alguns direcionamentos. Penso que a proposta de pesquisa configura-se como qualitativa uma vez que compreendo esta atividade enquanto processo de construção contínua, fora de amarras de dados puramente numéricos e de planejamentos engessados.

A pesquisa qualitativa, neste sentido, “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados” (NEVES, 1996, p. 1). Estes significados

podem ser identificados e trabalhados também por meio da análise de conteúdo, “um método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados” (HERSCOVITZ, 2008, p.126-127).

Existem diversos trabalhos desenvolvidos sobre esta nova fronteira agrícola nacional que deram valiosas contribuições e indicações para as possíveis respostas aos questionamentos acima alocados, principalmente na área da Economia Política, Agronomia, Sociologia e Geografia, como os de Santos (2015); Sá; Morais e Campos (2015); Pereira (2016); Fernandes (2008, 2015); Elias (2002, 2007, 2013); Albano (2011); Árabe (2006); Alves (2006); Landau (2016); Rigonato (2017); Cunha (2017), dentre outros, o que revela a importância e atualidade do estudo em questão.

Este modelo de produção que traz em sua base a modernização conservadora, a Revolução Verde, o desenvolvimento desigual, foi analisado sob a ótica do sistema mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2006), tendo relação direta com a racionalidade econômica e hegemônica, cuja centralidade técnica e científica se contrapõe a outras racionalidades. Este processo de avanço dos *fronts* do agronegócio na pesquisa foi abordado como territorializações, na tentativa de evidenciar as formas concretas e simbólicas de dominação e/ou sobreposição de racionalidades e modos de vida.

As práticas e representações espaciais foram analisadas a partir da abordagem fenomenológica compreendendo a sua complementaridade e articulação com o método dialético. Sendo assim, as representações socioespaciais dos/as diferentes agentes produtores/as do espaço em relação ao agronegócio foram observadas e analisadas partindo tanto das contradições do fenômeno, quanto das formas pelas quais se colocam frente à sociedade, seja em consonância ou discordância deste. Nesta perspectiva, a discussão sobre o poder simbólico deu subsídio e argumentação dialogando com as demais bases teóricas que fundamentam o trabalho, como a Decolonialidade amplamente discutida por Mignolo (2004) enquanto par dialético da Modernidade.

Meu olhar de mulher sulamericana não podia deixar de fora a análise fundamental de relação entre o modo de produção hegemônico e as bases históricas do Patriarcado, sendo assim, me junto a vários olhares femininos e feministas para pensar e debater as formas de atuação deste mundo-moderno-colonial-patriarcal-branco em contraposição às territorialidades e escrituras femininas cerratenses. Neste sentido, dialogo com Lerner (2019), Gebara (1997), Shiva (2004), Mies (1993), Rosendo (2017) e Evaristo (2017).

A partir das temáticas elencadas, foram elaboradas estratégias de estudo e pesquisa no levantamento de dados e informações que deram suporte aos resultados da pesquisa. Nesta perspectiva, em primeira instância foi realizada uma revisão bibliográfica, onde foram levantados e analisados conceitos e discussões acerca das temáticas, as principais abordagens e teorias voltadas às formas de territorialização do capital sobre o prisma do agronegócio monocultor.

Ainda como subsídios às discussões, foram levantados dados secundários de diferentes naturezas que responderão a reflexão acerca da realidade local/regional com base em elementos estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Planejamento da Bahia, do Maranhão, do Piauí e do Tocantins; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA.

Para compreensão da espacialização de alguns processos da territorialização do capital do agronegócio foram elaborados mapas tomando a base de dados do Sistema de Informações Geográficas SIG-BA e do IBGE-Estados, assim como os arquivos fornecidos pelo Sistema de Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) por meio da Agência Nacional das Águas (ANA). As informações referentes à série histórica de desmatamento, tomando como base a substituição da vegetação nativa do cerrado por áreas destinadas ao uso agropecuário foram coletadas na plataforma do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil (MapBiomass⁷, 2018/2019/2020)

⁷ Versão 3.0 disponibilizada ao público a partir de 2018.

Enquanto ferramenta essencial para o estudo geográfico, o trabalho de campo exerceu papel fundamental nesta pesquisa, uma vez que como referido anteriormente, foi uma ponte para diversas alterações no escopo do trabalho.

É importante ressaltar as etapas anteriores à realização do trabalho de campo enquanto base do processo investigativo, principalmente no que se refere à aproximação com os agentes socioespaciais, a forma como nos colocamos e somos recebidos/as, tudo faz parte de uma rigorosa etapa de fronteiras a serem percorridas.

O método nos indica muita coisa, nos mostra por onde seguir e como encontrar as informações necessárias ao que pretendemos alcançar. Sendo assim, a primeira etapa de minha preparação para o campo, ainda embebida pela formação materialista e dialética, foi bastante técnica e rigorosamente pensada. A partir de leituras de livros sobre metodologia em Ciências Sociais fui desenhando os passos por onde deveria seguir: por qual município iniciar? Seriam os de maior produtividade ou os de maiores conflitos? Com quais agentes socioespaciais entrar em contato, aqueles representantes dos movimentos sociais ou aqueles dos órgãos oficiais do governo?

Os trabalhos de campo foram realizados em 2018 e 2019 nos municípios baianos de Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Correntina, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto (Mapa 2). O primeiro campo teve duração de dez dias consecutivos, sendo os últimos quatro dias mais intensos. Nestes dias foram feitas visitas e construídos diálogos com moradores das 33 comunidades rurais dos municípios visitados.

Pois bem, o trabalho de campo foi definido não por mim *a priori*, mas pelas práticas espaciais das pessoas que habitam os cerrados. Foi a partir do calendário de lutas pela terra e pela água que percebi o momento interessante para imergir naquele espaço. O primeiro campo foi realizado durante a Romaria do Cerrado que acontece todos os anos enquanto manifestação de fé e luta contra a devastação dos cerrados. Com duração de 10 dias, o campo revelou que somente o método dialético não era capaz de responder a toda complexidade da realidade e dos processos investigados. Daí a necessidade de buscar a complementaridade na abordagem

fenomenológica para alcançar as análises das práticas espaciais vivenciadas durante o rico campo realizado.

Como estratégias de obtenção das informações utilizei a observação não participante; neste sentido, o olhar e a escuta foram prioridade, ou seja, sem que eu direcionasse nenhum tipo de questionamento ou intervenção, me coloquei atenta para escutar as falas e narrativas das pessoas que tive contato e fui anotando tudo. Para àquelas pessoas que participaram das reuniões e conversaram diretamente sobre a pesquisa, pensando na preservação de suas identidades, utilizei apenas as iniciais de seus nomes. Outras falas que aparecem com a indicação dos nomes reais correspondem às falas realizadas publicamente ou àquelas que se encontravam já publicadas em outros materiais.

Outra estratégia utilizada foi à participação da organização da Semana e Romaria do cerrado em 2018, no município de Jaborandi (BA), o que me permitiu participar de todas as reuniões preparatórias e acesso direto às comunidades. Isso me ajudou a imergir nas comunidades, dormindo nas casas das pessoas e dialogando com elas sobre os temas abordados na pesquisa. Devido à dinâmica do campo e de como as reuniões ocorriam com muitas pessoas (cerca de 30) e como percebi que as questões que havia elaborado anteriormente já não mais serviam para a realidade ali vivida, optei por não realizar entrevistas estruturadas. O que pude fazer com o consentimento das organizadoras da romaria, foi inserir perguntas que poderiam me indicar respostas para a tese ao longo das reuniões com as comunidades e nos encontros de preparação dos organizadores.

O segundo campo foi realizado nos municípios de Barreiras (BA), Luís Eduardo Magalhães (BA) e Formosa do Rio Preto (BA) em 2019 onde foi possível dialogar com diversas pessoas que habitam os cerrados e discutir suas impressões sobre o avanço do capital mundializado. Neste campo, o diálogo com a comunidade da Cacimbinha no município de Formosa do Rio Preto foi muito proveitoso para compreender as formas de atuação do Estado em suas diversas escalas e do capital mundializado, neste caso o Agronegócio Condomínio Cachoeira Estrondo.

As análises sobre as narrativas tiveram como base as peças da campanha publicitária “Agro: a indústria riqueza do Brasil” e a Campanha Nacional em Defesa dos cerrados “Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”, assim como os trabalhos de três

mulheres cerratenses específicas que, através das artes trazem vozes e fazeres femininos enquanto práticas na disputa de narrativas nos cerrados da Bahia. Tive como suporte a análise de conteúdo e de discurso (GANCHO, 2004; BAUER; GASKELL, 2017; MUSSALIM, 2001), bem como reflexões realizadas por trabalhos acadêmicos voltados para compreensão das relações entre agronegócio e indústria cultural no Brasil (CHÃ, 2016; SILVA JUNIOR, 2015).

Em 2020 e 2021, devido à Pandemia de COVID-19 e o isolamento social que todos e todas tivemos que cumprir, as atividades de pesquisa ficaram restritas ao ambiente virtual e por telefones. Mesmo sendo este período de intensa tristeza, temor e angústias, muitas atividades foram desenvolvidas, principalmente o que se denominou de *Lives*⁸, eventos virtuais de diversas naturezas (mesas redondas, debates, shows, apresentações, etc.). Assim, ao longo de 2020 pude participar de mesas e debates promovidos pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, bem como outras organizações sociais que tiveram como temas de debate os cerrados e suas populações.

Estes espaços virtuais se ampliaram ao longo de 2021 com a continuidade das medidas de isolamento social em função da desastrosa condução das políticas governamentais em relação à pandemia. Desta forma, os encontros, simpósios, mesas e debates permaneceram ocorrendo de forma virtual através das plataformas digitais. Assim também a 44ª Romaria da Terra e das Águas aconteceu virtualmente entre os dias 02 e 03 de julho de 2021 através das redes sociais da Comissão Pastoral da Terra e da Cáritas; bem como o II Encontro de Mulheres do Cerrado e outros espaços de discussão e debate sobre as resistências dos povos dos cerrados também ocorreram de forma virtual. Tais espaços de discussão foram acompanhados durante a pesquisa como forma de levantamento de informações, diálogos e troca de saberes.

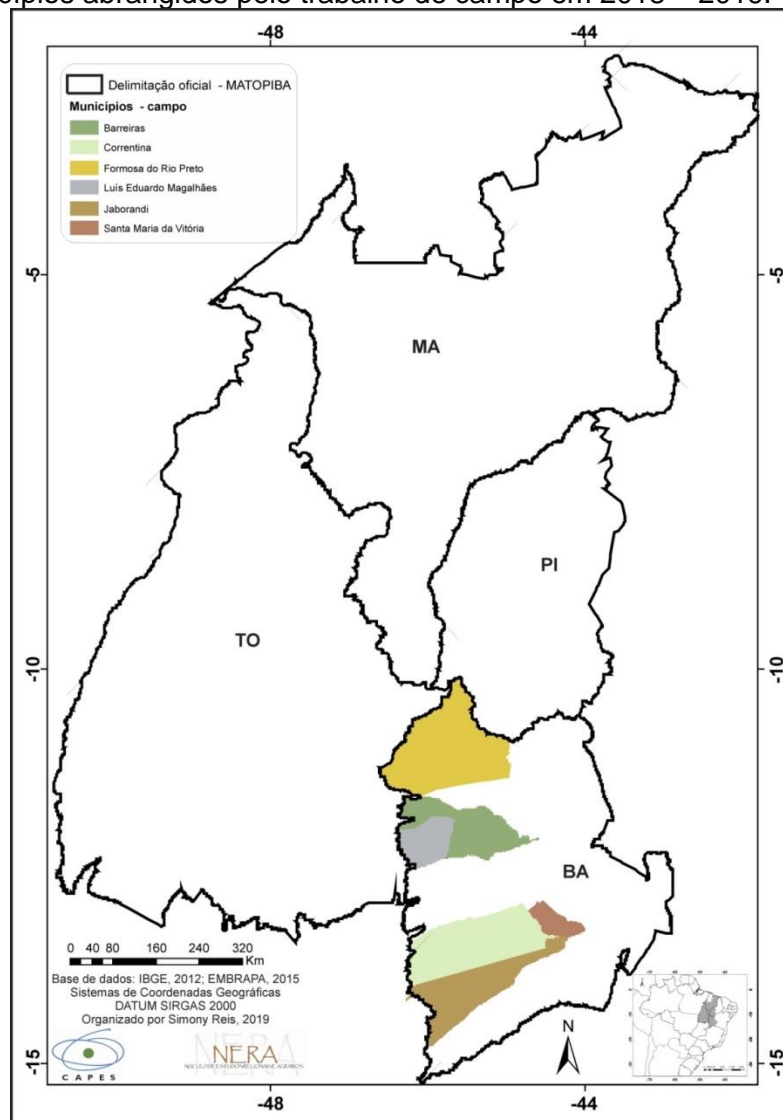
Nesta perspectiva, a análise de informações sobre as narrativas, foi acompanhada também tomando como material de pesquisa, as *lives* que ocorreram ao longo do ano de 2020, tanto as promovidas pelo setor produtivo do agronegócio,

⁸ O termo "*live*" em tradução literal significa "Ao vivo", termo que segundo Aragão (2020) "poderia ter sido utilizada desde que se disseminou a prática das transmissões de vídeo em tempo real, via redes sociais digitais. Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2020/07/14/a-pandemia-e-as-lives-mas-o-que-e-uma-live/>

quando àquelas promovidas pela Campanha Sem Cerrado; assim também, foi realizada entrevista não estruturada por telefone com uma representante da Agência 10envolvimento acerca da atuação da referida agência nos processos de construção de narrativas contra-hegemônicas na região oeste da Bahia, em articulação com a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

A sistematização das informações obtidas em campo e nas demais formas de levantamento foi sendo construída a partir da reflexão balizada pelos referenciais teóricos já apresentados e a continuidade do diálogo com diversos/as agentes locais dos diferentes municípios do oeste baiano. Esta troca de saberes foi essencial para o direcionamento e escrita final deste texto aqui apresentado.

Mapa 2 – Municípios abrangidos pelo trabalho de campo em 2018 – 2019.



1.3 AS FACES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: CAMINHOS TEÓRICOS⁹

*“Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio,
Ó produtores de alimentos com veneno,
Vocês que aumentam todo ano sua posse,
E que poluem cada palmo de terreno,
E que possuem cada qual um latifúndio,
E que destratam e destroem o ambiente,
De cada mente de vocês olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente.”*

Reis do agronegócio. Chico César

O mundo social é resultado das experiências e produções humanas sobre e com o mundo natural por meio da bastante discutida relação sociedade-natureza. É neste par de contradições e similitudes que o espaço geográfico é produzido por diferentes agente socioespaciais com suas distintas intencionalidades expressadas através das representações da sua geograficidade.

O espaço geográfico, objeto de estudo das geografias, aqui será interpretado nas suas dimensões do concreto e do abstrato (LEFEBVRE, 2006) dialogando com a concepção trazida por Santos (1996) onde o espaço geográfico se revela enquanto sistemas de objetos e sistemas de ações indissociáveis. Compreender a materialidade do espaço por meio dos sistemas de objetos e sua abstração nos sistemas de ações constitui entender a complexidade da realidade admitindo que os espaços são constructos humanos e que as práticas e representações espaciais revelam também as contradições inerentes à produção destes espaços, levando em conta os processos que lhes originam assim como a diversidade socioespacial dos agentes atuantes.

Segundo Cosgrove (1998), a produção da vida se dá por meio da consciência individual e coletiva mediada por códigos de comunicação, esta que se configura como dimensão simbólica do espaço geográfico, como os sistemas de ações que darão funcionalidades diversas à dimensão concreta, aos sistemas de objetos. Este diálogo entre o concreto e o simbólico é expresso pela diversificação de paisagens, de lugares, de regiões, de territórios, de pessoas. Ou seja, a atividade humana lança

⁹ Parte deste item da tese foi publicado no Dossiê MATOPIBA organizado pela Revista NERA em 2019. [Link do material completo: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/DOSSI%C3%8A%20MATOPIBA](https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/DOSSI%C3%8A%20MATOPIBA)

ao espaço, por meio de suas ações, transformações que irão refletir as dinâmicas sociais, conformando reflexos dos espaços vividos.

As práticas sociais, neste sentido, dão conteúdo às formas de acordo com os usos espaciais. Eis o fundamento de diversos conflitos entre os agentes socioespaciais, as intencionalidades e hegemonia dos usos do espaço. O espaço agrário possui especificidades que o difere do espaço urbano, ainda que sejam inseparáveis. As práticas espaciais denunciam tais particularidades que os diferem, assim como apontam para as semelhanças cada vez mais intensas no que se refere às ações hegemônicas do modo de produção capitalista, cujas atuações e características apontam para uma redução dos distanciamentos entre as práticas espaciais do rural e do urbano.

A Teoria das representações (LEFEBVRE, 2006) nos abre possibilidades de compreender quais mecanismos se apresentam enquanto hegemonia no processo de produção espacial e de que forma estes interferem na vida cotidiana dos habitantes locais, no seu imaginário. Cosgrove (1998), apoiando Sauer (1941), chama atenção ao indicar que o campo de conhecimento geográfico ao estudar a relação sociedade-natureza ressalta o caráter histórico, principalmente nas dimensões das transformações das paisagens em função das ações sociais, indicando a necessidade de uma compreensão hermenêutica para dar conta da complexidade do processo. Neste sentido, o referido autor aponta para a necessária articulação entre a compreensão dos espaços vividos e as contradições internas e externas que estão envolvidas no processo relacionando o modo de produção a um fator determinante para a produção espacial, pois “o modo de produção é um modo de vida, apoiado no mundo material por seres humanos intencionais” (COSGROVE, 1998, p. 3).

Tomando por base este raciocínio, a relação entre o modo de produção enquanto hegemonia¹⁰ impõe a grande parcela da humanidade um modo de vida compatível com as intencionalidades inerentes à sua sustentabilidade, de modo que se fortaleça e amplie suas atuações e controle sobre os demais modos de vida que ainda não estão totalmente comungados aos ideais mercantis inseridos nos modelos

¹⁰A hegemonia pode ser entendida como um “espectro inteiro de estratégias, práticas pelas quais um poder dominante obtém o consentimento ao seu domínio daqueles que subjuga” (EAGLETON, 1997: 107).

de desenvolvimentos pensados de forma estrutural e homogeneizadora para toda sociedade, desconsiderando sua diversidade e interesses fundamentais¹¹.

É importante refletir, ainda que não seja o objetivo desta tese, o caráter patriarcal deste modelo de produção. Alice Cherry (2017) aponta que a na visão patriarcal do mundo, a masculinidade é uma forma de domínio sobre as mulheres e o mundo natural. Neste sentido, o modo de produção hegemônico que prima pelo domínio da natureza e que tem como expressões fundamentais a apropriação, expansão, avanço, degradação, devastação, dentre outros, todos termos ligados à ideia de masculinidade. Essa reflexão se propõe a ampliar o pensamento também para esfera de gênero ressaltando a relevância desta perspectiva para compreender as dimensões sociais dos modelos de produção para além da economia e suas materialidades.

Dilger; Lang; Pereira Neto (2016) discutem as formas que o modo de vida hegemônico, denominado por eles como imperial (e eu acrescento, patriarcal), avança sobre os demais modos de vida tendo como fundamento uma ciência tecnicista com base cada vez mais produtivista. O desenvolvimento seria compreendido como

[...] uma grande máquina de expansão do modo de produção, distribuição e consumo capitalista, associada com os imaginários de acumulação de bens materiais como horizonte de vida boa. [...] Trata-se de reconhecer e reconstruir uma diversidade de modos de vida – no campo e nas cidades – diante da expansão do modo de vida imperial (DILGER; LANG; PEREIRA NETO, 2016, p. 31).

Vale ressaltar que a definição de “modo de vida” aqui desenvolvido ao longo da tese, está de acordo com as discussões levantadas por Rigonato (2005; 2021) em que os “modos de vida” retratam as experiências da coletividade de diferentes grupos sociais em seus espaços de vivências, tendo na Geografia Cultural Humanística, o suporte teórico metodológico para compreender tais complexidades. Segundo Rigonato (2021)

Juan (1995) e Maia (2001), ao trilharem os aspectos teórico-metodológicos no estudo dos modos de vida, identificaram que as concepções adotadas dessa categoria são empregadas na maioria das pesquisas como: hábitos próprios a um lugar; identidade de conduta em determinados grupos; condições socioeconômicas; e pelas diferenças de classes sociais. Além desses aspectos, enfatizam a noção de habitat para expressar as variadas formas de exploração do solo. Infere-se, portanto, que há novas formas de

¹¹ Para saber mais: <https://climatedefenseproject.org/gender-justice/>

manusear tais concepções e correlacioná-las com as noções de cultura, de ambiente para caracterizar as práticas, os usos, as obras, os valores, os signos e as representações sociais das pessoas na realidade multiforme da vida cotidiana dos lugares (RIGONATO, 2021, p.32).

Neste diálogo entre os modos de viver, as práticas e representações espaciais se apresentam assimetricamente em função das funcionalidades de cada agente socioespacial na atuação da produção do espaço. Neste contexto, a paisagem nos ajuda a compreender tais processos uma vez que sua dinâmica expressa, por meio das representações, as transformações ocorridas no tempo-espaço. A paisagem, neste sentido, se apresenta “muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma impressão que une todos os elementos” (DARDEL, 2015, p. 30); mas, não somente a paisagem e sim sua articulação com o espaço e o território, posto que a complexidade dos processos exige tal articulação no sentido de compreendê-lo em sua totalidade (SANTOS, 1996).

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade (SANTOS, 1997, p. 37).

Ou ainda,

Toda paisagem habitada pelos homens traz a marca de suas técnicas [...] Porque a paisagem não é senão um ponto de partida. Se os objetos técnicos ocupam a superfície da Terra, é para atender às necessidades materiais fundamentais dos homens: alimentar-se, alojar-se, deslocar-se, cercar-se de objetos úteis. A análise geográfica ocupa um lugar em qualquer investigação sobre as civilizações (SANTOS, 1996, p. 20).

Tomando por base esta discussão, compreendo que as paisagens dos cerrados brasileiros, envolvidas por um modelo de exploração específico dentro do modo de produção capitalista e atendendo uma lógica das externalidades, são travestidas em campos de monocultivos que expressam mudanças nas dinâmicas socioespaciais que Cosgrove (1998) aponta ao discutir como os modos de vida são transformados juntamente com as paisagens ao longo do tempo.

Os sistemas de representações nos ajudam a compreender tais mudanças, uma vez que este se revela enquanto construção das práticas espaciais, estas que possuem as especificidades inerentes aos agentes das ações. Sendo assim, podemos afirmar que os espaços de representação refletem os conflitos entre as distintas intencionalidades dos agentes socioespaciais que realizam as práticas

espaciais. Seria assim um campo de força das representações, uma vez que o enredo hegemônico sufoca o enredo dos lugares (SERPA, 2013). Numa perspectiva, a representação dos agentes hegemônicos e, noutra, as representações dos demais habitantes deste espaço que reagem às ações interventoras e de resistências, uma vez que, “É necessário revelar, por trás dos sistemas de objetos, os sistemas de valores que embasam as ações dos diferentes agentes e grupos que produzem espaço” (SERPA, 2010, p. 134).

Antes de prosseguir, é importante fazer uma ressalva em relação aos autores trabalhados nesta discussão sobre práticas e representações espaciais - Lefebvre (2006), Cosgrove (1998), Dardel (2015), Serpa (2013; 2014), Frémont (1980), uma vez que estas foram pensadas a partir do olhar do urbano e da cidade. Não se trata aqui de transpor discussões sem as devidas ressalvas e cuidados teórico-metodológicos para a discussão do rural e do campo, mas de uma tentativa de dialogar tais perspectivas com as dinâmicas ocorridas no campo, tanto no que se refere à escala mundial, quanto regional e local no Brasil.

Entendo que as práticas espaciais do campo específico que estudo, o campo de atuação do agronegócio e suas interações com os seres cerratenses possui características que me permitem construir uma ponte entre estas concepções de práticas e representações espaciais. Uma vez que esse campo “moderno” dotado de objetos técnicos e tecnologias se aproxima, cada vez mais, da dinâmica dos grandes espaços urbanos no que se refere à circulação do capital e apropriação desigual deste.

Esta aproximação mais intensa do rural e urbano tendo a técnica como ponte mediadora foi intensificada na década de 1970 marcada por profundas mudanças no que se refere à forma de apropriação e transformação da natureza em bens comercializáveis em grande escala de produção. A Revolução Verde que encabeçou este processo tem como fundamento central a tecnologia e a monocultura em escala global sendo um importante evento para difusão do meio técnico-científico-informacional, o qual se configura como expressão física do avanço do capitalismo no campo. Ou seja, reflete as dinâmicas do capital no processo de globalização dos mercados mundiais através do movimento dos sistemas de objetos e sistemas de

ações, compreendidos enquanto equipamentos concretos e as relações imateriais estabelecidas entre estes (SANTOS, 2006).

Os agentes socioespaciais responsáveis pela dinâmica do capital mundializado desenvolvem sistemas de representações espaciais para legitimar suas ações. Alienam espaços antes dotados de diversidade sociocultural e natural à interesses externos e estranhos às comunidades locais. Frémont (1980) *apud* Serpa (2013) indica que “a alienação esvazia progressivamente o espaço dos valores para reduzir a uma soma de lugares regulados pelos mecanismos de apropriação, do condicionamento e da reprodução social” (FRÉMONT, 1980 *apud* SERPA, 2013, p. 173). Estes espaços alienados ao capital externo são produzidos seguindo a linha da idealização dos espaços do progresso, como analisado por Porto-Gonçalves (2006), progresso significa moderno, técnico, contrapondo o imaginário da vida no campo enquanto espaço do atraso.

1.3.1 As Fronteiras: do concreto ao simbólico

A palavra fronteira nos remete logo de imediato à ideia de divisão entre dois lados, mas muito além do limite que se configura enquanto linha divisória e até estaque, a fronteira se estabelece enquanto espaço de encontro com o diferente e esta alteridade não se refere apenas à concretude das relações socioespaciais, mas sim, e muito profundamente, às concepções de pensamentos que estão em constante movimento. As fronteiras epistemológicas se configuram, portanto, como uma das dimensões de análise do campo brasileiro no sentido de compreender as relações entre as ampliações das fronteiras concretas e o avanço de um determinado modelo de pensamento.

Bringel (2015, p. 68) aponta que a fronteira pode ser compreendida enquanto espaço “heterogêneo tanto no que se refere aos domínios naturais quanto de organização social. Por isso, coexistiriam, contraditoriamente, dois ou mais tipos de organização espacial”, dois ou mais tipos de racionalidades que compõem modos de vidas também distintos. Quando os agentes socioespaciais do Estado articulados com os agentes dos setores agroindustriais indicam por meio de um decreto federal, ou seja, um instrumento legal, que os cerrados do centro norte brasileiro compõem a nova e última fronteira agrícola nacional, inclusive regionalizando-a, nos revela a

concepção de que este espaço já possui sua lógica de existência e que passará por transformações a partir da introdução de novos processos de organização e produção espaciais.

Segundo esta perspectiva, o conceito básico de fronteira agrícola está associado à concepção em que o termo fronteira não se resume a uma linha divisória entre espaços produtivos e outros vazios, mas sim como áreas potenciais ao processo agropecuário; ou seja, a fronteira agrícola se configura como espaços potenciais de produção, espaços que pela lógica do capital, são passíveis de serem territorializados. Porém, outro sentido de fronteira pode e deve ser refletido no âmbito dessas relações no campo: a fronteira de pensamento. Esta fronteira de estranhamento entre concepções de mundo e das formas de pensar e agir sobre este.

Segundo Mueller (1992) dentro dos espaços de fronteira, existe “surtos de atividades”, são as chamadas frentes. Martins (2016) chama atenção para a reflexão acerca das frentes pioneiras e frentes de expansão, no sentido de compreendê-las em suas diferentes formas de abordagens e intencionalidades imbricadas já nas suas concepções conceituais. Neste sentido existem as frentes de agricultura comercial, as frentes de agricultura de subsistência, as frentes especulativas e as frentes de pecuária extensiva. É importante ressaltar que a concepção de frentes, como Martins (2016) traz, se refere ao modo, a maneira como as expansões são realizadas bem como seus objetivos; sendo assim, a agricultura de subsistência, por exemplo, pode se enquadrar tanto enquanto frente pioneira ou frente de expansão a depender do contexto histórico, social e cultural dos agentes envolvidos.

Podemos afirmar que no período colonial brasileiro, a agricultura familiar e de subsistência se configurava enquanto frente de expansão quando do seu deslocamento para o interior brasileiro, enquanto que atualmente possuem outras configurações em função das dinâmicas socioespaciais. Todas, porém, possuem o traço comum de se expandirem em espaços potenciais à produtividade que, segundo Osorio (2014, p. 87), respeitam o processo de valorização associado a “momentos históricos y espacios geoeconômicos específicos”. Há, portanto, um padrão de reprodução do capital baseada na ampliação das fronteiras,

principalmente agrícolas e nestes processos o embate entre diferentes racionalidades ficam latentes.

O processo contínuo de expansão da fronteira agrícola brasileira está intimamente relacionado aos modelos de desenvolvimento pensados e instituídos no território nacional. Vidal e Guillén (2008) apontam que existem três modelos básicos de desenvolvimento pensados para a América Latina e, por conseguinte, para o Brasil: o primeiro consiste no Modelo Primário-Agroexportador, o segundo, o modelo de Substituição de Importações e por último o Modelo Liberal. Todos foram pensados no intuito de reduzir as desigualdades espaciais e efetivar uma real melhoria da qualidade de vida da população. Porém, numa breve análise histórica, pode-se perceber que em todos eles o objeto central de interesse foi e é o mercado e a mercadoria. Nesta perspectiva há que se refletir acerca da construção do que se entende por desenvolvimento.

Pensar, refletir e problematizar a ideia de desenvolvimento nos tempos atuais parece até uma questão de pessimismo, uma vez que este termo foi construído em bases ideologicamente enraizadas na lógica hegemônica de pensamento patriarcal, majoritariamente branca e elitizada, portanto, opor-se ao desenvolvimento, nesta perspectiva, é opor-se ao bem estar social.

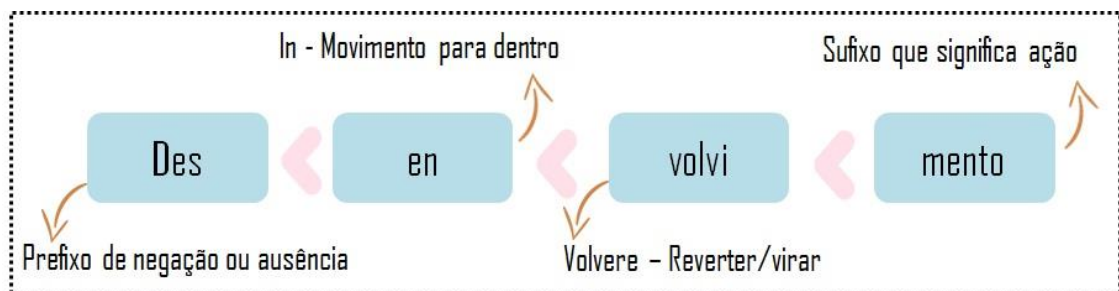
Quando o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, no seu discurso de posse em 20 de janeiro de 1949, lançou a ideia de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” enquanto fases de crescimento das diferentes sociedades, a intencionalidade de compreender a existência de um avanço linear e ilimitado do modelo hegemônico é evidente. Hoje as perspectivas de desconstrução do modelo, indicam o uso dos termos norte global e sul global¹², na tentativa de decolonizar a compreensão de mundo para além do capital e do próprio termo desenvolvimento (MENESES, 2020).

¹² De acordo com o Observatório sobre Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a expressão Sul global tem sido usada para fazer referência às regiões periféricas e semiperiféricas dos países do sistema-mundo moderno-colonial, conhecidas como Terceiro Mundo ou países em desenvolvimento. A constituição mútua do Norte e do Sul globais e a natureza hierárquica das relações Norte-Sul permanecem profundas da racionalidade moderna, geradora tanto da ciência e da técnica, assim como da lógica capitalista, individualista e degradante ordem política e econômica desigual (MENESES, 2020).

Compreender a etimologia da palavra é importante neste momento, desconstruí-la para chegar à sua gênese, entender sua real essência, ou seja, o que há por trás das construções/colonialidades realizadas ao longo do tempo. No dicionário Aurélio a palavra desenvolvimento refere-se primordialmente ao sentido de “ação ou efeito de desenvolver-se; desenvolvimento; fazer crescer”. Para as ciências naturais aproxima-se da ideia de fases de crescimento, o que não difere muito da concepção econômica quando cria hierarquias em relação aos graus de exploração entre os países. Digo exploração, pelo fato de o crescimento econômico estar totalmente associado à exploração das riquezas naturais. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2006, p. 81) destaca que a “ideia de desenvolvimento, tal como existe na sociedade moderno-colonial, pressupõe a dominação da natureza”, dominação exercida no processo de exploração e colonização presente até os dias atuais.

Ao desmembrarmos, fragmentarmos/desconstruirmos a palavra, percebemos sua essência. Diniz (2006, p.33) nos aponta para o des-en-volvi-mento. “Des” no sentido de negação, “en” enquanto movimento para dentro, “volvi” no sentido de voltar-se e “mento” com a ideia de movimento (Figura 3).

Figura 3 – Etimologia da palavra desenvolvimento



Fonte: Adaptação de Diniz, 2006, p.133.

Porto-Gonçalves (2006) traz o termo des-envolvimento no sentido de tirar o envolvimento, apontando que

des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) e destes com a natureza; é não só separar-se os homens (e as mulheres) da natureza como, também separá-los entre si, individualizando-os (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 81).

As duas concepções aqui apresentadas comungam com a cisão entre o ser social e a natureza, ou seja, desenvolver implica na sociedade separar-se de si mesma para explorá-la. Neste sentido, a relação perpassa a dicotomia sociedade

natureza, pois des-envolvimento também nos individualiza, separa também nós de nós mesmos e dos que nos rodeiam. Neste sentido, Bauman (2001) chama a atenção para a liquidez das relações e para a ressignificação do ser humano em mercadoria, o que está intimamente entrelaçado na concepção de des-envolvimento. E não é qualquer ser humano que se torna mercadoria, é preciso ressaltar! Neste modo de pensamento patriarcal, machista, eugenista, sexista as pessoas tornadas mercadorias possuem cores e gêneros determinados, seus corpos e mentes, enquanto mercadorias, “valerão” menos que os demais seres sociais (MIGNOLO, 2008).

Penso que ao desconstruirmos as palavras, descortinamos suas intencionalidades instauradas no imaginário já há muito colonizado. Neste sentido, sim, é preciso questionar o desenvolvimento, é preciso questioná-lo para repensar os fluxos sociais e suas perversidades. Lang (2016) destaca os mal-estares do desenvolvimento invisibilizados pelo poder hegemônico, o qual dissemina a ideia de que quanto mais desenvolvida for uma sociedade, mais feliz ela será, desconstruindo a associação, praticamente naturalizada entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o bem estar social da população. Ressalta, neste sentido, a “linha da cobiça” como real face da “linha da pobreza”, uma vez que esta é gerada e aprofundada a partir das relações desiguais dos proveitos e rejeitos do modelo hegemônico de produção.

A cobiça, a usura e a gula pelo lucro é que realmente empurra grande parte da sociedade para a pobreza e miséria. Há de se destacar também, que numa outra perspectiva, a Organização das Nações Unidas (ONU) indica o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) como forma complementar as medidas tradicionais, apontando para outra dimensão, a de que a saúde mental e a qualidade de vida das pessoas não podem ser medidas unicamente pelo elemento econômico, outras variáveis devem adentrar neste conceito, inclusive as subjetividades que direcionam à felicidade.

Dentro desta perspectiva de des-envolvimento e refletindo que, desde o período colonial (se é que ele já tenha finalizado) até os dias atuais, o modelo agrário-exportador sempre se fez presente na história do Brasil, alternando épocas de apogeu e declínio, mas sempre presente, mesmo que modificado pela evolução

das técnicas e das relações de poder. Esse modelo é altamente destrutivo quando nos referimos aos sistemas naturais e até mesmo sociais, pois com a aceleração cada vez mais acentuada da produtividade no campo e uso de agroquímicos, tanto a qualidade de terra e de água, quanto a do próprio alimento ficam comprometidas.

Porto-Gonçalves (2004) e Osorio (2012) apontam que o baixo custo de produção é obtido em detrimento do alto custo ecológico, cultural e político-social, uma vez que a distribuição dos proveitos e rejeitos é especificamente desigual e, neste sentido, ressalta as contradições inerentes a este modo de desenvolver. O desenvolvimento pensado sob o prisma tecnológico e fundamentalmente voltado para a supervalorização do valor de troca em detrimento do valor de uso promove uma desarticulação espacial e o surgimento de diversos impactos negativos, tais como a concentração fundiária, o aumento da divisão territorial do trabalho, a fragmentação do espaço agrícola, a degradação da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos solos (ELIAS, 2005; DREW, 1989).

Leff (2010), Shiva (1993) e Puelo (2004) criticam este modelo de desenvolvimento discutindo a lógica de pensamento que o rege, a racionalidade econômica que sobressalta às demais formas de ver e agir sobre e com o espaço, promovendo a aceleração da crise ambiental, que também pode ser compreendida como uma crise humanitária¹³, sedenta por severas modificações acerca da racionalidade humana no que se refere aos modos de produzir. Leff (2010) ainda chama atenção para a necessidade de se pensar na complexidade ambiental enquanto desafio de construir alternativas ao desenvolvimento pautadas em outras racionalidades e Shiva (1993) e Puelo (2004) indicam o ecofeminismo como outra possível alternativa apontando que

[...] aprender a aprender a complexidade ambiental implica um processo de 'desconstrução' do pensado para pensar o ainda não pensado, para desentranhar o mais entranhável dos nossos saberes e para dar curso ao inédito, arriscando-nos a desbaratar nossas últimas certezas e a questionar o edifício da ciência (LEFF, 2010 p. 23).

E sem dúvida

[...] além de todos os problemas teóricos e práticos de um feminismo que se encontra em plena elaboração e debate acredito na validade de um projeto

¹³ O mais atual exemplo dessa crise humanitária é a pandemia da COVID-19 em curso desde o final de 2019 no Brasil e no mundo. Resultado de um processo cada vez mais intenso de degradação e subordinação dos elementos naturais à lógica de dominação e comercialização hegemônicas.

feminista ecologista crítico que coloque uma alternativa à crise de valores da atual sociedade consumista e individualista. As contribuições de dois pensamentos críticos – feminismo e ecologismo – nos oferecem a oportunidade de enfrentarmos não só a dominação das mulheres na sociedade patriarcal, mas também uma ideologia e estrutura de dominação da Natureza ligadas ao paradigma patriarcal do varão amo e guerreiro (PUELO, 2004, p. 1)

1.3.2 O Modo de des-envolver no campo brasileiro

Ao longo dos anos, diversas foram as políticas implementadas no campo brasileiro no sentido de ampliar suas fronteiras agrícolas e foi a partir da década de 1970, com a expansão visceral do agronegócio monocultor, que o capital estrangeiro através de grandes corporações mundializadas¹⁴ ganhou espaço e fincou suas raízes, principalmente no domínio morfoclimático dos cerrados. A apropriação territorial nos cerrados por grandes empresas transnacionais vem proporcionando profundas alterações espaciais de ordem natural, social, econômica e cultural, uma vez que o processo de territorialização se dá por meio de ações nem sempre condizentes com a legislação brasileira, ou seja, muitas formas de territorialização do capital estrangeiro no campo brasileiro se deram de maneira ilegal ou articuladas em favor de determinados grupos.

Neste contexto, o campo brasileiro reflete o des-envolvimento desigual instituído pelas políticas brasileiras: um espaço assimétrico, onde o moderno e o colonial dialogam e onde as contradições se edificam, um espaço em que a presença do capital tenta encobrir de ausências as diversidades locais. Cavalcante e Fernandes (2008) apontam as distorções do modelo desigual existente no Brasil ao afirmarem que

O pensamento da classe social dominante, de maneira geral, não exige mais cidadania, mas privilégios. Assim, agricultores, comerciantes ou prestadores de serviços almejam aquisição de vantagens com o “boom” do produtivismo em grande escala (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008, p.19).

Esta afirmativa ratifica o que Porto-Gonçalves (2006) questiona sobre a efetiva modernização das relações de trabalho no campo e a ascensão social derivada desta. Para o referido autor as relações moderno-coloniais se edificam no

¹⁴Dentre as diversas empresas, destacam-se a Cargill e a Bunge, gigantes do agronegócio mundial, assim como a Cosan S/A e Mansillas Participações S/A e a LandCo grandes investidoras do capital especulativo de compra e venda de terras no campo brasileiro (BRASIL DE FATO, 2017).

sentido de uma modernidade técnica-científica pautada e alicerçada sob lógicas antigas e conservadoras de poder e apropriação desigual dos resultados, ou seja, sob práticas colonialistas, cujas expressões se articulam na dialética com a modernidade (MIGNOLO, 2017).

Neste sentido, a concepção de modernização conservadora instaurada em todo território nacional ganha destaque ao direcionar vultosas ações político-econômicas para o setor agrícola comercial deixando à margem os interesses locais e, principalmente, as vulnerabilidades ambientais¹⁵. A este respeito Osorio (2012) indica que o processo de especialização produtiva ocorreu em toda América Latina obedecendo a um novo padrão de exportação com custos sociais altíssimos, particularmente na deterioração das condições de vida e de trabalho da maior parte da população.

As constantes crises setoriais e globais que a humanidade passa, já são alertas da insustentabilidade desse modelo de desenvolvimento¹⁶. Desde empresas de porte internacional, até nações inteiras, ingressam em crises históricas. Nos setores produtivos da agricultura capitalista tal fato não ocorre diferentemente; crises cíclicas do sistema financeiro ocorrem periodicamente levando muitos produtores à falência (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008, p.19).

A concepção de que o agronegócio globalizado tende somente a proporcionar efeitos positivos num sistema produtivo é produto das intencionalidades dos agentes socioespaciais voltados para produção monocultora através de narrativas legitimadas pela grande mídia nacional e dos sistemas de ações inerentes ao processo de naturalização das desigualdades. Sendo assim, as ideologias permanecem e o discurso do tecnocentrismo se materializa.

O agronegócio territorializa-se cada vez mais ampliando o controle das relações espaciais e apropriando-se das terras agricultáveis, negando ao espaço a

¹⁵ Em entrevista por correio eletrônico à Página do MST, os professores-pesquisadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Paulo Alentejano André Campos Burigo, Alexandre Pessoa Dias, "o controle cada vez maior das grandes corporações sobre a agricultura no Brasil, atualmente maior consumidor mundial de agrotóxico, gera empobrecimento dos agricultores e concentração da renda e riqueza".

¹⁶ Estudos apontam as inúmeras relações entre a destruição da natureza e o surgimento de epidemias e pandemias como a da Covid-19. Para saber mais: <https://www.modifica.com.br/covid-19-destruicao-ambiental/#.YHCHuhKhnl> e <https://www.modifica.com.br/greenpeace-relatorio-desmatamento-comida/#.YHCDuhKhnl>.

possibilidade da sua multifuncionalidade, ou seja, uso plural do espaço. Neste sentido, os projetos do agronegócio com seu lema “Agro: a indústria riqueza do Brasil” se sustentam em narrativas ilusórias, uma vez que além de não constituírem riqueza, mas sim recursos, também não reduzem a “fome mundial” como pregam.

Os dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura(FAO), ao longo dos anos, apontam que, apesar da fome mundial ter sido diferencialmente reduzida, os níveis de subnutrição permanecem, ou seja, come-se, mas não alimenta-se. Neste sentido, o projeto da Revolução Verde e, por conseguinte, do agronegócio globalizado foi vendido como fábula, como uma promessa de esperança, porém o que se expressa na realidade são as perversidades desse modelo de produção no campo (SANTOS, 2006).

A realidade do espaço rural brasileiro vem sofrendo alterações decorrentes das exigências do mercado globalizado, fazendo com que haja aumento de produtividade, cada vez mais especializadas e em curtos períodos de tempo, o que promove a ampliação das diferentes formas de territorialização das áreas de cultivo (OLIVEIRA, 2007; SANTOS, 2003). Dentre as novas atividades inseridas no espaço rural, destaca-se a agroindústria voltada para produção em larga escala. Acerca da inserção constante e avassaladora dos complexos industriais. Elias (2005) aponta que

As relações entre os setores agrícola e industrial merecem destaque, uma vez que propiciaram o desenvolvimento de muitas novas classes e gêneros de indústrias, notadamente das que fornecem os insumos e bens de capital para a agricultura, assim como das indústrias que processam os produtos agropecuários – agroindústrias – transformando-os em mercadorias padronizadas para o consumo de massa globalizado (ELIAS, 2005, p. 4).

A agroindústria se caracteriza por ser uma atividade econômica que articula a agropecuária com a indústria, envolvendo tanto a produção propriamente dita quanto a coleta, armazenamento, beneficiamento e distribuição dos produtos, bem como os equipamentos e técnicas necessários para o seu desenvolvimento. Pavan (1993, p. 86) define agroindústria como uma unidade produtiva que transforma o produto agropecuário com finalidade de utilização intermediária ou final. Esta unidade produtiva industrial inserida no espaço rural é fornecedora de imensas quantidades de produtos, os quais passam por uma avaliação para que sejam selecionados e direcionados ao mercado final. A agroindústria tem se mostrado como de elevada

fonte de renda para os empresários e agricultores, posto que neste sistema a implementação de máquinas no processo de produção otimiza o trabalho tanto no cultivo quanto na colheita e estocagem dos produtos (REIS, 2014).

O des-envolvimento da agroindústria no Brasil possui importância relevante devido sua participação preponderante no PIB nacional, o que tende a crescer em função dos investimentos realizados no referido setor. O setor agroindustrial instalado nos cerrados do centro norte brasileiro desempenha função como injeção econômica através do intenso comércio exportador, posto que os produtos são comercializados por empresas estrangeiras, especialmente da América do norte e países asiáticos. E, neste sentido,

Reforçam-se as determinações exógenas ao lugar de produção, especialmente no tocante aos mercados comumente mais longínquos e competitivos. Fato semelhante ocorre em relação aos preços, comandados pelas principais bolsas de mercadorias do mundo, sobre os quais não há controle local. Da mesma forma, aumentam as distâncias entre os agricultores e os centros de decisão e de pesquisa, reforçando a fragmentação do território e as diferenças entre o que Santos (1993) chamou de lugares do fazer e lugares do mandar (ELIAS, 2013, p. 5).

A compreensão desta dinâmica se dá por meio da análise do território, associado ao espaço e a paisagem, uma vez que a produção espacial pelos distintos agentes socioespaciais vai resultar no conflito de forças sobrepostas, neste caso, o PDA – MATOPIBA para além de um plano de desenvolvimento é a delimitação espacial desigual voltada para os interesses de determinados grupos sociais em detrimento de outros. Nesta dinâmica, o espaço olhado e compreendido por meio do território nos impulsiona a entender as assimetrias desencadeadas pelo desenvolvimento desigual, assim como a dinâmica das paisagens nos indicam os processos pelos quais atuam e transformam o espaço.

Assim, é essencial identificar as características mais marcantes dos grupos sociais que estão em conflito decorrente deste modelo de produção. É preciso, neste sentido, explicitar a diversidade e a não dicotomia entre grupos sociais, o que de fato existe, neste caso tomando como referência o recorte espacial dos cerrados baianos. São diferentes grupos que atuam com intencionalidades diversas e nem sempre divergentes, porém vou destacar alguns grupos hegemônicos que representam o capital mundializado na região, assim como os grupos sociais

organizados para o enfrentamento, com destaque importante para atuação feminina nas (r)existências.

Neste contexto, os grupos de agronegociantes, os quais também não são homogêneos e possuem conflitualidades internas, estão integrados a alguns interesses em comum, como a obtenção de terras e expansão das áreas tanto de cultivo, quanto de criação de gado, ou mesmo para especulação no mercado financeiro. Este grupo, formado por agentes, tanto locais quanto imigrantes, são grandes proprietários de terras que de forma legal ou ilegal fincaram suas bases no processo de produção de *commodities*. Neste mesmo sentido, as empresas multinacionais (*tradings*) se fazem presentes tanto no que se refere à obtenção de terras, quanto em todo processo produtivo de grãos, gado e/ou elementos para o subsídio do agronegócio. Dentre estas, no oeste baiano, as mais atuantes são ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus, Bayer (que comprou a Monsanto) e mais recentemente a ChemChina (comprou a Syngenta) (Figura 4).

Figura 4– Principais tradings atuantes nos cerrados do centro-norte brasileiro.

	Origem	Atuação no Brasil	Áreas de atuação	Atuação no mundo
Cargill Inc.	1865 - EUA	1965	Financiamento, produção, comercialização, processamento, logística.	África, Europa, Oriente Médio, Ásia-Pacífico, América Latina, América do norte
Bunge S.A.	1818 - Holanda	1905	Financiamento, assistência técnica, comercialização, armazenamento, processamento e logística	África, Europa, Oriente Médio, Ásia-Pacífico, América Latina, América do norte
Chongqing Grain Group/Universo Verde	China	2011	Produção de grãos, carnes e oleaginosas. Importação e comercialização de Máquinas/Equipamentos agrícolas.	Não informado
Louis Dreyfus Company	1851 - Holanda	1915	Agricultura, processamento de alimentos, remessa internacional e finanças	África, Europa, Oriente Médio, Ásia-Pacífico, América Latina, América do norte
China Foods Limited	1993 - China	Não informado	Processamento e comercialização de alimentos, biocombustível, bioquímicos e óleo comestível	Não informado
ChemChina (comprou a Syngenta)	1984 - China	Não informado	Segmentos agroquímicos, sintéticos, de materiais químicos, equipamento industrial e petroquímico.	França, Austrália, Noruega, Israel, EUA, Itália, Alemanha, Suíça e Brasil
ADM - Archer Daniel Midland Ltda	1863 - Alemanha	1896	Produtos químico e farmacêuticos para áreas de saúde e agronegócio.	Ásia-Pacífico, Europa, América do Norte e América Latina, África e Médio Oriente.
Nidera Sementes Ltda.	1902 - EUA	1997	Financiamento, assistência técnica, produção, comercialização, armazenamento, processamento, logística.	Está presente em 75 países
Agrex do Brasil S/A.	1920 - Países Baixos	1950	Sementes, financiamento, comercialização, armazenamento, processamento, logística.	No Brasil está nos estados do MA, BA, MT, MS, GO, MG, SP, PR, SC, RS e TO.
Multigrain S/A.	Não informado	1995	Sementes próprias, agrotóxicos, fertilizantes, assistência técnica, produção, financiamento, comercialização, armazenamento, logística.	Atua nos estados do PI, GO, MT, BA e TO
Bayer	1863 - Alemanha	1988	Assistência técnica, produção, comercialização, armazenamento, processamento, logística.	Atua nos estados de MT, DF, GO, MG, BA, TO e MA

Fonte: Sites das empresas; Atlas do Agronegócio (2018); Banco Central do Brasil (2019). Organização Simony Reis, 2020.

A atuação destas e de outras empresas internacionais no Brasil cresce significativamente com o aval do Estado tanto na obtenção de terras como na compra e venda de *commodities* e equipamentos relacionados. Neste sentido, o arranjo produtivo do agronegócio vai se desenhando e aprofundando suas ações, expandido a territorialização de seu modo de produzir, pensar e agir no campo.

Apesar da existência de diversos entendimentos acerca do território enquanto conceito, este não deve ser compreendido apenas na sua dimensão concreta. O conceito de território assumiu diferentes expressões ao longo do pensamento geográfico, atendendo a especificidades de cada tempo-espaço, sendo assim, produto de relações históricas assimétricas e acúmulos de saberes. Há uma grande bibliografia geográfica e de outras matrizes de conhecimento que se apoiam no conceito de território para compreender espacialidades específicas tendo como centralidade a ideia de poder que se estabelece entre os agentes socioespaciais que interagem. Essa interação é permeada por desigualdades estruturais que perpassam a definição de classes sociais e culminam nas dimensões simbólicas de representatividade social. Neste sentido,

O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político- econômico) de um espaço socialmente partilhado (HAESBAERT, 2007, p. 42).

Ou ainda, constitui-se num

domínio espacial por classes e grupos sociais, que impõem sua hegemonia e apropriam-se do Território ordenando-lhe de acordo com suas demandas (MORAIS e RODRIGUES, 2013, p. 199).

Demandas estas que correspondem às intencionalidades do sistema mundo moderno-colonial-branco-patriarcal que no campo brasileiro se expressa pelo cercamento de áreas com todas as suas riquezas para uso privado dos empresários do agronegócio. Para Oliveira (1999, p. 74),

O território significa uma síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

O referido autor ainda levanta a discussão acerca da territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios, realizando uma profunda reflexão sobre as diferentes dinâmicas do capital globalizado no campo brasileiro.

Nesta perspectiva, entender as relações existentes entre os modelos e estratégias de des-envolvimento pensadas para o Brasil, a racionalidade que o rege e as desigualdades resultantes deste modelo, especialmente nos cerrados do centro norte brasileiro, auxilia na compreensão da razão hegemônica que sobrepõe às diversas outras razões e, principalmente, os efeitos espaciais dessas relações.

QUANDO O FUNDO VIROU FECHO

No fundo do pasto tudo era vasto e comum

O meu era nosso

Não havia privado nem público

Apenas existíamos

A cultura diversa

Enfeitava nossa mesa

Alimentava nossa alma

A fauna e flora

Nossas amigas

Ensinavam-nos seus ciclos

E respeitávamos atentos

Aprendíamos com as águas

Que o tempo era nosso amigo

E o estranho se aproximou

Vindo de tão longe

Olhou pra gente de cima

Se achando superior

Achou tão bonita nossa terra

que nos tomou

Ameaçou

Cercou

Tornou o nosso em deles

Nos apartando do labor

Nos causando receio

medo

Revolta

Reagimos, somos resistentes

Fechamos nossos pastos

Fechamos para nos defender

Nosso lugar virou território

Nossas paisagens

Belezas em extinção

Os fundos se uniram aos fechos

e ficamos ainda mais fortes

Nosso plural jamais será singular

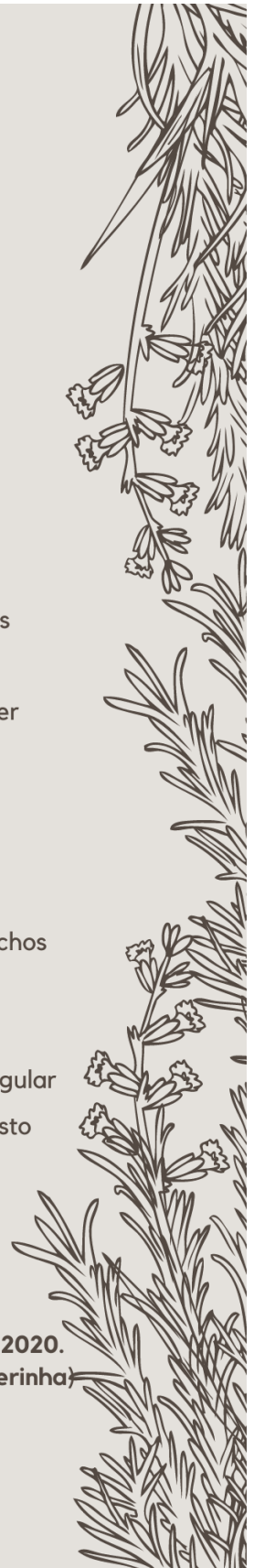
Somos fundo e fecho de pasto

Onde a vida ainda permite

Sonhar.

Simony Reis, 01 de dezembro 2020.

(Inspirada em Jamilton - Carrerinha)



2 CERRADO, ESPAÇO VIVO

Uma das primeiras dimensões da ação humana é no ambiente natural. Este ganha status de espaço tão somente quando da ação humana sobre ele. No entanto, o ambiente natural, ou Natureza, possui suas dinâmicas próprias e interdependentes em que o ser humano soma-se aos demais seres (bióticos e abióticos) no processo de equilíbrio dinâmico natural. Muitas são as vertentes atuais que reconhecem o papel central da Natureza enquanto sujeito de direitos¹⁷, e questionam o caráter antropocêntrico de apropriação e expropriação dos elementos naturais para sustentar as engrenagens do modo de produção capitalista. Como bem nos diz o escritor uruguaio Eduardo Galeano (2008) em relação a apropriação e mercantilização da natureza ao longo da história:

Desde que la espada y la cruz desembarcaron en tierras americanas, la conquista europea castigó la adoración de la naturaleza, que era pecado de idolatría, con penas de azote, horca o fuego. La comunión entre la naturaleza y la gente, costumbre pagana, fue abolida en nombre de Dios y después en nombre de la civilización. En toda América, y en el mundo, seguimos pagando las consecuencias de ese divorcio obligatorio (GALEANO, 2008, p. s/n).

A natureza, para além da conotação hegemonicamente economicista, deve ser considerada na sua dimensão mais íntima com o ser humano, numa tentativa deste voltar-se ao essencial e se perceber enquanto parte desta totalidade. E compreender o espaço enquanto construção humana, mas também movimento interno, uma vez que “o homem se exprime espacialmente como construtor de espaços” (DARDEL, 2015, p. 14) e estes espaços, são vivos, se movem constantemente atendendo à dinamicidade tanto social quanto natural. Nesta simbiose, as paisagens se configuram como expressões desta mutabilidade uma vez que resultam das práticas espaciais e expressam suas representações.

Neste sentido, as paisagens trazem consigo as marcas e expressões dos povos que lhes constroem e lhes pertencem ao mesmo tempo em que representam os modos de vida e a relação destes com o ambiente, “no fundo compreender uma

¹⁷ O Novo Constitucionalismo Latinoamericano traz em suas fundamentações a perspectiva da Natureza enquanto sujeito de direito como defende Acosta (2019) através da concepção do Bem Viver que integra uma epistemologia decolonial acerca das relações entre sociedade e natureza nos países latinoamericanos.

paisagem é ‘ser-na-paisagem’, está ‘no ser’, é atravessado por ela, em ‘uma relação que afeta a carne e o sangue’” (BESSE *in* DARDEL, 2015, p.119).

E, assim, as paisagens dos cerrados revelam as dinâmicas de seu povo, suas lutas e riquezas experienciadas também através do lugar. Os povos dos cerrados trazem no seu imaginário coletivo representações de suas paisagens que aparecem em cantos, versos e prosas, cantigas, desenhos, pinturas e causos que fazem parte de suas construções identitárias relacionadas aos seus espaços de vivência, seus lugares. Portanto, as representações dos povos dos cerrados sobre este espaço e sobre si mesmos, podem ser compreendidas também por meio dos lugares e das paisagens.

Assim, as representações deste espaço vão além das descrições físico-naturais típicas do conhecimento científico e indicam uma aproximação entre os seres humanos e os elementos da natureza. O ser humano

Em sua conduta e em sua vida cotidiana, em sua sabedoria lacônica carregada de experiências, manifesta que crê na Terra, que confia nela; que conta absolutamente com ela. É lá, em seu horizonte concreto, que uma aderência antes de tudo corporal assegura seu equilíbrio, sua rotina, seu repouso (DARDEL, 2015, p. 93).

Esta cumplicidade indicada por Dardel (2015) pode ser compreendida através das práticas espaciais tanto de exaltação aos elementos da natureza quanto à defesa dos mesmos diante às devastações desencadeadas pelos agentes das frentes de expansão agrícola. Dentre as diversas representações dos cerrados por seus povos, as canções possuem uma riqueza singular, uma vez que permanecem ao longo do tempo e fazem parte da vida cotidiana. A canção a seguir exemplifica esta discussão ao trazer em forma de versos o cotidiano da vida no cerrado, exaltando a relação de proximidade e de confiança com a Terra, com a Natureza:

Eu nasci lá no cerrado
No cerrado me criei
Vendo planta, ouvindo bicho
Entendendo a sua lei
Amolando a minha enxada
Minha roça eu plantei

Pisei em cabeça de frade
Muito espinho eu entortei
Acordei um catingueiro
Na sombra do pequizeiro
Mais que ele eu assustei

Cerco o fogo com acero
 Da mamona tiro azeite
 Pra acender meu candeeiro
 Armadilha na florada
 Marimbondo e abelha
 Caindo na teia da aranha rajada

Se planto minha roça
 Longe da palhoça
 Gasto tempo à toa
 Capivara gosta
 De comer minha roça
 Esconder na lagoa [...]

Ararinha canta na serra
 Faz seu ninho na barranca
 Urutau canta medonho
 Quem não conhece espanta

Buriti nasce na água
 Na vereda solitário
 Do seu fruto eu faço doce
 E guardo na sua palha
 Jataí é inofensiva
 Mas seu mel é decisivo
 Pra curar minha garganta [...]

Meu carro de boi
 Quando roda calado
 Põe azeite no cocão
 Quando roda pesado
 Ele canta afinado
 No tom desta canção

(Mestre Arnaldo, Segredos do cerrado, 2002).

“A Terra é, para cada um de nós, nossa própria possibilidade” afirma Dardel (2015, p. 94) e as representações dos cerrados por seus povos traduzem esta compreensão de T(t)erra¹⁸ que se afasta da razão hegemônica economicista e utilitarista que a tem enquanto objeto (mercadoria). A T(t)erra e todos os seus elementos aparecem nas representações dos povos dos cerrados enquanto “base transcendental que nos proíbe de considerá-la como um objeto” (DARDEL, 2015, p. 121), assim observamos em diversas formas de representações.

¹⁸ A expressão aqui colocada como T(t)erra se refere à Terra enquanto planeta, mas também terra enquanto base material de reprodução da vida cotidiana e de alimentos.

2.1 O Cerrado pelo olhar Cerratense

*Oeste e teus encantos
Espalhados por todo canto
Povo, água, natureza
Festa pra todo santo.
J. Sousa*

O trecho do poema exposto foi feito por uma moradora da cidade de Correntina, cidade localizada no oeste da Bahia em pleno cerrado brasileiro. Para ela, assim como para muitas pessoas que moram nos cerrados, este não é um simples sistema biogeográfico, ou um compartimento morfoclimático, nem mesmo apenas um bioma, trata-se do seu espaço de vida, seu Lugar, um espaço de reprodução enquanto seres cerratenses¹⁹

Cerratenses, viventes nos Cerrados, Cerradões, nos Campos, nas Chapadas, nos Vãos, na Mata Fechada ou em pequenos e grandes aglomerados urbanos, os cerratenses são povos tradicionais e ao mesmo tempo modernos, cabreiros e receptivos, agitados e contemplativos... independente de qual seja o seu rincão ou qual o tom mais alto de sua personalidade, não oferecem resistência ao seu amor pela liberdade, pois sentem, no fundo do peito, que nasceram para trilhar essa terra e portam o pressentimento natural de que, após a seca jornada, encontrarão colo acolhedor para saciar a sede e a alma na Vereda à espreita (BARBOSA, 2017, p. 72).

Para se efetuar uma análise acerca das territorializações que o cerrado e seus povos vêm passando, bem como sobre as distintas formas de representações, bem como as territorialidades decorrentes das práticas espaciais que constroem este espaço é preciso primeiro, compreendê-lo em sua estrutura biogeográfica. Ou seja, entender que este espaço não é homogêneo, pelo contrário, se trata de um espaço vivo, diverso, belo, singular e plural. O cerrado, neste sentido, não é somente um sistema natural classificado enquanto um dos cinco biomas brasileiros, os cerrados são um modo de vida de populações, é fonte de inspiração para viver, um ser orgânico em constante busca por equilíbrio.

Buscar compreender os cerrados a partir de outros olhares, senão aqueles das instituições oficiais é importante neste processo como forma de decolonização do saber. É preciso entender os cerrados para além das descrições técnicas e

¹⁹“Se compreende Povos Cerradeiros, enquanto uma construção sociocultural, forjada numa nova ação política carregada de sentidos e significados para os camponeses e trabalhadores da terra com o Cerrado, não apenas enquanto Bioma, mas também como cultura” (MENDONÇA, 2004. p. 8).

científicas. É necessário mergulhar no universo de quem os vive, de quem os reconhece como parte de um todo. Desta forma, os cerrados deixam de ser dados como mais um espaço-comercial mercantilizado pelo poder hegemônico e passa a ser entendido como espaço vivo, “portador de sentido mais do que um objeto regido por um conjunto de leis” (BESSE *in* DARDEL, 2015, p. 127).

Podemos dizer, concordando com Serpa (2013), que este espaço é resultado dinâmico do presente e do futuro. Nesse sentido, um espaço em construção que tem como agentes socioespaciais geraizeiros/as²⁰, vazanteiros/as²¹, cerradeiros/as, comunidades indígenas, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, pescadores/as, assim como os/as agronegociantes, entes governamentais e as populações urbanas, os quais, a partir de suas territorialidades, constroem espaços de esperanças, forjados pelas r-existências e horizontalidades. Portanto, nesta tese, compreende-se os cerrados como um verdadeiro mosaico sociocultural, distinto do que se propaga pelas representações hegemônicas como um espaço homogêneo e linear de produção monocultora. Os cerrados são plurais, férteis socioespacialmente em suas dimensões do concreto e do simbólico.

Também se pretende com este texto, decolonizar as formas de pensar e agir sobre o espaço, tentando dialogar o saber científico com o saber popular sobre este espaço tão plural que são os cerrados, numa tentativa de afastar-se de “um saber que nivela os relevos, aniquila as diferenças, apaga as cores” (DARDEL, 2015, p. 96). A hegemonia do saber, neste sentido, precisa ser questionada para compreender além do que se coloca como superior, entendendo que toda forma de saber é válida e complementar às demais, assim como nos orienta Lefebvre (2006):

A hegemonia se exerce sobre a sociedade inteira, cultura e saber incluídos, o mais frequente por pessoas interpostas: os políticos, personalidades e partidos, mas também por muitos intelectuais, cientistas. Ela se exerce, portanto, pelas instituições e pelas representações. Hoje em dia, a classe dominante mantém sua hegemonia por todos os meios, aí incluído o saber. O vínculo entre saber e poder torna-se manifesto, o que em nada impede o conhecimento crítico e subversivo e define, ao contrário, a diferença conflitual entre o poder saber ao serviço do poder e o conhecer que não reconhece o poder (LEFEBVRE, 2006, p. 19).

²⁰Geraizeiros/as são agricultores/as dos planaltos, encostas e vales dos Cerrados. A nomenclatura destas populações advém do termo “Gerais” entendido como Cerrado. Segundo seus moradores históricos, antes não havia referência ao Cerrado, apenas aos Gerais, daí o nome geraizeiros (CERRATINGA, 2020).

²¹Os/As vazanteiros/as assim são chamados porque a agricultura praticada por eles/as está associada aos ciclos dos rios (SEMCERRADO, 2020).

Os cerrados são vividos e experienciados por seus povos em diferentes espaços-tempos refletindo uma interação simbiótica e rica entre este Ser tão velho²² e seus habitantes, seres tão novos. São temporalidades distintas coexistindo: o tempo das naturezas cerrados e o tempo das naturezas humanas. Tudo assim, no plural, fazendo-se compreender a pluralidade que comporta a dimensão da vida natural e social.

A paisagem enquanto espacialidade que representa um determinado tempo-espaço em suspensão capturado pelo olhar de quem a observa e a retrata de alguma maneira, seja concreta ou abstrata, escrita ou oral, reflete estas diferentes temporalidades e territorialidades coexistentes nos cerrados. Desde as suas características físico-naturais até as diferentes maneiras de ocupação e vivência. Estas paisagens foram observadas e retratadas ao longo dos anos pelos povos cerratenses, principalmente através das canções. Estas canções, os sons dos cerrados²³ transmitem o olhar do seu povo sobre si mesmo e sobre o ambiente que pertencem. É uma rica análise sobre uma das formas de se compreender os cerrados para além das classificações científicas. Compreendê-lo a partir das narrativas dos seus povos é dialogar com diferentes saberes e valorizar o conhecimento ancestral simbiótico destes seres e seu ambiente de vida.

São muitas as pontes de contato com este universo de canções onde compositores e interpretes nos possibilitam uma intensa compreensão das paisagens dos cerrados com canções que têm cheiros, sabores, memórias. Dentre as personalidades que cantam os cerrados, há de se destacar: Alba Franco, Altair Sales Barbosa, Eurípedes Fontinelle, Mestre Arnaldo e Grupo Batixó, Reis do Melado, Reis Maria de Lara, Reiseiros de Canápolis, Sabino Reis e a Companhia Sons do Cerrado (Coletânea 01 a 13). Em suas obras, o modo de vida das populações, seu cotidiano e sua relação orgânica com a T(t)erra são representados enquanto significado de vida, de r-existência. Tais r-existências vinculam-se às territorialidades construídas historicamente enquanto parte do enfrentamento às territorializações do capital mundializado, mas seguem para além dos embates,

²² Referência ao filme-documentário Ser Tão Velho Cerrado de André D'Elia, 2018.

²³ Título de uma das Coletâneas de discos com canções populares sobre os cerrados. Disponível em: <http://altairsalesbarbosa.blogspot.com/>

constroem paisagens plurais, relações de fortalecimento a partir das horizontalidades, verdadeiros espaços de esperança (SANTOS, 2000; HARVEY, 2004).

No imaginário e nas representações sobre a dinâmica dos cerrados por meio destes agentes socioespaciais aparecem também os conflitos decorrentes da expansão do modelo de desenvolvimento agropecuário monocultor e sua lógica de destruição. Em muitas canções, causos e poemas o sistema produtivo do agronegócio é retratado sob o signo da negatividade, do medo e do estranhamento como se pode observar na letra da canção “Desértica” de autoria de Henrique Soares (2018)

Morcegos metálicos
Bombas de sucção
Pousaram, invadiram
O oeste da Bahia
Terra queimada
Vampiros mecânicos
Cegos sedentos
Vão sugando o sangue dos rios
E o que será da natureza
Sem os pingos da chuva
Sem a fauna e a flora
E do orvalho sem as flores?
E o que será da nossa terra
Sem essa linda paisagem
Sem fonte, sem nada
Desértica?

Desértica – Henrique Soares (2018)

Em Grande Sertão Veredas (ROSA, 2003), um dos maiores e importantes clássicos da literatura nacional, Guimarães Rosa escreve sobre estes cerrados e seus povos, modos de vida articulando natureza e humanidade em suas semelhanças, crenças, conflitos e dores. Retrata as dores e sabores de quem vive nos “gerais”, nos “sertões”, nas “chapadas”, nas veredas. Veredas, estes espaços de fundo de vale, férteis, banhados pelas “divinas” águas, onde os povos dos cerrados plantam seus alimentos, constroem suas casas, criam suas crianças. São nestas veredas, nestes vales e nos gerais que a vida dos/das cerratenses se (re)produz em plenitude. Rosa (2003) através de uma detalhada narrativa descreve as ricas e plurais paisagens dos cerrados e, de forma sensível, revela a oposição entre os “sertões/gerais” e as “veredas”. Rosa impunha estas oposições às características

das paisagens, distintas por sinal, mas também os modos de vida que se inclinavam nestes espaços. Segundo Rosa

O que caracteriza esses gerais são as chapadas (planaltos, amplas elevações de terreno, chatas, às vezes serras mais ou menos tabulares) e os chapadões (grandes imensas chapadas, às vezes séries de chapadas). São de terra péssima, vários tipos sobrepostos de arenito, infértil. [...] E tão poroso, que, quando bate chuva, não se forma lama nem se vêem enxurradas, a água se infiltra, rápida, sem deixar vestígios, nem se vê, logo depois, que choveu. A vegetação é a do cerrado: arvorezinhas tortas, baixas, enfezadas (só persistem porque têm longuíssimas raízes verticais, pivotantes, que mergulham a incríveis profundidades). E o capim, ali, é áspero, de péssima qualidade [...] Árvores, arbustos e má relva, são nas chapadas, de um verde comum, feio, monótono (ROSA, 2003, p. 40).

Numa espécie de oposição e complementação, Rosa aponta as Veredas enquanto espaços de intercâmbio, de comunicação entre os grandes espaços dos gerais

Mas, por entre as chapadas, separando-as (ou, às vezes, mesmo no alto, em depressões no meio das chapadas) há as veredas. São vales de chão argiloso ou turfo-argiloso, onde aflora a água absorvida. Nas veredas há sempre o buriti. De longe a gente avista os buritis, e já sabe: lá se encontra água. A vereda é um oásis. Em relação às chapadas, elas são, as veredas, de belo verde-claro, aprazível, macio. O capim é verdinho-claro, bom. As veredas são férteis. Cheias de animais, de pássaros (ROSA, 2003, p. 41).

A importância das veredas em relação aos gerais é colocada principalmente em relação à sua diversidade associada aos afloramentos de corpos d'água vindo dos aquíferos. Espaços, portanto, que interligam e dão vida dinâmica à toda região. Hoje, a oposição entre estes espaços se amplia e o embate entre territorializações (do capital) e as territorialidades (dos povos) também se acirram.

“Lá em cima, nos gerais é a terra do agro, nós vive aqui nos vale e sofre com os que eles fazem lá em cima” (S.J, 2019).

Agora tem muito pouca caça. Eu mesmo fui criado comendo carne de caça. Antigamente, tinha a ema, o veado, o tatu, tinha o caititu, tinha o porco do mato, tinha anta, tinha capivara, tinha suçuarana. Hoje tem ainda anta, caititu, porco do mato. A gente costumava pescar mais, mas hoje acabaram os peixes. O veneno que vem da serra acabou com os peixes. Você ia no rio, em poucas horas você voltava com uma vasilha de peixe, hoje bate o dia todo, se for possível, e pega um, dois, quando pega. Tinha dourado, pacu, traíra, piabinha. Hoje já tem o tambaqui, o tucunaré. A gente fazia o peixe cozido. Cozinhava ele, fazia o caldo, colocava o caldo com a farinha. Comia e passava o dia todo forte. Até hoje assa, mas feito pirão é mais forte. Naquela cabeceira que vocês desceu, onde tem aquela cerca, ali era uma mata que era uma maravilha do mundo. O veneno da serra desbarrancou aquilo ali. Acabou com a mata. (Fala de um morador da Comunidade Aldeia – Formosa do Rio Preto – BRASIL, 2019, p. 26)

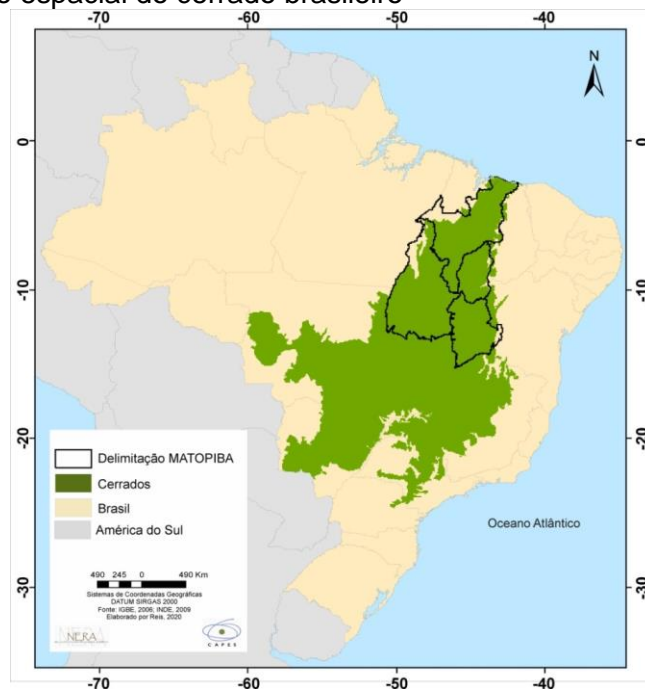
Essas falas nos remetem a estas permanências de oposição entre as “veredas” e os “gerais” que tão bem abordou Guimarães Rosa. Os motivos já não são os mesmos, os agentes socioespaciais também não, mas as referências históricas indicam as permanências, pois é nos “gerais” que o agronegócio territorializou os cerrados com sua monocultura e são nas veredas que os seus povos se organizam em suas territorialidades plurais para a (r)existência e enfrentamento. Diante disso,

O espaço agora se configura como hostil e agressivo e o mundo não é mais o dos voos papagaios, das seriemas ou do peru imperial, mas sim, um ambiente onde a máquina impera e opera para dar a nova expressão ao lugar (BARBOSA; GONTIJO, 2014, p. 140).

2.2 Os bens naturais: a composição orgânica dos cerrados

Também conhecido como o berço das águas, os cerrados se localizam na porção central do Brasil e se configuram enquanto um dos ambientes mais biodiversos do planeta, é o segundo maior domínio morfoclimático brasileiro com uma área de aproximadamente 2,036 milhões de km², cerca de 24% do território nacional. Sua abrangência territorial (Mapa 3) compõe dez estados mais o Distrito Federal: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo e Paraná (MMA, 2009).

Mapa 3 – Distribuição espacial do cerrado brasileiro



A estruturação físico-natural dos cerrados é composta por uma combinação dinâmica dos diversos elementos naturais que, na sua integração constante montam as distintas paisagens. Barbosa (1996) ressalta que os cerrados estão entre as matrizes ambientais mais antigas do planeta, com mais de 40 milhões de anos, este Ser Cerrado, este Ser tão velho²⁴ já alcançou seu estado de clímax, ou seja, seu grau de evolução máxima. Esta afirmação toma grandes proporções no entendimento de que este espaço, estando no nível máximo de evolução, dificilmente reencontra seu equilíbrio dinâmico de maneira rápida quando degradado. As populações dos cerrados, assim também o observa enquanto um grande e antigo organismo vivo e em vias de extinção. Eis a reflexão de Nikolas Behr (2018) em sua poesia:

O cerrado é milagre

o cerrado é milagre, como toda a vida
 (é também pedaço do planeta que desaparece)
 abraço meu irmão pequizeiro
 ando de mãos dadas com as sucupiras
 os jatobás sorriem
 as perobas não dizem nada, apenas sentem
 minhas amigas abelhas são filhas das flores

agora prepare seu coração:
 correntão vai passar e levar tudo
 ninho de passarinho rasteiro também
 depois do correntão brotou o que tinha que brotar
 mas já era tarde – faça fina do arado
 cortou a raiz pela raiz
 e aí não brotou mais nada
 aliás brotou coisa melhor: soja, verdinha, verdinha
 que beleza diziam

olhe bem os cerrados da próxima vez
 rasteje por entre capins e cupins
 e sinta o cheiro do anoitecer

antes de terminar pergunto: quem vai pagar
 a conta de tamanha destruição?
 - “tudo bem, daqui a cem anos estaremos todos mortos”
 disse alguém
 certo, estaremos todos mortos mas nossos netos não
 o cerrado é milagre minha gente.

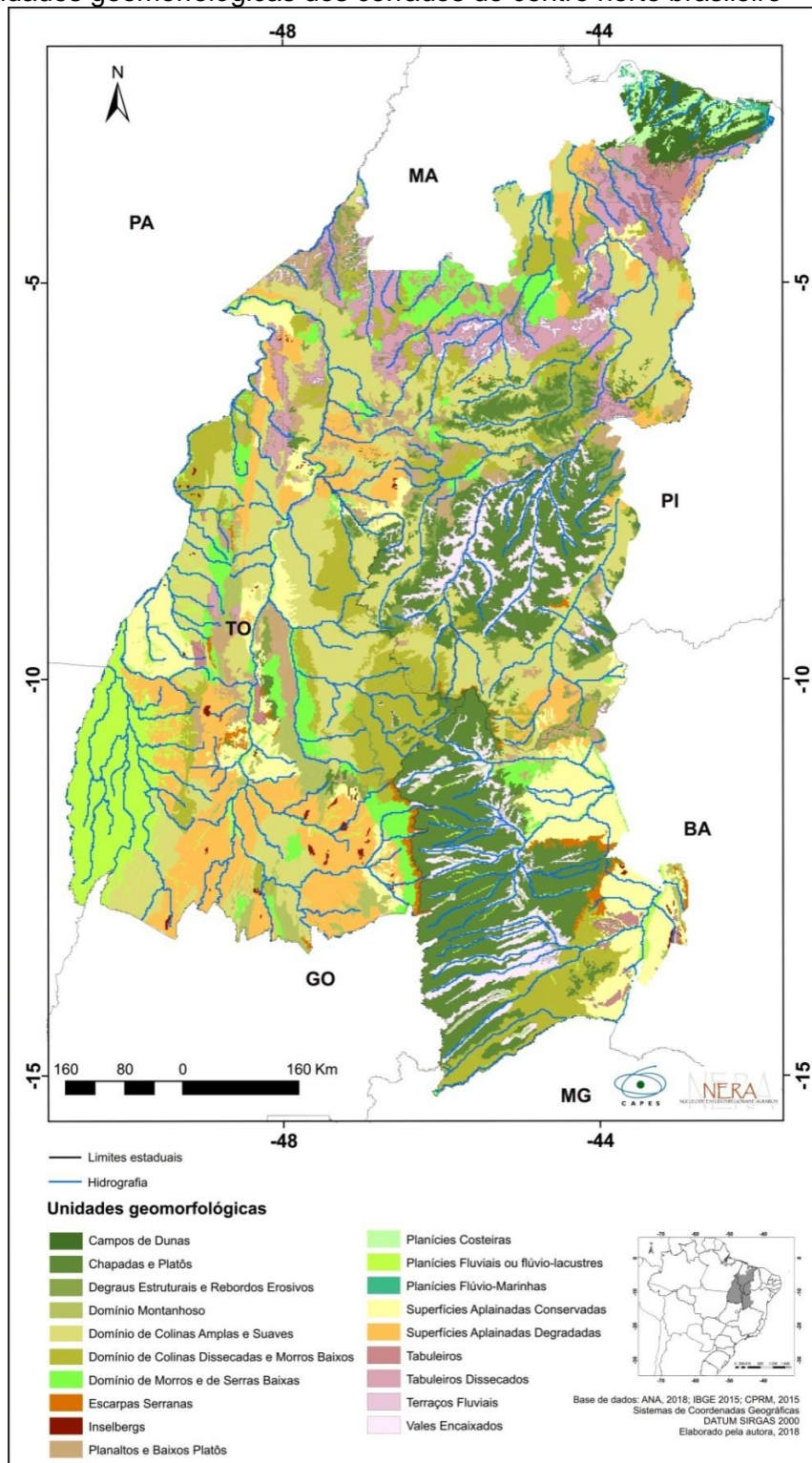
BEHR, N. (2018).

Estes cerrados antigos e cansados se sustentam sobre uma base geológica de substrato sedimentar, que é responsável, em partes, pelas estruturas

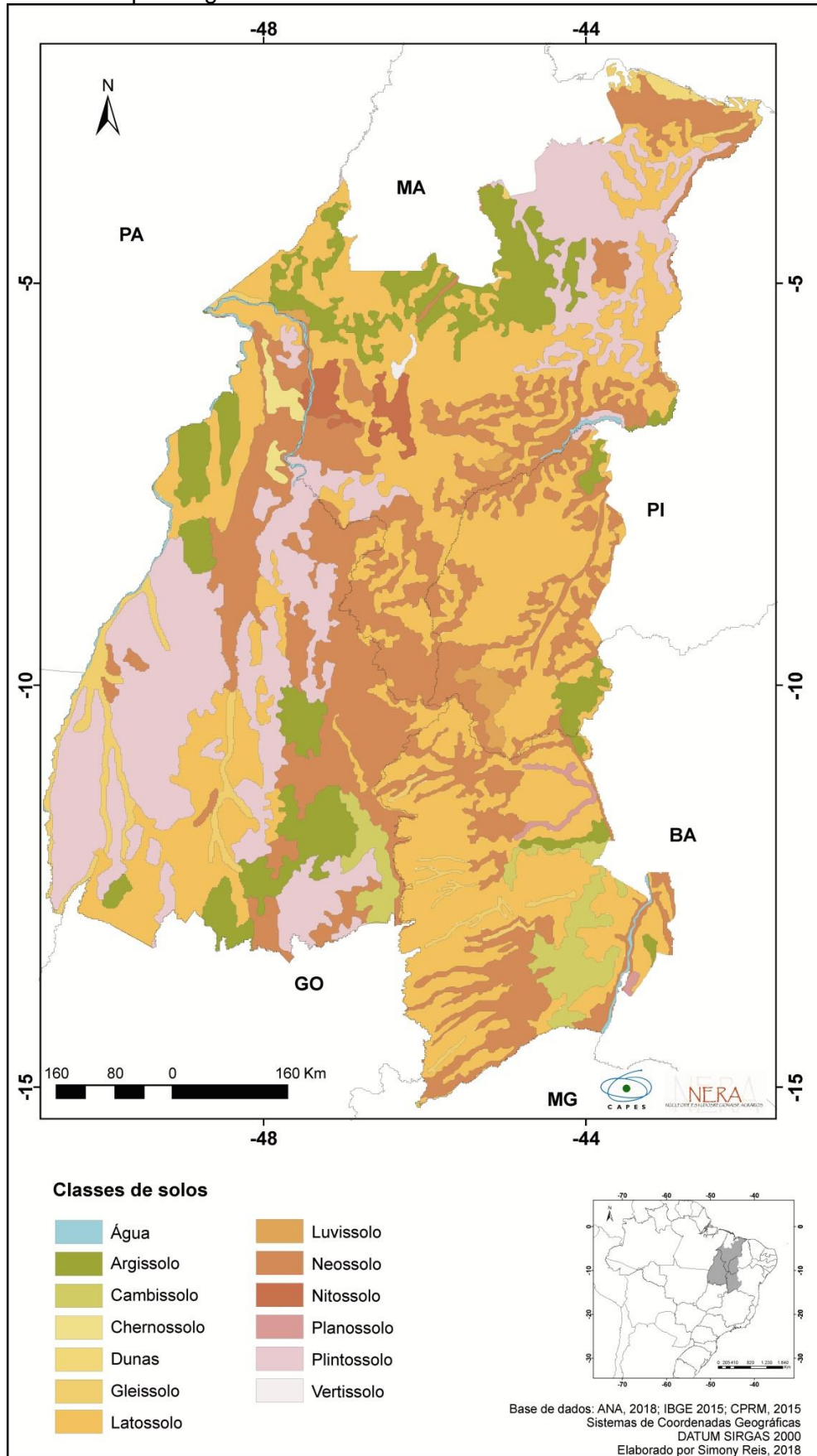
²⁴ Referência ao filme Ser Tão Velho Cerrado de André D'Elia, 2018.

geomorfológicas dos planaltos, chapadões e tabuleiros (Mapa 4), assim como a combinação deste substrato com a tipologia climática com duas estações bem definidas (uma seca, outra chuvosa), resultou na formação dos solos profundos e bastante ácidos decorrentes da lixiviação (Mapa 5).

Mapa 4 – Unidades geomorfológicas dos cerrados do centro norte brasileiro



Mapa 5 – Unidades pedológicas dos cerrados do centro norte brasileiro.



A integração de solos profundos e ácidos, a sazonalidade bem definida, as altitudes variadas e a topografia plana proporcionou a origem de grupos vegetacionais também plurais com características marcantes. Já dizia a poesia

Nem tudo que é torto é errado.
Veja as pernas do Garrincha e
as árvores do cerrado.

Nicolas Behr (2018)

Pois bem, as árvores dos cerrados possuem, em sua grande maioria, essa característica marcante de caules retorcidos decorrente da combinação da acidez dos solos e do regime de chuvas no sistema natural (ISPN, 2016). Uriti, ingá, quaresmeira, cagaita, guariroba, pequi, mama-cadela, paineira, angico, jatobá, canela de ema, ipê, constituem algumas das mais conhecidas plantas nativas dos cerrados, as quais são aproveitadas tanto enquanto alimentos para as populações como também remédios advindos da sabedoria popular. De acordo com a cartilha desenvolvida pelos povos de Fundo e Fecho de Pasto do Correntina – BA²⁵, publicada em parceria com o Instituto Sociedade, População e Natureza, no Cerrado existem mais de 10 mil espécies vegetais identificadas pelos cientistas, sendo que

Cerca de 4.400 dessas espécies são endêmicas, ou seja, só existem nesta região. Muitas delas servem como base para a alimentação humana, entre elas, o pequi, o baru, a cagaita, o jatobá e tantas outras, e medicamentos, como o velame, a lobeira, a calunga, o barbatimão e uma infinidade de plantas usadas ancestralmente pelas populações do Cerrado (ACCFC, 2017, p. 9).

Segundo a Embrapa Cerrado (2013) a vegetação desse bioma é composta por uma diversidade de fisionomias, os quais são descritos em pelo menos 11 tipos principais de vegetação, sistematizados em formações florestais (mata ciliar, mata de galeria, mata seca e cerradão), savânicas (cerrado sentido restrito, parque de cerrado, palmeiral e vereda) e campestres (campo sujo, campo limpo e campo rupestre). Também são reconhecidos mais 25 tipos de vegetação levando em conta os subtipos de cada classificação (Figura 5).

²⁵Comunidades de fundo e fecho de pasto se caracterizam pela posse e uso comunitário da terra e de suas riquezas naturais.

Figura 5 – Demonstrativo dos tipos de vegetação dos cerrados brasileiros.



Fonte: Rede Cerrado, 2020.

Essa riqueza de variedades de formações vegetais serve não somente para uso alimentício e medicinal, mas também como fonte inspiradora dos povos cerratenses que possuem relação forte com os elementos naturais que fazem parte do seu imaginário e do seu dia-a-dia. Isso pode ser observado por meio de uma variedade enorme de publicações, tanto em verso, quanto em prosa e cantoria que refletem a relação sociedade-natureza de forma integrada e poética.

Sobre as paisagens dos cerrados contidas nas memórias, eis uma bela passagem de uma escrevivência²⁶ descrita pelo antropólogo Altair Sales Barbosa em seu blog voltado para o saber científico e poético dos cerrados:

Quando eu era mais jovem, gostava de ficar muito tempo à beira dos rios para ver a piracema da manjuba. Ficava dias. E me perguntava de onde vinha tanto peixe. Na espreita ao lado, vibrava quando surubins e dourados, esganados como sempre, se atiravam sobre o cardume. Gostava de visitar as aguadas, as lagoas que se formavam ao longo dos rios, recheadas de peixes. E, também, descansar de barriga para cima à sombra de um pequizeiro onde inutilmente tentava contar o número dos bandos das aves de arribação. O sabor gelatinoso dos puçás e o agridoce vinho do buriti criavam a sensação de que eu estaria entrando no sétimo céu de Allah, descrito pelo profeta no livro do Alcorão (BARBOSA, 2017, s/p).

Vários são os textos e livros publicados por autores renomados brasileiros que trazem os cerrados, também chamado de sertão, como cenário principal da obra. Haja vista as obras de Cora Coralina, Guimarães Rosa, Seu Valdinho Pereira de Souza e Flávio Paulo Pereira, dentre outros que, com sua viola, caneta e papel cantam os desafios e alegrias de viver no cerrado.

²⁶ O termo escrevivência forjado pela escritora Conceição Evaristo, indica que tanto é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, como cada um escreve o mundo que enfrenta.

Mai belo que o ipê
Nunca vi
E nem vou ver

Mais belo que o ipê
Nem eu
E nem você

Mais belo que o ipê
Não vai ter
ponho fé

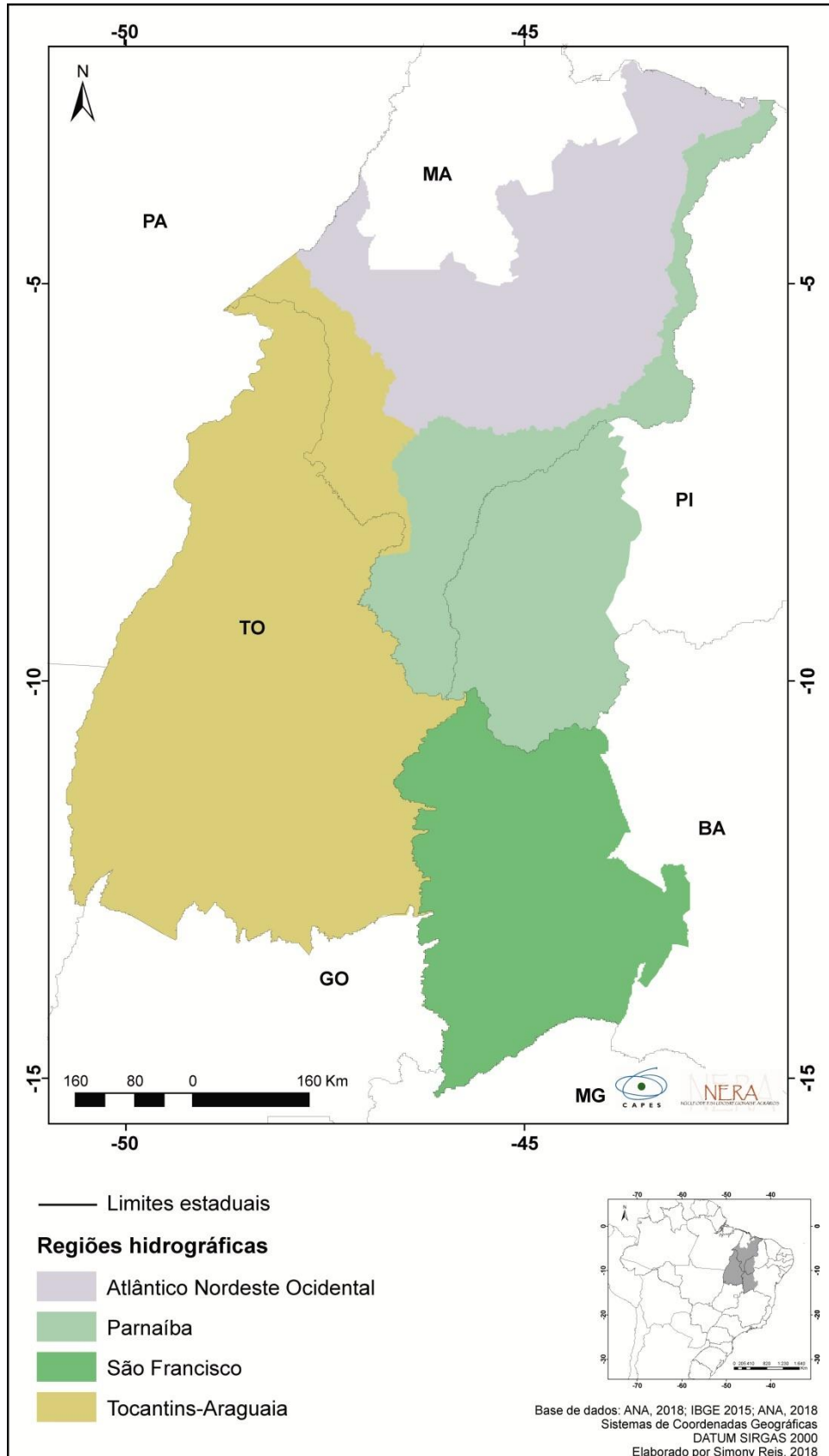
Mai belo que o ipê
Só mesmo
O ipê de pé

(PEREIRA, F. P, 2016)

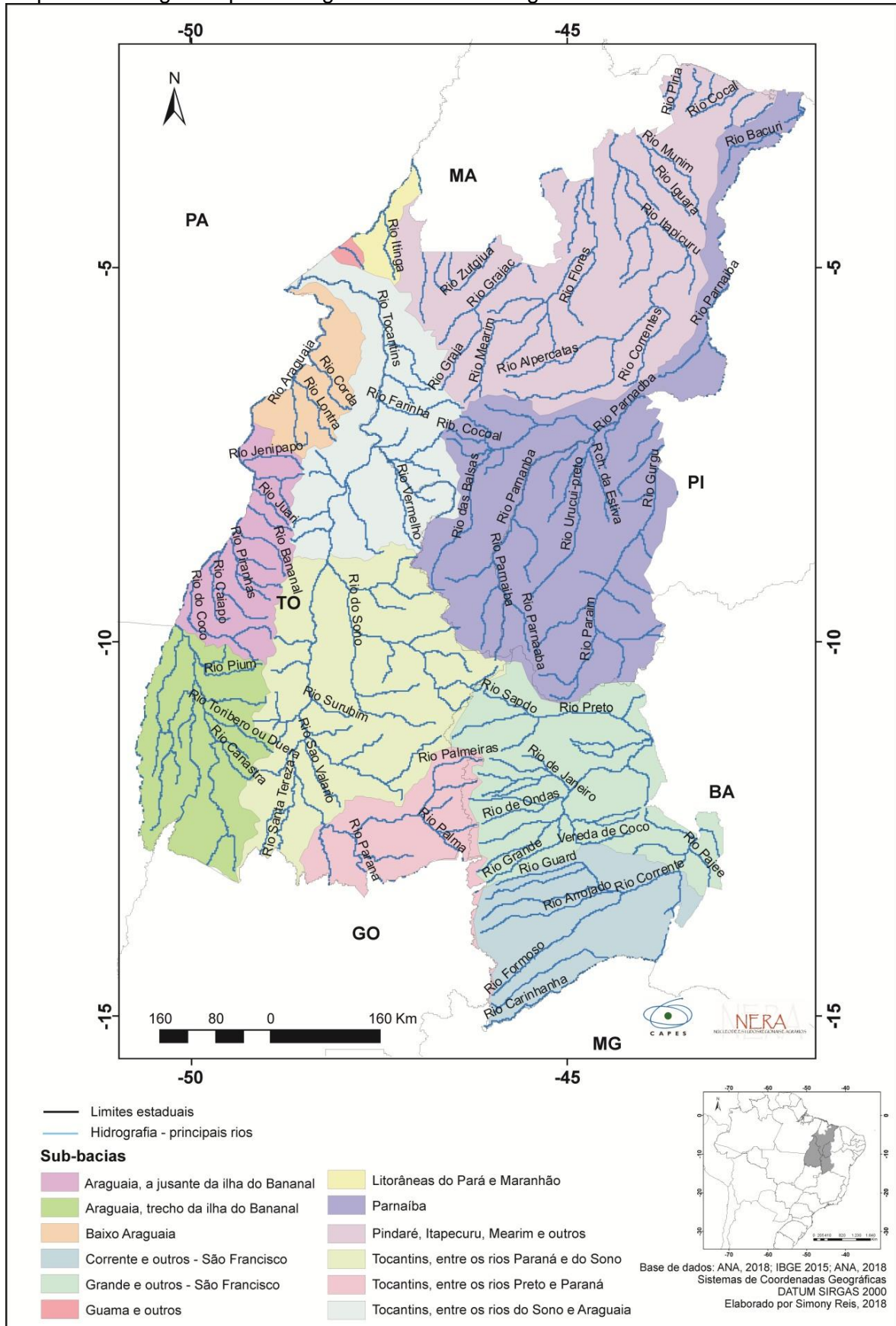
Assim como as formações vegetacionais, os solos e as rochas, as águas dos cerrados são “sagradas”, são fonte de riqueza e de r-existência tanto para as comunidades, quanto para a dinâmica do próprio sistema natural geossistêmico. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2009) nos cerrados se encontram as nascentes das maiores bacias hidrográficas sul-americanas: Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata, destacando sua importância no contexto nacional de recarga hídricas.

Barbosa (2016) destaca a relevância dos cerrados no que se refere às nascentes das principais bacias hidrográficas da América do Sul e dos aquíferos responsáveis pela alimentação de diversas outras bacias e sub-bacias hidrográficas como a bacia do Rio São Francisco que é alimentada por grandes rios nascidos no oeste baiano como o Rio Grande, o Rio Preto e o Rio Corrente. No que se refere aos cerrados do centro norte brasileiro existem quatro grandes regiões hidrográficas que são também responsáveis pela dinâmica geossistêmica hídrica da região e que abastecem as populações dos 337 municípios que as compõem (Mapas 6 e 7).

Mapa 6 – Regiões hidrográficas que abrangem a nova fronteira agrícola do centro norte brasileiro



Mapa 7 – Hidrografia que abrange a nova fronteira agrícola do centro norte brasileiro



Como se pode observar no mapa 7, o aquífero Guarani, Bambuí e o Urucua são os grandes reservatórios de água dos cerrados brasileiros, os quais abastecem importantes bacias, tal como a do São Francisco. A presença de grande número de nascentes nas áreas de cerrados faz desse espaço, como referido anteriormente, um espaço de fronteira. Porém não fronteira no sentido de delimitação territorial, mas sim no encontro com o diferente, uma vez que para os povos dos cerrados as águas são tidas como bem comum e fonte de vida. Já para os empresários do agronegócio, a água faz parte da produção enquanto produto mercantilizado e negociado. A fronteira de pensamento, neste contexto, se mostra cada vez mais profunda, pois a compreensão de como e quem pode ou deve se apropriar das águas vai obedecer a intencionalidades distintas. O professor Altair Sales Barbosa (2006) enfatiza as alterações da dinâmica do sistema hídricos dos cerrados a partir da alteração da cobertura vegetal, assim como o uso desigual das águas.

Como já mencionado, a partir da década de 1970, a vegetação nativa do cerrado, que ocupava os chapadões, campinas e tabuleiros, foi sendo substituída por plantas exóticas. Consequência: o índice pluviométrico continua o mesmo, mas não infiltra como anteriormente. As plantas exóticas introduzidas têm raiz subsuperficial e não chegam a reter 20% das águas; além do mais, como se trata de culturas temporárias, durante uma parte do ano o solo fica desnudo, aumentando a perda de umidade. Acrescenta-se a isso os pivôs centrais que, nos chapadões, são alimentados por meio de poços artesianos (BARBOSA, 2016, p. 26).

Decorrentes dos usos desiguais das águas, diversos são os relatos de extinção de corpos d'água, córregos, riachos e rios em toda extensão dos cerrados, principalmente nas áreas de vale onde as populações vivem, à jusante das áreas de plantio monocultor. Neste processo de "morte das águas" a população não se cala e exerce práticas espaciais que demonstram suas preocupações com o presente e futuro das águas dos cerrados e, por conseguinte, de suas vidas. Dentre estas, podemos explicitar o que ocorreu no município de Correntina em novembro de 2017.

Na ocasião, cerca de mil pessoas invadiram o estabelecimento da Fazenda Igarashi e destruíram os equipamentos responsáveis pela produção agroindustrial (tratores, galpões, bombas hidráulicas e pivôs de irrigação), demonstrando sua "digna raiva" pelo processo desigual de territorialização verticalizada do agronegócio nos seus espaços de vivência (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2018). Nove dias depois, cerca de doze mil pessoas foram às ruas numa manifestação em apoio aos envolvidos pela quebra dos aparelhos da referida fazenda. Nesse ato, eles

solicitaram uma audiência pública para tratar o caso e exigir maior fiscalização dos órgãos públicos em relação ao uso das águas pelas fazendas do agronegócio, as quais são acusadas pela população de serem os culpados pela morte dos rios da região (Figura 6 A e B).

Figura 6 – Manifestação da população do município de Correntina - BA em 11 de novembro de 2017 contra a irrigação para o agronegócio.



Fonte: <https://jornalnovafronteira.com.br/canaaismeio-ambienteii-romaria-do-cerrado-reune-mais-de-duas-mil-pessoas-em-correntina>

A audiência pública solicitada pelos/as moradores/as ocorreu dia 1º de dezembro de 2017 com a presença de representantes do poder público e da sociedade civil, onde foi discutida a gestão das águas da bacia do Rio Corrente e apresentada uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que prevê, entre outras medidas, a regularidade das outorgas concedidas pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) para grandes empreendimentos na região, solicitando um maior comprometimento dos setores de fiscalização.

No site do MP-BA encontra-se uma nota referente às discussões realizadas na referida audiência pública reafirmando a necessidade do poder público rever o sistema de concessão de outorgas de uso água.

A redução de vazões dos rios da região – Rio Arrojado, Rio Correntina ou das Éguas, Rio Guará e outros, todos eles afluentes do Rio Corrente, que por sua vez deságuas no Rio São Francisco – vem sendo denunciada pela população desde 2015 ao Ministério Público, que, por meio da Promotoria Regional Ambiental de Bom Jesus da Lapa, instaurou um inquérito civil para apurar a situação as vazões e a regularidade da concessão de outorgas pelo Inema. As denúncias de que a redução era provocada por grandes captações foram comprovadas pelo Comitê de Bacia do Corrente, que expediu deliberação para que o Inema revisasse as outorgas concedidas, realizasse o cadastramento das captações de água e não emitisse novas outorgas para grandes empreendimentos enquanto não fosse formulado o Plano de Bacia, mas as medidas não foram atendidas. O MP, então, convocou audiência pública para ouvir a população em julho de 2016, e

expediu uma recomendação para que o Inema acatasse a deliberação do Comitê, mas mesmo assim novas outorgas foram expedidas (NOTÍCIAS - MP – BA, 2017).

Segundo Luciana Khoury, promotora ambiental do Ministério Público da Bahia (MP-BA) em entrevista a Liana Melo no Projeto Colabora (2019) sobre a necessidade de revisão, fiscalização e freio na concessão de outorgas de uso das águas no oeste da Bahia, a promotora afirma que “quando as bombas de captação estão em operação, em apenas 12 minutos, o nível da água chega a ser reduzido em 15 centímetros”. Este processo vem gerando uma elevação significativa em relação aos conflitos por água da região.

A apropriação desigual das águas compromete substancialmente a reprodução das populações enquanto seres cerradeiros/cerratenses, geraizeiros/as, ribeirinhos/as, vazanteiros/as e seus diversos outros modos de vida. Neste sentido, a discussão sobre o *front* de expansão do agronegócio perpassa para além da discussão sobre a terra, mas também sobre a água. A água que neste contexto ganha significado para além do sentido mercadológico ou utilitário, como se pode observar nas frases dos cartazes da população nos atos a favor dos cerrados e nas temáticas das Romarias do Cerrado²⁷ (Figura7 A, B e C).

Figura 7– Cartazes de Romarias do Cerrado – Água e Terra são centralidade da reflexão



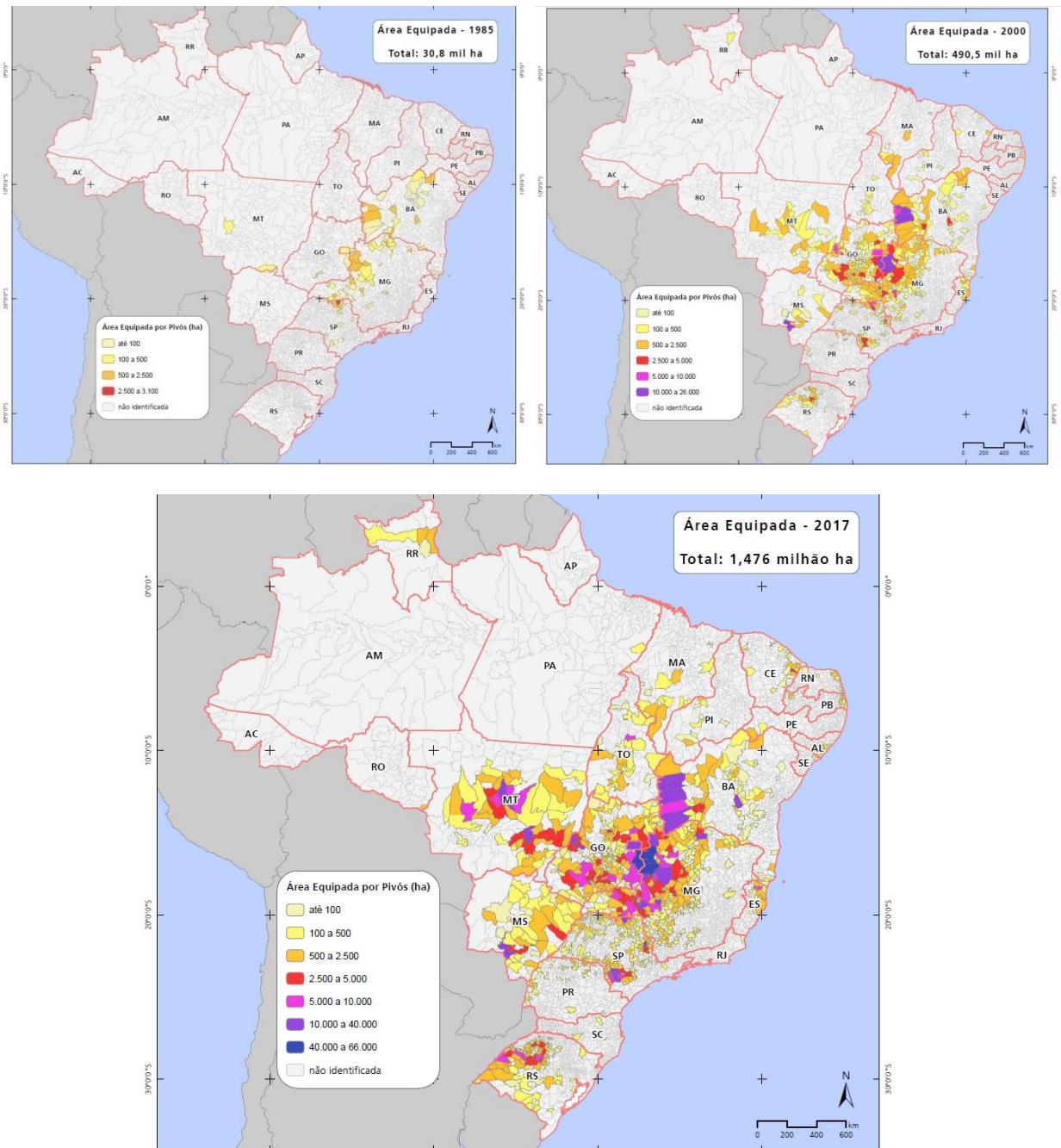
Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2019.

Nesta perspectiva de preocupação intensa com as águas, o poder público responsável pela concessão e fiscalização de uso dos corpos hídricos, segue no

²⁷ Romarias anuais organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em associação com organizações dos povos cerradeiros como um ato de fé e grito político em favor dos cerrados.

caminho oposto, concedendo cada vez mais outorgas de uso das águas para o setor do agronegócio monocultor. A figura 8 expressa a quantidade de outorgas concedidas para os diversos setores do capital em todo o território brasileiro entre os anos de 1985 a 2017.

Figura 8 – Áreas equipadas com pivôs centrais no Brasil (1985, 2000 e 2017).



Fonte: ANA, 2019.

Nota-se que os municípios do oeste da Bahia em 1985 tinham em média 500 a 2.500 ha ocupados por pivôs centrais, tendo um aumento significativo nos anos seguintes. No ano 2000 já passam a se enquadrarem na classe de 10.000 a 26.000 ha e em 2017 na classe de 10.000 a 40.000 hectares ocupados por pivôs centrais.

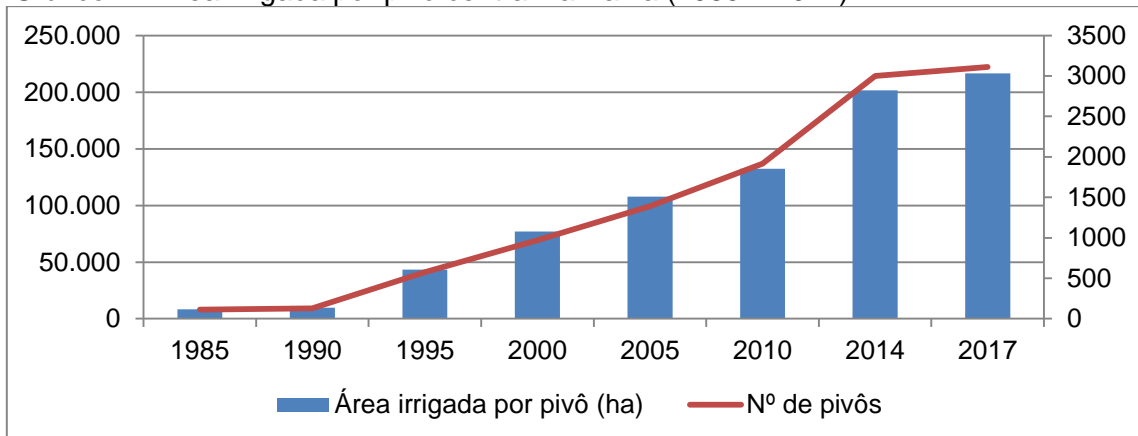
Ampliando o olhar para o Estado da Bahia, os dados apontam um aumento generalizado para as concessões de outorgas de uso das águas. A tabela 1 e o gráfico 1 revelam os dados avassaladores. No total o aumento da área destinada somente à pivôs centrais na Bahia entre os anos 1985 a 2017 foi de 2.486%.

Tabela 1 – Área irrigada por pivô central na Bahia (1985 – 2017)

Ano	Área irrigada por pivô (ha)	Nº de pivôs
1985	8.374	114
1990	9.619	130
1995	43.249	574
2000	76.880	972
2005	107.712	1.391
2010	132.304	1.916
2014	201.524	2.999
2017	216.631	3.110

Fonte: ANA, 2019.

Gráfico 1 - Área irrigada por pivô central na Bahia (1985 – 2017)



Fonte: ANA, 2019

De acordo com os dados do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA, 2016) as outorgas do Sistema Aquífero Urucuia (SAU) atendem principalmente o setor do agronegócio, posto que 93% das outorgas são para irrigação, 3% para abastecimento humano, 3% para abastecimento industrial e 1% para o abastecimento animal. Ainda segundo o INEMA os municípios do oeste da Bahia campeões de uso das águas por meio de outorgas no ano de 2016 foram Luís

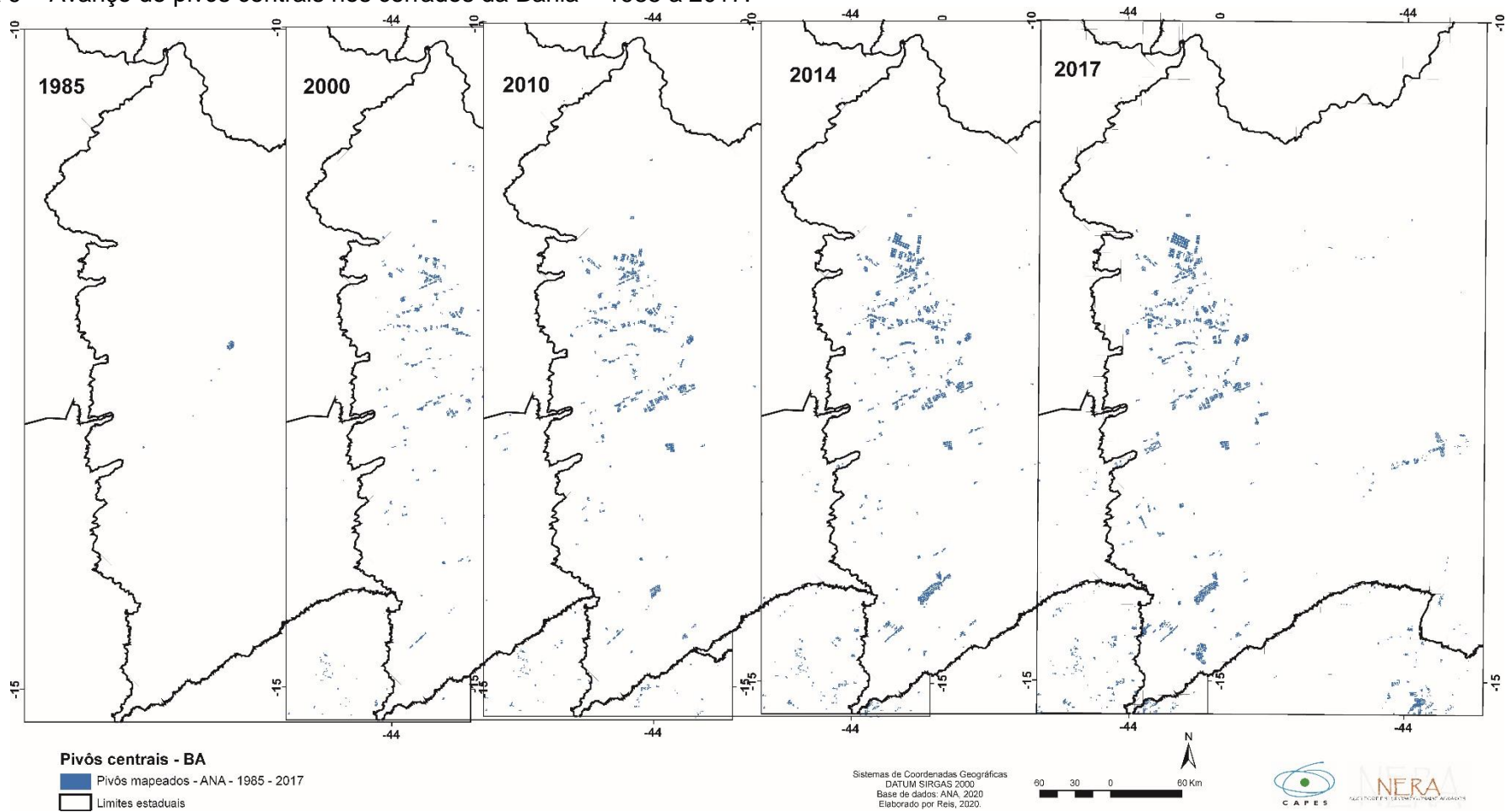
Eduardo Magalhães (5.079 m³/h), São Desidério (3.394 m³/h), Barreiras (2.311 m³/h) e Correntina com uso de 2.139 m³/h.

O número cada vez maior de pivôs centrais nas áreas originalmente de fundo e fecho de pasto como consta na figura 9 representa a lógica empresarial articulada com o Estado e revela, como dito aqui em outros momentos, o projeto de desenvolvimento cuja lógica é puramente econômica e se sobrepõe à todas as demais formas e modos de vida dos cerrados. Percebe-se um avanço acelerado desde 1985 até os dias atuais da quantidade de poços perfurados para captação das águas do aquífero Urucuia, onde não há, de acordo às falas dos povos e representantes sociais locais, fiscalização correta do governo para inibir usos ilegais.

Além dos poços de captação das águas, o enfrentamento em resistência à implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) é muito intenso e atualmente apontado como um dos principais conflitos em toda região do oeste baiano. Segundo o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil da FIOCRUZ e o banco de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANAEEEL, 2020) existem já instaladas 30 PCH's nas Bacias do Rio Grande, Corrente e Carinhanha, e estão em fase de estudo para implementação mais 49 empreendimentos para todo o oeste baiano (FIOCRUZ, 2020).

A população denuncia a falta de diálogo e estudos mais aprofundados sobre os impactos gerados à população local. Apontam que seus modos de obtenção das águas pelos canais artesanais e pesca não são reconhecidos pelo Estado e, portanto, desconsiderados, invisibilizados. As PCH's ao barrarem as águas dos rios, alteram toda dinâmica natural e cultural relacionada ao modo de vida dos povos cerradeiros ao passo que leva ao secamento dos antigos canais de irrigação artesanal que movimentam as águas dos rios até os quintais e plantações familiares e/ou tradicionais.

Figura 9 – Avanço de pivôs centrais nos cerrados da Bahia – 1985 a 2017.

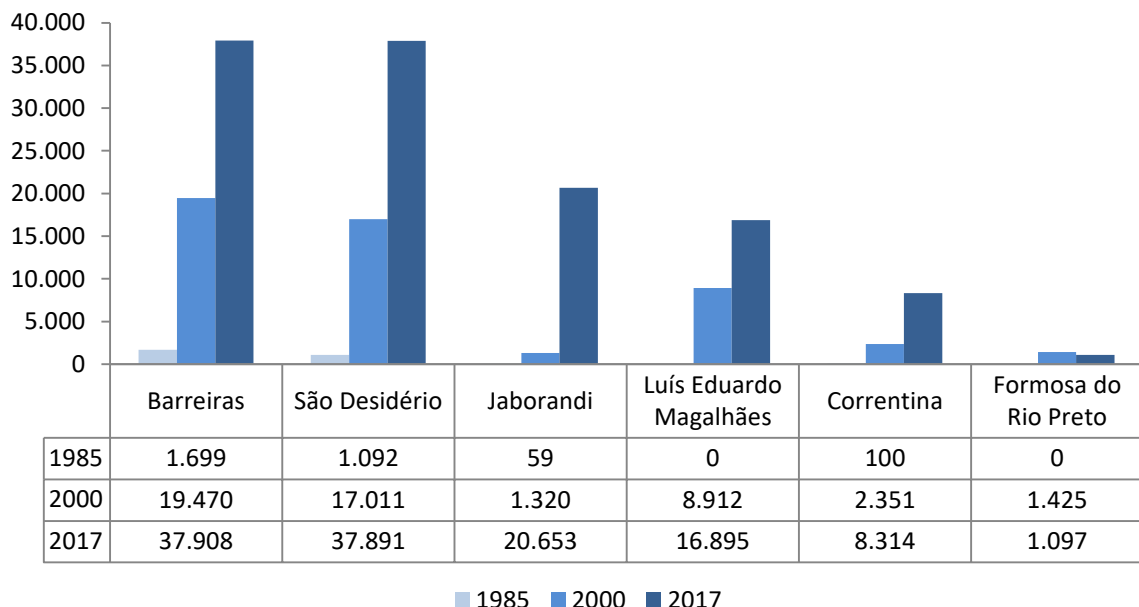


“o que é que é aluvião, que cai de pé corre no chão. H₂O é ouro em pó...” (Baiana System)

É importante ressaltar que devido a escala espacial, um primeiro olhar pode parecer que os pivôs ocupam poucas extensões territoriais, no entanto, quando observamos de perto o tamanho de cada pivô e seu poder de sucção das águas subterrâneas percebemos o quanto sua presença e intensificação são compreendidos como agressão à natureza. Segundo o portal de metadados da Agência Nacional das Águas em 2017, foram identificados 1.476 milhão de hectares irrigados por pivôs centrais no Brasil - área 47 vezes maior que a mapeada em 1985 e o triplo da registrada em 2000. Atualmente Minas Gerais, Goiás, Bahia e São Paulo concentram 77% da área total respectivamente 31%, 18%, 15% e 13% (ANA, 2020).

No oeste da Bahia, seis dos principais municípios que estão sob ação do capital globalizado do agronegócio, apresentam expressivo aumento das áreas destinadas ao plantio com pivô central. No gráfico 2 é possível observar o padrão de aumento das áreas de pivôs, as quais correspondem à elevação do uso das águas subterrâneas.

Gráfico 2 – Área equipada de pivôs centrais por municípios (1985, 2000 e 2017)



Fonte: ANA, 2019

Os estudos de Gaspar (2006) apontam que havia 4.659 poços no Sistema Aquífero Urucuia em 2018 indicando a política de liberação acelerada de outorgas pelas secretarias de recursos hídricos estaduais. Moradores/as das regiões e representantes de organizações sociais denunciam que além da liberação rápida das outorgas de água, tal ação não precede de um Estudo de Impacto Ambiental, nem é de fato fiscalizada pelos órgãos competentes, o que aprofunda ainda mais os usos abusivos e impactos negativos ao ambiente.

O professor Carlos Walter Porto-Gonçalves e o Samuel Brito da Comissão Pastoral da Terra publicaram em 2018 um texto cujo título demonstra a inquietude das populações cerratenses em relação ao aumento significativo dos pivôs centrais em conjunto com a falta de fiscalização do Estado e o abuso do uso pelos empresários: *Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina (BA)*.

Neste texto, o caso de Correntina ganha destaque pela ação popular de indignação coletiva pelo uso exacerbado das águas do Rio Arrojado pela Empresa Fazenda Igarashi e mais que uma questão comercial, o grito “Ninguém vai morrer de sede nas margens do rio Arrojado” carrega em si o sentimento de que aquele rio (o Arrojado) está no imaginário da população enquanto parte de sua história, de suas vidas, de suas infâncias, e ao degradá-lo, reduzir suas águas, assoreá-lo ou matá-lo, estar-se-á fazendo o mesmo com as próprias pessoas, tanto as que habitam no campo quanto no ambiente urbano (MIGNOLO, 2008).

Trago para enriquecer este argumento, duas falas de pessoas que trazem em suas memórias, paisagens de um cerrado rico e banhado por águas correntes e profundas. A primeira se refere ao professor Altair Sales Barbosa que num registro profundo sobre suas sensações ao observar e viver as mudanças de seu lugar de vida, faz referência a um personagem conhecido dos gerais e que até nos dias atuais vive no imaginário popular sobre suas profecias acerca do futuro incerto e tenebroso dos cerrados e seus povos, o velho João-Cego.

Nada das minhas lembranças existe mais, as águas, as piracemas, as lagoas, os pequizeiros, os ranchos de buritis, todos queimados. Aliás, no último pelo qual passei ainda se ouvia o estalar das brasas.

Pensei, meu Deus o que terá acontecido?

Foi aí que recordei das profecias do velho João-Cego, que morava lá pras bandas do Tabuleiro da Conceição e sempre gostava de repetir: “Vocês

mais jovens tomem cuidado, porque chegará um dia em que gente estranha vai pisar neste lugar dizendo para todos bem assim: “Quero terra”. “Quero água”. E, para conseguir esses bens, usará de meios escusos, perigosos e enganadores, que eles escondem atrás de uma botija como se esta fosse do bem. Uma vez instalados, roubarão tudo que é seu, tudo que você ama e construiu, roubarão a vida de vocês que, no fundo, se confunde com a vida dos rios e dos gerais. Eu vim aqui hoje até vocês, para lhes suplicar duas coisas: Espalhem essas notícias e nunca deixem que os forasteiros ou seus mandantes lhes roubem a alma e tirem de vocês a capacidade de sonhar (BARBOSA, 2017, s/p).

Tais lembranças do professor Altair Barbosa remontam à sua infância e adolescência (década de 1960) e quando transportamos estas memórias para os dias atuais através dos demais habitantes dos cerrados, percebemos as continuidades destes processos que causam incertezas, medos, tristeza, desânimo associados com saudade dos tempos idos e a esperança de que algo melhore.

A pesquisadora Liana Melo do projeto Colabora traz numa reportagem com título “Duelo pelo controle da água no oeste da Bahia” (2019), uma memória de um rapaz de 36 anos em relação ao rio Arrojado e sua relação com os dias atuais em meio à degradação ocasionada pelo agronegócio que se instalou na região. Ela relata que ele

[...] lembra a infância, quando tinha medo de tomar banho no Arrojado: “O rio era muito forte”. Hoje, não é mais. As crianças, mesmo aqueles que ainda não sabem nadar, se banham nele, enquanto os maiores podem caminhar pelo rio com água na altura da cintura – cena improvável no passado, especialmente no período chuvoso (MELO, 2019, s/p).

Em ambas memórias, a preocupação com as águas e seus usos é clara, fazendo-nos refletir sobre as continuidades de um processo desigual de uso e ocupação destas paisagens e territórios e como isso influencia na construção das narrativas e memórias dos povos e populações locais.

O conflito pela terra/água nos cerrados baianos não é somente pelo direito de uso, vai além da perspectiva utilitarista e comercial das águas. A relação simbólica e afetiva é muito intensa e durante as reuniões, rodas de conversa e visitas feitas durante o campo (2018/2019), pude observar (para além dos olhos) a força simbólica das águas dos cerrados para com as populações locais. Existe, portanto, “de um lado, grandes usuários que usam a água para fins de acumulação e, de outro lado, usuário em que a água está destinada à reprodução da vida” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 103).

2.3 Um gole de água ao rio: que águas são essas das geografias dos cerrados?

“A chuva trouxe água para encher o pote
Dentro da água tem um espelho cheio d’água
Água pra mim um pingo d’água
Traga pra mim um pingo d’água”

(Baião do Mundo - Tribalistas)

“Eu vim dar um gole de água ao rio”. Essa foi a frase que escutei de uma senhora geraizeira à beira do rio Formoso durante a Romaria do Cerrado, em Jaborandi - BA (2018). Na paisagem que observava, ela com sua singela ação, levou de sua casa uma pequena garrafa com água para dá-la ao rio Formoso, em símbolo de sua afeição e cuidado, tal como uma mãe que alenta seus filhos (Figura 10). Naquele momento, ao ver e sentir a paisagem²⁸ percebi o quanto a água, para aquelas pessoas, significava muito mais que um elemento físico-natural, muito mais que H₂O ou produto comercializável. A água ali era vida, esperança, alimento para alma. E foi a partir disso que decidi escrever este item na tese, pois não poderia deixar oculta essa percepção tão intensa que presenciei em campo.

Figura 10 – Senhora dando um “gole de água” ao Rio Formoso durante a Romaria do Cerrado, Jaborandi – BA (2018).



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2018.

²⁸ De acordo com Eric Dardel, a paisagem mais que vista pode ser sentida, escutada, pois “há na paisagem, uma fisionomia, um olhar, uma escuta, como uma expectativa ou uma lembrança” (DARDEL, 2015, p. 33).

“Tudo é água”, afirmou Tales de Mileto, o filósofo da antiga Grécia do século VI a.C. Nesta água, o primeiro espelho registrado, homens e mulheres podem ver a si mesmos, olhar para dentro de si, descobrir a fluidez de suas vidas. Esta frase de Tales de Mileto é considerada a primeira frase filosófica do Ocidente, uma frase que remonta à compreensão da filosofia da natureza para além do elemento água em sua concretude, mas também e, em muito, sua simbologia, significado místico, cultural, religioso entre tantas outras formas e representações.

Mas, o que é água? O Dicionário de Símbolos traz oito páginas de orientação de significados para a palavra “Água”. As significações simbólicas da água podem reduzir-se a três temas dominantes: fonte de vida, meio para purificação, centro de regenerescência. Esses três temas se encontram nas mais antigas tradições e formam as mais variadas combinações imaginárias – e as mais coerentes também (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2000, p. 15).

A água está presente na vida de todos os seres vivos. Para os seres humanos, é impossível não destacar sua presença em todos os sentidos possíveis. A mesma água que sai das torneiras, dos chuveiros, dos canos e mangueiras é a água que conforta, que agrega, que traz uma sensação de paz ao olhar e se fundir com o corpo. A água que envolve o feto no ventre da mãe, que lava o corpo e os alimentos, a água que alimenta, sacia a sede, conforta a tensão, ajuda no cozimento dos alimentos, a mesma que leva para longe os dejetos impuros e descartados. É esta mesma água que também se comercializa, que é objeto de desejo e disputa, de tristeza, alegria, consolo e esperança.

A história da humanidade nos revela que, em geral, os seres humanos procuraram espaços para sua moradia próximos a áreas com abundância de água, seja de lagos, lagoas, rios, mares, lagunas ou oceanos. Mas algumas civilizações também tiveram o colapso de seus sistemas sociais pelo mau uso dessas águas. Eis o exemplo da sociedade da Mesopotâmia que foi à ruína devido às más práticas de irrigação, o que levou à salinização dos solos e a consequente ruína da agricultura (VENTURI, 2012).

As diversas sociedades ocidentais e orientais trazem em suas constituições o elemento água enquanto centralidade. Segundo Bruni (1994)

Se levarmos em consideração o papel que a água desempenha nas mais variadas culturas humanas, nas religiões, nas cosmogonias, nos mitos, nas artes, nas literaturas, e na própria filosofia, abre-se perante nós toda uma outra perspectiva em que a água deixa de ser apenas parte fundamental da

natureza externa e da vida biológica para tornar-se dimensão essencial da vida especificamente humana. Isto é, na dimensão simbólica que a água diz respeito mais profundamente à vida e ao homem (BRUNI, 1994, p. 57).

Desta forma as águas se tornam paisagem, indicam caminhos e lugares, representam formas de viver e morrer. Gratão (2002) nos fala sobre um sentimento hidrofílico que temos com as águas, uma geograficidade das águas, nascida do profundo vínculo afetivo com elas e todo seu significado. A cosmovisão ameríndia sulamericana também evidencia o olhar/sentir sobre as águas enquanto elemento do sagrado. Em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019, p. 47), Ailton Krenak fala que “[...] a humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também seu avô [...]” é uma humanidade fragmentada, dissociada de sua essência mais profunda, a natureza.

Assim também, os povos de origem africana trazem em suas cosmovisões, cosmogonias e modos de vida, a relação íntima com as águas enquanto elemento vital presente desde o nascimento até a morte

Dos povos de matriz africana escravizados e trazidos ao Brasil, se difundiu a ideia de que nas águas dos rios está Oxum; nas do mar, Yemanjá. A imagem oculta uma realidade mais complexa, que permite ilustrar a importância da água (representada por abebe, o espelho) na visão de mundo dos povos do continente africano. Os povos Kibundo, Kicongo e Unbuntu, arrastados ao Brasil para a escravidão no século XVI, trouxeram as divindades Kissimbi, senhoras de todas as águas, onde Kukueto representa as águas do mar, e Dandalunda as águas dos rios (CPT, 2020, p. 58).

A cultura popular brasileira, tendo origem no híbrido de diversos saberes dos povos que já habitavam estas terras, assim como os daqueles chegados e trazidos, também carrega a relação íntima com as águas, assim como as demais culturas pelo mundo, o que revela certa sincronia dos distintos povos em relação à sacralidade das águas.

A cultura popular brasileira, que é mescla de tantos povos, nos traz a presença de lara, a mãe d'água, mulher formosa que protege os rios e riachos. A Santa Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, foi encontrada nas águas do Rio Paraíba e, desde então, vem realizando milagres incríveis. A água está presente no mundo espiritual de todos os povos. Está no hinduísmo, cristianismo, judaísmo, islamismo, xintoísmo, xamanismo, na wicca, bem como nos mitos e tradições das civilizações originárias pré-hispânicas, das Américas, de África e da Eurásia. Está na alquimia, na filosofia e na maçonaria. É usada para purificação em batismos, despedidas, limpezas espirituais e diferentes rituais de iniciação e continuidade. A água é representada por ondas, pelo espelho, por um triângulo invertido e por um redemoinho. Sobretudo, interpretada como a força feminina contida em tudo o que existe (CPT, 2020, p. 59).

Com a Modernidade e a cientificidade técnica ocidental desde fins do século XVIII, a água deixa de ser essência e passa a ser objeto, tornou-se H₂O, ou seja, “corpo incolor, inodoro, insípido, líquido à temperatura ordinária, resultante da combinação de um volume de oxigênio e dois de hidrogênio e capaz de refratar a luz e dissolver muitos outros corpos” (DELTA-LAROUSSE, 1978, p. 144). Assim, “[...] depois que a água tornou-se objeto da razão científica ocidental, passou a ser um corpo entre outros, muito importante, é certo, mas sem alma, sem sentido, uma coisa morta” (BRUNI, 1993, p. 57). E, dentro do sistema capitalista, o objeto água foi tornado mercadoria.

A transmutação da água, de vida em mercadoria, característica profunda da modernidade, afeta também a integração humanidade-água, separando-as e coisificando ambas em suas distintas referências a serviço do mercado. No entanto, mesmo transformada em mercadoria de modo geral para o sistema, a água exerce funções na vida que impedem a separação por completo. A simbologia persiste nas entranhas humanas, em suas cosmologias, artes, literatura, religiões, mitos, cultos, cosmogonias, ela insiste em sua r-existência, posto que é na dimensão simbólica que a água integra mais profundamente a vida e os seres humanos.

Muito importante é o papel que tem, nessa geografia mítica, o simbolismo aquático. Em todas as religiões, a água intervém como fator de regeneração, de aumento no potencial da vida. “Receptáculo de todos os germes, substância primordial onde nascem todas as formas”, as águas constituem espaço primordial, possuindo mais alto grau de poder de “começar”, de manter prontas as virtualidades, de renovar a energia vital dos seres que nelas mergulham. Tudo naturalmente relacionado com a seiva, o sangue e o leite. Particularmente ativa na chuva fecundante, a água se torna facilmente o símbolo, por excelência da vida, como atestam todas as alusões à “água da vida”, à “fonte da juventude”, aos ritos do batismo e da ilustração (DARDEL, 2015, p.50).

Esse simbolismo aquático está muito presente na vida dos povos cerratenses. Os modos de vida e as territorialidades dos povos dos cerrados estão intimamente relacionados com as águas, especialmente os rios, córregos e riachos que recortam os chapadões e esculpem os vales de oeste a leste formando ao longo do percurso, cachoeiras, quedas d'águas, lagoas, lagos e veredas. Os/As moradores/as reconhecem os nomes de cada rio e trazem nas falas e olhares as lembranças dos “tempos saudáveis” destes. De quando suas águas corriam feito crianças em liberdade, sem limites, barragens ou tanques. As narrativas escutadas ao longo das visitas às comunidades revelam a intimidade das pessoas com os rios, conforme

depoimentos:

Esse rio banhou meu avô, hoje eu tô aqui com ele me banhando também (C. Comunidade dos Gatos);

Minha família toda conhece esse rio, sempre moramos aqui do lado dele (M. Comunidade Boca Negra);

Esse rio hoje tá triste, uma tristeza só... olha como ele corre devagar, maltrataram ele demais! (J. Comunidade Aldeia).

A personificação do rio e de suas águas nos leva à reflexão sobre a aproximação destes e a própria comunidade, como se estes rios também fossem a própria comunidade, um vizinho, um amigo, alguém que se pode contar e que precisa de atenção.

É interessante pensar na perspectiva das águas em si, para além das formas que dispõem na superfície terrestre. Pensar nas águas, substância de vida e morte que em diversas línguas são classificadas como substantivo feminino, tendo nesta dimensão uma simbologia ainda maior e mais profunda, posto que as feminilidades são duramente impostas como inferiores e subalternizadas pela racionalidade ocidental patriarcal hegemônica. Neste sentido, chamar a atenção sobre os elementos naturais, sobretudo, as águas em sua dimensão também simbólica, é pensar em enfrentar o pensamento patriarcal machista que em sua essência carrega a trama da dominação e subordinação do que lhe é diferente.

Neste sentido, a gramática²⁹ dos enfrentamentos ganha corpo e leveza através de práticas espaciais femininas que extrapolam as concretudes e durezas da modernidade. As territorialidades cerratenses nos revelam estas gramáticas de luta, ainda que no lugar de palavras, apareçam lágrimas como as ações das carpideiras no oeste da Bahia. Assim, relação do feminino com a natureza se concretiza também pela figura das carpideiras³⁰, grupos de mulheres que essencialmente choram a morte de pessoas da comunidade, as quais, hoje choram a morte dos corpos d'água, dos riachos, rios, córregos, regos, lagos e lagoas. Em todo o oeste

²⁹ Referência ao livro de Axel Honneth "Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais" (2003). O termo "gramática" é usado para expressar as linguagens do enfrentamento em busca de reconhecimento social.

³⁰ Tendo sua origem em Portugal, as carpideiras eram figuras femininas também chamadas de "rezadeiras" com a função de acompanhar, cantar e chorar em velórios em troca de pagamentos. Com a chegada ao Brasil, poucas continuaram essa atividade com pagamento e alguns grupos ressignificaram a profissão e passaram a exercer enquanto prática religiosa como as carpideiras do oeste baiano (ALVES, 2014).

baiano, as carpideiras estão presentes como símbolo de uma cultura ligada ao fenômeno de despedida do mundo terreno para o espiritual, no entanto, com a velocidade e ferocidade em que as águas vêm sofrendo pelo seu uso comercial, estas mulheres se organizam para chorar e lamentar a morte das águas.

Em grupos, todas de vestes brancas, elas saem pela cidade lamentando, gemendo e entoando cânticos religiosos, clamando pelas águas do oeste da Bahia (Figura 11).

Figura 11 – Carpideiras durante o Simpósio Baiano de Geografia Agrária, na UFOB, Barreiras – BA.



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2019.

Outra prática espacial das populações em relação ao sofrimento das águas é a Romaria do Cerrado, a qual pode ser entendida com uma das mais intensas territorialidades dos povos dos cerrados em defesa de suas vidas, terras, águas e territórios, uma vez que tais territorialidades são também os meios pelo quais nós experimentamos o mundo, imprimimos nossas lutas e o dotamos de significados (RAFFESTIN, 1993; SACK, 2011). É durante as romarias quando povos de vários estados, municípios, povoados e comunidades se unem para refletir sobre a situação da natureza e das águas e clamar através da sua religiosidade, pela vida dos rios e de toda natureza viva.

Durante a 5ª Romaria do Cerrado ocorrida em Jaborandi (BA) em 2018, as palavras de ordem “Sem Cerrados, Sem Água, Sem Vida” ecoavam pelas ruas chamando a atenção para a morte silenciosa dos rios, como gritos de denúncia e súplica as pessoas carregavam consigo e nas suas feições a tristeza e a força de quem perde um ente querido e sente sua vida ameaçada. Neste cenário de práticas

e representações de povos que lutam pela vida do ambiente, um grande enterro coletivo foi representado. Cada pessoa ou comunidade trouxe consigo uma cruz com o nome do rio, córrego ou riacho que morrera em seus espaços de vivência e assim, com cânticos e orações ao longo da procissão, as pessoas ali refletiam a sua integração íntima com as águas e a simbologia real que estas ocupam em suas vidas.

A paisagem da multidão com as cruces elevadas sob sol forte instigava a quem passava ou observava de longe, a pensar sobre o que estava acontecendo: “Mas de quem é a culpa? Será que Deus está nos castigando?” Ouvei alguns questionamentos desse tipo ao longo da caminhada e deixei os ouvidos bem atentos para captar os diálogos e reflexões que iam brotando durante o caminho, me permitindo assim, a apropriação sensível do mundo, para além do olhar.

“A ganância do homem é demais, porque eles lá em cima³¹ fazem isso com a gente?” É perceptível que o híbrido de fé e política se entrelaçam ao compreenderem que aquela triste realidade de morte das águas não se tratava somente de um querer divino, mas sim de escolhas político-econômicas. As narrativas das populações presentes, principalmente mulheres de meia idade e idosos indicavam que, apesar da sua fé, as mudanças efetivas da situação atual vinham do setor político. “A fé sem obra é morta!” gritava uma das organizadoras da Romaria que estava com o microfone à frente do carro de som reafirmando à população que era preciso rezar sim, mas também se movimentar, buscar soluções, denunciar, cobrar mudanças.

Ao longo da grande procissão, paradas para representações teatrais que retratavam as dores das águas e das próprias populações. Jovens se organizaram, selecionaram canções, confeccionaram suas vestes, pintaram vasos de barro e argila que carregavam nas suas cabeças e por meio da arte, denunciaram as agressões ao ambiente ao mesmo tempo em que apontavam os culpados e cobravam ações das autoridades oficiais.

No leito do rio Formoso, mulheres juntaram-se para reproduzir uma cena comum para as populações locais, a lavagem de roupas nas águas do rio, onde,

³¹ “os de lá de cima” é como as populações locais se referem aos agronegociantes que ocupam as áreas altas dos chapadões onde desenvolvem a agricultura mecanizada.

segundo relatos ao longo da Romaria, era o espaço de liberdade para as mulheres de diferentes épocas, ali naquele leito de rio, enquanto faziam sua atividade de lavagem de roupas, elas se sentiam livres, podiam conversar sobre qualquer assunto, homem algum estaria por perto para reprimi-las ou saber de suas intimidades. Este trecho do rio era, e ainda é, o território das lavadeiras, espaço destinado a manutenção de uma atividade tradicional que mantêm firmes a reprodução de suas territorialidades. Este território também foi motivo de disputa, desta vez entre as lavadeiras e os/as comerciantes de bares que fazem das margens do rio um balneário destinado ao lazer e turismo, porém, a ação conjunta das mulheres com o apoio das organizações civis locais, conseguiu, frente à prefeitura, a demarcação das áreas destinadas à manutenção das atividades tradicionais de lavagem de roupas e só adiante alguns metros de distância que os balneários poderiam funcionar.

Durante a Romaria, com cânticos que exaltavam a capacidade de limpeza das águas e de carregar as dores para longe de si, as mulheres lavavam seus lençóis, toalhas, roupas e uma bandeira, a bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB³² (Figura 12). Esta ação proposital e repleta de simbologia trazia em si a mensagem de que elas, as lavadeiras assim como todos e todas que ali estavam, organizados/as socialmente resistiriam aos conflitos e embates sociopolítico-culturais para que aquelas águas continuassem a fluir, a seguir, levando as dores embora e purificando tanto suas vestes, quanto seus corpos e almas.

³² O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento popular brasileiro, surgido a partir do fim da década de 1970 com o objetivo de organizar os atingidos pela construção de barragens para a defesa de seus direitos. Fonte: <https://www.mabnacional.org.br/>, 2020.

Figura 12 – Mulher lava a Bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragens no leito do Rio Formoso durante a 5ª Romaria do Cerrado em Jaborandi-BA (2018)



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2018.

A concepção de re-ligação dos/das cerratenses com as águas dos cerrados se contrapõem ao uso comercial dessas águas pelos representantes do capital mundializado - o agronegócio. E, neste contexto, o conflito de razão, ideias, intencionalidades se estabelece, imprimindo nas paisagens as angústias e contradições. São embates entre territorialidades distintas, que imprimem nas paisagens cerratenses a dinâmica do conflito e das r-existências.

É importante destacar que a interação dos povos dos cerrados com as águas não se trata de uma resposta ao agronegócio, ela é anterior, mesmo antes de sentirem seus lugares invadidos e transformados, posto que o imaginário coletivo está repleto de estórias, cantigas, contos, causos, etc. que destacam esta ligação profunda com as águas e que remontam à épocas em que o agronegócio ainda não havia se estabelecido na região. Este repertório pode ser encontrado no livro de Seu Zluz (2018) cujo título é “Rebeldia: Sonhos e Utopias, causos do Rio Corrente” em que de forma bastante lúdica reconta a história da região trazendo elementos da cultura, política e economia locais.

No entanto, a resistência ao agronegócio e, principalmente, ao hidronegócio, fez com que houvesse um reforço ainda maior nesta ligação com as águas, fazendo com que as populações dos cerrados lutassem em defesa da vida e das águas de forma mais intensa e organizada. O documentário “Nas Corredeiras do Movimento” (2019) de Amanda Alves retrata a luta dos povos dos cerrados em defesa das águas através do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e ao longo das narrativas,

D. Idalina Meira (ribeirinha de Jaborandi/BA) reforça essa simbiose dos seres cerratenses com as águas:

ele (o rio Formoso) é a vida e a sobrevivência também. A gente não sabe, não aprendeu viver sem esse rio. Quando chegou pra nós as empresas que nós considera sempre como empresa de destruição, que a gente sabe que é de morte né? Porque quando alguém acha que é desenvolvimento pra nós é sinal de morte, porque tira nossa vida, tira nossa liberdade, tira tudo que a gente tinha e que a gente tem até hoje né? Pelo mínimo que a gente tem, tá diminuindo muito, mas pra nós sempre foi sinal muito forte (D. Idalina *in* ALVES, 2019).

Mais adiante D. Idalina ainda reforça

A grande riqueza que nós temos aqui, que são nossos rios e as árvores que a gente tá vendo a cada dia diminuindo e a gente não quer que isso se acaba, porque se acaba isso aqui, acaba nossa vida (D. Idalina *in* ALVES, 2019).

Nas fotos 13, 14, 15, 16 e 17 a paisagem observada demonstra essa simbiose que D. Idalina fala, esta relação de pertencimento para com as águas. As cruces, balaios, sextos, faixas, potes e cânticos formam um conjunto de símbolos para compor uma narrativa contra hegemônica, uma narrativa voltada para a natureza e os seres humanos que dependem dela, uma verdadeira gramática de lutas.

Esta caminhada repleta de simbologias, este grande enterro dos corpos d'água são práticas e representações espaciais dos povos que lutam contra a invisibilidade e pela vontade de manterem seus modos de vida vivos. Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida! Era o lema da Romaria naquele ano e a frase mais ecoada era “Ninguém vai morrer de sede às margens dos rios dos cerrados³³”. Não são meras palavras, são sentimentos, são termos que remetem à pluralidade de cosmovisões e racionalidades que se entendem integrantes da natureza, e por isso, pedem socorro, exigem respeito.

³³ Alusão à frase proferida durante o grande ato popular em Correntina contra a Fazenda Igarashi, (2017), quando uma professora gritou em meio a quase 12 mil pessoas: “Ninguém vai morrer de sede às margens do rio Arrojado!”. Desde então, essa frase virou um grito de guerra para as populações do oeste da Bahia.

Figura 13 – Cruz com nomes de corpos d’água que morreram.



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2018.

Figura 14 – Cruz da Comunidade Aldeia Boca Negra.



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2018.

Figura 15 – Cruzes com os nomes dos corpos d’água mortos na região



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2018.

Figura 16 – Peneira com nomes dos riachos que morreram



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2018.

Figura 17 – Caminhada da Romaria do cerrado



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2018.

2.3.1 A Cruz geraizeira – o “Calvário Geraizeiro”

A Cruz em sua concepção original representava os quatros pontos cardeais e o ciclo da natureza³⁴ antes mesmo de se tornar o maior símbolo do cristianismo, hoje para o ocidente a cruz é sinal de vida, morte, esperança e resiliência, aspectos ligados diretamente à religião cristã. Este símbolo, através do colonialismo e da colonialidade, se faz presente na vida de todos nós brasileiros/as, desde a invasão europeia e desde então, a busca por metas tidas como inalcançáveis ou pedido de proteção é mediada pelo símbolo da cruz. Assim também, os povos dos cerrados o fazem e trazem consigo as cruzes que representam os seus calvários, suas lutas diárias, sua esperança de proteção.

Neste sentido, a cruz geraizeira se configura como um dos maiores símbolos de luta e resistência ao mesmo tempo representa a morte e a vida da natureza e de seu povo; esta cruz (a geraizeira) é feita com o tronco do Buriti-mirim³⁵, árvore comum dos cerrados baianos. Para os povos ameríndios, a palavra Buriti significa “árvore da vida”, fazendo referência às múltiplas possibilidades de aproveitamento que a árvore é capaz de fornecer para a reprodução da vida, desde matéria-prima para construir suas casas até servir de alimento. Seguindo esta concepção, os povos dos cerrados trazem consigo, na representação da Cruz Geraizeira, a ancestralidade do saber e da resiliência da cosmovisão ameríndia.

Repleta de espinhos grandes e fortes, o tronco do Buriti-mirim mantém a característica verde mesmo já retirado da terra e aos poucos vai secando, mudando sua coloração e seu espinhos se tornam mais fortes e coesos. Segundo uma das organizadoras da 5ª Romaria do Cerrado Sr.^a J. a cruz é tida como representação do próprio povo, “A gente se identifica com ela (a cruz) porque ela é pequenininha no meio de tanta gente, mas se destaca e a gente se vê nela” (Sr.^a J. – CPT – Santa Maria da Vitória, 2018).

As figuras 18 e 19 ilustram a Romaria do Cerrado que era guiada pela Cruz Geraizeira (a cruz com chapéu de palha nas fotografias). Esta cruz foi construída

³⁴ Para mais detalhes: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/cruz/>

³⁵ Também chamado de Buritirana (*Mauritiella Armata*) possui caules geralmente múltiplos, de 2-20m de altura e 8-30cm de diâmetro, cobertos intensamente na base por espinhos cônicos, rígidos, de até 8cm de comprimento (CERRACATINGA, 2020).

espontaneamente por um geraizeiro da Comunidade do Salto em Correntina, Seu Joaquim que a levou na primeira Romaria do Cerrado (2014) onde foi abraçada pela comunidade geral e desde então é o símbolo central da resistência dos cerrados e de seus povos representando o cerrado vivo.

Figura 18 – Procissão das cruzes



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2018.

Figura 19 – Cruz geraizeira – símbolo da resistência



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2018.

A cruz que guia as demais durante o calvário traz em seu topo um pequeno chapéu de palha e em seu tronco, fitas coloridas amarradas e seguras por crianças da comunidade. Virou tradição, a cada ano a cruz vai para uma comunidade diferente a depender de onde ocorrerá a próxima Romaria do Cerrado, assim, representa a força que se mantém viva em cada romaria.

Já ocorreram seis edições (Quadro 1) da Semana e Romaria do Cerrado na Bahia, seriam 8 se não fosse a Pandemia de Covid-19 que impossibilitou a realização da Romaria do Cerrado nos anos de 2020 e 2021 da forma que sempre ocorreu, sendo, nestes referidos anos, representadas em forma de eventos e discussões virtuais. Desde a primeira Romaria, em Côcos (2014), a cruz geraizeira se tornou uma cruz peregrina e a cada ano, as comunidades dos municípios que recebem a romaria se tornam guardiões da Cruz até a próxima.

Quadro 1 – Semanas e Romarias do Cerrado na Bahia

Município	Ano	Tema
1ª Cocos	2014	Cerrado em pé: do berço das águas um clamor pela vida!
2ª Correntina	2015	Cerrado em pé: a vida brota das águas.
3ª Canápolis	2016	Cerrado em pé: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida.
4ª Santa Maria da Vitória	2017	Cerrado em pé: Rio Corrente, corrente até quando?
5ª Jaborandi	2018	Cerrado em pé: As águas que geram vida não podem morrer!
6ª Coribe	2019	Cerrado em pé: Na profundidade das águas, um clamor pela vida.

Fonte: CPT, 2020.

Os temas de cada Romaria trazem a questão da água enquanto centralidade, discutindo e debatendo entre os povos dos cerrados a importância deste bem para a manutenção da vida e tudo que ela representa. A ideia da Romaria do Cerrado, conforme a Cartilha da 6ª Semana e Romaria do Cerrado realizada em Coribe – BA em 2019

Surgiu a partir da iniciativa das comunidades, pastorais, entidades, organizações e movimentos sociais que atuam na região, sentindo a necessidade de “fazer ecoar o clamor” do Cerrado e do seu povo diante da intensa degradação deste bioma, causado pelo avanço do agronegócio e as mudanças climáticas que vem gerando a diminuição e desaparecimento das águas nesta região. Durante a Semana e Romaria do Cerrado são realizadas atividades de visitas, levantamento da realidade, trocas de experiências, reuniões, celebrações, seminários de formação, exposições fotográficas, palestras em escolas, partilhas de saberes, sabores e eventos culturais (CARTILHA DA 6ª SEMANA E ROMARIA – CORIBE - BA, 2019).

O dia da Romaria é precedido de uma semana de visitas às comunidades pelos/pelas organizadores/as, onde são discutidas as principais angústias das populações em relação às águas e às terras. Estes momentos são híbridos de narrativas de fé e política, pois apesar da Romaria ser organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma entidade originalmente religiosa, os assuntos discutidos têm fundamentação política em busca da luta pelo direito à vida não só das populações, mas também da natureza.

Em 2018 participei destas visitas e das reuniões para apresentar e debater o tema da romaria daquele ano (“Cerrado em pé: As águas que geram vida não podem morrer!”). As narrativas foram profundas, compreendi a existência de dois cerrados: o de cima (chapadão) e o de baixo (os vales) e que é muito clara a percepção daquelas pessoas que estão sofrendo junto com as águas em decorrência do “agroterrorismo”, do “projeto de morte” para o cerrado. Foram essas as expressões que escutei em todas as visitas e discussões com os grupos das comunidades.

A rede de pessoas e comunidades em defesa das águas é inspiradora. Há anos que muitos deles e delas monitoram suas águas, observando e registrando mudanças nas paisagens e nos corpos d'água e quando secam, fazem o registro com nome, localização e fotos, mas esses fatos têm se ampliado e com tanta velocidade que não conseguem acompanhar as mudanças, como afirma S^a. J.

Nós não vamos no cerrado, nós vamos no vale. O cerrado tá lá em cima ocupado, mas olhando pro vale, vamos estar certificando o que mudou nesse vale depois da ocupação lá em cima (Sr^a. J. CPT – Santa Maria da Vitória, 2018).

Outra fala nesta mesma perspectiva durante as reuniões foi a do Sr. S. B. em que destaca

Problemas que a gente começou a identificar: O primeiro deles é mais ou menos na altura de Correntina ali a gente viu a migração de nascentes. Um exemplo típico, porque tinha vereda na nascente e ela começa a secar de cima pra baixo, então a nascente vai migrando, vai nascendo pra baixo, procurando água até que seca o riacho totalmente (Sr. S. B., 2018).

E neste ritmo, as vozes das corredeiras vão se calando, silenciadas pela sucção dos pivôs, piscinões para irrigação das imensas lavouras de monocultura. As nascentes, berçários dos rios encontrando-se ameaçadas, migram assim como as populações que se deslocam em busca de melhores condições de vida. Essas nascentes buscam, também, terreno seguro para brotar e desaguar.

Nos anos de 2020 e 2021, devido às medidas de isolamento social decorrentes da Pandemia da COVID 19, a Romaria do Cerrado não pode ser realizada e, portanto, a cruz geraizeira permanece no município de Coribe. No entanto, as populações dos cerrados se organizaram mais uma vez para se adequar à nova realidade e, por meio das plataformas virtuais e redes sociais realizaram encontros e mesas de discussão para que suas lutas e articulações não sofressem danos.

É relevante ressaltar que o espaço das romarias construído e percebido por estes povos, traduz em suas práticas e representações um saber que nasce da observação da natureza, este saber outrora desqualificado pela colonialidade da racionalidade hegemônica. As narrativas trazidas nestes espaços de resistências revelam este saber que se interliga às concepções iniciais da ciência, e rejeitado ao longo do tempo. Trazer estes saberes, este conhecimento à luz para compreender a dinâmica dos cerrados, é reconhecer sua importância e mais que isso, buscar a

descolonização do pensamento, se colocar no lugar de escuta e aprender com os que vivem e experienciam seus lugares, produzem espaços, cujas lógicas diferem e se distanciam da pura mercantilização da vida.

O impacto do projeto desenvolvimentista representa uma grave ameaça não somente ao bioma cerrado e toda sua diversidade de fauna, flora e sistemas aquáticos, coloca em risco todos os modos de vida e ancestralidades que trazem em seu imaginário e histórias de vida a relação simbólica com estes que se configuram como lugares, paisagens e territórios, os cerrados e suas múltiplas representações. É o que Fabiano Silva Joia traz em sua narrativa em forma de poema cujo título é “Cerrado em pé, vida a pulsar”:

Eu só queria um pequi para eu comer,
 Sua castanha para eu roer,
 Queria um cajuzinho para eu chupar,
 Uma umburana para minha vó fazer chá
 E uma sucupira para minha mazela curar;
 Eu queria um jatobá,
 Queria vê o papagaio no buritizeiro barulhar
 E o mel da abelha para me lambuzar;
 Onde está o lobo-guará?
 Não vejo mais o tatu a cavar
 E nem o macuco a cantar;
 Não há árvores a sombrear,
 Não tem peixe no rio a nadar
 E os rios estão a secar;
 Mas estamos aqui a lutar,
 Fazendo nosso brado retumbar:
 Deixem o Cerrado respirar,
 Cerrado em pé, vida a pulsar.

(Fabiano Silva Joia, Coribe, 09 de agosto de 2019).

3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NOS CERRADOS DO CENTRO NORTE BRASILEIRO

3.1 Notas introdutórias

*Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
 Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
 Que não são embora sejam.
 Que não falam idiomas, falam dialetos.
 Que não praticam religiões, praticam superstições.
 Que não fazem arte, fazem artesanato.
 Que não são seres humanos, são recursos humanos.
 Que não tem cultura, têm folclore.
 Que não têm cara, têm braços.
 Que não têm nome, têm número.
 Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
 Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.*

Eduardo Galeano, 2019

O longo caminho trilhado pelas populações pelo direito de uso e posse da terra nos chama ao diálogo acerca da apropriação desigual dos elementos naturais no Brasil, que remonta ao período colonial e que persiste até os dias atuais com nova roupagem e sistemas ainda mais complexos e profundos que outrora. Um processo costurado a várias mãos, estrategicamente voltado para a negação de direitos, negação do básico para sobrevivência, negação dos seus saberes e conhecimentos, assim como negação de suas próprias (re)produções socioespaciais. Um processo de geração de vários ninguéns que, transmutados em números, geram riquezas para aqueles que os dominam.

A formação da sociedade brasileira é fundamentada em modos de produção basicamente rurais, hegemonicamente ligados às necessidades externas, afirma-se modos no plural por entender que apesar da hegemonia do modo de produção capitalista no campo brasileiro, outros modos de produção se desenvolvem em escalas e temporalidades diferentes. O campesinato, o fundo e fecho de pasto, as áreas de cultivos comunais são desses outros modos de produção presentes no território brasileiro e que coexistem com tantos outros modos nas paisagens-territórios dos cerrados do centro norte brasileiro.

A sociedade brasileira é reflexo da dominação e expropriação de determinados grupos sociais em detrimento de outros. Nesta perspectiva, e antes de adentrar nas etapas dos modos de produção no campo, é importante fazer uma

ressalva. Chamar a atenção para a função social da história que nos foi contada. Quem escreveu a história, quem redigiu os capítulos dessa história de pouco mais de 500 anos tem o seu lugar de fala que, certamente não era a senzala, nem a favela, pouco menos os aglomerados subnormais de hoje dos campos e das cidades.

Retomar os lugares de fala daqueles que, por meio do poder, subjugarão populações inteiras é olhar para o passado e enxergar o presente. Eis pois, a necessidade desta reflexão para compreender de fato a formação da nossa sociedade atual com toda sua contradição e complexidade. É entender que rural e urbano formam uma teia dinâmica e que, na divisão internacional do trabalho, o Brasil sempre esteve na posição servil. Questões como racismo estrutural e institucional, patriarcado, machismo, escravidão e sexismo perpassam a compreensão das dinâmicas históricas do campo brasileiro.

O que está em discussão aqui perpassa as explicações marxistas da produção desigual do espaço, o que se coloca em pauta é a razão pela qual estes processos se sucederam e seus desdobramentos materiais e imateriais na dinâmica espacial. O valor de uso do bem comum é transmutado em valor de troca de recursos e, neste sentido, a mercantilização da natureza se torna base para a fundamentação do desenvolvimento desigual e combinado em solo brasileiro. Neste sentido, Smith (1988, p. 19) afirma que “é possível ver o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão geográfica da contradição mais fundamental entre o valor de uso e valor de troca”. Este processo não se deu de forma pacífica nem mesmo linear, as (r)existências sempre estiveram presentes ainda que invisibilizadas por aqueles/as que escreveram a história.

Discutir a formação da sociedade brasileira e, principalmente as (re)organizações espaciais no campo brasileiro, é compreender as diferentes formas de apropriação e “da produção da natureza que, de alguma maneira, se reduz à discussão do valor de uso, do valor, e do valor de troca” (SMITH, 1988, p.20). Esta discussão de valor de uso e valor de troca, aqui será interpretada pela luz da racionalidade, ou seja, pela construção histórica de formação intelectual de um pensamento. O que se coloca de imediato à reflexão é o caráter antropocêntrico e economicista desta racionalidade centrada na dominação da natureza, pois é aqui

que se fundamenta o surgimento e expansão do capitalismo e todos os demais processos que lhe são oriundos. Ao contrário do que se afirma

Nenhum país, nenhuma sociedade produz ferro, petróleo ou água. Ao contrário do que crê o antropocentrismo e um de seus desdobramentos, a ideologia produtivista que grassa entre liberais e certas correntes marxistas, somos extratores porque não os produzimos (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 20).

Esta reflexão é importante para que possamos descortinar outras possibilidades de vida, outras perspectivas de razão que não a hegemônica e nisso buscar alternativas ao desenvolvimento (DILGER *et al*, 2016).

Muito se tem estudado na perspectiva de compreender as dinâmicas dos projetos de desenvolvimento voltados para o campo brasileiro associadas ao agronegócio globalizado. Isso se deve, primeiramente pelo contínuo processo de inserção do Brasil nos processos produtivos imbuídos pelo meio-técnico-científico-informacional, e hoje também virtual, que se configura como expressão física e estrutural do capitalismo. Neste sentido, é imprescindível refletir sobre o processo de globalização para então compreender suas articulações com o campo brasileiro até chegar aos cerrados do centro norte brasileiro, especialmente os da Bahia.

A globalização enquanto fábula e perversidade (SANTOS, 2001) revela a dialética contraditória presente neste processo em que as narrativas daqueles/as agentes socioespaciais que controlam os sistemas econômico-produtivos mundiais e a realidade concreta se diferem substancialmente.

Há de se destacar uma breve concepção filosófica acerca do mundo construído pelas sociedades e os fundamentos que culminaram na globalização do capital. O motor que impulsiona o capital é a circulação de mercadorias e para que isso ocorra no sentido exponencial é preciso fazer com que as necessidades humanas sejam cada vez maiores e mais complexas.

Ortega y Gasset (1963) retoma o conceito de necessidade para compreender o sentido da técnica e de como esta modificou todas as relações sociais e tornou os homens e as mulheres, em homens e mulheres de fato. Neste sentido, a técnica é por ele definida como “a reforma que o homem³⁶ impõe à natureza em vista da

³⁶ A palavra Homem aqui utilizada pelos autores carrega o machismo estrutural que apaga da história as mulheres, pois “Ao fazer com que o termo ‘homem’ incluísse ‘mulher’, atribuindo-lhe a representação de toda humanidade” (LERNER, 2019, p.270) o sistema patriarcal oculta a

satisfação de suas necessidades” (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 5) destacando que “a técnica é o contrário da adaptação do sujeito ao meio, posto que é a adaptação do meio ao sujeito” (p. 6). No entanto o que são essas necessidades? Como definir quais as necessidades humanas numa sociedade tão diversa? Simples: criando-as.

O bem-estar neste contexto aparece enquanto alcance das necessidades criadas. “Não basta viver, é preciso viver bem” (p.7), mas então o que seria este “bem”? Seria o supérfluo, o extra frente às questões básicas de sobrevivência e neste sentido a busca por este bem-estar nos leva a um caminho difuso e sem perspectiva de finitude, posto que as necessidades possuem dinâmicas associadas ao tempo-espaço de cada período histórico que estão sempre em construção. Assim

Basta com que mude um pouco substancialmente o perfil do bem-estar que se esboça diante do homem, que sofra uma mutação de algum vulto a ideia da vida, da qual, a partir da qual e para a qual faz o homem tudo o que faz, para que a técnica tradicional se abale, se desconjuge e tome outros rumos (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 9)

Desta maneira, a técnica resulta dessa necessidade de satisfação às aspirações humanas, para suprir as necessidades da vida inventada em busca do bem estar social cada vez mais complexo e dinâmico (ORTEGA Y GASSET, 1963; SANTOS, 2001). Esta vida inventada está inteiramente moldada pelo sistema que transforma a vida em mercadoria, num sentido amplo de redirecionar a dimensão humana ao seu caráter puramente econômico. Neste sentido, as necessidades e a valoração destas atendem à dinâmica da escassez, pois quanto mais escasso for um bem, mais valoroso será seu preço de troca. Bauman (2008,) analisando o par consumismo e consumo, aponta que

Para atender a todas essas novas necessidades, impulsos, compulsões e vícios, assim como oferecer novos mecanismos de motivação, orientação e monitoramento da conduta humana, a economia consumista tem de se basear no excesso e no desperdício (BAUMAN, 2008, p. 53).

Gerando assim, escassez para uns/umas e excesso para outros/as, o que está diretamente relacionado ao desenvolvimento desigual e à ampliação do abismo da desigualdade econômica, social e racial. A técnica, assim pois, tem sentido de instrumento da “ditadura das necessidades” uma vez que aquela tem em sua

participação feminina na construção da história. Esta observação se faz necessário, pois ao longo do texto pode aparecer a mesma representação do termo trazido por autores e autoras, mas que não comungam com a minha perspectiva.

essência o papel de preencher lacunas dos desejos humanos e ir além, produzindo vazios em meio à abundância, par dialético que rege a dinâmica social a partir da mercantilização das coisas, da vida, dos bens naturais e do próprio ser humano. Santos (1996), no entanto, chama a atenção para o que de fato transfere ao ser social o ônus da evolução técnica: as intencionalidades. Estas que já estão intrínsecas desde o pensar sobre até a construção e uso das técnicas.

Compreendendo assim que toda e qualquer relação social é mediada pela técnica, seja ela concreta ou abstrata sobre e com a natureza, é correto afirmar que a técnica permeia assimetricamente todo o processo de produção espacial. As assimetrias advêm necessariamente das intencionalidades embutidas na técnica, pois como afirma Santos (1996, p.23) “os objetos técnicos se caracterizam, exatamente por serem objetos impregnados de intencionalidades” que são concebidas e recebidas diferentemente a depender da situação de existência de cada agente socioespacial.

Os objetos técnicos no anseio de alcançar e satisfazer as necessidades humanas se afasta da natureza, para então se tornar cada vez mais perfeitos, livres de imperfeições da natureza, porém parte dela, compondo o espaço geográfico enquanto sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006).

É a partir da compreensão sobre a técnica que se decompõe o entendimento das transformações espaciais ao longo do tempo, uma vez que este, o espaço imbuído de sua complexidade, vai determinar quais objetos técnicos o comporão e de que forma serão organizados, ainda que de maneira dinâmica entendendo-se o caráter mutável de sua organização e (re)produção em relação ao espaço-tempo. Neste processo de (re)produção espacial a relação espaço-tempo é fundamental, posto que os espaços são construídos simultaneamente por diferentes agentes socioespaciais, cujas intencionalidades e temporalidades se diferem a partir da sua história e concepção de vida, suas experiências, seus medos e seus desejos. Assim também ocorre com a técnica. Há sobreposições de distintas técnicas numa mesma espacialidade, ainda que aquela que se destaca enquanto hegemônica tome às demais como “obstáculos à difusão do novo” (SANTOS, 1996, p. 25).

Com base nesta breve reflexão acerca da técnica relacionada às necessidades humanas, sejam elas de ordem natural ou criada pelo sistema

capitalista, tem-se a compreensão sobre a revolução das técnicas e, principalmente a revolução de poder através destas, como salienta Porto-Gonçalves (2006), o que culminou na ruptura dos modos de vida no mundo inteiro, agora cada vez mais dependentes dos interesses externos e voltados para a criação e satisfação de necessidades desnecessárias.

No que se refere à espacialidade da dimensão técnica, nesta perspectiva que estamos dialogando aqui, sua evolução no espaço rural se deu expressivamente a partir da Revolução Verde na década de 1960 no sudeste asiático. É interessante retomar um breve histórico para compreender as razões e interesses nesta dita revolução no campo mundial. Sendo assim, a temporalidade e os acontecimentos nos remetem ao pós-guerra onde duas grandes potenciais mundiais disputavam o poderio bélico, de um lado a então União Soviética com sua representatividade socialista e de outro os Estados Unidos da América em defesa do sistema capitalista. Este enfrentamento político-ideológico resulta na destruição de diversas localidades no mundo e a disseminação de uma crise social, especialmente ligada à fome. Deste contexto, a Revolução Verde (que não poderia ser vermelha) surge como mais um instrumento de dominação, porém camuflado pela narrativa de sanar o problema da fome mundial.

Esta nova prática de imposição da lógica industrial capitalista no campo teve apoio do Banco Mundial e tinha como base uma ciência voltada para domesticação da natureza em busca de maior eficiência da produção, ciência esta que negou e inferiorizou as diversas outras formas de conhecimento advindas dos saberes historicamente construídos por povos e comunidades tradicionais, as quais tiveram suas ciências reduzidas à crenças, lendas e fantasias.

É importante ressaltar que domesticar a natureza neste caso não é tornar-se familiar, caseiro, mas sim para além deste sentido, qual seja o de controlar, dominar, amansar, colonizar e civilizar. Assim, as adaptações do ambiente aos interesses do mercado foram concretizadas por meio de técnicas de uso intensivo do solo, adubação com adição de aditivos químicos na produção, irrigação, rotação de culturas curtas, controle artificial de pragas, insetos e fungos, bem como o uso cada vez maior de maquinário (PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017).

Neste sentido, o pacote tecnológico endossado pelo conhecimento científico enraizado no tecnicismo foi disseminado enquanto possibilidade única para a retomada do crescimento econômico mundial pós-guerra, necessária para o reestabelecimento dos países afetados direta ou indiretamente neste processo. Neste contexto, e retomando as reflexões de Ortega y Gasset (1963) e Santos (1996) a técnica, ou melhor, seu uso, anuncia rupturas assimétricas como as relações sociais em cada tempo-espaço expressando os desejos íntimos de uma humanidade cuja racionalidade se afasta da natureza enquanto riqueza originária numa aproximação constante e cada vez mais veloz da tecnificação e liquidez da vida e das relações sociais a ela intrínsecas.

3.2 As permanências da Questão Agrária nacional

É na América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros de poder.

Eduardo Galeano, 2019.

Refletir sobre a estrutura agrária brasileira é antes de tudo falar da América Latina e os processos de expropriação, espoliação e genocídio dos seus povos originais. Neste sentido, as múltiplas escalas explicam e revelam processos iguais ou semelhantes que promoveram, ao longo de séculos, a usurpação e o empobrecimento dos povos e das terras ricas, férteis e abundantes da América Latina e o compartilhamento dessas terras entre colonizadores. Esse processo originou as primeiras formas de desigualdade e concentração de terras que, atualmente, apresenta características e agentes socioespaciais diferentes, porém, as semelhanças apontam para muitas permanências.

Inaugurada pela Lei das Sesmarias, em 1530, e reforçada pela Lei de Terras, de 1850, a estrutura fundiária brasileira é caracteristicamente desigual e concentrada, não apresentando alterações consideráveis ao longo dos anos. Isso se deve a uma série de fatores internos e externos à sociedade nacional que se articula com os interesses privados de uma parcela social compromissada apenas com a perpetuação de privilégios e ampliação de lucros. Neste sentido, o caráter

colonialista se manteve em todas as etapas da apropriação das terras brasileiras. No regime de Sesmarias uma parcela dos agricultores e agricultoras tinha apenas o direito de posse, enquanto o rei (ou o Estado) tinha o domínio das terras. No entanto, somente homens brancos, considerados de “puro sangue” tinham o direito de cultivar nas terras, deixando assim, mulheres, indígenas, negros e mestiços sem esse direito.

A Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) manteve tal estrutura (desigual) ao estabelecer em seu Artigo 1º que, “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, 1850). Ou seja, a única forma de obtenção de terras seria através da compra, impossibilitando o acesso a elas aos povos negros, indígenas e toda população pobre que continuaria excluída socialmente. Neste sentido, a Lei de Terras “regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2012, p. 25). E assim o racismo e sexismo estrutural e institucional finca suas bases ainda mais profundas no campo brasileiro e permanece nos dias atuais somados ao racismo ambiental que impacta desigualmente mulheres e homens nas distintas espacialidades brasileiras.

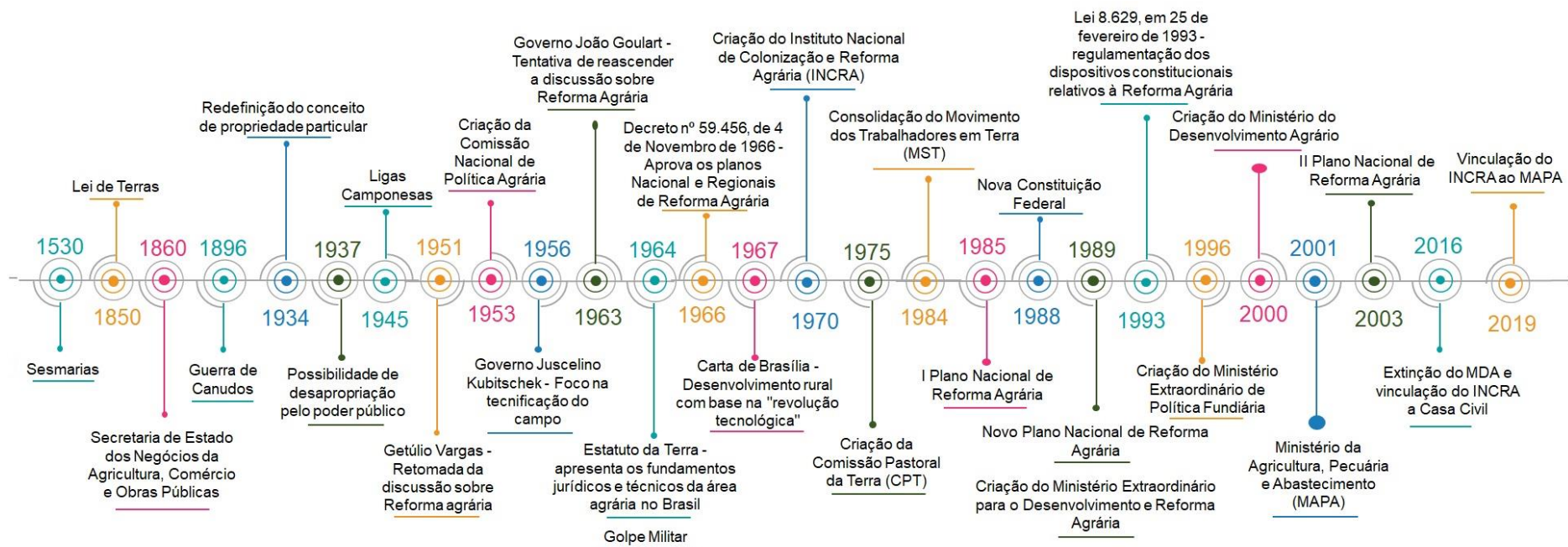
A concentração fundiária sempre foi o ponto central das desigualdades sociais no Brasil, permanecendo assim até os dias atuais, principalmente pelos interesses políticos em manter e aprofundar as assimetrias sociais seja no campo ou na cidade. Assim, após a Lei de Terras houve algumas investidas políticas para a discussão em torno da realização necessária da Reforma Agrária no Brasil, porém sem êxito. Este processo aprofundou os conflitos e a permanências da escravização mesmo após sua abolição, posto que esta se transfigurou em servidão, um “novo” modelo de exploração do trabalho no campo.

A população negra após o processo de abolição, se viu sem terra, sem meios para reprodução de suas próprias existências, então passou a “trabalhar” nas fazendas em troca de moradia e alimentação e sob forte regime de violência. O que seria isso que não a continuidade da escravização? Esta permanência e distribuição desigual de direitos e deveres se estende até o presente e se expande do campo para as cidades tendo formas e aspectos diferentes, mas com as mesmas bases do

racismo e sexismo estrutural. Os avanços conquistados só foram possíveis através de muita articulação, organização, luta e resistência dos povos historicamente excluídos dos direitos sociais no Brasil.

A figura 20 representa uma linha do tempo com alguns marcos históricos relacionados à apropriação/distribuição/concentração de terras no Brasil desde a invasão europeia. Após a Lei de Terras as estruturas governamentais criaram bases para regulamentar e organizar os processos de apropriação e posse da terra; no entanto, tal processo sempre foi assimétrico.

Figura 20 – Marcos históricos da Questão Agrária Brasileira – 1530/2019.



Fonte: CPDOC – FGV, 2020; pesquisas em diversas fontes. Elaboração Simony Reis, 2020.

É preciso destacar que a legislação fundiária brasileira, pós Lei de Terras (1850), só passou por uma significativa alteração a partir do governo de João Goulart³⁷ iniciado em 1961, o qual se posicionou como defensor da Reforma Agrária em todo território nacional. Em 1963 Goulart promulgou o Estatuto do Trabalhador, no entanto, a criação efetiva do Estatuto ocorreu em 1964 já durante o Golpe Militar, resultante do compromisso realizado por países da América Latina com a comunidade internacional a partir da assinatura da Carta de Punta del Este³⁸ (1961). Neste contexto, o governo militar brasileiro e dos demais países deram início ao Tratado da Aliança para o Progresso³⁹, o qual tinham como objetivo o desenvolvimento econômico dos países americanos para expandir com mais força os ideais capitalistas em contraponto ao socialismo cubano (RAMOS, 2005).

No Projeto N. 1.337, de 1963 da Câmara dos Deputados do Brasil que trata sobre a Carta de Punta del Este o tema da reforma agrária se faz presente como uma das condições para efetivação do acordo. Dentre os objetivos propostos pela Aliança podemos destacar o de

“6. Impulsionar respeitando as particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral encaminhada à efetiva transformação, onde for necessária, das estruturas e dos injustos sistemas de posse e uso da terra a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base de sua estabilidade econômica, fundamentos do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade.” (BRASIL, 1963, p. 11)

No entanto, em resposta ao projeto N.1.337, de 1963, o Ministério das Relações Exteriores no ano de 1964, emite parecer em desacordo com os critérios estabelecidos, questionando as autonomias e estruturas políticas entre os países membros. Sendo assim, a proposta da Reforma Agrária foi mais uma vez silenciada pelo poder público nacional.

³⁷ João Belchior Marques presidente do Brasil entre os anos de 1961 a 1964

³⁸ Documento na íntegra:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=16066D96A01A55978B7AB9C96B518357.proposicoesWebExterno1?codteor=1197041&filename=Dossie+-PL+1337/1963

³⁹ Denominação pela qual ficou conhecida a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizada em Punta del Este, Uruguai, entre 22 e 31 de janeiro de 1962. A reunião teve como objetivo central discutir o impacto da Revolução Cubana nos assuntos hemisféricos, evidenciando divergências de atitude e encaminhamento entre o Brasil e os EUA (CPDOC/FVG, 2020).

A história revelou que o Estatuto da Terra não foi suficiente para alterar a estrutura fundiária nacional, tendo alguns dos seus fundamentos incorporados na Nova Constituição Federal de 1988, a qual trouxe importantes pontos voltados para a questão agrária. No entanto, nem mesmo a Nova Constituição Federal foi capaz de alterar a estrutura fundiária brasileira. Neste contexto, não se pode negar que a busca pela reforma agrária ganha força com diversos movimentos sociais do campo ao longo das décadas, a exemplo das Ligas Camponesas (a partir de 1945) e, posteriormente, já em 1984, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ambos tendo como referência histórica a organização social de Canudos.

A pressão exercida pelos movimentos sociais ao longo do tempo e, em especial, com a presença do MST, culminou no I Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985 no Governo de José Sarney, já em período de transição do Regime Militar para a Nova República, quando mais de 140 mil famílias foram assentadas em todo Brasil (HOFFMANN, 2010).

Ao longo dos anos, apesar da continuidade das lutas populares no campo, articuladas por grupos organizados como a Comissão Pastoral da Terra⁴⁰ (CPT) e o MST os planos e projetos de reforma agrária ficaram estagnados durante anos. Já no ano de 2000 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o qual tinha por competências a reforma agrária e o reordenamento agrário, regularização fundiária na Amazônia Legal, promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL/MDA, 2020).

Em 2003 durante o governo Lula⁴¹ foram muitas as expectativas para o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003) que também não teve êxito, frustrando todo o seguimento da sociedade civil organizada em prol da reforma agrária. E se em todos esses anos houve iniciativas para discussão e promoção da Reforma

⁴⁰A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>

⁴¹ Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República. Primeiro mandato (2003 a 2007) e segundo mandato (2008 a 2011).

Agrária no Brasil, atualmente vivenciamos um acelerado e intenso desmonte do aparato institucional da área agrária. Com o golpe de 2016⁴² o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi incorporado à Casa Civil, uma verdadeira entrega do setor nas mãos dos interesses da elite latifundiária brasileira. Com a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro⁴³ o INCRA, em 2019, foi vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o que reduziu ainda mais sua atuação no que se refere à reforma agrária.

Neste sentido, foram muitas as iniciativas do poder público brasileiro para interferir na apropriação e distribuição das terras brasileiras, no entanto como afirmam Rocha e Cabral (2006, p. 76) “mais de cinco séculos após a colonização do Brasil, embora os discursos sejam voltados para a diminuição das desigualdades, elas permanecem e são preponderantes”.

O insucesso dos planos, programas e projetos pode ser relativizado, posto que, tomando por base a estrutura social da elite rural brasileira, (destaque para a Bancada Ruralista do Congresso Nacional Brasileiro), associados aos interesses do setor industrial, não é de todo correto afirmar que tais ações não tiveram eficácia. Sim, se sua eficácia está relacionada aos interesses da classe hegemônica e dominante do campo brasileiro, houve sucesso na obtenção dos objetivos, ampliando e aprofundando as desigualdades no campo e articulando estratégias para manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada.

Se antes, os latifúndios do campo brasileiro tinham como “principal objetivo a valorização de suas terras e a especulação imobiliária e não a produção agrícola” (ROCHA e CABRAL, 2016, p. 77), atualmente, o campo brasileiro possui as terras concentradas em latifúndios do agronegócio que articulam os capitais interno e estrangeiros voltados para a financeirização dessas terras, produção de monoculturas, pecuária e energia.

⁴² Em 2016 a então presidente do Brasil, Dilma Rousseff sofreu um processo de impeachment organizado pelos interesses do Congresso Nacional, da grande mídia, de segmentos do Judiciário, assim como do mercado financeiro com acusações de que houve a realização, por parte da presidente, irregularidades contabilísticas, “pedaladas fiscais” durante seu governo, o que posteriormente às investigações, nada foi comprovado (Revista Fórum, 2020).

⁴³ Jair Messias Bolsonaro, presidente da República em 2018.

Dados recentes do INCRA e do Censo Agropecuário de 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam as permanências destas desigualdades e as diferenças entre grandes e pequenas propriedades em número de estabelecimentos e no percentual que representam no total das áreas rurais do país.

Atualmente, as declarações de propriedade de imóveis rurais no Brasil são realizadas por meio do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do INCRA. Este sistema armazena os dados e informações autodeclaradas pelos proprietários rurais, processo que gera dúvidas quanto a veracidade das informações oferecidas e sua legalidade, uma vez que nos últimos anos houve um acelerado aumento do número de imóveis rurais em todo o território nacional.

No Gráfico 3 é perceptível o aumento do número de imóveis rurais somando um total de 685.868 novas unidades em apenas dois anos, esse dado representa um aumento de 11,9% do total registrado em 2016. Associando os dados do Gráfico 1 (Número de imóveis rurais por classe de área) com o do Gráfico 3 (Área dos imóveis rurais) a preocupação só aumenta. É observável a proporção inversamente proporcional entre estas categorias, o que ratifica a afirmação da concentração de terras nas grandes propriedades e latifúndios enquanto boa parte dos imóveis rurais são formados por minifúndios (até 1 módulo fiscal)⁴⁴.

É importante ressaltar que o aumento do número de pequenos imóveis rurais, não necessariamente se refere à distribuição de terras para pequena produção agrícola. Os estudos de Hoffmann e Ney (2010) indicam que o crescimento de pequenos imóveis rurais está associado à dinâmica urbana, onde a população urbana adquire sítios, chácaras como segunda residência ou espaço para descanso/lazer. Os referidos autores afirmam que

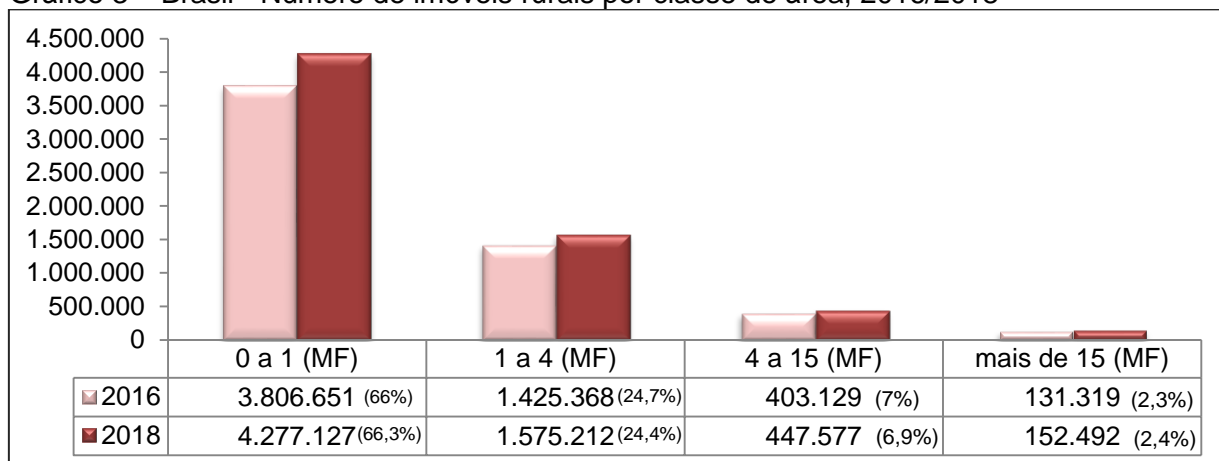
o crescimento do número de pequenas propriedades agrícolas no país, nos dois últimos censos, pode ser atribuído à expansão da agricultura familiar ou ao aumento do número de chácaras e sítios adquiridos pela população urbana que não depende da renda gerada no setor primário (HOFFMANN e NEY, 2010, p. 8).

⁴⁴ Segundo a Lei nº 8.629/1993 a classificação dos imóveis rurais no Brasil ocorre da seguinte maneira: Minifúndios, propriedades < 1 Módulo fiscal (MF); Pequena propriedade de 1 a 4 MF; Média propriedade de 4 a 15 MF; grande propriedade acima de 15MF. Os latifúndios se configuram propriedades com área 600 vezes 1 módulo fiscal.

A subdivisão da propriedade no campo acontece na maioria das vezes pelo parcelamento da herança (já pouca) entre os integrantes da família, chegando ao ponto de ser inviável economicamente de tão pequena. Desse modo, acaba servindo praticamente como local para construção de moradia (tendo fonte de renda, muitas vezes, atividades não agrícolas) e /ou como produção de hortas e pequenos animais, importante fonte de alimentação que ajudam a complementar a renda da família.

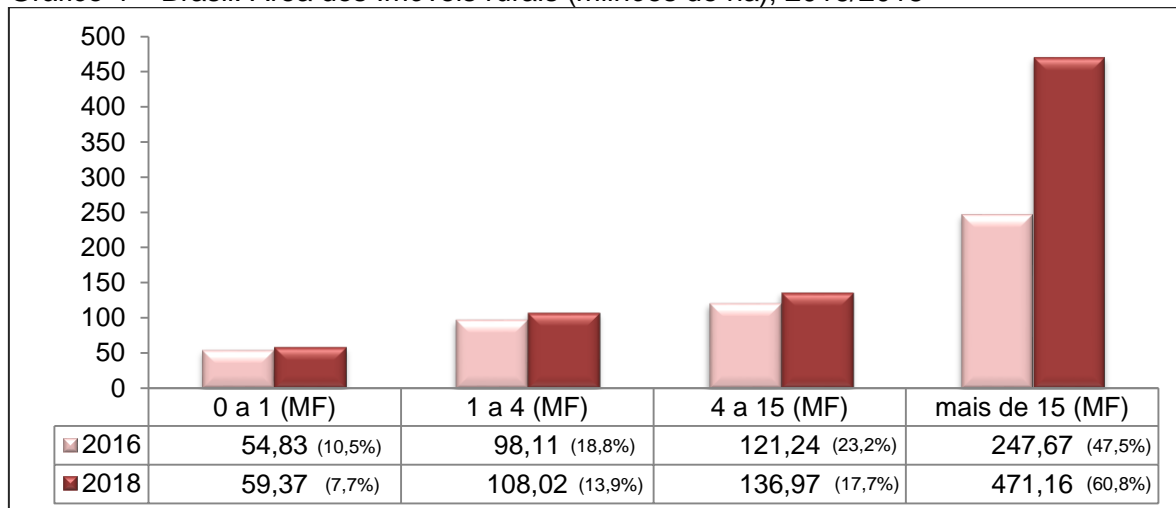
O gráfico 4 revela de forma ainda mais explícita as desigualdades no campo ao revelar o aumento significativo de áreas das grandes propriedades. Segundo os dados, as áreas acima de 15 MF mais que dobraram em apenas dois anos o que representa a política fundiária deficiente, fazendo com que haja ainda mais concentração de terras e elevação dos conflitos no campo.

Gráfico 3 – Brasil - Número de imóveis rurais por classe de área, 2016/2018



Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA, 2020.

Gráfico 4 – Brasil: Área dos Imóveis rurais (milhões de ha), 2016/2018

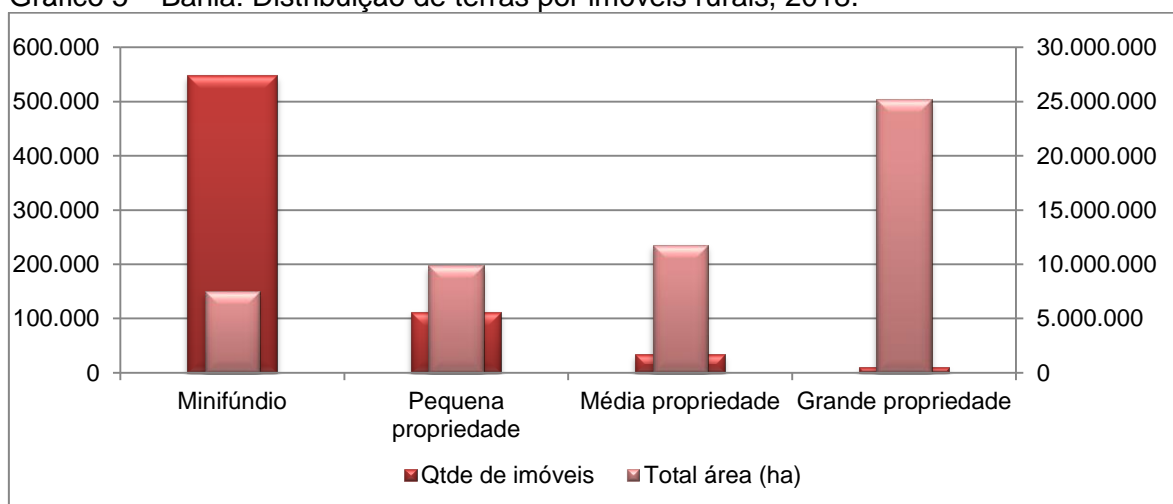


Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA, 2020.

De acordo com os dados do INCRA (2018), o perfil da estrutura fundiária brasileira se estende para estados e municípios, principalmente aqueles em que o agronegócio atua em diversas frentes. Os estados que abrangem os cerrados do centro norte brasileiro, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia possuem intensa concentração fundiária acompanhando a dinâmica brasileira de manutenção e aprofundamento das desigualdades.

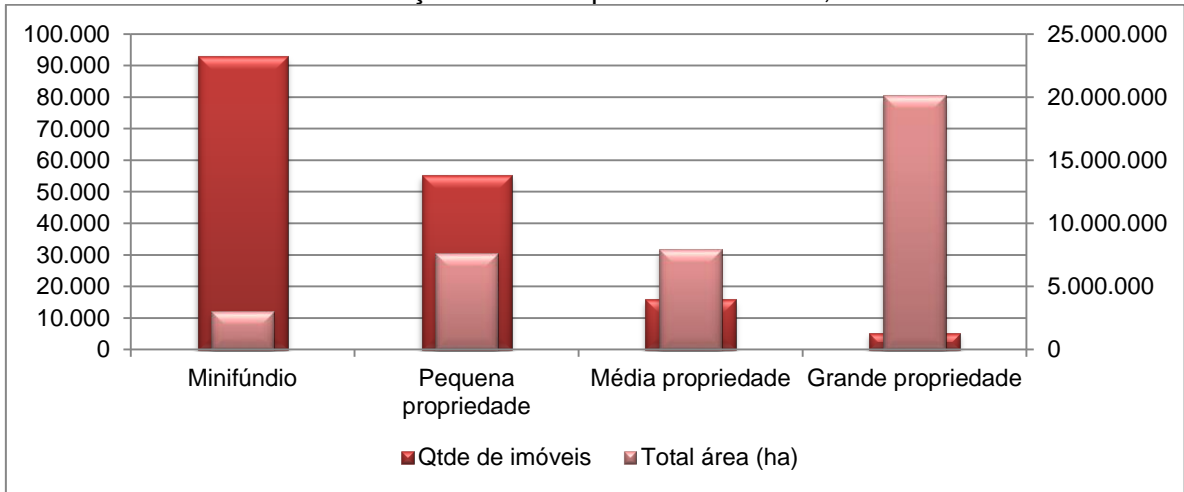
Os gráficos 5, 6, 7 e 8 trazem dados de 2018 referentes à distribuição de terras segundo a classificação de imóveis rurais e apontam para a intensa concentração das terras. No entanto, é preciso destacar que esta desigualdade pode ser ainda maior se considerarmos, com mais detalhe, o tamanho das propriedades, pois a classificação oficial dita como grande propriedade todos os imóveis acima de 15 módulos fiscais. No entanto, esse tipo de generalização encobre desigualdades ainda mais profundas. Como considerar numa mesma classe, imóveis rurais com 16 MF e com 600 MF? Neste sentido, é necessário ressaltar que dentro da classe de grandes propriedades existem ainda aquelas que poderiam ser enquadradas como latifúndios que são de fato. É importante salientar que devido às fragilidades de todo o processo de declaração dos imóveis, a veracidade destes dados pode ser questionável e, em alguns casos, os dados são omitidos intencionalmente.

Gráfico 5 – Bahia: Distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.



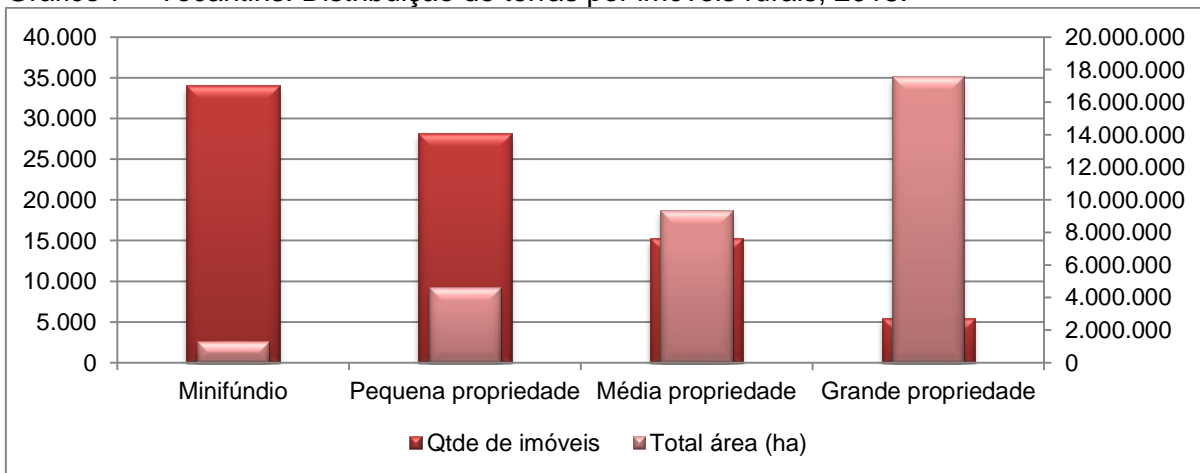
Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, 2018.

Gráfico 6 – Maranhão: Distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.



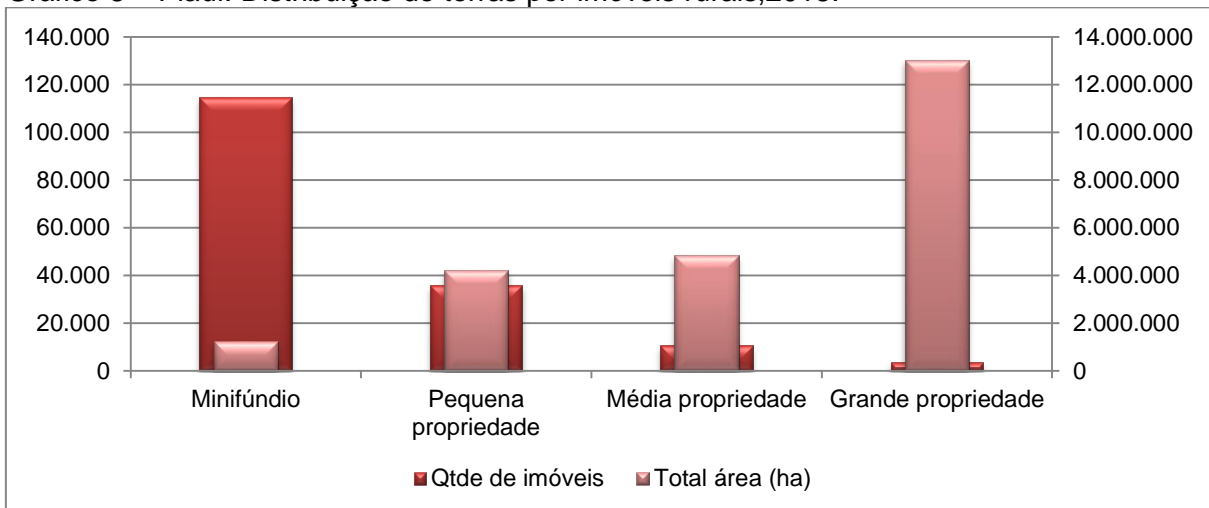
Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, 2018.

Gráfico 7 – Tocantins: Distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, 2018.

Gráfico 8 – Piauí: Distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, 2018.

Nos quatro gráficos observados (5, 6, 7 e 8), a classe de grande propriedade tem destaque absoluto em relação à extensão territorial que ocupam e à quantidade de imóveis. Tomando por base o Decreto 84.685/80 de 06 de maio de 1980 que determina como latifúndio toda propriedade cuja extensão territorial seja equivalente a 600 vezes o módulo fiscal, os quatro estados aqui analisados contabilizam 97 latifúndios, sendo 18 na Bahia, 45 no Maranhão, 13 no Tocantins e 20 no Piauí.

Por outro lado, os pequenos estabelecimentos e os minifúndios representam maioria no que se refere a quantidade absoluta de imóveis rurais, no entanto em relação à extensão territorial os valores são inversamente proporcionais, sendo estes os que ocupam as menores faixas dos territórios dos quatro estados analisados expondo, portanto, a enorme desigualdade de acesso e concentração das terras.

A tabela 02 traz em detalhe a classe das grandes propriedades dos estados da Bahia, Maranhão, Tocantins e Piauí em 2018 e o que se pode considerar é a imensa diferença entre as propriedades, embora sejam consideradas equivalentes, ou seja, inseridas numa mesma classe. Em destaque as propriedades com mais de 600 módulos fiscais (latifúndios) que acabam sendo consideradas grandes propriedades, segundo a classificação oficial do INCRA.

É preciso destacar, neste sentido, as lutas históricas dos movimentos sociais do campo para que esta forma de classificação dos imóveis rurais fosse realizada de maneira mais coerente e que não invisibilizasse questões relevantes como estas aqui mencionadas. No entanto, as assimetrias de poder de decisão bloquearam e ainda bloqueiam tais iniciativas. Como afirma Julião (2013, p. 137) “se o menos protegido é o que invoca a regra legal em seu favor, a justiça não somente cega e emudece de uma vez, como para caminhar com os pés de chumbo”.

Tabela 02 – Bahia/Maranhão/Tocantins/Piauí: grandes propriedades rurais, 2018. (em destaque)

Categoria (MF)	Qtde. de imóveis	Total área (ha)	% em relação ao total da classe
BAHIA			
Mais de 15 a 20	3.495	2.882.790,11	11,44
Mais de 20 a 50	5.220	7.963.927,29	31,60
Mais de 50 a 100	1.612	6.027.806,12	23,92
Mais de 100 a 200	531	3.977.524,31	15,78
Mais de 200 a 400	117	1.747.732,55	6,93
Mais de 400 a 600	26	748.111,46	2,97
Mais de 600	18	1.855.547,57	7,36
MARANHÃO			
Mais de 15 a 20	1.424	1.644.884,07	8,16
Mais de 20 a 50	2.592	5.382.260,55	26,71
Mais de 50 a 100	770	3.567.784,21	17,71
Mais de 100 a 200	277	2.452.004,91	12,17
Mais de 200 a 400	85	1.655.171,90	8,22
Mais de 400 a 600	28	907.940,07	4,51
Mais de 600	45	4.536.989,49	22,52
TOCANTINS			
Mais de 15 a 20	1.643	2.269.448	12,91
Mais de 20 a 50	3.034	7.178.002	40,83
Mais de 50 a 100	563	3.019.211	17,17
Mais de 100 a 200	161	1.691.962	9,62
Mais de 200 a 400	52	1.148.052	6,53
Mais de 400 a 600	17	670.361	3,81
Mais de 600	13	1.603.575	9,12
PIAUI			
Mais de 15 a 20	906	966.625,98	7,42
Mais de 20 a 50	1.824	3.742.494,62	28,73
Mais de 50 a 100	570	2.547.548,90	19,56
Mais de 100 a 200	208	1.865.094,33	14,32
Mais de 200 a 400	57	1.022.228,60	7,85
Mais de 400 a 600	15	478.371,77	3,67
Mais de 600	20	2.403.587,02	18,45

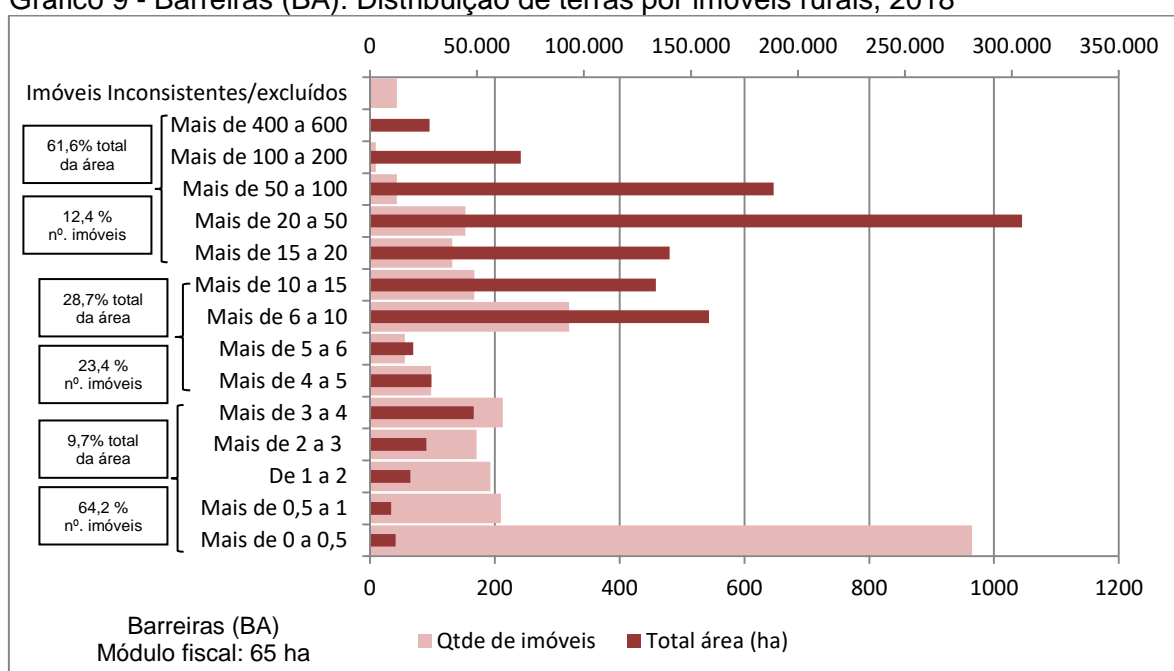
Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, 2018.

No cenário municipal, as desigualdades permanecem principalmente nos municípios em que a atuação do agronegócio é mais intensa. Buscamos os dados fundiários de Barreiras (BA), Balsas (MA), Campos Lindos (TO) e Uruçuí (PI) por serem os municípios que apresentam maior vulto na produção do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro. É importante ressaltar que muitos outros municípios participam ativamente da produção do agronegócio em todos os estados e possuem estrutura fundiária correspondente aos aqui analisados.

O Gráfico 9 mostra os dados do município de Barreiras (BA), cujo módulo fiscal corresponde a 65ha e o processo histórico de apropriação de terras está fortemente associado à grilagem e à violência sob os povos que secularmente habitavam a região.

Sendo um dos principais produtores do agronegócio na Bahia juntamente com Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina e Formosa do Rio Preto, a estrutura fundiária de Barreiras é dividida em duas classes que ocupam diferentes localizações geográficas e extensões de terras. O Gráfico 9 aponta para uma grande quantidade de minifúndios e pequenas propriedades, os quais correspondem a 64,17% número de imóveis ao passo que a soma de suas áreas é de apenas 9,72%. Por outro lado, as grandes propriedades apesar de corresponder a apenas 12% dos imóveis do município, ocupam 61,6% da área total deste.

Gráfico 9 - Barreiras (BA): Distribuição de terras por imóveis rurais, 2018



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, 2018.

É válido reafirmar que a estrutura de concentração de terras e distribuição da pobreza ocorre nos demais municípios do oeste baiano, principalmente naqueles em que há forte atuação do agronegócio. Outro exemplo de extrema desigualdade de distribuição de terras é o município de Correntina, que segundo o relatório da Oxfam Brasil (2016)

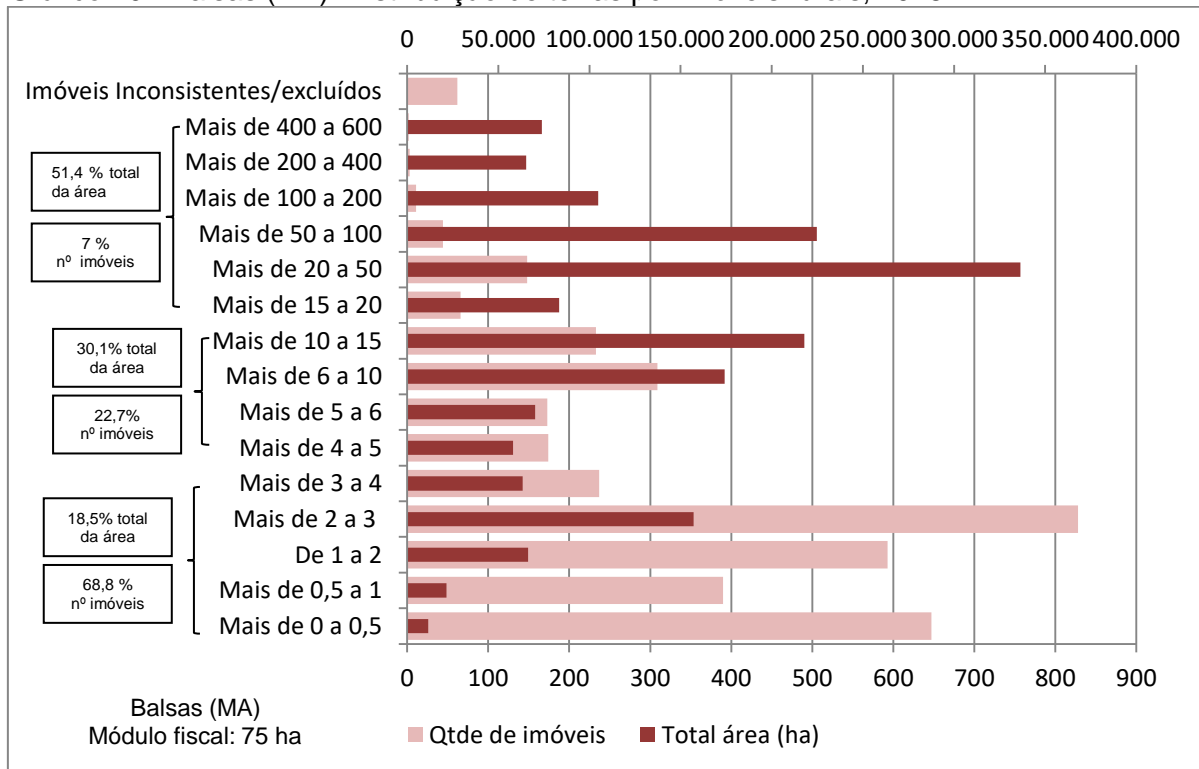
é um exemplo de município enquadrado entre os 1% de maior concentração fundiária (os latifúndios ocupam 75,35% da área total dos estabelecimentos agropecuários!) e que atende o critério de relevância agropecuária. Nessa cidade, a pobreza atinge alarmantes 45% da população rural, e 31,8% da população geral, e o Índice de Desenvolvimento Humano IDHm é de 0,603 – bem abaixo da média nacional. De todas as atuações do Ministério do Trabalho e Emprego entre 2003 e 2013, 82% foram no oeste da Bahia. Somente em Correntina, 249 trabalhadores foram resgatados da condição de trabalho análogo a de escravo no mesmo período (OXFAM BRASIL, 2016, p. 16).

Os gráficos 10, 11 e 12 trazem os dados dos municípios de Balsas (MA), Campos Lindos (TO) e Uruçuí (PI), respectivamente, e são perceptíveis as semelhanças entre os dados referentes ao Brasil e aos estados que fazem parte. Ou seja, a concentração de terras nas grandes propriedades rurais é um constante no campo brasileiro nas suas diversas escalas.

Esta estrutura fundiária dos municípios revela as contradições que fundamentam os conflitos no campo já citados anteriormente. É importante salientar que o agronegócio se configura enquanto concentrador de terras, mesmo que em propriedades fragmentadas como forma de mascarar a formação de latifúndios. Além de concentrador de terras, o agronegócio não as utiliza de forma diversificada, pelo contrário, impõe à imensas extensões territoriais a produção de monoculturas fundamentadas pelo modo de trabalho tecnificado com uso de máquinas agrícolas, uso de agrotóxicos e redução de trabalhadores e trabalhadoras no campo. Neste sentido, reafirma-se aqui que o latifúndio hoje, no Brasil, mantém semelhantes características do período colonial, os das monoculturas. Se o latifúndio tem uma identidade, ela está no agronegócio.

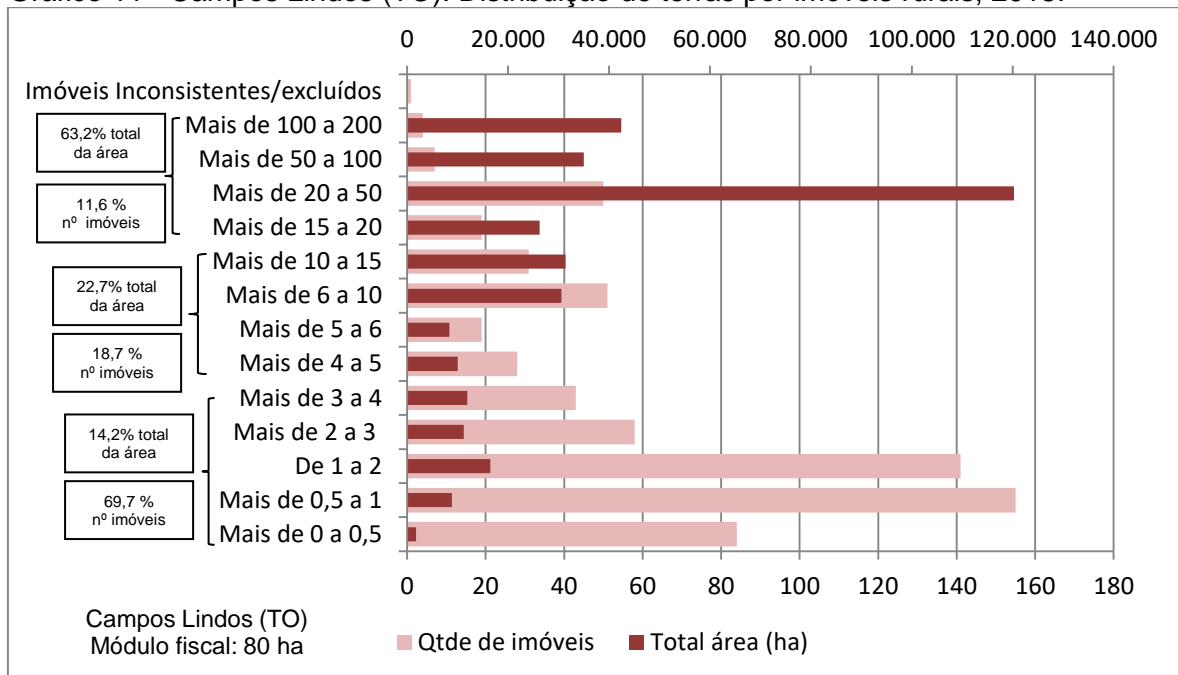
Um destaque para o Gráfico 12 onde as grandes propriedades (16,1% dos imóveis rurais) do município de Uruçuí (PI) possuem mais de 70% das extensões territoriais de todo o município enquanto quase 30% restante das terras são divididas entre médias, pequenas propriedades e os minifúndios. Tais municípios são espaços de disputa entre o agronegócio e as diversas outras classes de ocupação e produção no campo que historicamente sofrem com a expropriação e espoliação de seus territórios.

Gráfico 10 - Balsas (MA): Distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.



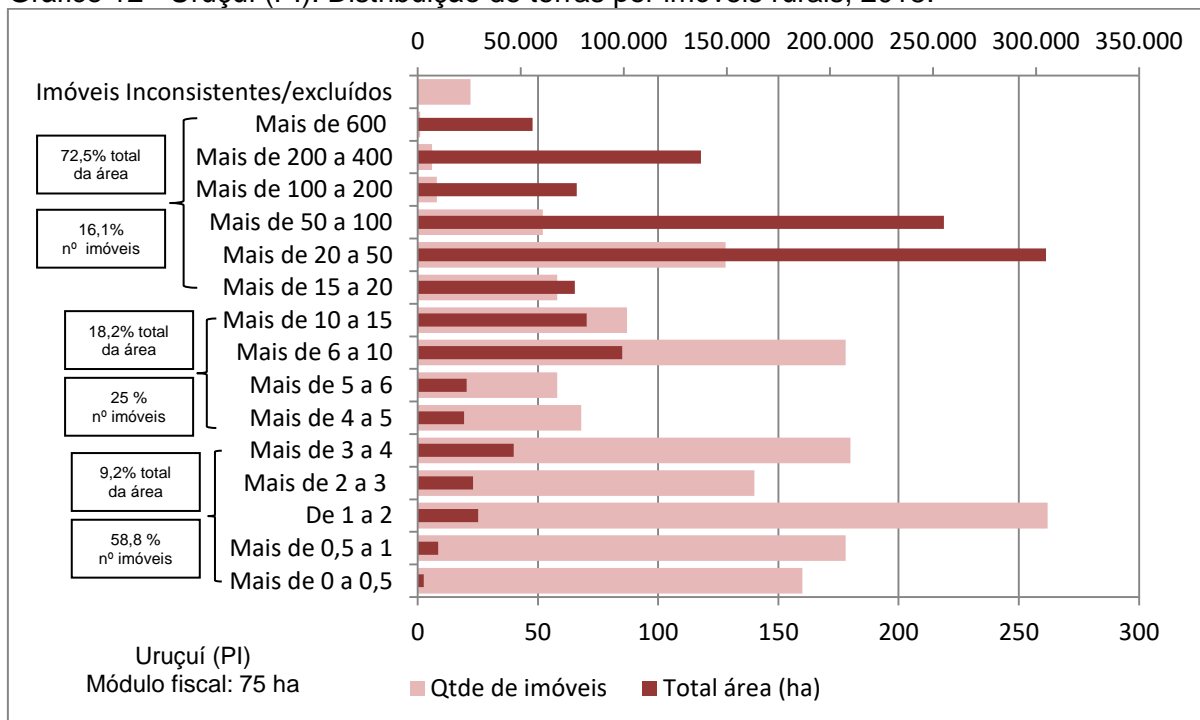
Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, 2018.

Gráfico 11 - Campos Lindos (TO): Distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, 2018.

Gráfico 12 - Uruçuí (PI): Distribuição de terras por imóveis rurais, 2018.



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, 2018.

A análise aqui realizada reafirma que o processo histórico de concentração fundiária, que ganhou força com a chamada Revolução Verde, durante o período militar se mantém até hoje ampliando áreas voltadas para monocultivos e pastagens, com forte aparato tecnológico, subsídios estatais e capital estrangeiro, onde se articulam as elites rurais, o setor financeiro, a moderna indústria e a política agrária conservadora. Tal articulação garante a manutenção da concentração fundiária ao passo que aprofunda as desigualdades sociais e econômicas do campo brasileiro. Os dados mesmo em escalas diferentes revelam a manutenção da estrutura fundiária intensamente concentrada e desigual.

Os estados que compõem os cerrados do centro norte brasileiro, foco do agronegócio e capital mundializado não fogem à regra, pelo contrário, apresentam estrutura fundiária desigual e profundamente concentrada como pode ser observado nos dados analisados. Com a investida, cada vez mais forte, do capital estrangeiro para compra de terras nestes espaços, a desigualdade tende a se elevar, o que levará ao aumento dos conflitos por terra, água e o direito sobre os bens comuns da natureza. Segundo o Caderno de Conflitos no Campo (CPT) somente em 2019 foram computados 363 registros de conflitos por terra nos estados da Bahia (130), Maranhão (173), Piauí (18) e Tocantins (43) além de 118 conflitos por água, sendo a

grande maioria no estado da Bahia com 101 registros, seguido do Piauí (8), Maranhão (5), e Tocantins com 4 casos (CPT, 2019).

Neste cenário, há de se destacar o importante papel dos movimentos sociais do campo que atuam de forma intensa como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Associação do Desenvolvimento Solidário e Sustentável (ADES - 10envolvimento), o Movimento Agroecológico Teia dos Povos, assim também como organizações sociais ligadas à igreja católica como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), a La Via Campesina, a Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) dentre outros sem os quais, o quadro da questão agrária e a concentração fundiária seriam ainda maiores e mais profundos.

Constata-se que, em diversas escalas, a concentração de terras no Brasil se mostra profunda, tanto no cenário nacional, estadual quanto municipal e a possível alteração dessa estrutura só será possível com a participação popular efetiva e com políticas públicas direcionadas à construção de um projeto de nação plural e equitativo em que o princípio fundamental seja o direito de todos à terra e todos os seus bens comuns.

3.3 O Meio Técnico-Científico-Informacional e a Reestruturação Produtiva do Campo Brasileiro

O meio técnico-científico-informacional se configura como expressão física do capitalismo, ou seja, reflete as dinâmicas do capital no processo de globalização dos grandes mercados que tendem a ser mundiais. Pensar nesta perspectiva é compreender a desigualdade inerente a este arcabouço técnico, uma vez que este é imbuído de intencionalidades que podem, e de fato estão, a favor do capital e da ampliação e verticalização dessas desigualdades socioespaciais (SANTOS, 2001; 1996).

Santos (2001) interpreta e adjetiva a globalização enquanto processo de ápice da internacionalização do modo de produção capitalista impondo uma

homogeneização dos modos de ser e se fazer humano/a. Este processo que oferece o mundo enquanto um grande mercado e os seres humanos também como mercadorias, individualiza pessoas e fragmenta lugares ao mesmo tempo em que reforça a individualidade e particularidade desses lugares. É um sistema contraditório por origem (BAUMAN, 2008).

Podemos afirmar que o termo globalização ganhou destaque a partir do final do século XX através dos estudos François Chesnais em 1994 que destaca o caráter ideológico deste termo no sentido de dominação para além das fronteiras nacionais. Neste sentido, o referido autor tenta compreender a mundialização do capital que ideologicamente é disseminado como globalização. O termo passou a ser utilizado pela grande mídia e pela academia como “a ordem é produzir em ‘qualquer lugar do mundo’ onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente seja possível” (OLIVEIRA, 2012, p. 3). A ideia de um mundo sem fronteiras ganha espaço; porém, somente quando as fronteiras dizem respeito às corporações transnacionais que, com a ideia de um mundo global, tenta invisibilizar povos e culturas como que numa visão panorâmica de fora da Terra.

Neste contexto, é preciso destacar a compreensão acerca da mundialização do capital e, por conseguinte, a mundialização da agricultura brasileira. A mundialização do capital se dá de diferentes faces e fases atendendo a lógica da racionalidade econômica de ampliação dos lucros cada vez maiores, porém as dinâmicas das relações espaço-tempo são mais complexas que outrora (SANTOS, 2001; OLIVEIRA, 2015). Neste sentido, a periodização do capital sobre determinado território nos impulsiona a refletir acerca das coexistências múltiplas associadas às inovações técnicas que irão servir ao interesse desse mesmo capital, o qual irá refletir diretamente nas dinâmicas locais criando e aprofundando as desigualdades socioespaciais (SANTOS, 2001).

A mundialização funda-se em processos concomitantes e intimamente interligados, quais sejam: (i) a formação de oligopólios transnacionais em importantes setores; (ii) a formação de mercados de capitais, de câmbio e de títulos de caráter global; (iii) a formação de um mercado mundial cada vez mais integrado; e (iv) a instituição de uma divisão internacional do trabalho baseada na relativa desconcentração industrial. Esses processos são acompanhados por uma onda de inovações tecnológicas, concentrada na biotecnologia e na informática. É o que se convencionou chamar de a III Revolução Tecnológica e que atinge os mais diversos aspectos da vida social (ALVES; CORSI, p. 4, 2002.).

O sistema técnico-científico-informacional aqui neste texto é interpretado à luz da invasão, dominação e expropriação que os agentes hegemônicos do capital mundializado realizam sobre as demais formas de existência, transformando humanos em apenas consumidores, assim como afirma Bauman (2008)

A “sociedade de consumidores”, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas (BAUMAN, 2008, p. 71).

No entanto, é preciso destacar que, mesmo com a força hegemônica da dominação, as resistências são inúmeras e indicam o que o próprio Milton Santos (2001) apontou como o Período Popular da História. O discurso da Globalização é estrategicamente construído para que a ideia da unicidade do tempo e do espaço seja ratificada, no entanto, o discurso não resulta dos acontecimentos coletivos integrados pelos sistemas sociais diversos; Antes, esse discurso se configura como fundamento para o alcance dos interesses individuais de um seleto grupo de agentes econômico-políticos nacionais. Esta base nada coletiva imprime a silhueta da globalização como “imposição a todo o globo de uma mais-valia mundial” (SANTOS, 2001, p. 27).

Neste contexto, a mundialização do capital e, no que se refere ao Brasil, a mundialização da produção no campo, se torna um fator indispensável para análise das desigualdades socioespaciais nas suas diversas escalas de abordagem e métricas. Os/As donos/as dos meios técnicos aplicados à produção no campo, ou melhor, da velocidade dos fluxos e da intensificação dos fixos, se confundem com os autores do discurso ideológico do “Agro é Pop, Agro é Tec, Agro é Tudo”⁴⁵.

Os mapas 08 e 09 nos oferecem uma boa leitura sobre o processo de mundialização da produção do agronegócio brasileiro. A soja ganha destaque por ser o principal produto de exportação deste setor, seguido do algodão e do milho. Os principais compradores estão no hemisfério norte e em sua maioria, países que reduziram ou até mesmo extinguiram o uso de agrotóxicos em seus espaços rurais (BOMBARDI, 2017), no entanto incentivam e importam *commodities* embebecidas em agroquímicos em solo brasileiro.

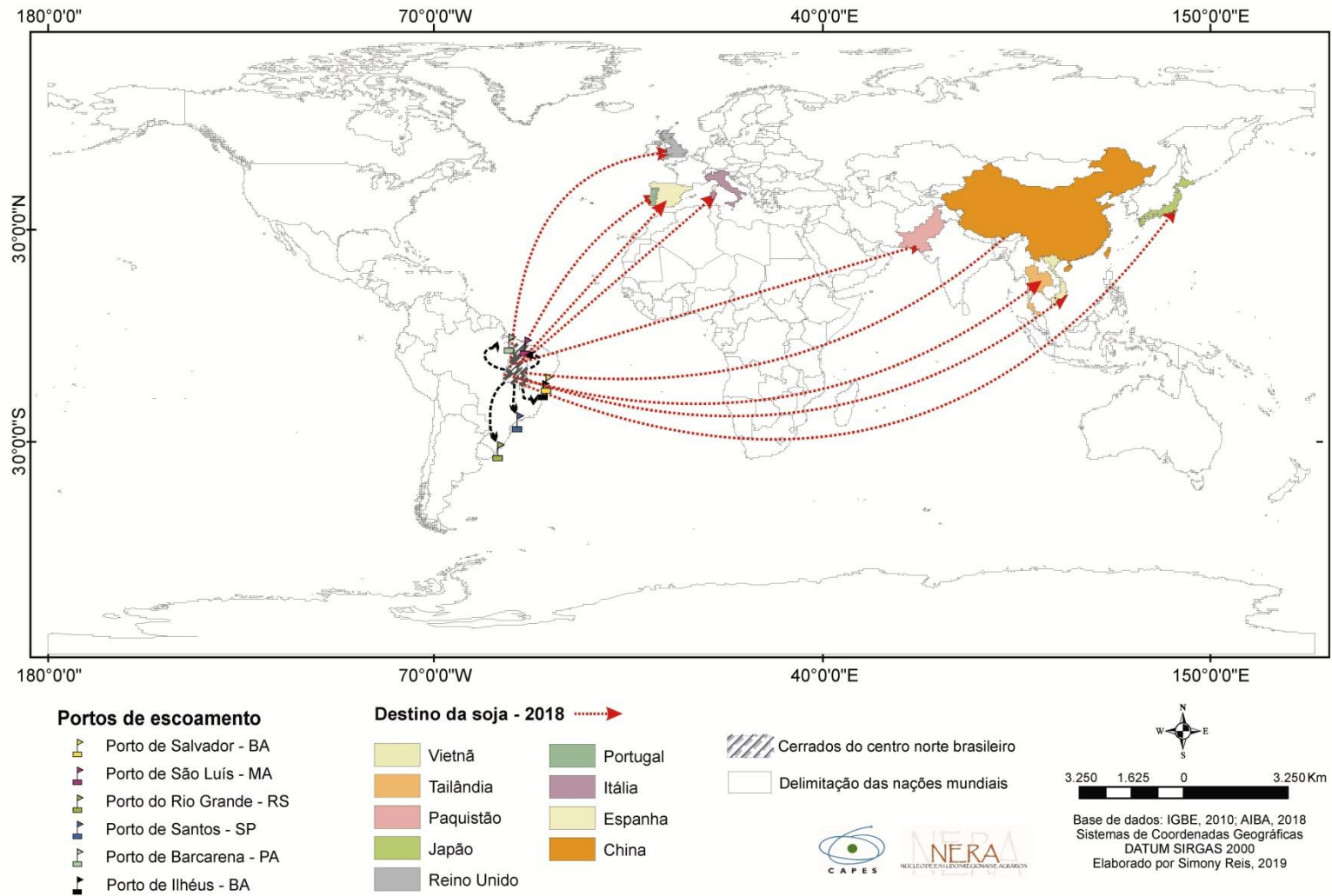
⁴⁵Campanha Agro: a indústria riqueza do Brasil, encabeçada pela Rede Globo de televisão que segundo Schmidt, o diretor de *marketing* da referida empresa, o agronegócio tem que investir na construção de sua marca junto à população em geral, a fim de criar empatia e confiança. “A ideia é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro” (START AGRO, 2017).

As *commodities* produzidas nos cerrados baianos são transportadas pelas rodovias e ferrovias até os principais portos brasileiros e de lá escoadas para os países compradores. A China é sem dúvida a maior compradora de *commodities* brasileiras. Segundo a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), 60% da produção de soja da Bahia é exportada para países asiáticos, principalmente a China. Essa proporção se eleva quando se trata dos quatro estados que compõem os cerrados do centro norte brasileiro, quando o total de exportações de *commodities* soma 76% entre os anos de 2018/2019 segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

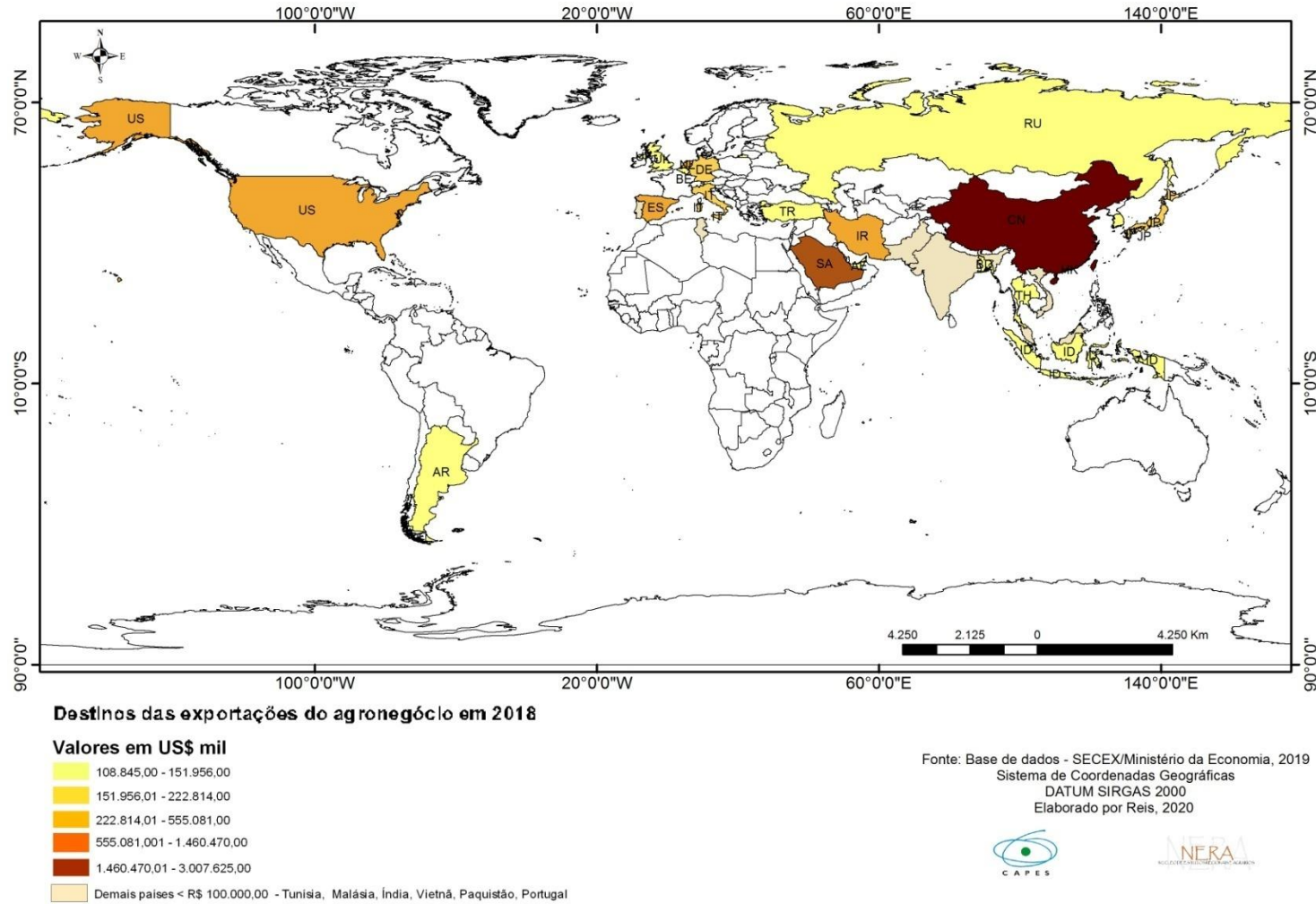
Diferentemente da década de 1960, a expansão da atual fronteira agrícola, se dá através do padrão exportador de especialização produtiva com fins no mercado internacional. Ou seja, não mais visa a produção industrial interna do país, mas sim o capital mundializado, principalmente asiático. Nesta perspectiva, Marcos Rogério, geraizeiro do oeste baiano, durante uma Live realizada dia 08/09/2020 pela Teia dos Povos⁴⁶, relatou que, segundo suas interpretações, os cerrados brasileiros e em especial os baianos tiveram três grandes ciclos de apropriação das terras para diversos fins: o dos bandeirantes, dos coronéis e atualmente o agronegócio, sendo este último a forma mais agressiva e profunda de apropriação e geração de conflitos.

⁴⁶ Tema discutido durante a *Live: A Guerra da Água: Olhares sobre os conflitos por água desde o Oeste da Bahia* tendo como debatedores Amanda Silva da Agência 10envolvimento e Marcos Rogério geraizeiro e integrante da Associação Ambientalista Corrente Verde. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=goZkmNJ2XAk&ab_channel=D1%C3%81LOGOSCOMOSPOVOS

Mapa 8 – Principais caminhos de saída e destino da soja do MATOPIBA – 2018.



Mapa 9 – Principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro em valores (R\$) – 2018.



Elias (2015) aponta para a reestruturação produtiva da agropecuária e suas relações com as novas regionalizações no Brasil, trazendo a discussão sobre a influência cada vez mais presente de um capital mundializado nas dinâmicas agrárias, formando o que a autora denomina de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), as quais, através do olhar decolonial, poderiam ser chamadas de “regiões destrutivas”, haja visto às consequências à Natureza.

As RPA's são verdadeiros híbridos, compostos quer por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, quer por espaços urbanos não metropolitanos [...]. Essas formam nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais e são perpassadas por parte dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de importantes commodities ou importantes produções agropecuárias, os quais evidenciam algumas marcantes dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado (ELIAS, 2015, p. 27).

Tomando como pressuposto que essas regiões do agronegócio geram cada vez mais especializações produtivas e que esta dinâmica interfere nas diferentes escalas no cotidiano das populações desencadeando disputas de diferentes naturezas pelo uso dos espaços, as regiões produtivas aqui serão observadas através do Território, pois “não basta só a terra, queremos território! Território não é só terra, é espaço de vida, é espiritual, só quem vive nele é que sabe.” (M. R., geraizeiro, morador do município de Barreiras/BA, 2020).

Tais extensões territoriais de interesse geopolítico, muito mais que agrícola, são territórios em disputa entre os empresários do *agribusiness*, o Estado e as populações que ocupam as terras. Haesbaert (2004, p. 235) aponta que o território e os processos de territorialização resultam da dinâmica entre “[...] relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”.

O jogo de poder associado às dinâmicas envolvendo o agronegócio mundializado subverte Lugares em Territórios através do constante conflito de intencionalidades sobre a mesma extensão territorial e toda riqueza que lhe é intrínseca. A articulação do capital na produção espacial, dota espaços antes esquecidos pelo mercado, de grande aparato técnicos para que sua expansão seja garantida. A infraestrutura antes negada às populações residentes nestes espaços, passa a ser pauta relevante e urgente na promoção e consolidação do e para o capital mundializado do agronegócio.

A respeito disso, Elias (2015) ressalta a formação das cidades do agronegócio, as quais se destacam como os nós de gestão do setor e que refletem o desenvolvimento desigual, uma vez analisados os índices de crescimento e desenvolvimento humano destas cidades com as demais que estão à sua volta. A concentração do Índice de Desenvolvimento Humano indica o grau de desigualdades entre os diferentes municípios que compõem uma área que se caracteriza pela geração de milhares de reais e que abastece significativamente o Produto Interno Bruto (PIB) nacional que em 2020 chegou a ser 26,6% (CEPEA/USP, 2020).

Neste sentido, é mister refletir acerca do uso da técnica e as intencionalidades dos grupos de interesse no processo de produção da apropriação desigual do território, transformando paisagens e lugares. Compreendendo que o mundo é uma totalidade em movimento, os objetos técnicos e seus fluxos incidirão sobre as realidades diversas alterando a dinâmica dos lugares. Trata-se, portanto, de uma ligação intensa de lugar-mundo, onde toda nova descoberta e/ou invenção tende a totalizar, para o bem ou para o mal (SOUZA, 2014).

A rede de articulação dos territórios do agronegócio possui fluxos de intensa relação internacional, uma vez que respondem à demanda externa e estão conectadas diretamente com interesses internacionais, assim “o agronegócio globalizado se realiza totalmente mediante a dialética entre a ordem global e local” (ELIAS, 2015, p. 28) no centro do poder e consumo mundiais, sendo assim, “o território organiza-se com base em imposições do mercado, comandado por grandes empresas nacionais e multinacionais” (ELIAS, 2015, p. 28).

As novas formas de reordenamentos territoriais do capitalismo perpassam pelas reorganizações dos oligopólios econômicos através de criações, compras e fusões entre estes. A ligação entre estes oligopólios (inter)transnacionais e os monopólios nacionais desenha o cenário de territorialização do capital nos principais setores da economia, especialmente no setor de alimentos. Nesta perspectiva, o objetivo foi transformar o planeta num grande mercado de circulação livre de mercadorias, cujo discurso da queda das fronteiras se aplica tão somente ao capital, uma vez que se observa cada vez mais a rigidez das fronteiras quando se trata de circulação de pessoas, especialmente as que estão em situação de risco.

Conceber a globalização pela ótica da mundialização do capital nos permite compreender a racionalidade econômica imbricada fortemente no discurso e nas práticas dos sujeitos hegemônicos desse sistema. Tornar o planeta um grande espaço de exploração, compra, venda e circulação de mercadorias, ainda mais, tornar o próprio planeta uma mercadoria, significa tornar infinito o poder de atuação dos grandes oligopólios. E nesta mesma esteira de pensamento, questiona-se a adequação dos dispositivos legais e jurídicos para gestão de atividades de interdependência política e econômica em escala planetária (OLIVEIRA, 2015).

Por trás do discurso de desenvolvimento da mundialização do capital, encontra-se a distribuição desigual dos lucros e custos desta produção. Muitos são os autores que discutem os efeitos negativos dessa dinâmica e apontam as fragilidades do discurso do desenvolvimento econômico que oculta e/ou invisibiliza as mazelas que lhes são intrínsecas.

O seu discurso, que fala da ética, esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente. O discurso da globalização astutamente oculta ou nela busca penumbrar a reedição intensificada ao máximo, mesmo que modificada, da medonha malvadez com que o capitalismo aparece na História. O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca (FREIRE, 1997, p. 248-249).

Esse máximo de eficácia e malvadez que Paulo Freire aponta é verificado a cada ano com a ampliação das desigualdades tanto a nível mundial, continental, nacional, regional ou local. O desenvolvimento desigual é perceptível nas diferentes escalas e suas consequências também serão diferenciadas para cada porção espacial que se analisa. Assim também são impactadas diferencialmente sociedades, populações, modos de vida, etnias, povos de um mesmo território. Há sobreposições de intencionalidades e racionalidades numa mesma porção espacial, porém o poder do capital encurrela e fragiliza os demais, tornando-se hegemônico e formulador das regras.

É importante ressaltar que também os povos se organizam na defesa de seus territórios, principalmente por meio da cooperação, das horizontalidades do cotidiano. As diferentes frentes de resistência se articulam em rede para fortalecimento das bases sociais fundamentadas na solidariedade e busca pela

reprodução da vida. Sendo assim, as Comunidades de Fundo e Fecho de pasto e Quilombolas, as organizações civis como as Agências 10envolvimento e Associação Ambientalista Corrente Verde, as Quebradeiras de coco babaçu, assim como os movimentos sociais de luta pela terra e pelas águas (MST, MAB, MPA, etc.) formam uma grande rede de solidariedade com auxílio da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR/BA) que, juntos, buscam seus direitos de r-existirem e produzirem em seus territórios ancestrais.

3.4 A produção da riqueza e da pobreza pelo agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro

É extensa a bibliografia que ressalta a importância econômica do agronegócio no Brasil, especialmente nas áreas dos cerrados. Tais publicações têm como argumento central a narrativa da necessidade do desenvolvimento produtivo e elevação dos índices econômico-sociais para melhoria da qualidade de vida da população. Dentre as publicações cito Buainain *et al.* (2017) e Buainain, Garcia, Vieira Filho (2018) os quais abordam as relações entre agropecuária e economia local justificando o necessário avanço da soja como vetor de crescimento econômico e desenvolvimento o que, segundo os autores, iria gerar riquezas e elevação dos índices sociais regionais. Os principais argumentos para a aceitabilidade da expansão são os baixos níveis de dinamismo econômico das regiões e os precários indicadores sociais registrados nos períodos anteriores à chegada do modelo de produção monocultor do agronegócio.

A narrativa da positividade do processo de expansão das fronteiras agrícolas trazida em publicações de órgão oficiais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e no setor acadêmico como os estudos de Buainain, Vieira (2017; 2018) invisibiliza outras dimensões da vida como emprego, saúde, cultura, ancestralidade, educação, pobreza e desigualdade nas diversas escalas, o que fortalece a disseminação da necessária expansão do modelo produtivo. Neste sentido, até mesmo as leis ambientais são desrespeitadas e/ou modificadas em função das necessidades do setor sob a justificativa de que o progresso é preciso mesmo que “alguns setores” sejam afetados. São os “custos inerentes do progresso”. Mas quem são os “afetados”? Quem e como pagará tais custos?

A narrativa oposta, parte dos movimentos sociais, dos povos e comunidades atingidos pelos efeitos negativos do processo de expansão das fronteiras. Efeitos minimizados, ocultados e/ou invisibilizados pelos agentes hegemônicos em que a degradação da natureza e de seus povos são centralidades. Segundo Favareto *et al* (2019)

A imagem que sobressai desta narrativa é de uma região cujos recursos naturais vêm passando por um processo acentuado de depleção sob formas violentas e com enormes prejuízos para as comunidades que antes dependiam destes mesmos recursos para manter seus modos de vida (FAVARETO *et al*, 2019, p. 354).

Esta guerra de narrativas, que irei abordar no capítulo 5, nos ajuda a compreender as diferentes faces de articulação e disseminação ideológica de aceitação e naturalização do modelo de des-envolvimento tão cruel quanto o do agronegócio.

Por enquanto, vamos nos ater aos dados de produção de riqueza e pobreza nos cerrados do centro norte brasileiro e então elaborar argumentos que ratifiquem a necessidade de outra possibilidade de produção nestes espaços. Neste sentido e para compreender a dinâmica e dimensão da atividade econômica nos espaços de cerrados dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, vamos analisar os dados de produção do Censo Agropecuário de 2017, especialmente referentes aos grãos, pecuária bovina e a participação da agropecuária no PIB estadual e nacional. Com isso, podemos observar a dimensão dos valores comercializados a partir do uso dos bens comuns dos cerrados, principalmente, as terras e as águas.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos quatro estados (MA, TO, PI e BA) em 2018 somava R\$ 56 bilhões; riqueza esta que, no entanto, se encontra fortemente concentrada. Dados da Embrapa (2017) apontam que apenas treze, das trinta e uma microrregiões dos quatro estados produziam 76,9% do PIB total; e o PIB agrícola de 2018 teve como destaques dois municípios baianos de São Desidério (R\$ 69.979,13 reais) e Formosa do Rio Preto (R\$ 67.321,52 reais). Segundo o IBGE com base nos dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) o campeão nacional de produção agropecuária⁴⁷ em 2018 foi São Desidério (BA) com o valor de produção somado em R\$ 3,6 bilhões.

⁴⁷O IBGE avaliou 38 culturas permanentes e 33 temporárias.

De acordo com as figuras 21, 22 e 23 as lavouras de soja, algodão e milho tiveram expressividades nos quatro estados, especialmente a soja que, em 2017, teve um total de 3.608.536 de hectares plantados perfazendo um total de 10.893.218 toneladas do grão, gerando um valor total de R\$ 11.233.857.000,00. Dentre os quatro estados, a Bahia apesar de não ter o maior número de estabelecimentos⁴⁸ agropecuários produtores de soja, foi o estado que teve os maiores valores, tanto de área plantada, quanto quantidade produzida e valor da produção, tendo como os campeões de produção os municípios de Formosa do Rio Preto (R\$1.408.814,00), São Desidério (R\$1.226.452,00) e Barreiras (R\$572.356,00). É importante ressaltar que Formosa do Rio Preto é o 6º município mais desmatado do Brasil (77 alertas de desmatamento com área de 21.801 hectares) no ano de 2019 segundo o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil do MapBiomas (2020). Isso implica na análise das bases que direcionam o avanço das fronteiras sobre as áreas de cerrados, devastando o geossistema local e regional.

Figura 21 – Cerrados do centro norte brasileiro - Produção de soja em grão (2017)



A Bahia também se destaca em relação aos demais estados na produção de algodão (herbáceo) ao somar a quantia de R\$1.673.019,00 no valor total da produção em

⁴⁸ Importante ressaltar que mesmo não tendo o maior número de estabelecimentos agropecuários, os municípios da Bahia têm maiores extensões territoriais em comparação com os demais estados.

2017, o que corresponde a 86,4% de toda produção dos cerrados do centro norte brasileiro, assim como também se destaca na proporção de área plantada. Quando comparada aos demais estados dos cerrados do centro norte brasileiro, somente a Bahia apresenta 86% do total de área plantada entre os quatro estados destinadas ao plantio de algodão. É preciso destacar a permanência do destaque dos municípios de São Desidério (R\$ 226.951,00), Correntina (R\$ 154.135,00) e Formosa do Rio Preto (R\$ 138.501,00) como campeões de produção do agronegócio, havendo, portanto, centralização da produção em pouco mais de 5 dos 24 municípios que formam a mesorregião do extremo oeste baiano⁴⁹.

Figura 22 – Cerrados do centro norte brasileiro - Produção de algodão herbáceo em grão (2017)



A produção de milho chegou a ocupar 1.259.773 hectares nos quatro estados chegando a uma produção de R\$ 2.92.048.000,00 em 2017. A Bahia mais uma vez ganha destaque com a maior participação tanto da área plantada (31% em relação ao total) quanto do valor de produção (34,3% em relação ao total), tendo como principais produtores os municípios de São Desidério apresentando o valor de

⁴⁹ A mesorregião do extremo oeste baiano é formada pelos municípios: Angical, Baianópolis, Barreiras, Brejolândia, Cotegipe, Cristópolis, Catolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, São Desidério, Santa Rita de Cássia, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

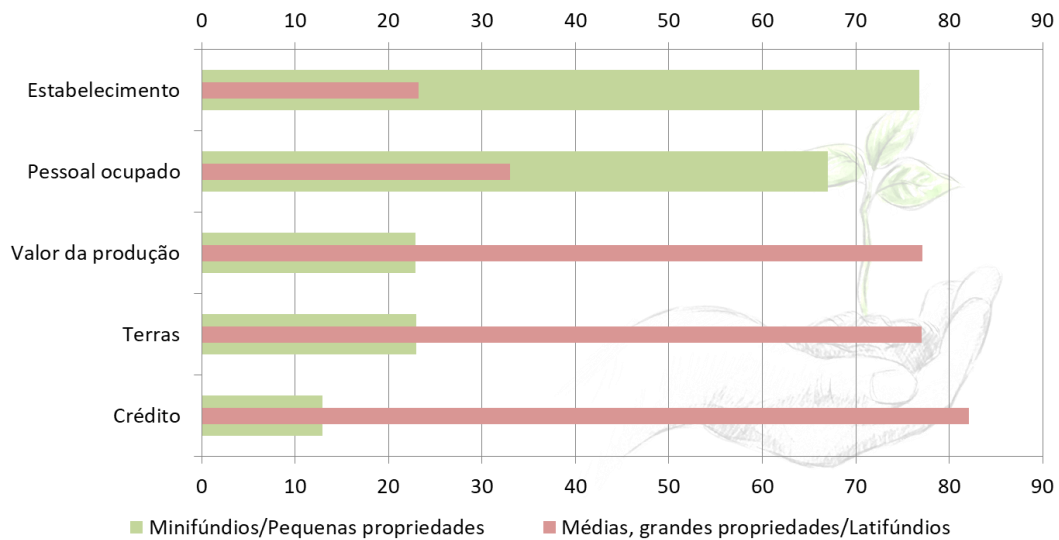
produção em R\$ 583.962,00, Formosa do Rio Preto com R\$ 293.353,00 e Correntina com uma produção total de R\$ 282.538,00.

É importante destacar que além das áreas destinadas ao plantio destas *commodities* aqui apresentadas (soja, algodão e milho), outros produtos ligados ao agronegócio estão presentes nesta área, tais como arroz e feijão, no entanto com pouca expressividade em relação à *commodities* citadas. Para além das mercadorias produzidas pelo agronegócio, existe uma produção significativa de cultivos voltados para alimentação local e regional relacionados à agricultura familiar e camponesa, como a mandioca, frutas, verduras e legumes. Estes dados, porém, não aparecem com destaque no censo agropecuário 2017, ação compreendida neste trabalho, como proposital no intuito de ocultar a efetiva participação da agricultura familiar e camponesa na produção e comercialização de alimentos nos cerrados do centro norte brasileiro.

Os antagonismos desta relação podem ser visualizados no Gráfico 13 em que aparecem dispostos os dados de estabelecimentos agropecuários, pessoal ocupado, valor da produção, terras ocupadas e acesso ao crédito, onde é possível verificar a discrepância gigantesca na distribuição das terras e dos valores de investimentos em benefício das grandes e médias propriedades, quando um dos maiores benefícios da produção rural, a geração de emprego e renda, é majoritariamente encabeçada pelos pequenos estabelecimentos rurais e minifúndios.

Os dados da produção de alimentos infelizmente, devido às mudanças na metodologia do censo 2017 dificultam bastante a separação entre os setores produtivos, não ficando claras as informações sobre as características dos proprietários dos estabelecimentos, nem as formas de produção utilizadas. Mas como neste item do texto, desejamos ressaltar as questões produzidas pelo agronegócio, tanto no que se refere aos valores e quantidade da produção, quanto às desigualdades provenientes do processo, as informações omitidas pelo Censo 2017 não comprometeram profundamente as análises.

Gráfico 13 – Comparação entre Minifúndios/Pequenas propriedades e Médias, grandes propriedades/Latifúndios (2017).



Fonte: Censo Agropecuário, 2017. Organizado por Simony Reis, 2020



As extensas áreas voltadas para produção agrícola são acompanhadas de muitas outras extensões de pastagens para criação de gado e outras ainda usadas como passivos ambientais ou fonte de especulação no mercado financeiro. Ainda segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017 o efetivo bovino também teve expressividade nos cerrados do centro norte brasileiro, com mais de 21 milhões de cabeças de gado; destas, 30,1% estão no Estado do Tocantins, 38% na Bahia, 25,2% no Maranhão e 6,6% no Piauí.

Figura 23 – Cerrados do centro norte brasileiro - Produção de milho em grão (2017)



Os resultados da Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2018 atualizam os dados do Censo Agropecuário realizado em 2017 e apontam as continuidades no que se refere à produção do agronegócio tendo como carros-chefes as produções de soja, algodão e milho nos estados que compõem os cerrados do centro norte brasileiro. O PAM de 2018 aponta a Bahia como unidade da federação com maior valor de produção (R\$ 16,6 bilhões) e São Desidério como o município com o maior valor de produção (R\$ 3,6 bilhões), destes R\$ 1,8 bilhões são oriundos da produção de soja em grão. O município teve elevação de 54,4% do valor total de produção em relação ao ano anterior de 2017, quase o dobro do segundo colocado nacional o município de Sapenzal (MT) que teve aumento de 28% no valor da produção agrícola em relação a 2017.

Frente a todos estes dados econômicos que são fonte primordial para os argumentos dos defensores do modelo de produção moderno-colonial do agronegócio, Favareto *et al* (2019) aponta para as extremas desigualdades existentes entre os municípios que compõem os cerrados do centro norte brasileiro e destaca a existência de 4 MATOPIBAS, os quais apresentam características bastante particulares em relação a produção e distribuição da riqueza e da pobreza. O referido autor, no estudo intitulado “Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba (2019)”⁵⁰ elaborou, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 e Censo Demográfico de 2010, 4 classificações para os 337 municípios dos 4 estados, levando em conta os dados referentes a demografia, PIB, renda, desigualdade, pobreza, esperança de vida ao nascer e mortalidade infantil. Com base nos resultados, os municípios foram agrupados da seguinte forma:

Grupo A – Municípios com alta produção e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios ricos**.

Grupo B – Municípios com alta produção e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios injustos**.

Grupo C – Municípios com produção baixa e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios saudáveis**.

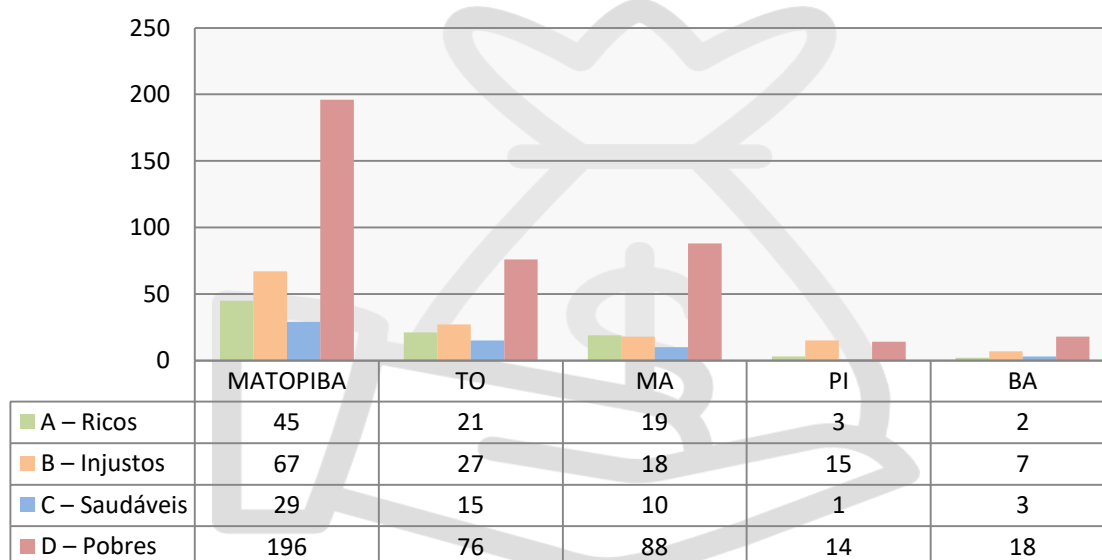
Grupo D – Municípios com produção baixa e indicadores sociais abaixo da

⁵⁰ FAVARETO, Arilson *et al*. Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do MATOPIBA/There is more poverty and inequality than well-being and wealth in the municipalities of Matopiba/Hay más pobreza y desigualdad que bien estar y riqueza em los municípios de Matopiba. REVISTA NERA, n. 47, p. 348-381, 2019.

média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios pobres**. (FAVARETO *et al*, 2029, p. 366 – destaque dos autores).

No gráfico14 estão as quantidades de municípios pertencentes a cada uma das classes. O que se percebe é a contradição em relação aos dados econômicos destes espaços onde o cenário ideal disseminado pela narrativa do setor do agronegócio só se fez presente em apenas 45 dos 337 municípios, ou seja, apenas 13,4% dos municípios apresentam índices equilibrados entre produção e bem estar social, enquanto que 19,9% dos municípios foram classificados como injustos (Municípios com alta produção e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado) e 58,2% como pobres. O quadro não difere na análise estadual. Nos quatro estados prevaleceu a existência dos municípios classificados como pobres (Grupo D).

Gráfico14 – Tipologia dos municípios do MATOPIBA por indicadores de riqueza e bem-estar.



Fonte: FAVARETO *et al*, 2019.

Na Bahia, os 2 municípios pertencentes ao Grupo A são Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, dentre os 18 classificados como pobres está Santa Maria da Vitória e entre os injustos estão Formosa do Rio Preto, Correntina e São Desidério, municípios campeões na produção de soja em grão, milho e algodão herbáceo como visto nas Figuras 21, 22 e 23 (IBGE, 2017).

O cruzamento de dados agropecuários feito pelos estudos de Favaretto (2019) e Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017) trazem uma série de

questionamentos sobre as desigualdades geradas pela produção no campo brasileiro. Tais estudos são baseados nos censos agropecuários de 2006 e 2017 e ambos chamam a atenção para a descontinuidade da metodologia aplicada pelo IBGE na coleta dos dados e informações. Isso foi constatado também nesta pesquisa ao tentar buscar dados socioeconômicos numa série temporal para efeito de análise comparativa. No entanto, devido às mudanças tanto no questionário do censo de 2017 quanto na disponibilidade dos resultados, tal ação está demasiadamente dificultosa.

Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017) chamaram a atenção acerca dos perigos desta mudança e adequação da coleta de dados oficiais para o encobrimento de certas realidades. O censo agropecuário realizado em 2006 trazia uma distinção entre a produção da agricultura familiar e a não familiar, articulando também com o tamanho das propriedades, os cultivos realizados e as técnicas utilizadas, o que não se encontra no censo agropecuário de 2017; pelo menos não claramente. É preciso que o pesquisador colete uma série de dados e por sua conta tente fazer as articulações, o que muitas vezes é impossibilitado pela forma que o dado é disponibilizado, ora com regionalização apenas regional, ora municipal ou por microrregiões. A este respeito Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017) afirmam que

O Censo Agropecuário entrou na mira dos golpistas. E Rabello dedicou-se pessoalmente em destruir a maior e mais importante base de dados sobre o espaço rural brasileiro. Depois de idas e vindas da realização ou não do Censo Agropecuário ainda durante o governo Dilma, pós-queda do governo, Rabello anunciou que o censo seria realizado da seguinte forma: “realizar mais com menos”. O que na verdade significou realizar menos com menos, ao anunciar cortes no questionário devido à redução no orçamento. Aproximadamente 60% das questões, 1/3 das variáveis do projeto original, foram cortadas, impactando diretamente na possibilidade de conhecer toda a complexidade do campo brasileiro e impossibilitando o próximo censo de comparações com os censos anteriores, implodindo a série histórica. É bom lembrar que o Censo 2006 tinha ampliado suas variáveis e lançado um anuário específico sobre agricultura familiar (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017, p. 71).

Segundo Sérgio Scheneider, em entrevista ao site da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz), em 2017

o agronegócio se incomodou com os resultados do censo de 2006 e decidiu contratar a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro para fazer um estudo específico que mostrou que a importância da agricultura familiar não era tão grande assim (FIOCRUZ, 2017).

E complementa que “O censo agropecuário virou um campo de batalha entre o chamado setor do agronegócio e o setor da agricultura familiar e do desenvolvimento rural” o que levou a interferência direta no reordenamento do questionário do censo, reduzindo-o em cerca de 60%, ocultando informações importantes (FIOCRUZ, 2017).

Neste contexto de disputa de narrativas articulada com a disputa pela obtenção e publicação de dados oficiais do campo brasileiro, o setor do agronegócio atropela os demais setores do campo e o resultado é um censo agropecuário basicamente voltado para a produção dos grandes produtores, silenciando e ocultando as demais formas de produção e suas dimensões tanto de rentabilidade quanto de quantidade e sustentação da alimentação nacional.

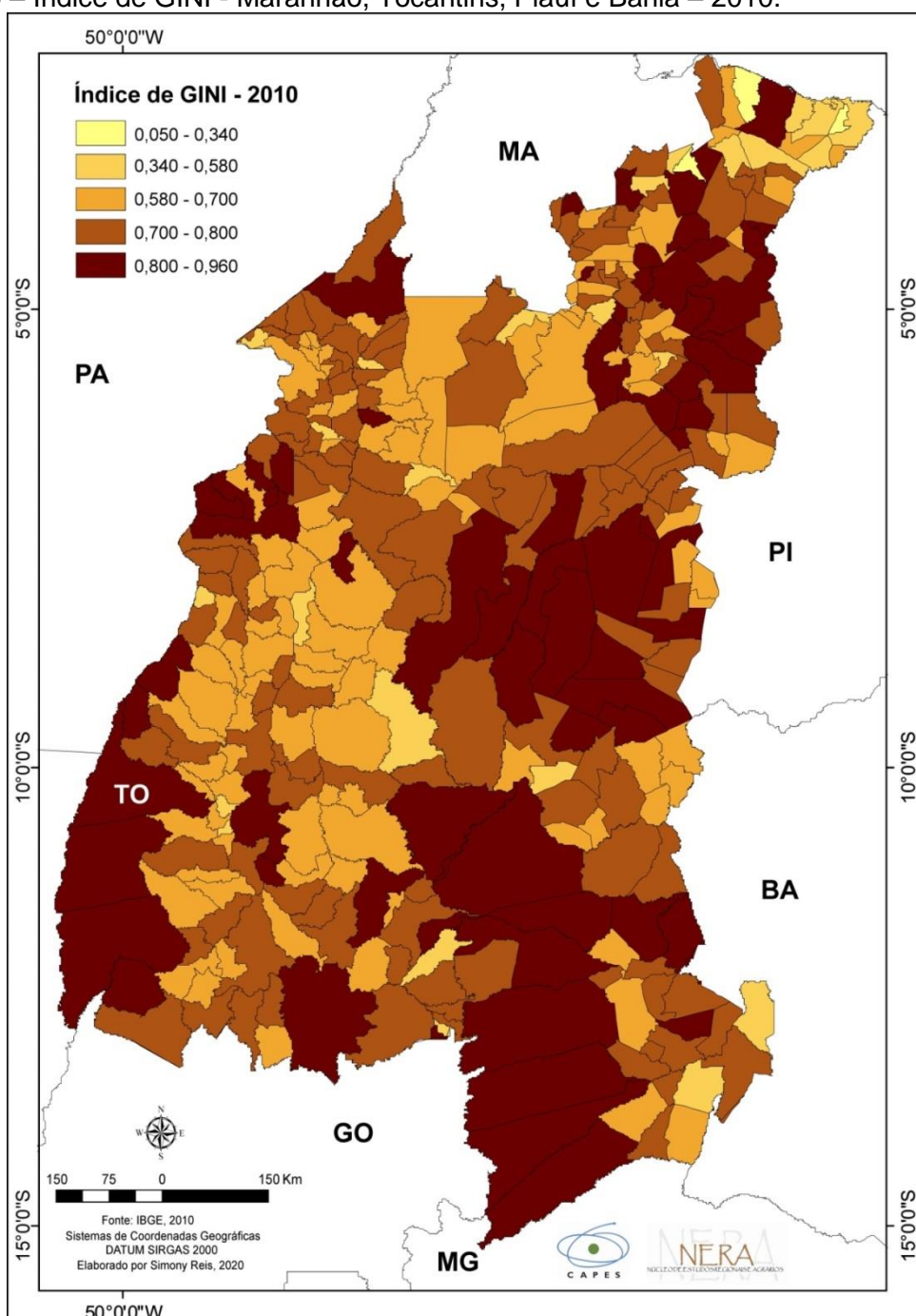
Assim, com as diversas mudanças ocorridas entre os censos de 2006 e 2017, algumas análises comparativas não são mais possibilitadas, tais como os tipos de agrotóxicos utilizados em cada estabelecimento rural e suas quantidades respectivas, ficando somente a informação se faz uso ou não na propriedade. Outro ponto se refere aos postos de trabalho que, no censo de 2006, era classificado em agricultura familiar ou não e no atual censo de 2017 a classificação se dá por laço de parentesco com o proprietário do imóvel rural ou não, o que acaba generalizando e abrindo possibilidade para várias interpretações.

Apesar de todas as dificuldades, vamos aqui apresentar dados e informações socioeconômicas baseadas tanto dos censos agropecuários, como do censo demográfico de 2010 e outras bases de dados oficiais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010), O Caderno de Conflitos no Campo (2018-2019), dentre outros, na tentativa de descortinar as imensas desigualdades criadas pelo agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro.

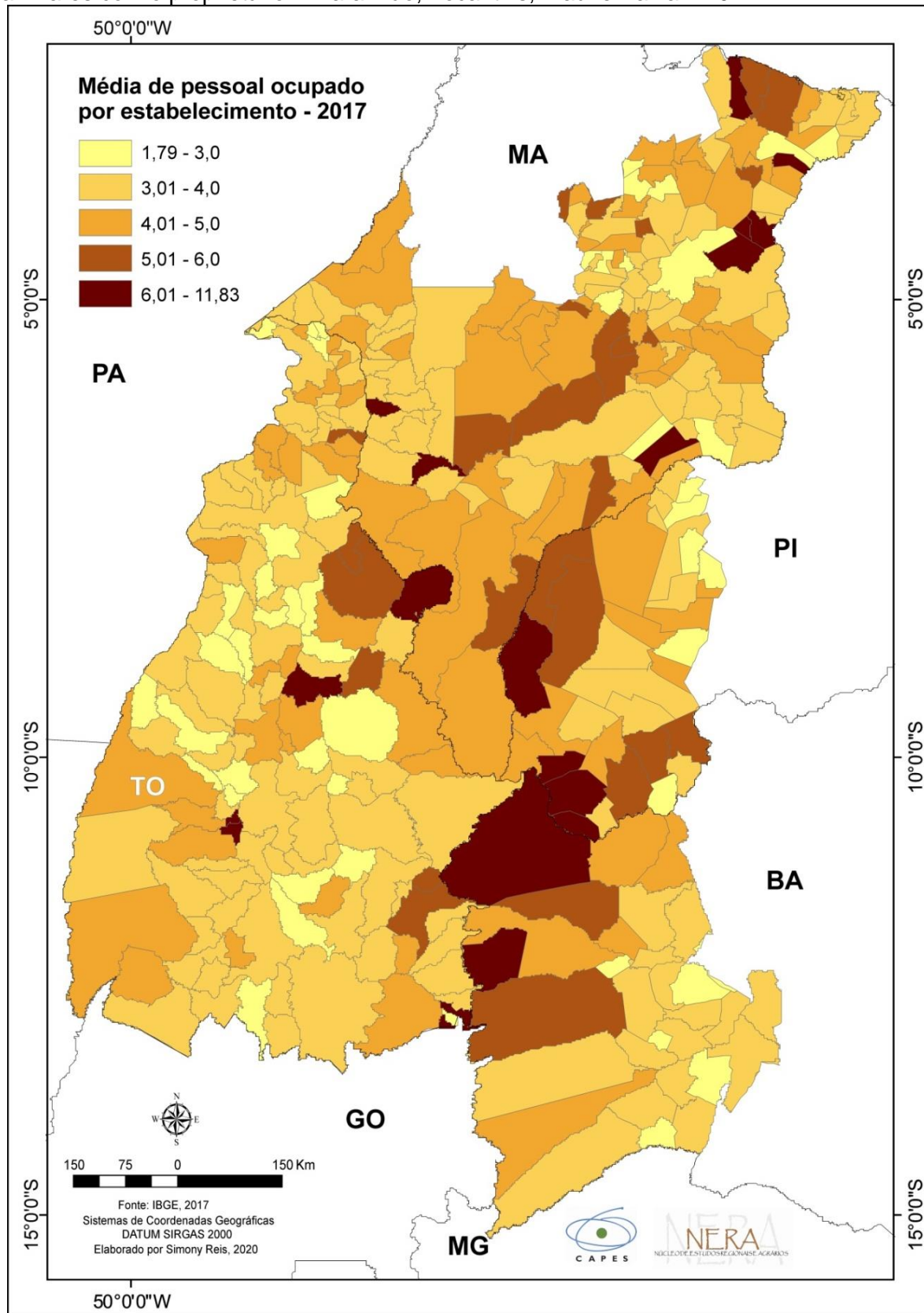
Sendo assim, a produção das desigualdades também é característica do modelo de produção do agronegócio. O Mapa 10 indica o índice de GINI obtido no censo demográfico de 2010, e aponta aqueles municípios anteriormente citados (Formosa do Rio Preto/BA, São Desidério/BA, Balsas/MA, Uruçuí/PI, Campos Lindos/TO) como os de maiores volumes de produção são também os que possuem acentuada desigualdade. Esse dado se refere principalmente ao acesso à terra e

aos equipamentos de trabalho e renda, posto que em associação com o Mapa 11 (número de pessoal ocupado no campo), percebe-se que são poucos os trabalhadores efetivos que permanecem no campo, nos municípios em que prevalece o agronegócio. Isso se deve ao processo de evolução técnica da base produtiva das *commodities* que dispensam, em grande parte, a mão de obra dos trabalhadores locais.

Mapa 10 – Índice de GINI - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – 2010.



Mapa 11 – Média de pessoal ocupado por estabelecimento agropecuário sem laços familiares com o proprietário – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – 2017.



Em contrapartida, os estabelecimentos de agricultura familiar apresentam elevada participação no que se refere ao pessoal ocupado em números absolutos. A Tabela 03 traz um comparativo entre os censos de 2006 e 2017 e, em ambos os casos, a predominância do pessoal ocupado no campo ocorre nas propriedades da agricultura familiar e não como prega a narrativa do agronegócio de que implementa e impulsiona o trabalho no campo.

A Tabela 03 ainda indica, mesmo em pequena escala, a redução dos postos de trabalho na agricultura familiar e aumento na atividade não familiar. Os motivos para tais alterações, dentre as diversas particularidades locais, estão articulados com o empobrecimento generalizado da população trabalhadora rural, como é possível verificar no Mapa 12 onde estão espacializados os dados de rendimento médio do trabalhador/a rural. De acordo com os dados, grande parte dos trabalhadores/as ganha muito abaixo do salário mínimo, até mesmo nas áreas onde os valores de produção passam da casa dos bilhões anuais.

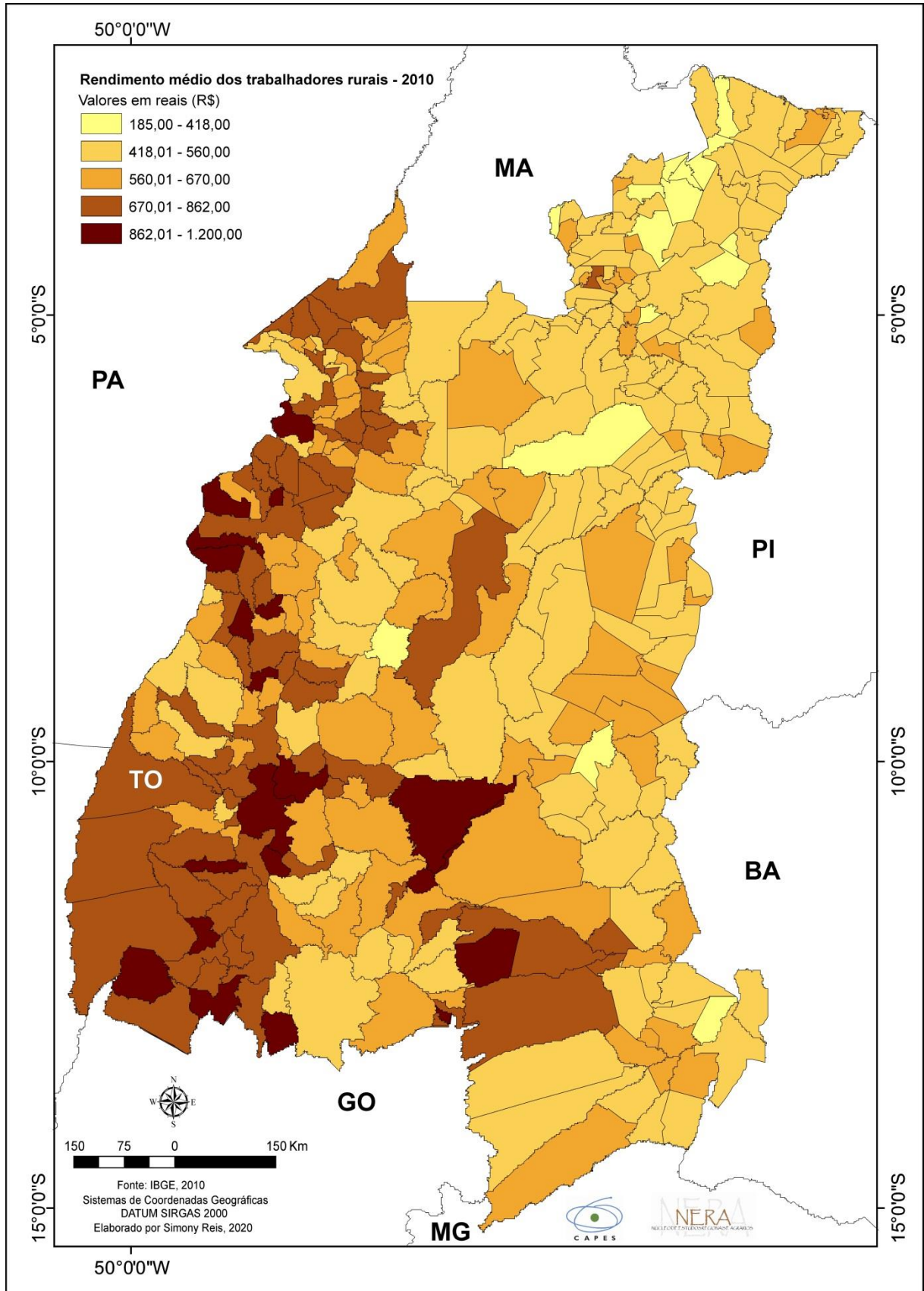
Tabela 03 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por atividade 2006/2017

Mesorregião Geográfica	2006		2017	
	Agricultura familiar	Não familiar	Agricultura familiar	Não familiar
Ocidental e Oriental do Tocantins (TO)	122.830	54.001	124.164	80.266
Sul Maranhense (MA)	42.791	16.649	33.983	20.148
Sudoeste Piauiense (PI)	152.157	29.903	114.727	41.171
Extremo Oeste Baiano (BA)	124.481	38.247	90.278	48.882

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 2006 e 2017

Outro fator para a redução do trabalhador/a da agricultura familiar nos cerrados do centro norte brasileiro são os conflitos no campo, os quais forçam a saída de muitas famílias para as cidades, assim como a falta de sustentação das atividades no campo por falta de auxílio e subsídios na produção familiar. Ainda assim, a relação entre produção e trabalho nas grandes propriedades é extremamente desproporcional, revelando a face cruel da expulsão dos agricultores/as do campo.

Mapa 12 – Rendimento médio dos trabalhadores rurais – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – 2010.



É preciso fazer um destaque importante no que se refere aos postos de trabalho no campo não familiar, uma vez que nos dados oficiais aparecem os postos de trabalhos comprovados por meio da carteira assinada ou algum tipo de contrato estabelecido entre o empregador/a e o empregado/a, porém, durante o trabalho de campo em Barreiras/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA e Formosa do Rio Preto/BA (2019), foi observado outras formas de trabalho que não são computadas pelos órgãos oficiais e que mantêm relações de superexploração do trabalhador rural. É o caso dos catadores de algodão da beira de estrada, os quais vão recolher manualmente as sobras dos algodões que as grandes colheitadeiras não foram capazes de reter. Este tipo de trabalho não possui regulamentação, tão pouco garantias de direitos para os/as envolvidos/as, colocando-os/as numa situação ainda mais vulnerável. A agricultura sem agricultores/as como bem afirma Walter Pengue⁵¹ é mais uma das faces do agronegócio e da precarização do trabalho no campo.

Outra face cruel do agronegócio consiste na sua estrutura que se caracteriza pela tecnificação da produção cada vez mais avançada e alicerçada por equipamentos científicos de alta precisão como tratores autônomos, melhoramento genético, biotecnologias e até mesmo relações com a indústria 4.0⁵² e o Big Data⁵³ ao passo que alimenta a permanência de práticas coloniais como a escravização. São faces a princípio contraditórias, porém compreendidas enquanto complementares quando se entende a lógica racional que sustenta o modelo de produção.

Na lista suja do trabalho escravo no Brasil os estados da Bahia, Tocantins e Maranhão possuem destaque no cenário nacional. Segundo o Observatório de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas ligado à Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre os anos de 2003 e 2018 na Bahia foram resgatados/as 3.256 trabalhadores/as em situação de trabalho análogo ao da

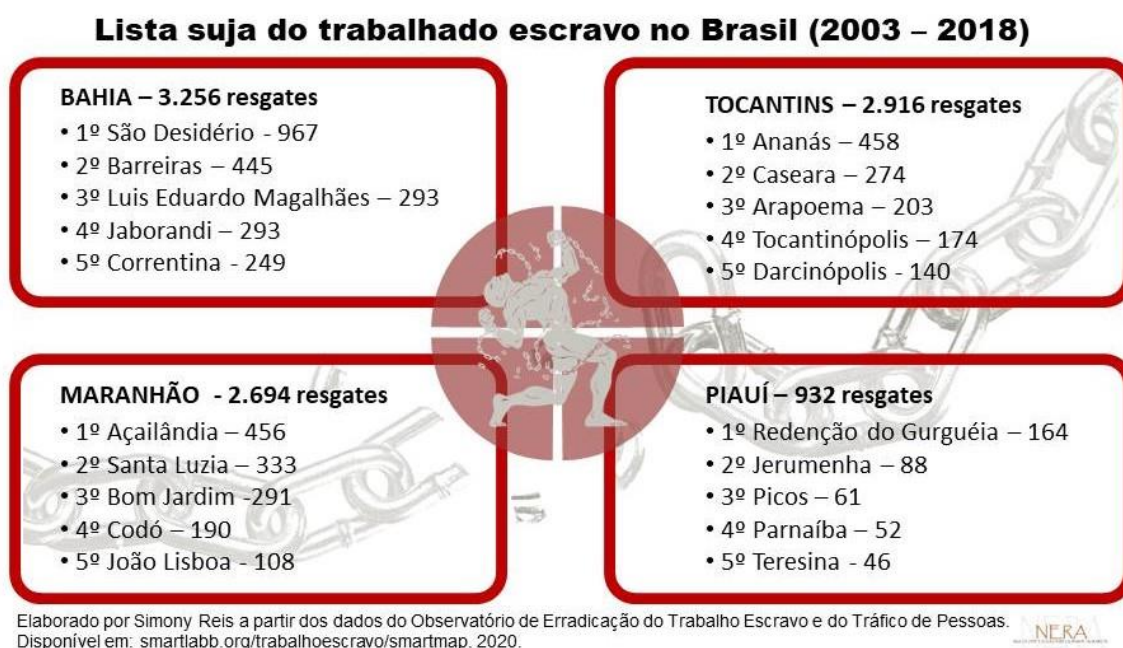
⁵¹ PENGUE, Walter (2005) Agricultura industrial y transnacionalización en América Latina. La transgénesis de un continente. PNUMA, UNEP México.

⁵² A Indústria 4.0 se caracteriza, por um conjunto de tecnologias que permitem a fusão do mundo físico, digital e biológico. Para saber mais acesse o link da série: As Tecnologias que transformam o agro | Episódio 1: https://www.youtube.com/watch?v=gGYCT3YxdM0&feature=emb_logo&ab_channel=rallydasafra.

⁵³ Big data é um termo que descreve o grande volume de dados - estruturados e não estruturados - usado para auxiliar nas melhores decisões e movimentos estratégicos de negócios.

escravidão⁵⁴. Os cinco municípios com maior prevalência de resgates são os de maior territorialização do agronegócio (Figura 24). No Maranhão, no mesmo período, foram 2.694 trabalhadores resgatados, no Tocantins foram 2.916 resgates e no Piauí 932.

Figura 24 – Trabalhadores resgatados de situação de trabalho escravo e municípios com maior prevalência nos cerrados do centro norte brasileiro – Bahia, Maranhão, Tocantins e Piauí (2003 – 2018).



Ampliando a escala para a Bahia, o perfil do trabalho escravo possui cor, gênero, posição social e local de trabalho. Segundo os dados do Observatório de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas (2003 – 2018), o perfil dos/as trabalhadores/as resgatados/as em situação de trabalho escravo no município de Barreiras 87% eram trabalhadores/as do setor agropecuário em geral, sendo 35% na criação de bovinos, 25% na produção de arroz e 17% na extração de madeira em florestas nativas. Com faixa etária prioritariamente jovem (18 – 24 anos), os homens são maioria entre os resgates. Em relação à raça e escolaridade, 77% são declarados/as pardos/as e pretos/as, 34% cursaram, sem concluir, o Ensino

⁵⁴ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define trabalho escravo como aquele “[...] trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade. Este segundo fator nem sempre é visível, uma vez que não mais se utilizam correntes para prender o homem à terra, mas sim ameaças físicas, terror psicológico ou mesmo as grandes distâncias que separam a propriedade da cidade mais próxima” (OIT, 2006, p. 27).

Fundamental I, 22% cursaram, também sem concluir, o Ensino Fundamental II e 19% declarados analfabetos/as.

De forma geral, o perfil sociodemográfico dos trabalhadores resgatados em todos os municípios citados (Figura 24), é muito semelhante. Em sua maioria, homens jovens, pardos e pretos com baixos índices de escolaridade, trabalhadores do setor agropecuário, principalmente na criação de bovinos e cultivos de arroz, soja e algodão. Essas informações permitem identificar os riscos existentes nas atividades econômicas e cadeias produtivas ligadas ao setor agropecuário, bem como divulgar as vulnerabilidades relacionadas a padrões sociodemográficos e identitários dos/as trabalhadores/as em situação de superexploração da sua força de trabalho para sustentação dos altos índices econômicos obtidos exponencialmente a cada ano pelo setor agropecuário nacional.

Com tudo isso, é possível afirmar que há mais pobreza que riqueza nos espaços que compõem a fronteira agrícola, assim como prevalece a injustiça espacial, que com avanço das ocupações, tendem a se ampliar e aprofundar ainda mais este cenário.

4. A FRONTEIRA AGRÍCOLA NACIONAL: FRENTES DE EXPANSÃO E O EMCOBRIMENTO DO OUTRO⁵⁵

O ego moderno apareceu em sua confrontação com o não-ego; os habitantes das novas terras descobertas não aparecem como Outros, e sim como o Mesmo a ser conquistado, colonizado, modernizado, civilizado, como “matéria” do ego moderno. E é assim como os europeus (ou os ingleses em particular) se transformaram [...] nos “missionários da civilização em todo o mundo”, em especial com “os povos bárbaros”. [...] O “coberto” foi “descoberto”: ego cogito cogitatum, europeizado, porém imediatamente “en-coberto” como Outro (DUSSEL, 1993).

As sociedades latinoamericanas, devido ao processo cruel e violento da colonização, foram colocadas na divisão internacional do trabalho enquanto espaços fornecedores de matéria-prima para que outras nações tecnifiquem e supervalorizem o produto final. Neste processo primário de produção, também a terra, e principalmente a sua posse associada à água, torna-se elemento central. É importante ressaltar que a histórica formação territorial brasileira, que tem como característica central a concentração de terras, também está relacionada - e muito fortemente - à apropriação das águas, tanto superficiais, quanto subterrâneas e a escravização de diferentes povos.

Neste sentido, falar de territorialização de terras no Brasil é também falar de territorialização das águas e da tentativa de destruição de modos de vidas. As fronteiras concretas não avançam em qualquer sentido, vão estrategicamente em direção aos corpos d'água e toda potencialidade que a natureza possui e as fronteiras simbólicas avançam na direção dos que julgam como inferiores e subalternos ao seu modo de produzir hegemônico.

Quando direcionamos a discussão do avanço do modo de produção monocultor através das frentes de expansão de um determinado modo de vida, estamos dialogando com a perspectiva sociológica de foucautiana que interpreta modo de vida numa “Perspectiva culturalista relativa ao espírito de uma época, sendo, portanto, maior que as diferenças entre pessoas de classes e profissões diferentes” (BRAGA; FIÚZA; REMOALDO, 2017, p. 389).

⁵⁵ Encobrimento do outro – referência ao livro *1492 o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade* do filósofo Enrique Dussel que versa sobre o processo de invasão europeia nas terras da América Latina e o encobrimento das outras formas e modos de vidas. Disponível em: http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/arquivos/1492_O_encobramento_do_outro_de_ENRIQUE_DUSSEL_441400838.pdf

Portanto, entender que o avanço das fronteiras se dá para além das cercas e demarcações de posse da terra, mas também sobre as formas de ser e estar no mundo. No sentido de que, junto com o modelo de produção monocultor, existe um pensamento também monocultor que avança sobre os demais e, na mesma perspectiva da colonialidade, subestima, subalterna e sobrepõe os demais modos de vida e de pensamento. Trata-se, portanto, de frentes de expansão física e simbólica que através de diversos instrumentos, principalmente a narrativa nos meios de comunicação, legitimam este modo de vida enquanto melhor, mais adequado que os demais, portanto, civilizado e moderno (DUSSEL, 1977).

Por conhecimento ocidental e razão imperial/ colonial compreendo o conhecimento que foi construído nos fundamentos das línguas grega e latina e das seis línguas imperiais européias (também chamadas de vernáculos) e não o árabe, o mandarim, o aymara ou bengali, por exemplo (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Martins (2016) ressalta o pensamento de Alistair Hennessy (1978) ao afirmar que “sociedades como a brasileira ainda estão no estágio de fronteira” (MARTINS, 2016, p. 132). Ou seja, espaços que temporalmente se encontram no processo ainda de expansão sobre terras que, de alguma maneira, ainda não foram apropriados pelo uso comercial.

A expansão da fronteira também se configura como sobreposição de territorialidades, uma vez que existem dois lados numa fronteira: o conhecido e o desconhecido, o local do enfrentamento do que lhe é estranho. Nesta perspectiva, Martins (2016, p. 133) declara que “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”.

O avanço fronteiriço é constituído e marcado por destruições, mas também deve ser destacado como espaços de resistências, confrontos, protestos, defesa de direitos, de sonhos, esperança e fé.

A formação territorial do Brasil se configura como uma histórica luta social e étnica no avanço das fronteiras num processo acelerado de extermínio sócio-cultural dos povos originários, assim como camponeses e populações rurais que tiveram seus modos de vida cercados pelo “estrangeiro” agroexportador, latifundiário, branco e patriarcal. Estrangeiro, neste contexto, é entendido na perspectiva de Martins (2016) como todo aquele sujeito que vem de fora da comunidade é considerado estrangeiro, seja ele do mesmo país ou não. Sendo assim, tanto os sujeitos vindos

de outros países, como os de outras regiões, estados ou municípios ganham a concepção de estrangeiro, ou seja, aquele/a que vem de fora e, portanto, não tem seu modo de vida associado ao espaço agora requerido.

Haesbaert (1995) aponta para esta relação com o sujeito estrangeiro ressaltando que o embate das fronteiras de pensamento e dos modos de vida geram conflitos para além da posse da terra e dos seus bens naturais, mas também em relação às identidades regionais estabelecidas entre os diferentes agentes daquele espaço. O/A estrangeiro/a chega com sua carga histórico-cultural causando desconforto e estranhamento aos habitantes locais, uma vez que grande parte desses encontros é marcada por uma ideia de superioridade, de colonialidade. Estes encontros de alteridades foram estimulados pelo Estado brasileiro, por meio dos grandes projetos de desenvolvimento sem, contudo, criar pontes para mitigar os conflitos gerados pelo embate de pensamentos.

A ocupação dos cerrados brasileiros se deu com maior expressividade por meio de projetos de interiorização no país associado à indústria e ao agronegócio, ambos os setores econômicos causaram e ainda causam, extrema degradação ambiental⁵⁶. A definição destas fronteiras não pode ser compreendida distinta da situação do conflito social, uma vez que é “o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si” (MARTINS, 2016, p. 133). Neste embate de temporalidades e concepções de vida e de mundo, os opostos travam uma dura caminhada, na maioria das vezes, através de confronto violento marcado por assassinatos, depredações e ausência de respeito aos direitos humanos.

Estes conflitos, entendidos também como luta de classes, são intrínsecos ao modo hegemônico de produção, uma vez que, por meio da espoliação do outro, é que o lucro pode ser alcançado com maior vigor.

É relevante destacar a concepção diferenciada do processo de expansão entre os diferentes agentes sociais envolvidos. Se, por um lado temos populações rurais, tradicionais, camponesas, ribeirinhas que concebem o avanço enquanto frente de expansão, por outro, existem os empresários, políticos, produtores para exportação que o concebem como frente pioneira/zona pioneira, como que fosse um

⁵⁶ Entenda-se ambiente numa perspectiva holística compreendendo-o enquanto sistema composto da interação entre elementos naturais, sociais e culturais.

processo de ocupação do “não ocupado”, à modernização e introdução do modo vida “civilizado” e “desenvolvido” (MONBEIG, 1984). Martins (2016) aponta que

a frente pioneira é também a situação espacial e social que convida e induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionais e mortas (MARTINS, 2016, p.135 - 136).

Nesta perspectiva, a diferença encontra-se nos modos singulares de ser e agir no e com o espaço, seria pelas territorializações concebidas em valores e orientações sociais distintas ou diferentes em algum grau e/ou intensidade. No entanto, é interessante refletir sobre ambos os termos que ao final se referem à frente econômica, uma vez que as frentes têm como objetivo a apropriação da terra enquanto renda, produto e mercadoria, assim como base para outras mercadorias. Neste sentido, as frentes se desenham enquanto faces da reprodução ampliada do capital e zonas da devastação do outro (MONBEIG, 1984).

É na frente pioneira que o capital avança nos espaços, territorializando-os sob sua lógica de produção. A apropriação ocorre na maioria das situações utilizando-se de práticas não capitalistas. Isso ocorre principalmente no processo inicial de demarcação das terras, quando a força de trabalho quase nunca se configura como salário e a grilagem é um dos principais instrumentos de legitimação do ilegal. O capitalismo neste formato, além de superexplorar, também expulsa o trabalhador/a do campo, promovendo uma “agricultura sem agricultores” ampliando a massa de excluídos/as, não lhes permitindo outra forma de reprodução da vida⁵⁷ que não seja precária.

Assim, a dialética modernidade-colonialidade fica ainda mais expressiva na concepção de des-envolvimento, uma vez que distancia as comunidades dos meios de (re)produção de suas vidas, introduzem equipamentos técnicos modernos no processo produtivo que, ao passo da ampliação do lucro e agilidade no processo produtivo, geram expropriação e rupturas com os modos de vida locais, desemprego e aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 2010).

⁵⁷ A ideia de reprodução de vida tratada nesta tese está vinculada aos pensamentos de Mignolo (2008, p. 296) o qual propõe que este “é um conceito que emerge dos afros escravizados e dos indígenas na formação de uma economia capitalista, e que se estende à reprodução da morte através da expansão imperial do ocidente e do crescimento da economia capitalista. Essa é a opção descolonial que alimenta o pensamento descolonial ao imaginar um mundo no qual muitos mundos podem co-existir.”

Nesta perspectiva, é possível afirmar que o *front* do agronegócio avança não só na dimensão do concreto sobre as terras agrícolas, mas também na dimensão do simbólico, no que se refere aos direitos humanos levando em seu lastro questões como violência, trabalho escravo e expropriações. Além do impacto sobre a saúde humana decorrente do uso de agroquímicos nas lavouras com intoxicações de diversas naturezas como aponta os estudos de Bombardi (2011).

Essa ofensiva sobre os direitos humanos avança, muitas vezes, com o respaldo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que, por meio de redes de interesses, articulam estratégias de ampliação de privilégios individuais em detrimento do interesse coletivo. São verdadeiros mecanismos de territorialização do capital do agronegócio no campo brasileiro. Um dos grandes exemplos desta articulação é a aprovação de projetos que fragilizam os direitos de comunidades tradicionais e/ou indígenas como a PEC 215/2000 que se constitui numa manobra de transferência da União para o Congresso Nacional o processo de demarcação de terras indígenas, assim como o Novo Código Florestal (nº 12.651/2012) que anistia aqueles que cometeram desmatamento e a Lei de Agrotóxicos (nº 6.299/2002) que flexibiliza ainda mais a introdução de agroquímicos no processo produtivo de alimentos (BERGER e BÖLL, 2018).

Portanto, os *fronts* de expansão das fronteiras levam consigo mais que marcas concretas nas paisagens do campo brasileiro, trazem consigo o avanço simbólico do poder do capital globalizado sobre toda a diversidade dos modos de vidas locais, impondo novas dinâmicas de ocupação e organização socioespacial. Trata-se de uma relação intrínseca global-local onde a contradição se faz presente aprofundando cada vez mais as desigualdades. O poder hegemônico do capital, por meio do discurso da modernidade avança com seus instrumentos de colonialidade, invisibilizando as diversas formas de vida e produção espacial em comunidade.

4.1 O *front* de expansão monocultor nos cerrados brasileiros

A dinâmica de formação socioespacial brasileira pautada no modelo de desenvolvimento do agronegócio exige um olhar geográfico que descortine as especificidades dessa dinâmica em cada tempo-espço refletindo nas paisagens e territórios as contradições e desafios a serem enfrentados. É preciso, pois, observar

com atenção a dinâmica de implementação dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações que vai se reconfigurando historicamente e que, ao mesmo tempo, é resultante e produtora destas mudanças (SANTOS, 2006). Desta forma, devemos compreender as agendas dos sistemas de ações estabelecidos pelos poderes hegemônicos da sociedade que promoveram significativas mudanças nos sistemas técnicos e concretos nos espaços dos cerrados brasileiros.

Não se pretende aqui esgotar as possibilidades de interpretação desta complexa rede de sistemas de ações que dão vigor às transformações socioespaciais, pois admite-se que tal pretensão não seria alcançada por diversos motivos. Dentre eles, um dos mais importantes, é que aqui entende-se que a construção espacial se dá não apenas por meio dos sistemas técnico-político-econômicos, mas sim e muito intensamente, por meio dos sistemas de ações subjetivos engendrados no seio das diversas comunidades e sujeitos que habitam este espaço na sua dinâmica simbiótica com a natureza. Porém, também se compreende nesta análise, que as forças no processo de formação socioespacial são assimétricas e, portanto, existem aquelas que ganharão maior força de atuação e transformação dos espaços; no caso, os sistemas hegemônicos de produção, aqueles que mesmo coexistindo com os demais, se sobrepõe aos mesmos.

Nesta perspectiva, os agentes sociais hegemônicos que promoveram significativas transformações na dinâmica dos cerrados brasileiros foram, sem dúvida, o Estado e os Agronegociantes das elites nacionais e estrangeiras.

Sendo, assim, o contexto de avanço do *front* técnico-agrícola-monocultor-branco-patriarcal nos cerrados brasileiros avançou com mais intensidade a partir da década de 1970. Porém as sementes já haviam sido lançadas anteriormente, em meados de 1960, quando o então presidente da república Juscelino Kubitschek lançou os primeiros planejamentos sobre a implantação da infraestrutura necessária à marcha para o oeste, no interior do Brasil; principalmente com a implantação de rodovias que tinham como objetivo interligar as regiões Norte e Nordeste do país. Este planejamento foi reforçado no Regime Militar por meio do Programa de Integração Nacional (PIN) cuja intencionalidade era incentivar as transações comerciais intraregionais.

É importante ressaltar que este planejamento atendia a interesses voltados à inserção do Brasil na economia-mundo, numa tentativa de transformação das suas bases produtivas para serem ofertadas no mercado mundial. Por conta dessas intencionalidades, os projetos com caráter modernizadores, mantinham suas estruturas colonialistas, principalmente com relação às estruturas fundiárias e distribuição de terras que até hoje não foram efetivamente solucionadas (SILVA; VELHO 1981). A este respeito e, tomando como base a implantação da Estação Experimental Agrícola da Cooperativa Cotia, no então distrito Mimoso do Oeste (atualmente município de Luís Eduardo Magalhães, um dos maiores produtores de soja do cerrado baiano), Favareto *et al* (2018, p. 19) apontam que

Para os militares era necessário dar uma resposta aos crescentes conflitos agrários e ao mesmo tempo, impulsionar a produção e produtividade neste setor, de forma a diminuir a dependência externa e aumentar a oferta de alimentos, algo importante em um contexto de urbanização acelerada e de aumento de custos de reprodução social do trabalho pelo qual passava o país. Tudo isso, porém, deveria ser feito sem levar adiante as transformações estruturais reivindicadas pelas forças progressistas à época, como distribuição da propriedade fundiária (FAVARETO *et al*, 2018, p. 19).

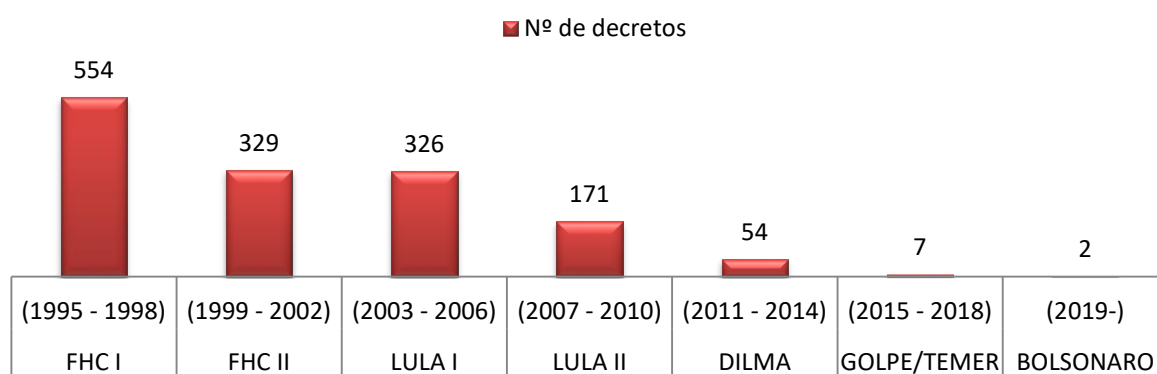
Os sistemas de ações, neste caso, os planejamentos estratégicos governamentais, deram base para a implantação dos sistemas de objetos que lhes legitimariam enquanto espaço do progresso nacional, onde as fronteiras deveriam expandir-se “custe o que custar”. Neste processo, o aparato legal teve papel fundamental desde o Estatuto do Trabalhador Rural que, por um lado reconhecia e dava apoio aos direitos do trabalhador do campo diferenciando-o do trabalhador urbano, até o próprio Estatuto da Terra que colocou barreiras à apropriação e ocupação da propriedade fundiária no Brasil. A esse respeito, Martins (2015) analisa o Estatuto da Terra enquanto instrumento de manutenção da não distribuição da terra no Brasil e uma das formas de impedir, mesmo que camuflada, que grande parte da população (especialmente a população negra e feminina) tivesse acesso à terra como meio de reprodução social digna.

Assim como o Estatuto da Terra, outros diversos sistemas de ações implementados pelo Estado brasileiro fomentaram formas hegemônicas de apropriação e ampliação das desigualdades do país. O mais conhecido programa de incentivo à ocupação dos cerrados brasileiros é o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) que teve como objetivo aumentar a oferta de produtos primários agrícolas (especialmente a soja) e estimular

a dinâmica econômica dos estados pertencentes aos cerrados brasileiros. Porém, há de se ressaltar que apesar de sua relevância, este não foi o único programa que atuou e atua nos espaços de cerrados - e agora mais fortemente nos estados que compõem os cerrados do centro norte brasileiro.

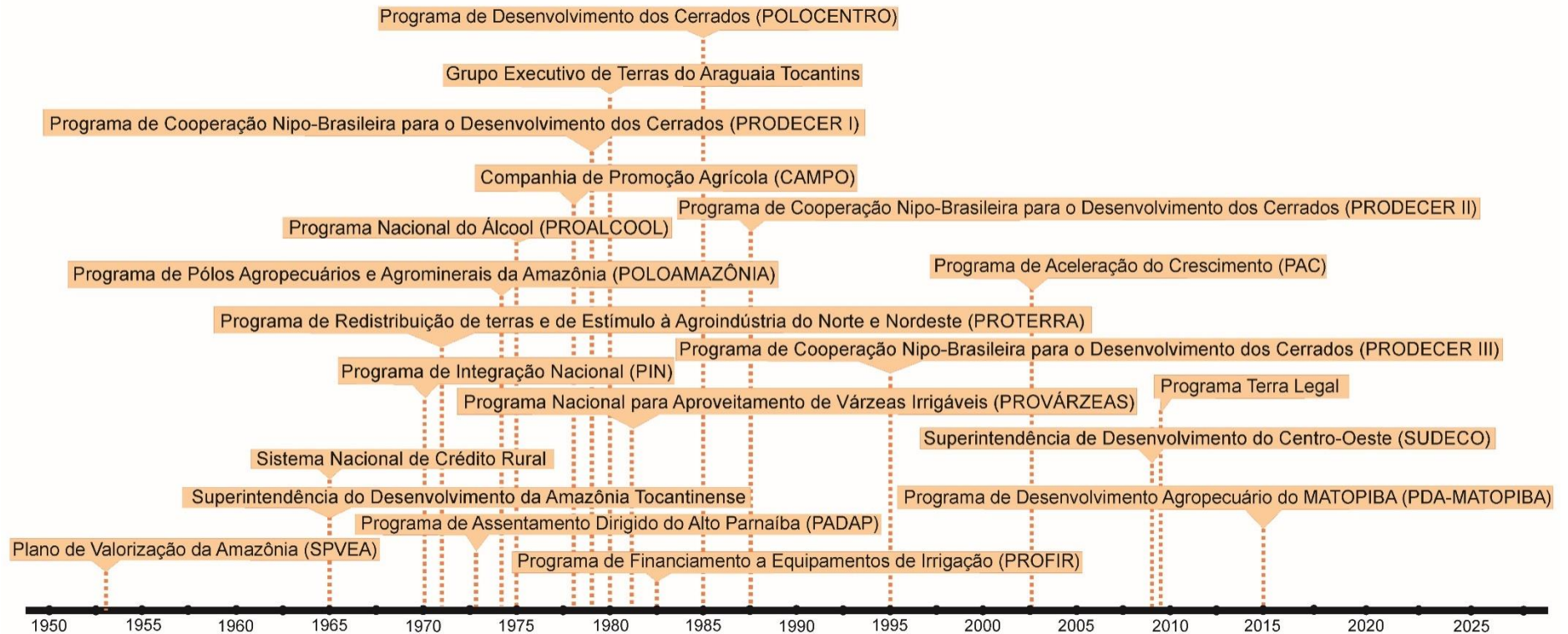
A Figura 25 representa a diversidade de programas e projetos governamentais voltados para as áreas de cerrados e que tinham como finalidade “dinamizar” economicamente a região tomando por base o modelo agrário-agrícola exportador entre os anos de 1950 e 2015. Na mesma esteira, o número de decretos de desapropriação para fins de reforma agrária ao longo de anos vem sofrendo drástica redução (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Decretos de desapropriação para fins de reforma agrária – média anual por período



Fonte: INCRA, 2020

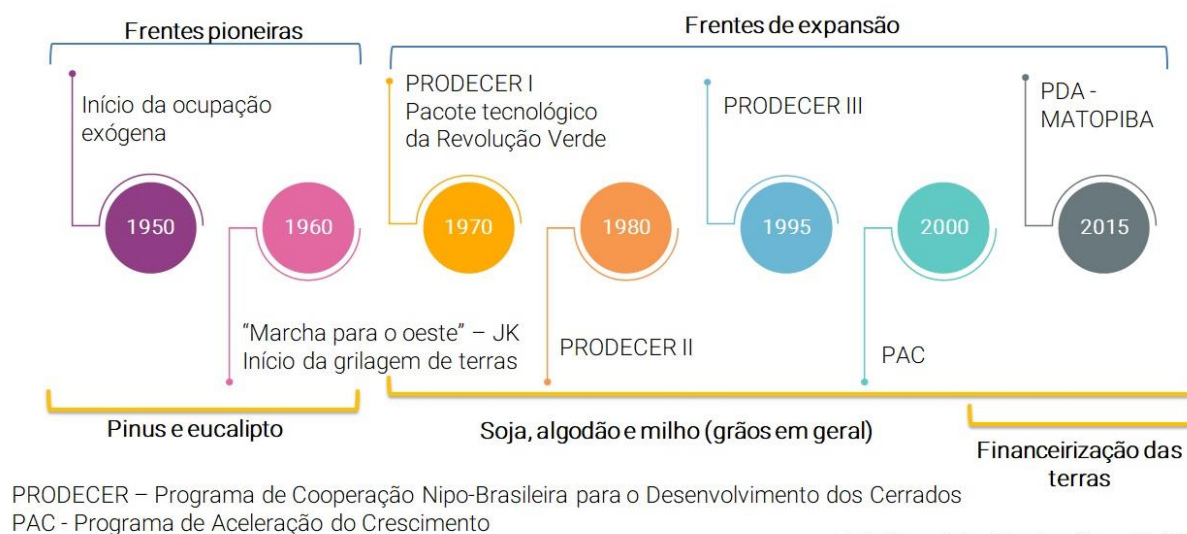
Figura 25 – Linha do tempo com os principais programas e projetos governamentais de intervenção nos cerrados brasileiros (1950-2015).



Fonte: Elaborado por Simony Reis a partir de levantamentos de pesquisa, 2018.

As frentes de expansão não são padrões, nem obedecem às mesmas lógicas gerais desde os anos de 1950. Ao longo destes anos, o *front* do agronegócio sofreu alterações de acordo com as dinâmicas econômicas do momento histórico assim também como resultado das relações políticas de cada governo. Sendo assim, podemos destacar que o monocultivo de grãos, especialmente a soja, ganhou destaque principalmente a partir dos anos 1980, com o Prodecer, no entanto, tal configuração tem se expandido para além das monoculturas. O Plano de Desenvolvimento Agropecuário - PDA - MATOPIBA deixou em evidência as relações com a aquisição de terras para além da sua produtividade, mas no processo de financeirização destas por meio da inserção de agentes socioespaciais mais atuantes do mercado financeiro internacional nas dinâmicas de aquisição de terras nas fronteiras nacionais (Figura 26).

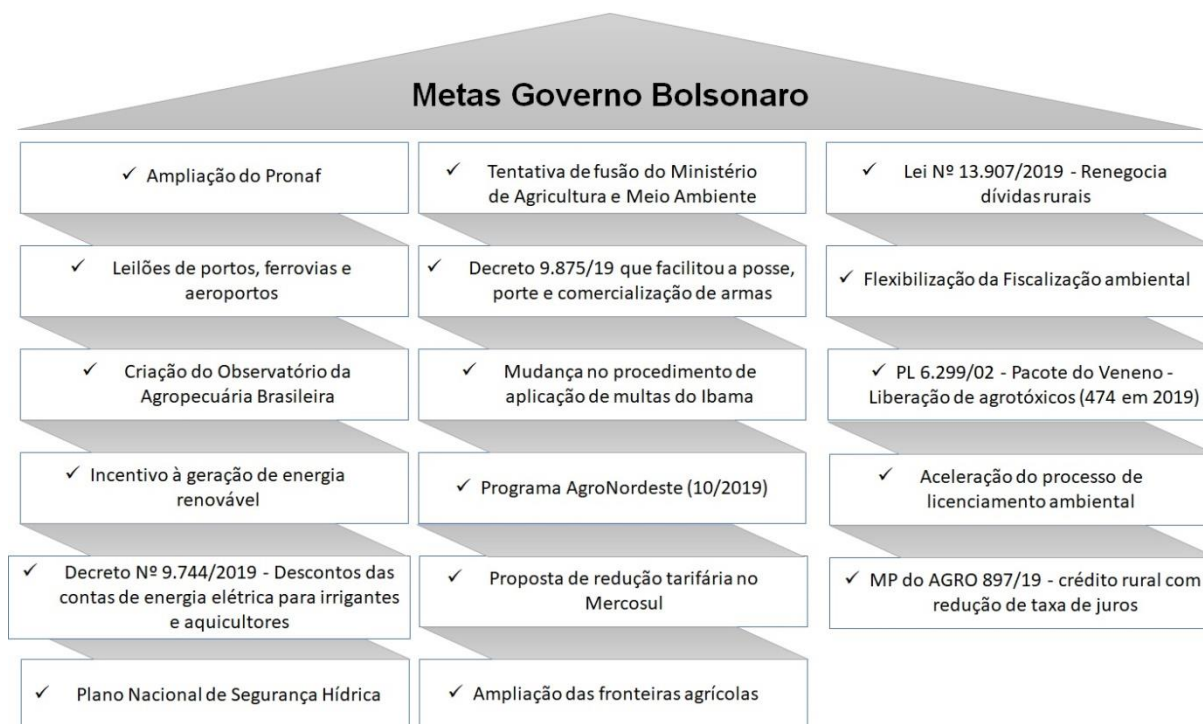
Figura 26 - Frentes pioneiras e frentes de expansão das fronteiras agrícolas nacionais (1950 – 2015)



Recentemente, em 2019, o governo⁵⁸ Jair Bolsonaro estabeleceu metas para serem efetivadas ao longo do seu mandato que impactam diretamente o setor do agronegócio, posto sua articulação com a Bancada Ruralista. A seguir, na figura 27, as principais metas propostas:

⁵⁸ O governo de Jair Messias Bolsonaro compreende o período de 01/01/2019 até 31/12/2022.

Figura 27 – Metas propostas pelo governo Bolsonaro relacionadas ao agronegócio - 2019.



Fonte: Canal Rural, 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/100-dias-veja-o-que-o-governo-bolsonaro-fez-pelo-agro-ate-agora/>. Acesso em: 13/02/2020. Organizado por Simony Reis, 2020.

Os sistemas de ações organizados nas figuras 25 e 27 se configuram tanto como políticas públicas de ordenamento territorial, como também políticas de Estado para ocupação dos cerrados. Neste sentido, a atuação do Estado se coloca como fundamental na análise destes processos enquanto produtor espacial hegemônico articulado com a iniciativa privada de alto poder aquisitivo. É importante mencionar que esta articulação Estado-Empresa agropecuária resultou na ampliação dos abismos sociais no campo do país, uma vez que desconsideraram preponderantemente os modos de vidas locais com suas organizações socioculturais e impuseram de forma vertical o novo modelo de produção.

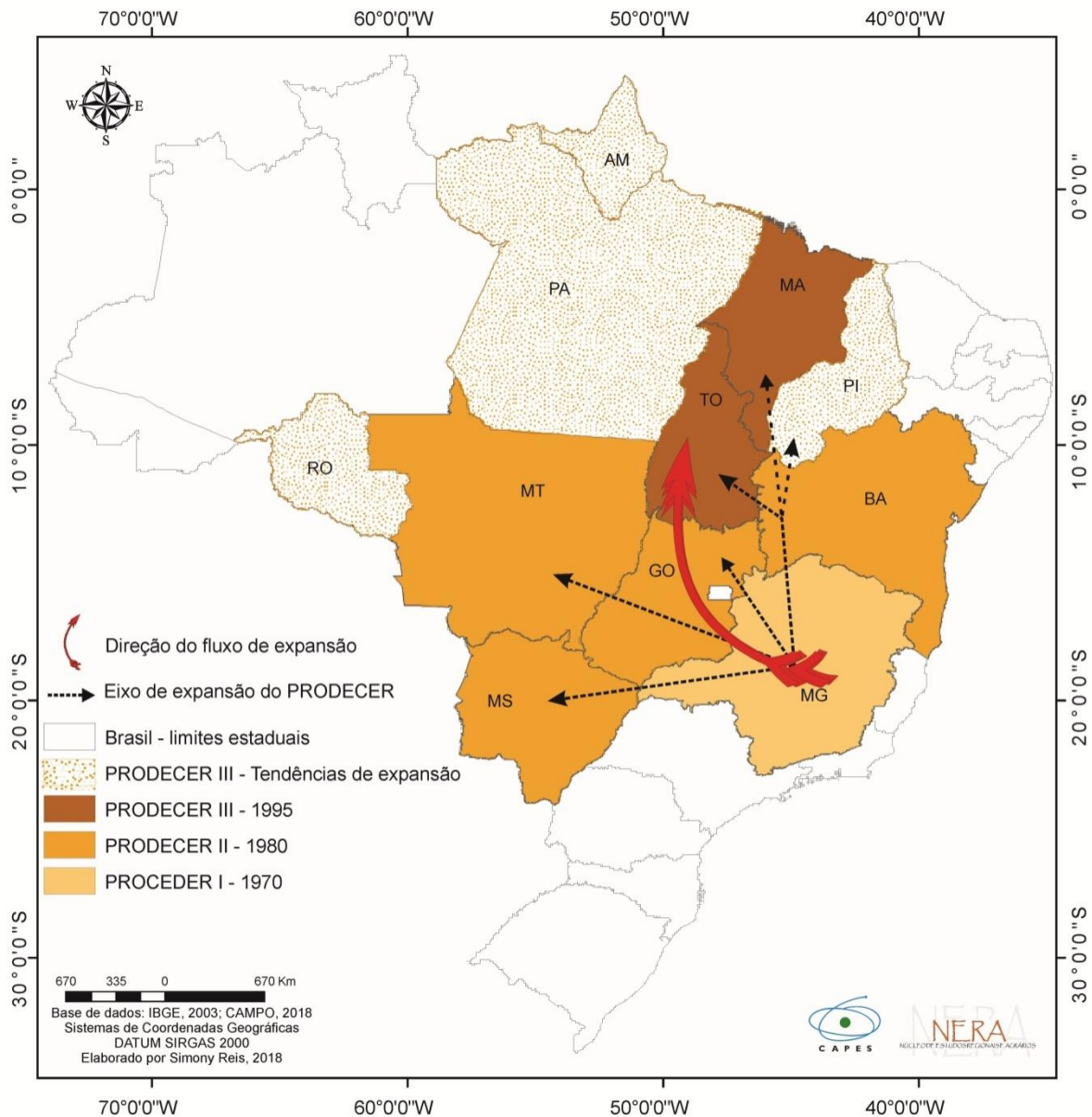
Partindo do princípio que a produção do espaço tem relação direta com o modo de produção hegemônico, o processo de transformação espacial nos cerrados brasileiros pode ser analisado por meio da reflexão acerca da apropriação das terras pelo setor do agronegócio, associada ao setor industrial e financeiro. Configura-se, portanto, numa rede de interesses que impõem aos espaços novas configurações concretizadas pelos objetos técnicos introduzidos nestes espaços dando-lhe novas funcionalidades e novas dinâmicas (SANTOS, 1996; PESSÔA e INOCÊNCIO, 2014).

Neste sentido, o processo de produção espacial por meio do Prodecer, também se configura como formação de territórios do agronegócio visivelmente observáveis nas paisagens que foram sendo modificadas por meio de instalação de objetos técnicos. Assim, as diferentes fases do Prodecer indicam para o sentido de sua expansão, cuja intencionalidade comunga interesses político-econômicos que coadunam com bases que apontam para maior exploração das riquezas e bens naturais.

O Mapa 13 indica o eixo de expansão do Prodecer nas suas distintas etapas ao longo dos seus vinte e dois anos de atuação entre 1979 e 2001 (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014). O Prodecer I iniciou suas atividades no estado de Minas Gerais nos municípios de Iraí de Minas, Coromendal e Paracatu no final da década de 1970; a segunda fase do projeto foi deslocada em direção ao Centro-Oeste e Nordeste nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia em meados da década de 1980; já a terceira fase alcançou os estados do Norte brasileiro, Maranhão e Tocantins nos anos 1995 (CAMPO, 2018).

O deslocamento observado levou em consideração a “oferta” de terras a “preços baixos” e com irregularidades fundiárias, neste caso, passíveis de grilagem e obtenção de grandes extensões a um custo financeiro reduzido; assim como a busca por disponibilidade hídrica, tanto no que se refere a pluviosidade quanto a oferta de águas subterrâneas pelos aquíferos.

Mapa 13 – Eixo de Expansão do Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados Brasileiro (PRODECER I, II e III).



A Japan International Cooperation Agency (JICA) foi a principal agência japonesa articuladora do Prodecer, implantado a partir de estudos prévios realizados tanto pelo Brasil quanto pelo Japão diagnosticando as potencialidades dos cerrados para os interesses do capital externo. No relatório apresentado pela JICA, em 1979, há o destaque para a escolha das áreas de cerrado, segundo o que consta no texto, existe neste espaço “extensa área inexplorada” (JICA, 1979, p.1). A articulação entre os governos do Brasil e do Japão seguiu ignorando a existência e organização de diversas populações que habitam os cerrados e todas as oposições ao projeto realizadas por distintas frentes de defesa destes espaços e da economia nacional

como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as confederações de trabalhadores rurais dos estados envolvidos pelo projeto; e até mesmo o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), que se posicionou contra o PRODECER, alegando que o acordo beneficiaria majoritariamente uma das partes, no caso, o Japão e uma pequena parcela da elite agrária brasileira. No entanto, os governos fecharam o Acordo com uso do forte discurso da necessidade planetária de produção de alimentos (Figura 28).

Figura 28 – Trecho do relatório 50 anos de Cooperação Brasil-Japão – A narrativa do capital mundializado

Projeto Nacional


Diante dessas crises, garantir a provisão estável de recursos e alimentos passou a ser uma questão de suma importância para o Japão. O Brasil, abençoado com recursos naturais em abundância, é um parceiro importante para o Japão, e a cooperação com o Japão, detentor de capital e técnicas, foi de valor inestimável também para o Brasil, que passava por uma fase de modernização industrial. A partir desse histórico, foram desenvolvidos nesse período muitos projetos estratégicos – os chamados “Projetos Nacionais” – do tipo “desenvolvimento de recursos”, com base em acordo entre os dois governos.

PRODECER – A Transformação de uma Terra Estéril em Celeiro do Mundo

Os Cerrados ocupa uma área de 200 milhões de hectares (5,5 vezes o território do Japão). Essa vasta região, de solo ácido, era considerada, em termos agrícolas, uma das terras mais estéreis no Brasil.

Em 1974, o então Presidente Geisel promovia o desenvolvimento agrícola dos cerrados. Em meio a essas circunstâncias, o Japão, que havia sofrido um grande impacto com o embargo à exportação da soja imposto pelos Estados Unidos em 1973, voltou seu interesse para o desenvolvimento agrícola dos cerrados e, em 1974, por ocasião da visita do então Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka ao Brasil, foi acordada, com o Presidente Geisel, uma cooperação para o desenvolvimento agrícola dos cerrados.

Essa cooperação era constituída de cooperação financeira e de cooperação técnica e seu âmago foi o “Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER)”. Iniciado em 1979, o programa criou a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) sob administração conjunta de ambos países, desenvolveu 345 mil hectares (1,5 vezes o tamanho de Tóquio) e representou investimentos de 68,4 bilhões de lenes (US\$684 milhões) até seu encerramento em março de 2001. O PRODECER serviu como projeto piloto da agricultura do cerrado e como “base de desenvolvimento” da vasta fronteira agrícola. Atualmente, a área dos cerrados desenvolvida totaliza 10 milhões de hectares. Na área de cooperação técnica, a contraparte brasileira ficou a cargo do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Cerrados). O programa contribuiu para o estabelecimento de técnicas tanto de melhoria da produção do Cerrado como de agricultura sustentável.



Cerrado
Créditos: Yutaka Hongo

Grãos no cerrado
Créditos: Yutaka Hongo

Fonte: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf>.

A narrativa colonial do setor agroindustrial é expressa desde o título do texto: *PRODECER – A Transformação de uma Terra Estéril em Celeiro do Mundo*, bem como no capítulo referente à caracterização das riquezas dos cerrados brasileiros, onde há, no mínimo, uma má intenção em tal afirmativa associada ao discurso do Desenvolvimento rumo ao progresso. Narrativa adotada globalmente direcionada à apropriação assimétrica das riquezas naturais e anulação dos modos de vida dos povos que secularmente habitam as regiões. No Brasil não foi diferente, a promessa de transformar áreas “improdutivas” em “celeiro mundial” era o que “o Brasil necessitava” no momento histórico de crise econômica. O que não fica evidente,

nem explícito no relatório de comemoração aos 50 anos do Prodecer são as centenas de mortes diretas e/ou indiretas que ocorreram em função do avanço deste *front* agrícola-exportador, tampouco os impactos socioambientais e culturais derivados deste processo. Não obstante, está ausente a menção à erosão genética da biodiversidade dos cerrados, dentre outras ações negativas resultantes deste avanço. De fato, nos tornamos celeiro no mundo e nada além disso. Ao longo de toda história do Brasil, as tentativas em substituir matéria-prima por produtos industrializados, nos encaminhou para o cenário atual de territorialização, cada vez mais severa, do capital internacional, fragilizando ainda mais o conjunto social brasileiro.

Pessoa e Inocêncio (2014) ao analisarem as engrenagens da territorialização do Prodecer nos cerrados brasileiros apontam que este processo de articulação do poder do Estado foi fundamental para aprofundar as desigualdades no país, principalmente nas áreas rurais dos cerrados, posto que os reais objetivos da apropriação destes espaços pelo Prodecer não estavam vinculados à produção de alimentos como afirmavam os relatórios oficiais das instituições, mas sim

A verdadeira razão da escolha do Cerrado como *locus* de produção agrícola foi atender ao mercado internacional, pois a soja é uma *commodity* e favoreceria ao desenvolvimento do agronegócio em longo prazo (PÉSSOA; INOCÊNCIO, 2014, p. 8 – grifos dos autores).

É importante ressaltar que ao longo de todo esse período houve diversos outros programas, projetos que tiveram como finalidade a expansão do agronegócio nos cerrados brasileiros como visto na Figura 25 e isso significou severas mudanças tanto no sentido ambiental quanto socioespacial (REIS, 2016). A ação do Estado nesta perspectiva, foi estrutural, dando o suporte necessário para que a atividade fosse estabelecida e consolidada. Assim, o Estado participou com a criação da infraestrutura e com o direcionamento de políticas públicas específicas para o fortalecimento do agronegócio. Assim, foram numerosas as vias de transportes criadas em diferentes modais voltadas para o escoamento da produção e circulação de mercadorias. Sobre a atuação do Estado no que se refere ao ordenamento territorial, Xavier (2019) aponta que

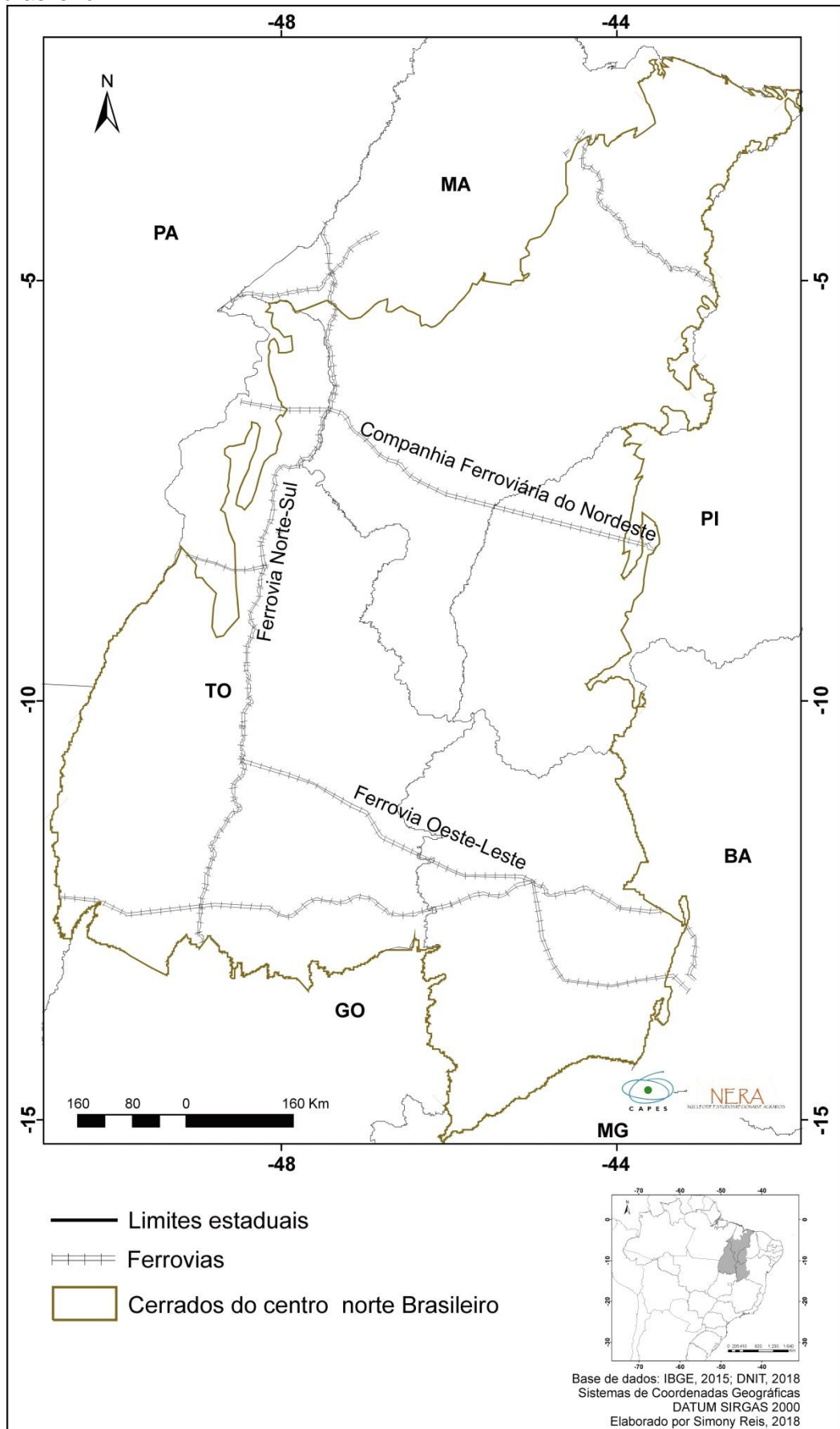
Enquanto “fator de coesão”, o Estado é capaz de coordenar interesses a exemplo da institucionalização do Matopiba que, no âmbito dos interesses das burguesias nacional e estrangeira, consiste em se colocar enquanto fonte de toda sorte de incentivos financeiros, promoção de infraestrutura, garantia de níveis de preços e lucros, fomento à urbanização e formação de

reserva de força de trabalho, além de outras possibilidades. A ação inicial é a delimitação do território, o inventário de seus recursos naturais, o mapeamento de suas terras e, portanto, a criação de um banco de dados útil para a gestão do território e a criação de políticas públicas, inclusive àquelas que resultam do Estado enquanto “fator de condensação” das contradições que se fazem emergir do conflito entre as classes e suas frações (XAVIER, 2019, p. 5).

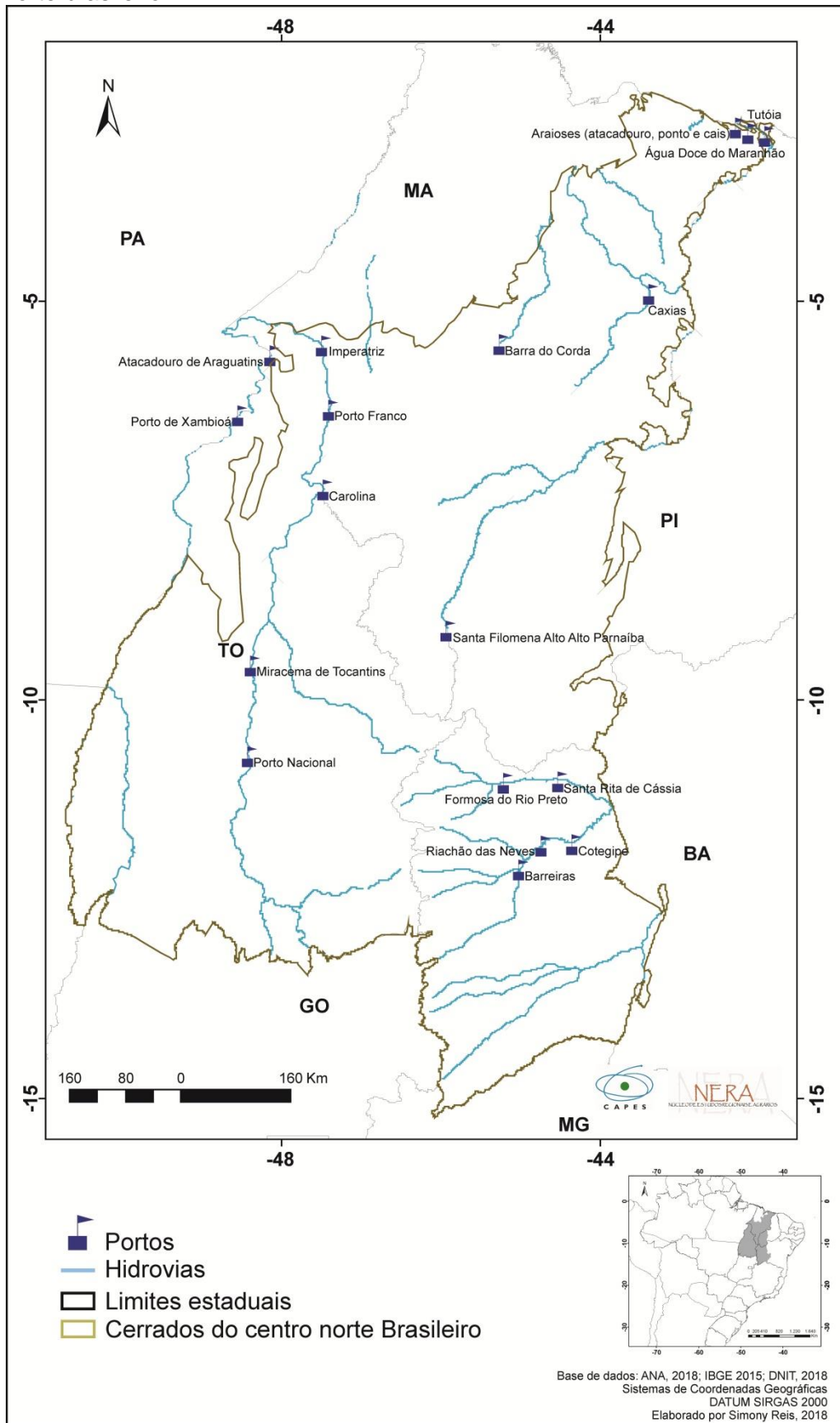
O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) iniciado nos anos 2002 reforçou a ampliação dos objetos técnicos voltados aos interesses dos/as empresários/as do agronegócio e por meio de diversas obras. O Estado se colocou, mais uma vez, a serviço dos grupos e organizações agronegociantes gerando conflitos com diversas comunidades em função da distribuição desigual dos benefícios e malefícios desta dinâmica: a longa e duradoura modernização dolorosa expressa nos trabalhos de Graziano da Silva (1981), Furtado (1981), Matos (2011), entre outros.

Dentre as diversas obras planejadas/executadas pelo PAC, as que tiveram maior brevidade de efetivação foram àquelas relacionadas à logística, por se tratar de uma das áreas prioritárias para o escoamento da produção. Neste sentido, houve a manutenção e criação de rodovias e ferrovias (Mapa 14) e de portos (Mapa 15) em locais estratégicos. O objetivo da busca por maior dinamicidade à economia do setor agroexportador foi no sentido de ampliar e aprofundar os lucros desses agentes e produção hegemônicos.

Mapa 14 – Ferrovias que atendem às demandas do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro.



Mapa 15 – Hidrovias e Portos que atendem às demandas do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro.



É importante ressaltar que muitas destas obras levaram anos para serem efetivadas e outras ainda estão em execução. Isso por diversos fatores, dentre os quais o embargo judicial devido à solicitação de diversas comunidades afetadas negativamente pelas obras, assim como órgãos ambientais que negaram licenças justificando as alterações ambientais sem precedentes decorrentes de tais processos, caso as obras fossem aprovadas.

As práticas políticas dos agentes ligados ao agronegócio garantem a busca pelo melhoramento da infraestrutura para escoamento da produção, tendo como principal argumento o crescimento econômico exponencial e a força do agronegócio na economia brasileira. As narrativas dos representantes da Câmara de Deputados deixam visíveis as intencionalidades das ações públicas neste sentido. Vejamos um trecho da fala da ex-ministra da agricultura, (2014-2016) Kátia Abreu

No que diz respeito especificamente ao MATOPIBA, nós estamos priorizando com muita força três pontos de que a agência deverá cuidar. A melhor forma de não cuidar de nada é cuidar de tudo. Então, nós vamos focar infraestrutura, inovação e tecnologia e classe média (Informação verbal - Kátia Abreu - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, nº 076715 02/06/2015).

Além da ex-ministra, outros deputados se posicionaram em prol da garantia ao desenvolvimento do MATOPIBA nas sessões na Câmara de Deputados Federais no período de 2015 a 2017. Entre os mais expressivos são Carlos Henrique Gaguim (Bloco/PMDB/TO), João Carlos Bacelar (PR/BA) e Irajá Abreu (DEM/TO) - presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Desenvolvimento da Região do Matopiba.

E a narrativa em defesa da infraestrutura para o agronegócio permanece nas falas dos atuais representantes governamentais, corroborando com a afirmativa das continuidades políticas em favorecimento deste setor econômico; o que pode ser constatado na afirmação da atual ministra da agricultura, pecuária e abastecimento, Tereza Cristina (DEM-MS, 2019):

Se você olhar os custos de produção dos últimos cinco anos, vai ver que a margem do produtor está cada vez mais espremida. Por vários motivos. Primeiro, a infraestrutura: nós não temos como competir com países que já estão prontos, como os Estados Unidos, que já têm portos, ferrovias, hidrovias, rodovias, só têm de fazer melhorias. A Argentina tem uma geografia muito melhor que a nossa, pois o país é comprido, é muito mais fácil atingir os portos do que no Brasil, com essa dimensão continental que nós temos. Tudo aqui é mais complicado, mais caro, e nós precisamos cuidar muito de nossos custos de produção (CANAL RURAL, 2019).

E nesta perspectiva, a defesa da Região Matopiba teve apoio dos deputados através de diversas pautas nas sessões da Câmara de Deputados (Quadro 2) e durante as apresentações e defesas, as narrativas se vinculavam ao interesse econômico que esta “nova fronteira agrícola” detém pelo capital interno e externo. É possível observar pelas pautas trazidas para discussão, o esforço em desenvolver obras de infraestrutura, enfatizando a necessidade de mais investimentos para uma “nova logística” brasileira, onde “a agricultura precisa ser mecanizada e onde é preciso melhorar a infraestrutura. E quem tem que fazer isso é o Governo!” (Kátia Abreu (discurso) – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, N° 076715 02/06/2015).

Quadro 2 – Práticas políticas em favorecimento do desenvolvimento do PDA – MATOPIBA (2015-2019)

Documentos/ Pautas	Autor	Ementa	Data
REQ 34/2015 CAPADR	Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO)	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDIC, e Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - CAPADR destinada a discutir a implementação de políticas para o desenvolvimento econômico da Região MATOPIBA.	18/03/2015
REQ 32/2015 CVT	Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO)	Requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno, realização de Audiência Pública para discutir com o Ministro dos Transportes a situação da empresa vencedora da concorrência para a exploração do trecho entre Anápolis (GO) e Aliança do Tocantins (TO), a Galvão Engenharia S.A,	16/04/2015
REQ 2043/2015	Irajá Abreu (PSD/TO)	Registro da "FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO MATOPIBA" (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).	02/06/2015
INC 572/2015	Weverton Rocha (PDT/MA)	Sugere a adoção de medidas para a efetiva ativação da rede de fibra óptica federal em Balsas, Maranhão.	16/06/2015
REQ 42/2015 CMADS	Átila Lira (PSB/PI)	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para discutir o Plano Nacional de Defesa Agropecuária (PDA) e a Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA	08/07/2015
INC 762/2015	Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO)	Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério dos Transportes, a realização de investimentos em hidrovias para favorecer o escoamento da produção da região do MATOPIBA	20/07/2015
INC 761/2015	Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO)	Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério dos Transportes, a realização de investimentos em ferrovias para favorecer o escoamento da produção da região do MATOPIBA.	22/07/2015
REQ 163/2015 CAPADR	Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO)	Requer, nos termos regimentais, a realização de Seminário em Palmas/TO, com o objetivo de discutir a implementação de políticas para o desenvolvimento econômico da Região do MATOPIBA.	22/09/2015
PLP 279/2016	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba.	12/05/2016
MSC 220/2016=>PLP 279/2016	Poder Executivo	Submete à deliberação do Congresso Nacional Projeto de Lei Complementar que "Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba".	12/05/2016
INC 2918/2016	Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO)	Sugere a continuidade na execução do projeto voltado ao desenvolvimento sustentável do setor agropecuário da região do MATOPIBA.	07/12/2016
INC 3031/2017	Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO)	Sugere ao Poder Executivo, por meio do ao Ministro de Integração Nacional, Helder Barbalho, no sentido de se autorizar os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental bem como os projetos de engenharia, com a finalidade da construção de Ponte sobre o Rio Tocantins	15/02/2017
INC 3030/2017	Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO)	Sugere ao Poder Executivo, por meio do ao Ministro de Integração Nacional, Helder Barbalho, no sentido de se autorizar os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental bem como os projetos de engenharia, com a finalidade da construção de Ponte sobre o Rio Araguaia	15/02/2017
PL 4249/2019	Tito (AVANTE/BA)	Itera a Lei nº11.103, de 2005, para denominar "Rodovia Luiz Antônio Cansação" trecho da rodovia BR-242 no estado da Bahia.	06/08/2019
PRL 1 CTASP => PLP 279/2016	Daniel Almeida (PCdoB/BA)	O Projeto de Lei Complementar nº 279/2016, de autoria do Executivo, autoriza este Poder a instituir serviço social autônomo, denominado Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA - Agência MATOPIBA	14/08/2019
PL 5950/2019	Marreca Filho (PATRIOTA/MA)	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal a rodovia MA-006, no Estado do Maranhão.	12/11/2019

Fonte: Portal da Câmara, 2020. Organizado por Simony Reis, 2020.

O papel do Estado, neste sentido, é fundamental para compreensão da força do agronegócio no Brasil. “O fato é de que não se pode falar em agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizaram sua origem, mas também sua expansão” (HEREDIA; PALMEIRA, 2010, p. 166); e os projetos, programas, decretos, leis e acordos se caracterizam enquanto instrumentos de intervenção espacial atendendo a interesses privados disfarçados de interesses públicos.

Atualmente, após a ruptura política com o golpe jurídico-parlamentar de 2016 as ações diretamente voltadas para o PDA-Matopiba perderam força, mas as ações voltadas para o interesse do agronegócio mundializado ainda persistem e ganham destaque no atual governo, com fortes e profundos incentivos.

Nenhum dos últimos presidentes do Brasil realizou mais intervenções no primeiro ano de governo que o presidente Jair Messias Bolsonaro; somente em 2019 foram 700 revogações de decretos e criação de mais de 200 decretos novos, sendo que grande parte atende às aspirações da Bancada Ruralista (ConjurBrasil, 2019). De acordo com a Rede Brasil Atual (2019), dentre as diversas reivindicações do setor do agronegócio atendidas pelo governo Bolsonaro através de decretos e medidas provisórias, além dos que já constam nas Figuras 20 e 21, podemos listar:

1. Alteração da Portaria nº 115 IBAMA, sobre a proibição do manejo florestal do pequizeiro (árvore símbolo dos cerrados brasileiro)

Pela Portaria 32, assinada em 23 de janeiro de 2019, o então Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles proibiu o corte de pequizeiro em áreas fora da Amazônia, exceto nos casos de exemplares plantados. Porém deixou em aberto a possibilidade de, em casos em que o órgão licenciador não encontrar alternativa técnica e locacional para a implantação do empreendimento, o corte dessas árvores poderá ser autorizado mediante adoção de medidas mitigadoras e compensatórias que assegurem a conservação da espécie, a serem definidas pelo próprio órgão licenciador.

2. Articulação política para o Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental (3.729/2004)

Permite, entre outros pontos, a dispensa de licenciamento para atividades agropecuárias, a criação do licenciamento autodeclaratório e a flexibilização das

exigências ambientais em todo país. Os estados passam a poder fazer suas próprias regras de licenciamento, abrindo caminho para guerra fiscal ambiental.

3. Articulação política para aprovação do PL 6.299/2003 (PL do Veneno), que cuida de “defensivos agrícolas” (agrotóxicos) e cria um novo marco legal

Visa liberar registros de agrotóxicos em todo país. Somente em 2019 houve a liberação de 474 agrotóxicos.

4. Revisão do decreto 6.514/2008, das Infrações

Altera o decreto 6.514 de 2008, que dispõe sobre infrações cometidas contra o meio ambiente, a aplicação de sanções administrativas e o processo administrativo para apuração dessas infrações no âmbito federal. Pelo novo decreto, ao ser multado por desrespeitar regras relativas à preservação ambiental, o autuado poderá, se quiser, participar de audiência de conciliação que poderá, inclusive, ser realizada por meio eletrônico.

5. Revisão da composição, competências e perfil dos conselheiros do Conama

Em 28 de maio, o Diário Oficial da União publicou o decreto 9.806, que reduziu drasticamente o número de conselheiros do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). O número de conselheiros encolheu de 96 para 23 e o plenário passou a ser presidido apenas pelo presidente do Ibama, cargo antes compartilhado com o presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio). Havia uma cadeira para cada um dos 26 estados e o Distrito Federal, e agora são cinco, com um estado de cada região. O novo decreto excluiu também representações regionais.

6. Revogação das resoluções do CONAMA 302/2002, 303/2002, 369/2006, e portarias do MMA 443, 444 e 445, sobre espécies ameaçadas de extinção

Pretende a suspensão da Portaria 445/2014, o Livro Vermelho dos animais aquáticos em risco de extinção.

7. Revisão do Decreto 9.179/2017, sobre conversão de multas ambientais

Permite que infratores ambientais autuados se beneficiem do pagamento com desconto conjuntamente com o parcelamento do débito – que era vetado anteriormente.

8. Revisão dos atos de criação das reservas da biosfera de todos os biomas

Pretende modificar, criar e extinguir área de reservas da biosfera.

9. Revisão da IN (Instrução Normativa) do Ibama, que cuida da conversão de multas

Contemplada parcialmente pelo Decreto 9.760, de 11 de abril, que trata também das infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

10. Regulamentar decreto que institui a cota de reserva ambiental (9.640/2018)

Institui que o proprietário ou possuidor de imóvel com reserva legal conservada, inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR), com área maior que o mínimo exigido pelo Código Florestal, poderá utilizar a área excedente como Cotas de Reserva Ambiental (CRA). Cada CRA corresponde a um hectare de vegetação nativa ou de reflorestamento nativo.

11. Propor alteração da Lei 9.985/2000 e Decreto 4.340/2002, a fim de assegurar ao proprietário da terra dentro de UC, que seja indenizado no prazo máximo de 05 anos

Os ruralistas querem ser indenizados em até cinco anos no caso de áreas que vierem a ser transformadas em unidades de conservação.

12. Implementar o Programa de Conversão de Multas, do artigo 42 do novo Código Florestal, para as multas lacradas antes de 22 de julho de 2008, onde não era vedada a supressão da vegetação.

Permite o acesso a créditos públicos rurais e a anistia para aqueles que descumpriram o Código Florestal, desmatando área de aproximadamente cinco milhões de hectares.

A Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA ou Bancada Ruralista, atualmente representa 40% do Congresso Nacional com 257 parlamentares (2019) entre deputados e senadores (De Olho nos Ruralistas, 2020).

Essa bancada defende políticas públicas de estímulo ao setor, como o financiamento público e outros subsídios. É importante ressaltar que possui posições políticas e ideológicas conservadoras sobre pontos importantes que envolvem os territórios e áreas rurais do Brasil, atuando fortemente com propostas que tendem a beneficiar o setor do agronegócio e barrando propostas vistas como obstáculo para o seu avanço. Tem, por exemplo, posicionamento contrário a temas como reforma agrária, legislação ambiental que beneficie a conservação do meio ambiente e demarcações de terras dos povos originários, além de buscar maior flexibilização na legislação do trabalho no campo. São questões em que a bancada conseguiu muitas conquistas nos últimos anos, o que trouxe grandes retrocessos à legislação brasileira. (SANTOS *et al*, 2019, p.50)

A atuação do Estado em prol dos interesses da elite do agronegócio e do capital mundializado é inegável e mesmo com mudanças na composição dos governos, as práticas políticas permanecem no sentido de fortalecer este setor, aparelhando o próprio Estado à serviço dos interesses privados travestidos de interesses públicos.

4.3 As Paisagens-Territórios dos cerrados baianos e a colonialidade do Estado brasileiro

É a passagem do não-poder-ser-vivente do outro, da vítima, diante de um sistema que a nega, ao dever-ser-vivente da vítima libertada sob a responsabilidade pela vida do outro e diante de um sistema de poder. [...] A crítica é o começo da luta.

DUSSEL, 2000.

Não se pode compreender as transformações das paisagens e dos territórios nos cerrados brasileiro negligenciando ou omitindo o papel central do Estado e suas articulações históricas de permanência da colonialidade do modo de produção hegemônico no campo. Para dialogar com os temas discutidos ao longo deste texto, busca-se, nesta seção, o auxílio de Bourdieu (2014) e Antônio Bispo (2015). O primeiro no sentido de compreender o Estado em sua origem e, portanto, suas bases de consolidação que se estendem até os dias atuais; e o segundo, para discutir as continuidades de práticas colonialistas e suas diversas configurações na sociedade.

Num processo histórico de formação socioespacial marcado pelo racismo, sexismo, desigualdade social profunda e negação de direitos, a representatividade dos povos invisibilizados urge enquanto necessidade básica, posto que as intencionalidades do Estado se aproximam às dos grupos hegemônicos e homogeneizadores - isso quando seus próprios agentes e os do campo empresarial já não se confundem. Neste sentido, Fonseca (2003) afirma que as ações dos governos são carregadas de consciência e intencionalidades, as quais se materializam nas instituições governamentais e nas estruturas jurídicas (normas, leis, decretos) que direcionam e organiza os rumos que o país teve tomar. No entanto, é importante ressaltar que tais ações, mesmo sendo geridas no seio da esfera pública do Estado, devem ser compreendidas a partir das intervenções cada vez maiores e mais profundas do setor empresarial e do capital interno e externo.

As memórias dos cerrados baianos são preservadas pelas comunidades que os habitam e que contrapõem os modos de desenvolvimentos econômico que lhes são estabelecidos verticalmente. As comunidades desses cerrados nos municípios de Formosa do Rio Preto, Correntina, Jaborandi e Santa Maria da Vitória, a exemplo de Cacimbinha, Gatos, Aldeia, Arrodeador, Barbatimão, Barra do Lajeado, Barreirinho, Barreiro Preto, Barriguda, Barrinha, Beira Rio, Boca Negra, dentre tantas outras guardam em seu imaginário as paisagens e territórios marcadas pela relação íntima com a Natureza como visto no capítulo “Cerrado, espaço vivo”, tendo como base produtiva o extrativismo, a pesca e o gado, além da agricultura do feijão, milho e a mandioca (BRITO; PORTO-GONÇALVES, 2018)

No mesmo espaço existe a atuação do grande capital agroexportador, a exemplo do Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo, no município de Formosa do Rio Preto e a Fazenda Igarashi, em Correntina; ambas envolvidas em severos conflitos com as comunidades locais, tanto no que se refere às terras, quanto às águas. Os conflitos são permeados pela lógica da colonialidade que se reflete pelas narrativas, tanto do setor empresarial, quanto pelo próprio Estado e pela grande mídia. A colonialidade das narrativas como destaca Anjos (2017) está associada à criação articulada entre os interesses das elites e as agências de mídias, as quais “possuem não apenas a capacidade de criar fatos, mas também de criar uma ‘opinião pública’ sobre os fatos que ela mesma gerou, ou seja, uma ‘colonialização do imaginário’” (ANJOS, 2017, p. 57).

A relação conflituosa entre as comunidades e o capital do agronegócio nos revela o híbrido de temporalidades e a permanência de práticas colonialistas fundamentadas no racismo e na repressão aos pobres, além da presença perversa e violenta do Estado. Não olvidando das reflexões de Bourdieu (1993) as quais expressam que “el Estado es una comunidad humana que reivindica con êxito el monopolio del uso legítimo de la violencia física em um territorio determinado” (BOURDIEU, 1993, p. 3)

O caráter “desbravador”, “conquistador” e “modernizador” da expansão das fronteiras de produção e de pensamento monocultores pelos cerrados baianos ampliou e solidificou conflitos que se estendem até os dias atuais.

Segundo o Relatório de Conflitos no Campo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2018 foram 1.489 conflitos registrados no Brasil; destes, 276 foram

pelas águas. Somente no estado da Bahia foram registrados, 112 conflitos por terra e 65 por água, tendo como principais agentes conflitantes comunidades tradicionais e o grande capital agroexportador, muitas vezes com apoio do Estado (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, 2018).

Os conflitos se dão majoritariamente por meio de disputa pelo território e de seus bens naturais, estranhamento cultural com o contraste de racionalidades distintas e poder simbólico. E é nesse contexto que os/as agentes do Estado aparecem com suas ações contraditórias e a colonialidade se expressa fortemente. Enquanto alguns/algumas deles/delas atuam no conflito para defender os interesses das populações cerratenses como é o caso da promotora de justiça Luciana Koury, do Ministério Público da Bahia, tida como parceiras dos povos na luta, outros/as agentes atuam a favor do agronegócio acobertando ilegalidades e as violências geradas por seus representantes.

Como muito bem ressalta Milton Santos (2004), planejar, mapear e intervir no espaço geográfico não se configura enquanto ações simples, pelo contrário, representam a dominação de saberes estratégicos que culminam na dominação não só de espaços, mas das sociedades que os produzem e organizam. É neste sentido que o referido autor indica a relação íntima entre o saber geográfico e o Estado, no sentido de que, por muito tempo, este saber fora exclusivamente utilizado para ampliação do colonialismo pelo mundo; e que Bourdieu (2014) traz, de forma muito interessante, na busca pela compreensão acerca da gênese do Estado e, por conseguinte, sua razão e dos/das agentes que o compõe.

Assim, também, refletir sobre a lógica da colonialidade é pensar sobre a construção de um sistema de razão que se sobreponha aos demais disseminando uma única forma de agir e construir práticas sociais. Eis o perigo de uma história única, de um olhar único, de um saber soberano. Ademais, a construção do conhecimento científico geográfico, como aponta Lacoste (2001), esteve vinculada ao processo de colonização e expansão de fronteiras territoriais e, com elas, as fronteiras de pensamento; ao passo que o processo de tomada de terras ocorria pelo genocídio, etnocídio, ecocídio e tantas outras formas de destruição de culturas inteiras.

Concordando com Bispo (2015), não há muita diferença entre os processos de expansão de fronteiras dos séculos XVIII e XIX, para os que ocorrem nos séculos

XX e XXI. O agronegócio avança sobre terras e territórios, lugares e paisagens invisibilizando a pluralidade originária dos espaços em prol da homogeneidade que lhe é característica. Assim, as paisagens tanto no campo quanto na cidade refletem as dinâmicas, muitas vezes sobrepostas, de tempos e práticas espaciais e, portanto, nos possibilita a leitura de conflitos diversos.

Os mapas 16, 17, 18, 19 e 20 representam espacialmente as frentes de expansão do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro, transformando severamente as paisagens locais e regionais. Entre 1985 e 2019 a ampliação das áreas destinadas ao monocultivo e pastagens que atendem ao setor do agronegócio aumentou significativamente, especialmente as áreas destinadas ao plantio da soja que teve neste período o incremento total de 18 milhões de hectares (Tabela 4); por outro lado, houve redução das áreas florestadas em mais de 23 milhões de hectares. Há de se reconhecer que esse número deverá ser ampliado profundamente a partir das medidas tomadas pelo atual governo federal, com incentivos à expansão das áreas de cultivo do agronegócio em detrimento da preservação e conservação dos biomas brasileiros, especialmente os cerrados.

Tabela 4 – Brasil: uso da terra nos cerrados, 1985-2018 (em ha)

Classes	1985	1995	2005	2015	2019	Incremento 1985 - 2019
Floresta	115.654.469	108.435.291	99.057.845	94.955.698	92.373.196	-23.281.274
Pastagem	53.748.217	59.876.863	63.225.091	61.079.567	61.013.691	7.265.474
Agricultura	7.708.813	9.532.066	15.741.429	22.811.410	25.897.074	18.188.260
Soja	-	-	10.129.849	14.597.744	18.095.255	18.095.255

Fonte: MapBiomias, 2020.

É importante ressaltar que não se trata puramente em destacar as áreas de vegetação como fator de impacto do agronegócio no campo, é muito maior que isso. Tomando como suporte a concepção da biointegração, os sistemas naturais e sociais estão todos interligados, o que nos leva a reflexão de como as alterações da cobertura vegetal desencadeia uma série de transformações e mudanças nas demais esferas de existência.

Portanto, o destaque nos mapas para o avanço das frentes do agronegócio sobre a cobertura vegetal nativa, é também entender que este avanço se dá sobre a fauna, a hidrografia, a geomorfologia, a geologia, a hidrogeologia e a dinâmica social

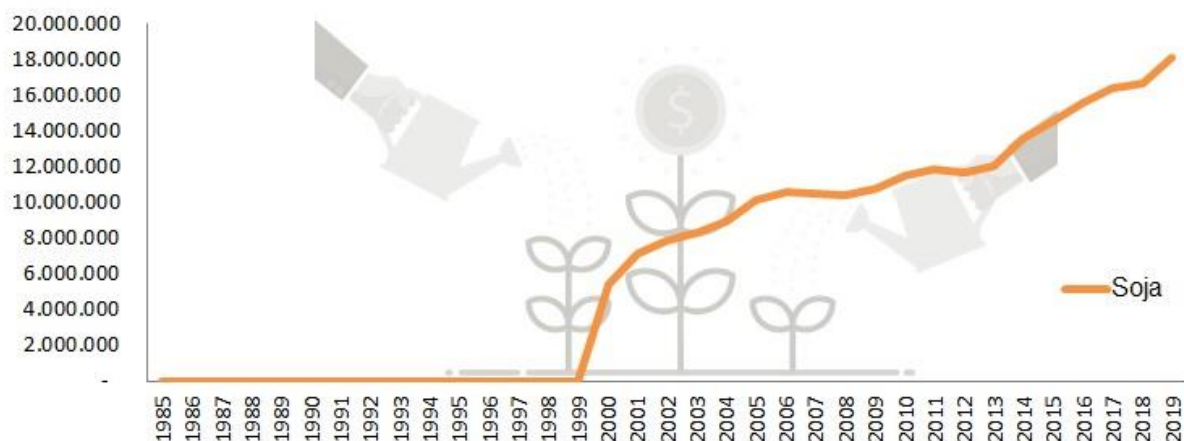
cultural e afetiva das pessoas que possuem racionalidades distintas do capital mundializado do agronegócio.

A metodologia desenvolvida pelo Projeto Mapbiomas consiste em classificar a cobertura e uso do solo de acordo com a resposta espectral dos alvos da superfície, utilizando algoritmos específicos para a detecção mais precisa e diferenciação das classes⁵⁹. Melhor explicando,

todos os mapas anuais de cobertura e uso do solo do MapBiomas são produzidos a partir da classificação pixel a pixel de imagens das satélites Landsat. Todo processo é feito com extensivos algoritmos de aprendizagem de máquina (*machine learning*) através da plataforma Google Earth Engine que oferece imensa capacidade de processamento na nuvem. Para facilitar a parametrização dos algoritmos e a organização de todas as etapas de processamento utilizam-se as 556 cartas de 1 x 1,5 (*lat/long*) do IBGE (MAPBIOMAS, 2020).

Os cultivos de soja, algodão e milho, principais do agronegócio brasileiro estão contidos na classe Mosaico de agricultura e pastagem, assim como nas classes de “Cultura anual perene e semi-perene”. Com atualização do sistema do MapBiomas 5.0 lançado em 2020, o mapeamento da soja pode ser acompanhado separadamente das demais classes, estando classificado dentro do grupo de culturas temporárias, o que favorece o monitoramento específico desta monocultura e seu crescimento exponencial ao longo dos anos (Gráfico 16).

Gráfico 16– Avanço da ocupação das terras dos cerrados pela soja (ha)



Fonte: MapBiomas, 2020

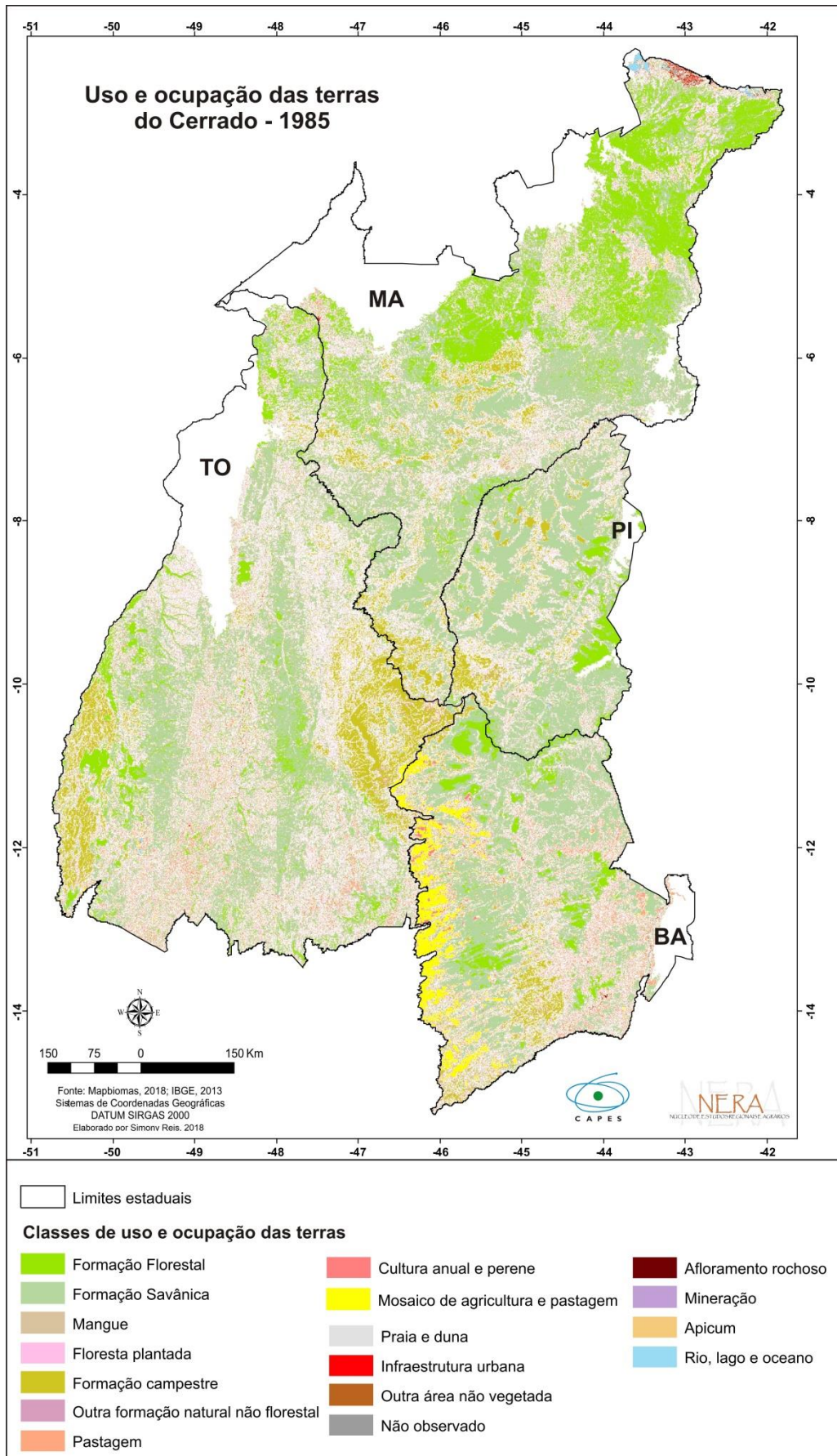
A Bahia aparece em destaque neste processo de ocupação da terra pelas monoculturas, por ser o estado em que o agronegócio inicia desde cedo suas ações

⁵⁹ Informações detalhadas sobre a classificação: <https://storage.googleapis.com/mapbiomas/mapbiomas-br/v4/%5Bpt-br%5D%20Legenda%20Cole%C3%A7%C3%A3o%204.0%20-%20Descricao%20Detalhada.pdf>

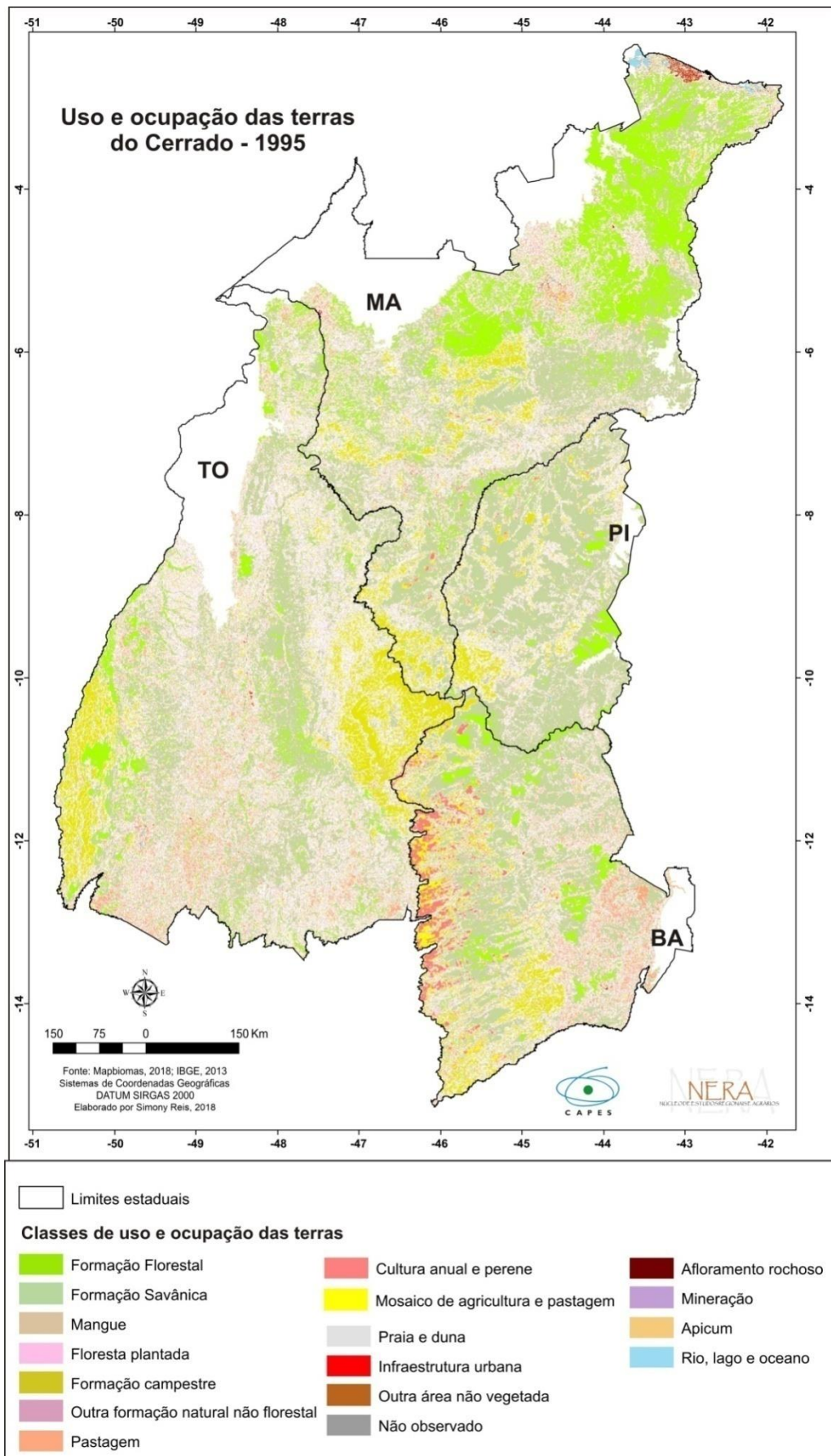
dentro deste contexto dos cerrados do centro norte brasileiro. É perceptível a ocupação das áreas mais elevadas do extremo oeste baiano (classe - cultura anual e perene) e seu avanço no sentido oeste-leste, muito intenso e rápido desde a década de 1985, quando ainda predominava o mosaico de agricultura e pastagem, enquanto que nos demais estados esta ocupação se deu de forma mais lenta.

O avanço das culturas anuais e perenes ocorreu de forma intensa e muito rápida ano a ano, territorializando cada vez mais os cerrados do centro norte brasileiro através do modelo hegemônico de produção e razão monocultores.

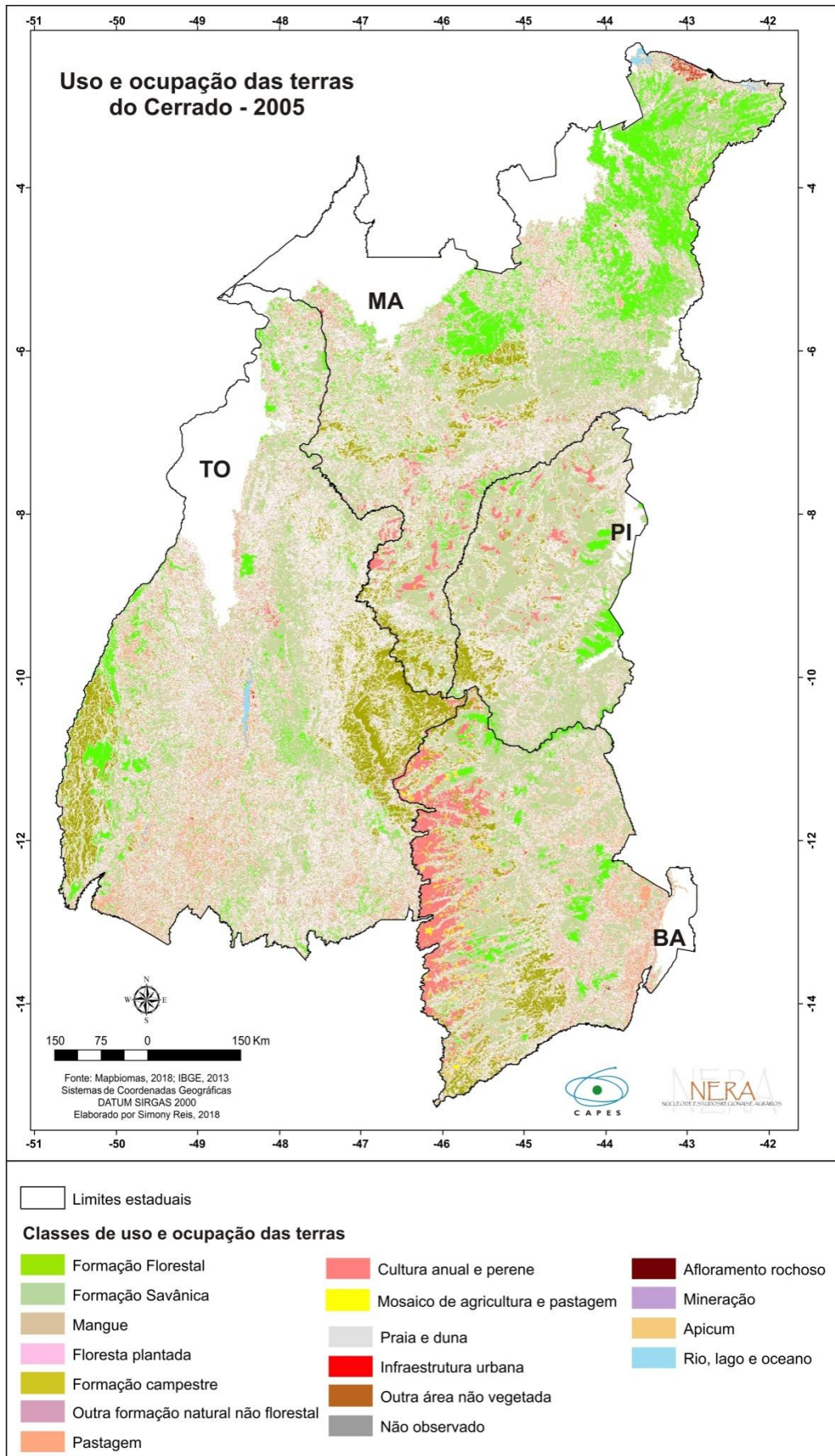
Mapa 16 – Frentes de expansão do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro – 1985



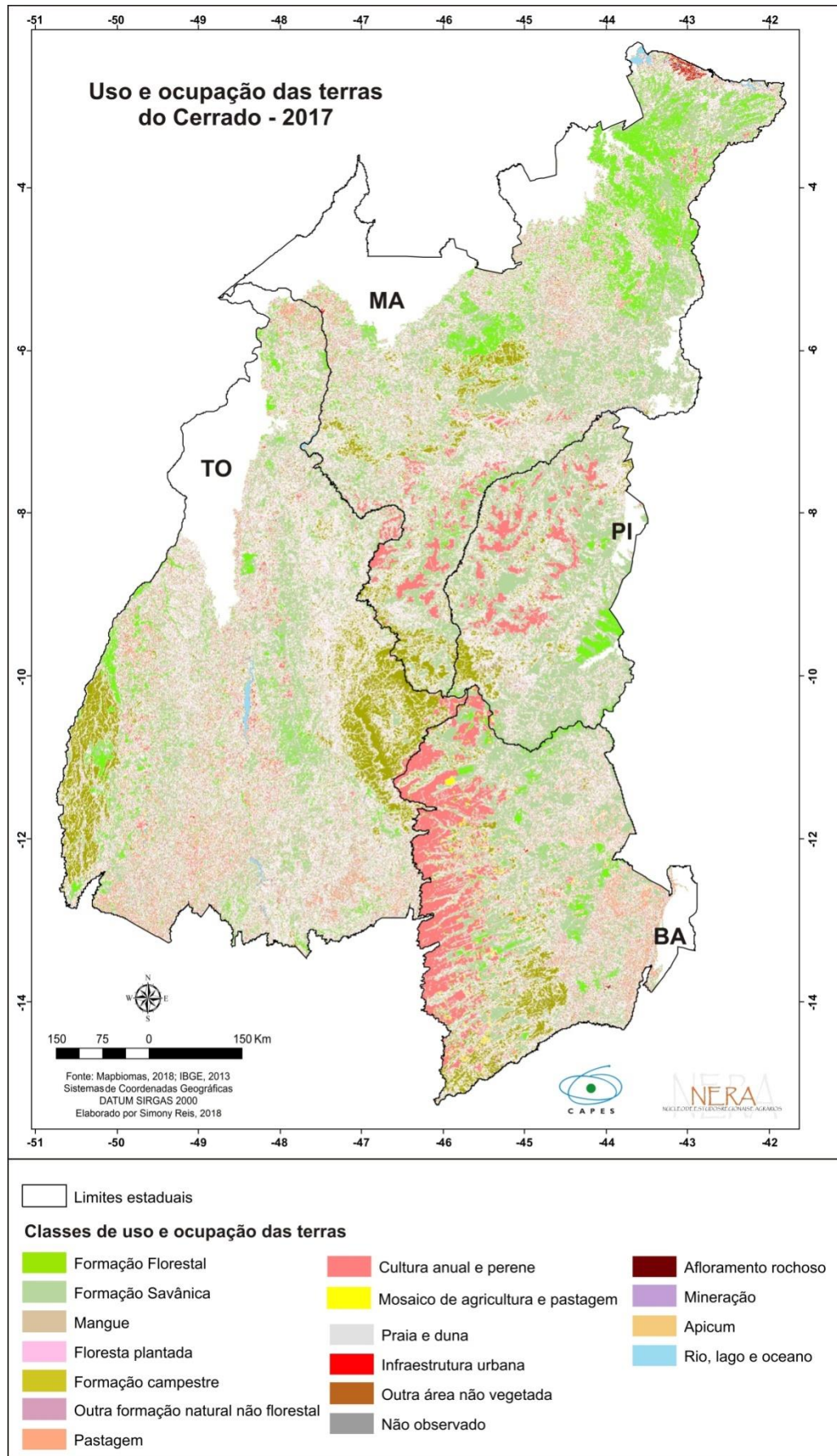
Mapa 17 – Frentes de expansão do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro – 1995



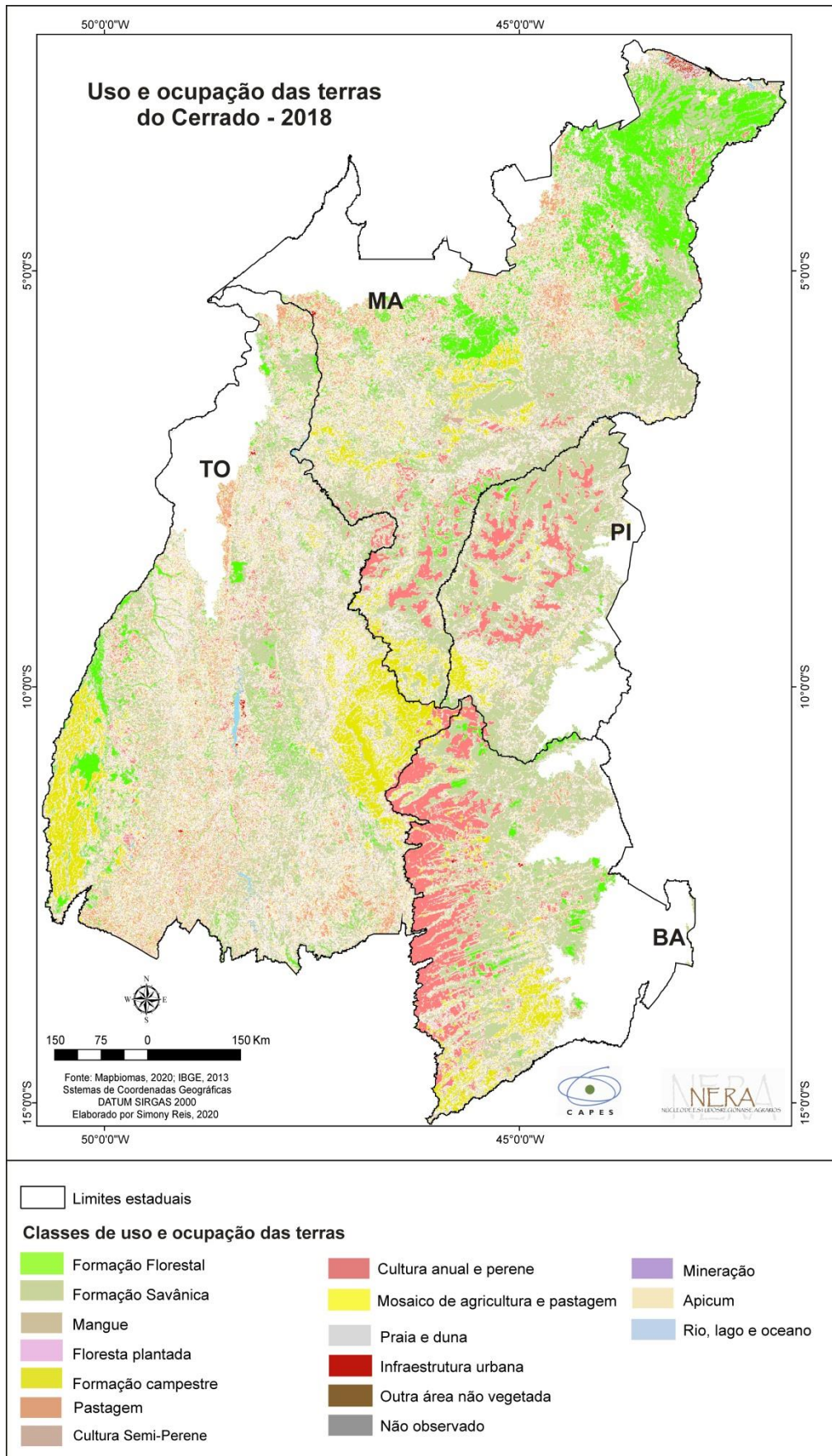
Mapa 18 – Frentes de expansão do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro – 2005



Mapa 19 – Frentes de expansão do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro – 2017

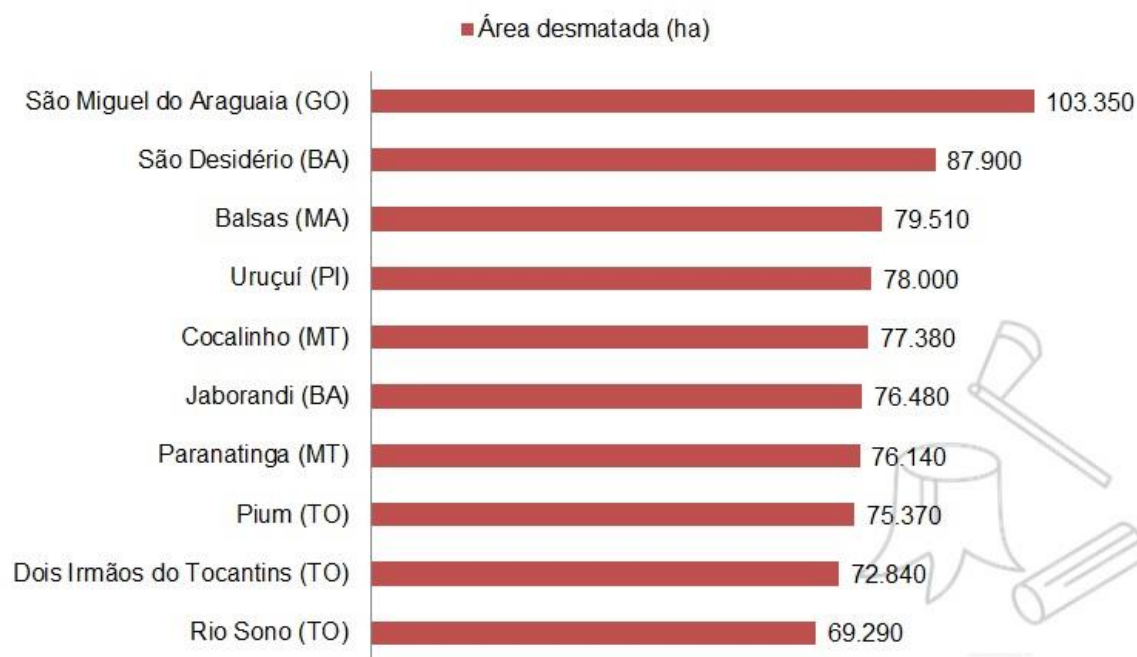


Mapa 20 - Frentes de expansão do agronegócio nos cerrados do centro norte brasileiro – 2018



Este avanço das frentes do agronegócio significa, em primeira instância, desmatamento, principalmente por meio dos correntões⁶⁰, a retirada da cobertura vegetal natural, plural e diversa é trocada por monoculturas e pastagens. A retirada da flora impacta diretamente a fauna dos cerrados e as populações originárias deste espaço. Apesar da narrativa do agronegócio afirmar que seu avanço não ocasiona desmatamento e que promove uma agricultura sustentável, os dados do Instituto TerraBrasilis, assim como os do MapBiomas provam o contrário. Somente no ano de 2018 foram 5.750,3 km² de áreas desmatadas nos cerrados brasileiros e, dos 10 municípios com maiores áreas de desmatamento, 7 estão nos cerrados do centro norte brasileiro, sendo São Desidério e Jaborandi os representantes baianos (Gráfico17).

Gráfico 17 – Cerrados: municípios com maiores áreas de desmatamento, 2018.



Fonte: TerraBrasilis, 2018

Segundo o Portal MapBiomas Alerta⁶¹, somente nos primeiros meses de 2020 no bioma cerrado foram mapeados: 11.351 alertas de desmatamento, 731.307 hectares de áreas desmatadas com uma velocidade média de 1.197 (ha/dia), compondo uma média de 46,65 hectare desmatado por hora. No Relatório Anual de

⁶⁰ Técnica de desmatamento que consiste em correntes gigantes sustentadas por tratores que arrastam indistintamente toda vegetação.

⁶¹ MapBiomas Alerta é um sistema de validação e refinamento de alertas de desmatamento, degradação e regeneração de vegetação nativa com imagens de alta resolução. Esta versão atual (2020) é dedicada exclusivamente ao tema de desmatamento em todos os biomas brasileiros e se expandirá para os demais temas ao longo dos próximos dois anos.

Desmatamento no Brasil do MapBiomas (2019) os estudos apontaram que estados da Bahia, Tocantins e Piauí estão no topo com as maiores médias de velocidade de desmatamento por dia (Tabela 5).

Tabela 5 – Estados com velocidade média de desmatamento acima de 1 ha/dia.

Estado	Número de alertas	Hectares
Bahia	1.227	66.753
Maranhão	2.486	80.974
Tocantins	1.928	104.056
Piauí	600	41.776

Fonte: MapBiomas, 2019.

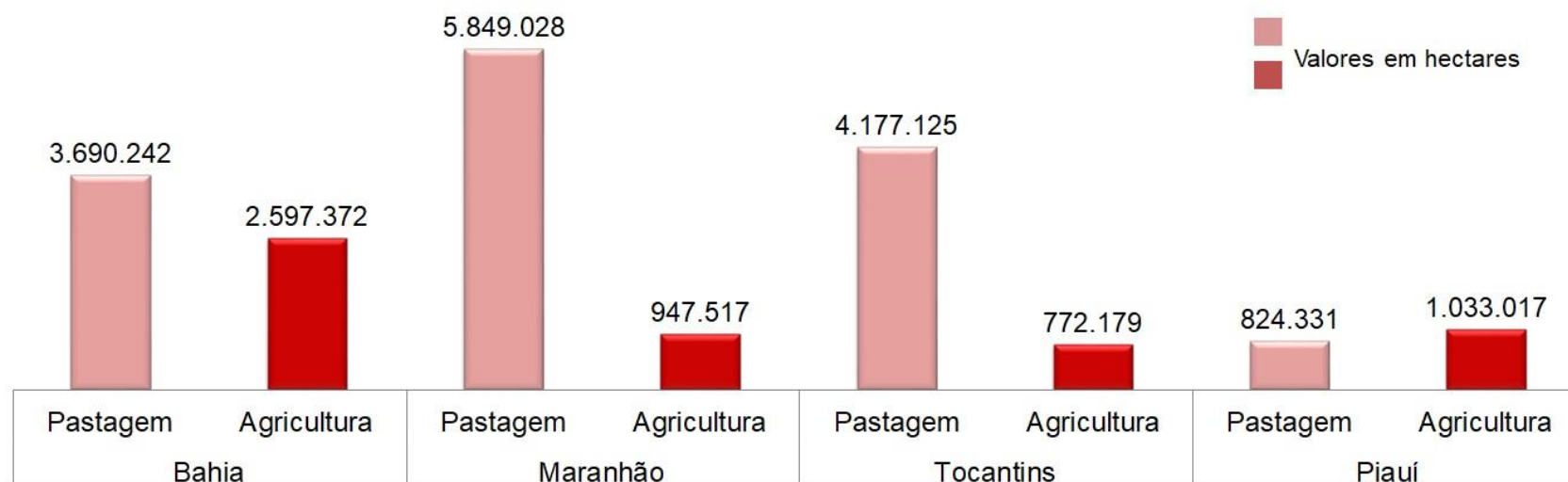
Os dados do mapeamento multitemporal de 33 anos realizado pelo MapBiomas apontam para a ampliação cada vez maior das áreas de agropecuária e pastagens (Tabela 6 e Gráfico 18) em detrimento das áreas naturais de cerrados. Isso implica diretamente as transformações das paisagens, tanto no que se refere a mudança visual, quanto o significado dessas paisagens para os povos que a habitam. É comum ouvir dos moradores locais relatos carregados de sentimentos de tristeza e agonia ao descreverem as paisagens que os cercam e como a chegada dos “estrangeiros” vem mudando seu cotidiano: “[...] antes isso aí tudo era verde, cerradão, nossos pais e avós deixavam o gado na solta sem medo, e agora olha quanta tristeza!” (C. Geraizeiro. Correntina, 2018).

Tabela 6 – Cerrados do centro norte brasileiro: uso e ocupação das terras, 1985-2017 (em hectares)

Estados	Classes	1985	1995	2005	2015	2018	Incremento geral
Bahia	Pastagem	16.152.245	18.995.169	20.089.057	20.201.663	19.842.486	3.690.242
	Agricultura	1.184.514	1.560.007	2.390.626	3.615.470	3.781.885	2.597.372
Maranhão	Pastagem	3.014.878	4.541.576	6.582.757	8.131.221	8.863.907	5.849.028
	Agricultura	9	51.969	415.538	789.997	947.526	947.517
Tocantins	Pastagem	3.586.045	5.102.180	6.382.221	7.260.601	7.763.170	4.177.125
	Agricultura	21.869	29.709	203.014	610.299	794.048	772.179
Piauí	Pastagem	1.422.718	1.992.997	2.211.760	2.263.761	2.247.049	824.331
	Agricultura	66.451	128.704	374.362	972.244	1.099.468	1.033.017

Fonte: MAPBIOMAS, 2019.

Gráfico 18 – Incremento total em hectares das áreas de uso e ocupação das terras nos cerrados do centro norte brasileiro, 1985-2017.



Fonte: MAPBIOMAS, 2019

Santos (2006, p.66) define paisagem como “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” e, neste sentido, nos ajuda a refletir sobre a leitura espacial a partir da paisagem de forma que o “invisível” ressalte sobre as concretudes espaciais. Dialogando com Dardel (2011), estas heranças concretas ou não que Santos se refere, não são apenas para serem olhadas, elas também podem e devem ser sentidas, experienciadas, interpretadas. Nesta perspectiva, Serpa (2010) afirma

A paisagem pressupõe, também, um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos “visíveis”, mas, por outro lado, as formas e as funções indicam a estrutura espacial, em princípio, “invisível”, e resulta sempre do casamento da paisagem com a sociedade (SERPA, 2010, p.133).

Assim, podemos afirmar que as transformações das paisagens nos cerrados do centro norte brasileiro implicam, para além da fisionomia natural, mudanças da percepção destas. Ou seja, as populações cerratenses sentem a paisagem transformada e se transformam junto com ela, afinal “a paisagem seria o meio no qual estamos implicados, estando integrada às nossas existências antes de ser uma imagem exterior” (PONTE, 2019, p. 229).

Há de se considerar, no entanto, a coexistência de paisagens e a sua pluralidade em função tanto dos aspectos espaciais quanto temporais e por isso, ao observarmos os Mapas 16, 17, 18, 19 e 20, devemos refletir sobre como a cada tempo e de que forma tais paisagens passaram por mudanças e, neste caso, quais agentes socioespaciais determinaram essas mudanças, implicando na vida de todos os demais.

A paisagem, neste sentido, é igualmente componente das formas-de-vida, mas não como cenário ou contexto pré-existente. A paisagem também possui um sentido ontológico, que remete ao ser e que nos permite pensar que a paisagem não é apenas o completo exterior, mas é também a interioridade. Mais do que isso, como forma-de-vida, ela também está corporificada nas pessoas da paisagem (MARANDOLA JR., 2017, p. 41).

A paisagem, assim, para além de tantos outros aspectos, também resulta de um processo de acumulação desigual de tempos e modos sociais, refletindo um mosaico social que lhe compôs; em especial as paisagens dos cerrados do centro norte brasileiro. Na composição da paisagem, aparecem elementos centrais, compostos por objetos técnicos e conjuntos de objetos técnicos especialmente voltados ao agronegócio e, por isso, implantados pelo mesmo, imprimindo suas

marcas, de acordo com suas intencionalidades e usos. O que permite refletir sobre a dinâmica das transformações das paisagens e como isso é sentido pelos povos cerratenses. Ou seja, a cada intervenção do capital hegemônico sobre os cerrados, suas paisagens são ressignificadas, num híbrido de tristeza, impotência e revolta.

Percorrendo os cerrados baianos é perceptível as mudanças bruscas nas paisagens ao sairmos dos vales e chegarmos aos chapadões. De repente, a pluralidade e diversidade dos primeiros se transformam numa paisagem monótona e angustiante. Nos chapadões (os gerais), percorre-se dezenas de quilômetros em uma mesma paisagem: áreas planas preparadas para o plantio ou já plantadas, sem árvores, sem flores, sem outro tipo de vegetação além dos monocultivos, apenas grandes máquinas para a colheita e as estruturas de armazenamento como os silos. Não se vê aves, formigas, e outros animais, exceto àqueles usados para o trabalho ou consumo (equinos e bovinos), árvores de médio ou grande porte, somente próximos às casas, sedes das fazendas e laboratórios. E, em muitos casos são eucaliptos que nada tem de relação com o bioma (Figuras 29, 30, 31 e 32). Uma paisagem assustadoramente monográfica, em contraposição às paisagens diversas onde os povos cerratenses residem (Figuras 33, 34, 35 e 36).

Figura 29 – Extensa área com solo exposto pós-colheita de algodão – Formosa do Rio Preto – BA



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2019.

Figura 30 – Silos - armazenamento de grãos – Barreiras - BA



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2019

Figura 31 – Máquinas preparadas para colheita do algodão – Formosa do Rio Preto – BA



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2019.

Figura 32 – Monocultura de algodão – Formosa do Rio Preto - BA



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2019.

Figura 33 – Comunidade da Cacimbinha – Formosa do Rio Preto - BA – Vista da entrada



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2019

Figura 34 – Comunidade Aldeia e Boca Negra – Jaborandi - BA



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2018

Figura 35 – Comunidade da Cacimbinha – Canto em agradecimento ao alimento da comunidade.



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2019

Figura 36 – Comunidade Gatos e Laranjinha – Jaborandi - BA



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2018

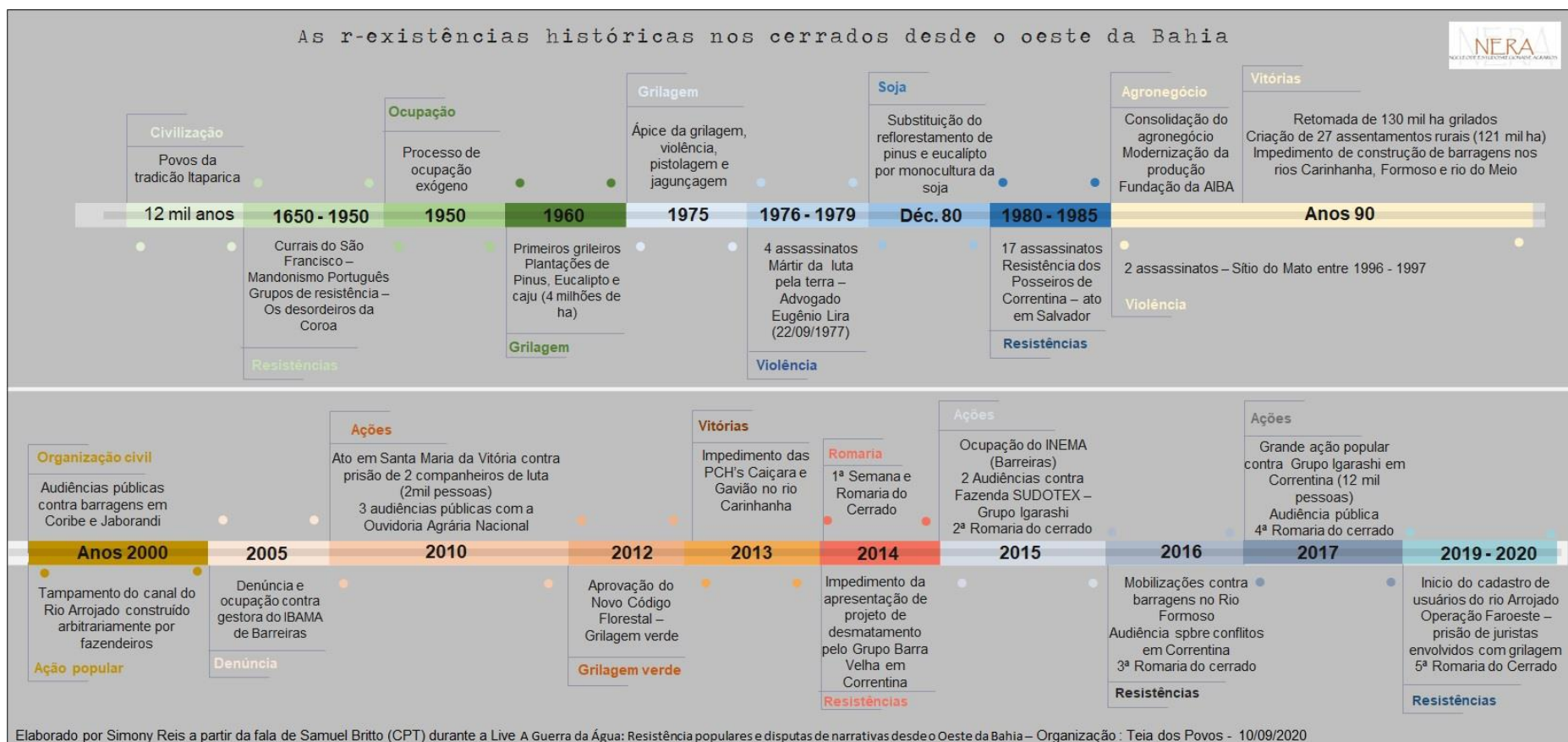
Estas disparidades presentes nas paisagens são reflexos das assimetrias espaciais em que há, explicitamente, conflitos de racionalidades e concepções de

vida, expressos para além do que se vê. Sendo assim, a leitura das paisagens nos ajuda também a compreender o processo de territorialização dos cerrados, quais as formas de apropriação e os modos de enfrentamento e defesa dos territórios.

As paisagens e territórios dos cerrados baianos relatam as histórias paralelas, desiguais, plurais e singulares que suas populações vêm escrevendo há muitos anos. Os conflitos são intensos e históricos e são retratados pelos povos locais enquanto processos de resistências, ou melhor, r-existências, pois consideram a necessidade de resistir para garantir suas existências. Na figura 37 estão organizadas cronologicamente as diversas ações populares na defesa de suas terras e territórios. O enredo das ações de r-existência sistematizado na figura 32 foi discutido durante uma *Live* organizada pela Teia dos Povos intitulada Guerra das águas: Resistências populares e disputa de narrativas desde o oeste da Bahia⁶², realizada em setembro de 2020 pelo Samuel Britto, integrante da CPT, em diálogo com Amanda Alves, defensora dos cerrados baianos. Na ocasião, as discussões realizadas evidenciaram o caráter de coragem dos povos que compõem as diversas populações cerratenses. O debatedor e a debatedora fizeram questão de ressaltar a força da ancestralidade dos povos indígenas e negros que habitaram os cerrados muito antes destes serem invadidos pelos interesses do capital.

⁶² Canal Diálogo com Povos – Teia dos Povos. Episódio: #4 A Guerra da Água: Resistência populares e disputas de narrativas desde o Oeste da Bahia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WgKhoxCoaPc&t=2585s&ab_channel=DI%C3%81LOGOSCOMO SPOVOS

Figura 37 – Linha do tempo de r-existências históricas das populações dos cerrados baianos



Para nos aproximar de uma dessas lutas de r-existências, podemos tomar como exemplo, a Comunidade da Cacimbinha localizada no município de Formosa do Rio Preto no extremo noroeste baiano para compreender esse híbrido de sentimentos acerca das paisagens e, ao mesmo tempo, refletir sobre as possibilidades que estas paisagens-territórios oferecem para a reprodução da vida.

Numa breve leitura das Figuras 33 a 36 o que salta aos olhos é a diversidade aparente que contrasta com as monótonas paisagens de monocultivos observadas nas Figuras 28 a 31 e isso revela muito sobre as formas de se fazer e construir espaços, revela as formas de territorialização que estão agindo e a razão que direciona a produção do espaço. A imagem da pluralidade/riqueza/diversidade se contrapõe ao deserto de solos expostos queimando ao sol, monocultivos e eucaliptos que os agentes do agronegócio apregoam como progresso e desenvolvimento.

Assim também a imagem da alegria em agradecer o alimento de cada dia de forma coletiva e integradora se difere da classificação dos espaços em área de pura produtividade de elementos a serem comercializados sem que haja afetividade alguma com o solo e os demais elementos da natureza. As paisagens ratificam o entendimento que a razão monocultora tenta se sobrepor às demais formas e modos de vida (BISPO, 2015).

A “grilagem verde” vem sendo um dos motivos para o acirramento dos conflitos nesta comunidade da Cacimbinha, assim como outras comunidades na região. Os agronegociantes, quando da declaração de suas propriedades no sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR) incluem suas delimitações, como áreas de Reserva Legal, àquelas de posse das comunidades geraizeiras e quilombolas, uma vez que são espaços de vegetação preservados pelos/as habitantes.

Este processo de grilagem verde, segundo moradores locais e estudiosos do tema, foi impulsionado após a aprovação do Novo Código Florestal que flexibiliza a fiscalização e monitoramento das informações cedidas no CAR. Mais uma vez, a articulação dos agentes do Estado se voltam à lógica de fortalecimento do agronegócio ao passo que fragiliza e até criminaliza as lutas e resistências das comunidades.

O contraste das paisagens e dos agentes socioespaciais que as constroem, aparece para além do que se vê, mas também no que se ouve e se sente. Nas diversas falas dos moradores locais, a percepção das mudanças concretas e simbólicas nas paisagens são profundas, ao afirmarem que *“depois que o agro chegou por essas bandas, ninguém mais tem sossego, nem o rio, nem nós aqui...”* (R. morador da comunidade da Cacimbinha), *“Se o agronegócio tem poder, foi o Estado que deu pelas outorgas e documentos de terras”* (M.R. Geraizeiro). A paisagem nos ajuda, neste sentido, a entender as formas de territorialização que ocorrem nestes espaços e nos dá subsídios para discutir e questionar as ações dos agentes sociais, posto que é nas paisagens que a concretude das ações se materializam.

Típico do modelo colonial de expansão, a inferiorização e redução da diversidade são fundamentais e isso pode ser verificado em estudos (HAESBAERT, 1996; SANTOS, 2007; PITTA e CERDAS, 2017, PORTO-GONÇALVES, 2006, dentre outros) que apontam o apagamento das comunidades geraizeiras pelo Estado baiano e brasileiro durante a implantação dos diversos programas e projetos de desenvolvimento no oeste baiano, os quais afirmavam que se tratava de espaços vazios sem habitação, quando ali já estavam firmadas inúmeras comunidades de Fundo e Fecho de pasto, camponeses, quilombolas e ribeirinhas como bem mencionam Brito e Porto-Gonçalves (2018)

as chapadas e os chapadões não são vazios demográficos, como vimos com Guimarães Rosa, que soube reconhecer esses Grandes Sertões, uma das unidades da paisagem estratégicas para as populações que tradicionalmente ocupam esses espaços, sobretudo os Geraizeiros (BRITO; PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 32).

O Território, enquanto outra dimensão da compreensão espacial, nos leva a reflexão sobre as disputas entre racionalidades diferentes, entre modos de pensar e conceber a vida e o espaço, uma vez que este é *“um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”* (SOUZA, 1995, p. 78). Assim sendo, a dimensão do território, para além da extensão e delimitação territorial realizada pelo Estado, também está presente na contramão da hegemonia a partir de práticas espaciais também contra hegemônicas e voltadas para a diversidade e pluralidade socioespacial.

Os territórios dos cerrados baianos, sendo estes espaços defendidos e disputados por agentes de intencionalidades distintas, se sobrepõem em diversas situações. Os agentes do capital mundializado do setor do agronegócio vêm territorializando espaços no oeste da Bahia por meio de práticas articuladas com a grilagem de terras, inclusive com o apoio do poder judiciário, o que pode ser verificado a partir de publicações de Brito e Porto-Gonçalves (2018), em específico sobre o caso do Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo (no município de Formosa do Rio Preto-BA) que constam averiguações de articulação entre o grupo agronegociante e o Tribunal de Justiça da Bahia para favorecer decisões judiciais sobre a posse de terras contra os camponeses locais desde a década de 1999.

Consta que, em 1999, os proprietários do Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo teriam sido notificados por autoridades públicas da má titularidade das terras que grilagem ocupavam, haja vista ser resultado de prática de grilagem. Entre os camponeses e camponesas da região há um generalizado sentimento de desconfiança de que teria sido por pressão política do Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo e outros grupos do agronegócio regional, que o Tribunal de Justiça da Bahia fechasse a Vara Regional de Conflito Agrário e Meio Ambiente, e afastado das funções junto a esta Vara, a Exma. Juíza Marlise Freire Alvarenga que deferira uma liminar de manutenção de posse, favorável aos camponeses, ainda que em decisão provisória (BRITO; PORTO-GONÇALVES, 2018, p.28).

Em 2019, as mesmas práticas foram reveladas pela Polícia Federal (BA) na investigação sobre a venda de sentenças a favor do Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo em detrimento da Comunidade Cacimbinha que vem sofrendo com o intenso avanço da fronteira do agro sobre suas terras. No dia 19 de dezembro de 2019, o Jornal Estadão, publicou uma matéria⁶³ cujo conteúdo aponta a investigação realizada pela Polícia Federal da Bahia sobre o processo de vendas de sentenças em favorecimento da grilagem de terras no oeste baiano por parte de juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA). Segundo a referida matéria, agentes da Polícia Federal da Bahia cumpriram “quatro mandados de prisão temporária e realizam 40 buscas em gabinetes, fóruns, escritórios de advocacia e casas dos investigados; quatro desembargadores e dois juízes foram afastados”.

A Procuradoria Geral da República (PGR) na página oficial do Ministério Público Federal (MPF) apontou que

⁶³ Matéria completa - Link: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-poe-faroeste-contravenda-de-sentencas-no-tribunal-de-justica-da-bahia/>

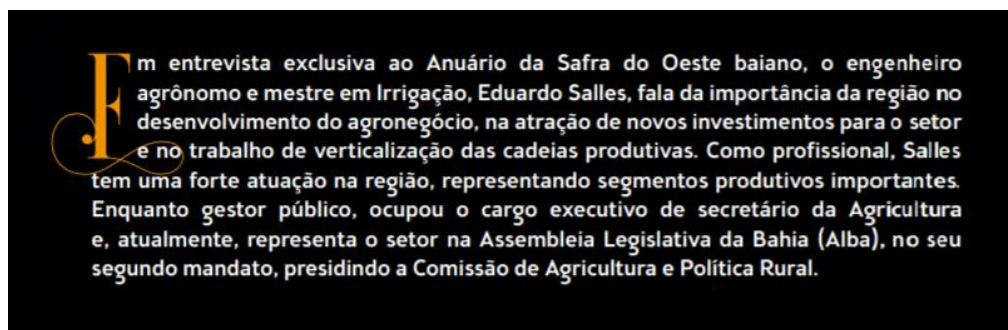
O grupo é alvo da Ação Penal 940⁶⁴, que apura a prática dos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro. Investigações revelaram a existência de esquema criminoso que tinha como propósito a legalização fraudulenta de terras localizadas no oeste baiano (PGR/MPF 14 de fev. de 2020).

O ocorrido também foi publicado em diversos meios de comunicação nacional, estaduais e locais, destacando que as operações haviam sido realizadas nas cidades de Salvador, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia e Brasília. Segundo o portal Exame⁶⁵ (2019)

Foram denunciados os ex-presidentes do TJ da Bahia Gesivaldo Britto e Maria do Socorro Barreto Santiago, além dos desembargadores José Olegário Monção Caldas e Maria da Graça Osório Pimentel. Também estão entre os alvos os juízes Márcio Reinaldo Miranda Braga, Marivalda Almeida Moutinho e Sérgio Humberto de Quadros Sampaio. No total, são 15 denunciados, entre magistrados, operadores e produtores rurais (EXAME, 10 de dez. 2019).

Estes agentes do metacampo Estado e suas ações vinculadas à corrupção, ajudam a construir paisagens-territórios altamente desiguais e permeados por conflitos. Fazem aprofundar representações do Estado enquanto organização contrária ao bem social e entregue ao serviço do capital. O aparelhamento do Estado por agentes do agronegócio fortalece a base ruralista e seu projeto desenvolvimentista, como pode ser observado na linha do tempo deste trabalho, destacando os sistemas de ações (leis, decretos, projetos, programas, etc.) que os agentes do Estado utilizam para a manutenção das desigualdades. A presença de agentes nos setores políticos em defesa do agronegócio é explícita e aclamada pelos agronegociantes (Figura 38), afinal, quanto maior sua representatividade, maiores serão os recursos, subsídios e projetos de seus interesses.

Figura 38 – Trecho da matéria do Anuário Safra 2017/2018



Fonte: Anuário AIBA Safra 2017/2018

⁶⁴ Ação penal na íntegra: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/AP940.pdf>

⁶⁵ Matéria na íntegra: <https://exame.abril.com.br/brasil/pgr-denuncia-4-desembargadores-do-tj-ba-por-suposta-venda-de-sentencas/>

Neste contexto, a tese de Bourdieu sobre como a razão do Estado representa a razão doméstica dos interesses privados de determinados grupos sociais, se ratifica. Assim, os interesses de grupos privados como o do Condomínio Estrondo são tomados como públicos pelos agentes do Estado e acabam condenando as populações mais vulneráveis à redução ou até mesmo ausência de direitos.

Isso se reflete na representação do Estado pelos moradores da Comunidade da Cacimbinha: “o Estado é nosso inimigo”, “o Estado só aparece contra nós”, “a quem podemos recorrer se o Estado é contra nós?” Estas falas, dentre muitas outras deferidas durante uma das reuniões da comunidade, indicam uma narrativa que se tornou comum, a de que o Estado já definiu em que lado está no conflito e não é o das comunidades.

A narrativa se construiu ao longo do tempo através de inúmeras situações de conflitos em que os agentes do Estado se colocaram contra a comunidade ou minimizaram ações de violência exercidas pelos agentes da Empresa Estrondo. Os relatos de diversos abusos sofridos pela comunidade pelo Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo estão registrados no Laudo técnico antropológico Nº 257/2019 (BRASIL, 2019) solicitado pela Procuradoria da República em Barreiras acerca do reconhecimento da tradicionalidade das comunidades geraizeiras de Aldeia, Gatos, Marinheiro, Cacimbinha e Cachoeira, situadas no município de Formosa do Rio Preto.

Há dois anos os seguranças atiraram em mim e em meu irmão, Jucelino. Mas não pegou, e nós corremos. Foi perto da cerca, na cabeceira da Mutamba. É um brejo. (Informação verbal - Moradora da Comunidade Aldeia – Formosa do Rio Preto. BRASIL, 2019, p.30).

No sábado fui parado pelos seguranças, não queriam deixar eu passar, me fecharam na beira do brejo, queriam me algemar, que eu desapeasse do cavalo. Vai fazer oito dias. Foi no sábado passado. Eles queriam que eu tirasse o gado. Na Fazenda Flórida, fica a sede da gerência do Condomínio Estrondo, da segurança. (Informação verbal - Morador da Comunidade Aldeia – Formosa do Rio Preto. BRASIL, 2019, p.30).

No intervalo da colheita e no plantio a gente ficava lá. Aí depois, eles trancou tudo e a gente parou de plantar. Eles ficavam armados. Eles são peitudos, um bando de homens armados⁶. A gente plantava milho junto com o arroz, tudo misturado e colhia tudo junto. Quem plantava mais era 80, 100 sacos (cada saco dá quarenta, quarenta e cinco quilos). A gente usava para vender e para comer. Quem tinha jumento, ia de jumento para carregar a produção. (Informação verbal - Morador da Comunidade Aldeia – Formosa do Rio Preto. BRASIL, 2019, p.24)

Eles fecharam a estrada véia nossa. Ali tinha uma cerca antiga dos moradores, aí eles fizeram a deles. Fez essa guarita de cá, fez a de lá, fez no Gato, aí em cada uma botava um pistoleiro. Quando chegava, tinha que

dar documento, saber pra onde é que vai, pra onde é que vem, se vai pra Formosa, se vem de lá pra cá e só passa de 6 da manhã às 6 da tarde. Passou de 6 horas, não passava mais ninguém. Fechou as estradas nossa e pronto, ficou assim. (Informação verbal - Morador da Comunidade Aldeia – Formosa do Rio Preto. BRASIL, 2019, p.37).

A percepção clara dos moradores e moradoras é de que a justiça é assimétrica frente aos diferentes contextos sociais e os lugares de fala de quem clama, afinal tantos constrangimentos e arbitrariedades realizados pelos agentes da empresa não são verificados, penalizados como deveriam pelos poderes públicos, sendo assim, as pessoas se sentem abandonadas pelo Estado na busca por seus direitos.

As narrativas dos/das moradores/as indicam a permanência do que em termos populares se chama “vistas grossas” aos mandos e desmandos de determinados grupos sociais, neste caso, a empresa envolvida em tais conflitos, mesmo com tantas denúncias, não foi penalizada. A seguir mais um relato descrito no Laudo técnico antropológico nº 257/2019 sobre as arbitrariedades que os/as moradores/as da comunidade da Cacimbinha sofrem através da atuação da Empresa de Segurança Estrela Guia contratada pelo Condomínio Estrondo.

Eu saí daqui no dia 21 de fevereiro de 2019 pra ir pegar um gado meu que *tava* ali na área do vizinho, ele tinha pedido pra gente retirar o gado de lá pra cá. Eu saí pra ir pegar o gado lá, aí eu vinha tocando o gado de moto, era umas 4 e pouco. Eu cheguei naquela guarita ali que tem na cabeceira do Brejo dos Veados e aí ficou assim atrás e eu parei a moto. Tirei o capacete da cabeça, botei em cima da moto, desliguei e deixei a chave na moto também. Aí eu escutei o barulho de muito carro, aí tinha um mato assim meio na frente, não dava pra eu ver o carro mesmo, mas eu *tava* meio assim e vi as antenas do carro deles né. Aí lá na frente onde minha moto *tava* já escutei dizer assim “tem um aí, tem um aí, *vamo* pegar, *vamo* pegar!”. Aí, eu pensei: “é os seguranças da Estrondo, pra pegar minha moto”. Aí calou, parecia que não tinha ninguém, aí avistei eles lá com as armas. Eu falei “moço, essa moto aí é minha, eu tô aqui só passando um gado pra cá”. Aí eles viraram a arma pra mim: “pare aí”, aí eu: “não vou parar não, não sei o que vocês quer comigo, não vou parar não”. Eu saí quase trotando assim, ainda escutei uns disparos e comecei a correr mais. Eu andei numa estrada aqui, aí eu escutei outro disparo e entrei no mato, não vi mais eles não (Informação verbal - Morador da Comunidade Cacimbinha – Formosa do Rio Preto. BRASIL, 2019, p.35-36)

Bispo (2015) nos auxilia nesta compreensão por meio do conceito de colonialidade ao resgatar o processo histórico silenciador das verdadeiras vozes da história ocultadas e silenciadas, bem como do estabelecimento de barreiras para se deslocar em seus próprios territórios. Assim também, no oeste da Bahia, a

paisagem/território dos cerrados reflete o acúmulo de tempos e modos de vida das gerações que ali vivem como é o caso da centenária comunidade da Cacimbinha.

As paisagens/territórios assim como os povos que lhes dão sentido, estão sendo profundamente violentadas, submetidas às explorações, cercamento, privações cujas intencionalidades apontam apenas para a lucratividade empresarial e legitimação de poder. O processo descrito pelas comunidades de cercamento dos seus espaços e interdição de seus deslocamentos, constituem-se formas de territorialização das empresas num processo de violência simbólica historicamente projetada e instituída pela colonialidade em comunhão com o silenciamento das autoridades locais, o que torna este processo ainda mais duro para estas populações.

Os lugares de fala dos agentes sociais nestas paisagens-territórios são distintos e apontam para a manutenção de uma estrutura social precária e de privilégios para pequenos grupos. Nada muito diferente do contexto histórico nacional de ontem e de hoje. E, nesta perspectiva, o moderno e o arcaico dialogam intensamente revelando a imbricação da razão doméstica na razão pública do Estado, onde interesses individuais das classes privilegiadas se mantêm em oposição aos interesses coletivos nas paisagens-territórios do oeste baiano.

No entanto, as questões centrais são: Quem domina quem nestas paisagens/territórios e como? Quais os agentes sociais envolvidos e quais seus lugares de fala? Como o Estado se apresenta neste processo? Estas questões estão vinculadas à interpretação do Estado e suas ações, como este espaço de poder é construído e as diversas contradições entre os interesses internos e externos deste metacampo.

Neste sentido, e tomando por base que os agentes envolvidos nos conflitos são uma parte e não o conjunto completo, a ideia de campo nos auxilia a pensar nas contradições internas do Estado ao problematizar os interesses individuais que se colocam sobre os coletivos e que possibilita a existência de sérios conflitos entre o Estado e a sociedade civil. Em complementação a esta interpretação, Bispo nos questiona sobre a hegemonia dos agentes sociais que formam o Estado e dialoga com Bourdieu no sentido de evidenciar que este espaço de poder possui contradições desde sua origem, as quais foram se ampliando ao longo do tempo e se concretizando de diferentes formas nas paisagens/territórios.

Partindo do princípio de que as ideias constroem a realidade, compreender as ações do Estado frente às dinâmicas do capital mundializado no oeste da Bahia, significa buscar entender as raízes historicamente construídas das intencionalidades sobre os espaços. Assim, a realidade se coloca enquanto uma sobreposição de tempos; existe uma estreita ligação entre as esferas individuais e coletivas; e uma internalização das formas dominantes, ocorre de fato continuidades e permanências da estrutura social local com a manutenção das forças dominantes e o Estado se coloca enquanto promotor das condições necessárias para a (re)produção do capital e as desigualdades advindas deste.

Ainda que o Estado promova ações e instrumentos para os grupos não-hegemônicos da sociedade, as assimetrias da proporcionalidade entre os grupos é tamanha que privilegia escancaradamente os agentes hegemônicos, o que legitima suas ações sob a narrativa de um desenvolvimento socioeconômico necessário para o país.

5. ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: A DISPUTA DE NARRATIVAS

Uma das formas mais eficazes de subjugar um povo é colonizando seu pensamento, ocultando suas histórias, seus modos de viver, sua cultura, lutas e expressões de fé. Isso se realiza por meio de uma única narrativa expressa e disseminada enquanto verdade para toda população externa àquele espaço.

Narrar é contar algo, o narrador ou a narradora traz em sua construção textual escrita ou oral, assim também como iconográfica, sua concepção de mundo, seu lugar de fala, todo o histórico da sua ancestralidade. A narração histórica dos fatos desde que se iniciou a escrita é feita majoritariamente por aqueles que conseguiram silenciar as demais vozes, os dominadores; o que pressupõe sempre que a construção de uma narrativa perpassa pela disputa de poder. Narrar histórias, é portanto, delimitar territórios. Assim

Quem controla a mente também controla indiretamente a ação das pessoas. Essa ação controlada pode novamente ser discursiva, de modo que o discurso poderoso possa, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detém o poder. (VAN DIJK, 2015, p. 18).

Morais (2003) contribui na construção da compreensão sobre diferentes narrativas ao confrontar as narrativas-mestras com as narrativas eclipsadas. Segundo a autora, com base em Gramsci, as narrativas eclipsadas são justamente estas vozes silenciadas e/ou diminuídas de importância a favor do que Schiller e Fouron (1997), Anderson (1989) e Bhaba (1994) denominaram de narrativas-mestras, as quais podem ser compreendidas enquanto “estratégias textuais, metáforas, estratégias figurativas que constituem a própria história da nação como invenção sociocultural e política” (MORAIS, 2003, p.31).

As narrativas-mestras, portanto, são aquelas escritas pelos dominadores, pelos colonizadores do imaginário social coletivo, enquanto que às narrativas eclipsadas podemos compreender enquanto as múltiplas vozes que criam memórias, lugares e vivências nesse Brasil profundo, como reflete Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões*.

Quando me refiro aos dominadores, o artigo masculino ganha notoriedade, pois expressa muito mais que apenas uma concordância gramatical, expressa um modo de dominação que se estende há milênios e que hoje se faz ainda mais

presente e profundo, o Patriarcado (LERNER, 2019) que exerce uma profunda violência simbólica em diferentes setores da sociedade, especialmente nas relações sociais no campo; trata-se de uma territorialização masculina da história, a qual ocultou diversas territorialidades, inferiorizando-as e desconsiderando suas potencialidades.

A dominação aqui tratada se refere tanto à relação histórica de separação entre sociedade e natureza, quanto às fragmentações sociais internas baseadas nas distinções (cor, raça, gênero, religião, crença, renda, etc.). Sendo assim, me refiro a dominação da natureza e a dominação das mulheres pelos homens e posteriormente a dominação dos homens pelos homens. Refiro-me, portanto, a relações de poder enraizadas na sociedade, desde seu processo de constituição, uma vez que

O conhecimento de base androcêntrica, sobretudo nas ciências sociais e históricas sempre coloca em primeiro plano os feitos gloriosos das figuras masculinas, o pensamento emanado dos homens. As outras personagens são secundárias. Na nossa maneira de conhecer está presente a ideologia patriarcal que nos condiciona sem que disso tenhamos percepção clara [...] Nossa maneira de conhecer é marcada pelo esquema hierárquico androcêntrico. Tal esquema é a marca do conhecimento oficial, daquele que introjetamos embora nossa experiência cotidiana o contradiga (GEBARA, 1997, p. 35).

Sim, a dominação e subjugação históricas entre pessoas têm como princípio a dominação sexual das mulheres e somente depois a dominação de homens. Esta afirmação se sustenta em numerosos estudos antropológicos, arqueológicos e sociológicos que tiverem como centralidade compreender a história das mulheres. Estudos dessa natureza podem ser acessados, por exemplo, no livro de Gerda Lerner, *A Criação do Patriarcado* (2019). Desta forma, podemos afirmar que a territorialização do imaginário tem como fundamento inicial, a territorialização dos corpos e mentes femininas como passíveis de controle e dominação.

A corrente do ecofeminismo levanta diversas associações entre as formas de expansão da agricultura atual sob os moldes do agronegócio e a exploração do feminino em suas diferentes formas de existência. Teóricas como Shiva (2004), Mies (1993) e Rosendo (2017) destacam que os corpos femininos e suas formas de lidar com a natureza, de ser e estar no mundo são os mais explorados pelos sistemas de produção no campo, uma vez que estes baseiam-se profundamente na ampliação da produção.

São dos corpos femininos das vacas que saem os milhares de litros de leite, são das galinhas que são produzidas milhares de dúzias de ovos, são das plantas fêmeas que são retiradas sementes para reprodução e transformação em laboratório, assim como são os corpos femininos das mulheres que há milhares de anos trabalham e são invisibilizados do trabalho duplo no campo e em casa (ROSENDO, 2017).

Neste sentido, a narrativa-mestra ou hegemônica⁶⁶ patriarcal da história traz em sua construção a disputa enquanto forma *natural* de organização social, a guerra enquanto ação *natural* de expansão de territórios, a escravização enquanto destino *natural* aos mais fracos e subjugados, a dominação enquanto forma *natural* da ação humana. Tal narrativa naturalizou as mais cruéis expressões de subordinação e sofrimento humano e ambiental, escreveu com o sangue de diversas nações e povos uma história que é contada como fábula, repleta de meritocracia e superação dos ditos desbravadores, heróis de uma ou várias nações, sem os quais, e sua respectiva coragem e esforço, o Desenvolvimento jamais haveria alcançado os níveis ideais.

O perigo de uma história única⁶⁷ reside na ocultação de fatos reais e importantes que ajudam a compreender todo o processo histórico de formação de uma sociedade. Silenciando a diversidade de vozes e ocupando os lugares da escrita oficial da história, os colonizadores construíram uma narrativa forte e profunda sobre o que é esse Brasil de ontem e de hoje que encobre o outro e suas formas de vida como reflete Enrique Dussel (1993). A formação da opinião pública, bem como a construção de estereótipos se faz por meio desse processo de alienação mental histórica prescrita pela hegemonia dos lugares de fala

A construção da hegemonia não é apenas uma guerra de ideias, ela requer

⁶⁶ Importante ressaltar que a compreensão de narrativas-mestras trazidas por Morais (2003) de narrativas hegemônicas dialoga com a definição de narrativas hegemônicas, já que estas “são discursos alicerçados na formação da sociedade moderna, a partir dos princípios do Iluminismo, que objetivam construir a ideia de humanidade centrado na experiência ocidental e que operam a partir da noção de um sujeito político ideal, uno e indivisível, íntegro em sua racionalidade e pleno de seus direitos, responsável por conduzir a história aos patamares mais elevados da razão. A história humana também é a história da colonização que é a narrativa da benevolência da doação da civilização europeia aos povos ditos primitivos e perdidos. É a partir de uma pretensa razão superior que operam a hierarquização entre diferentes sociedades e a manutenção de estruturas de opressão de raça, gênero e sexualidade” (PASSOS; PUCCINELLI; ROSA, 2019, p. 9).

⁶⁷ Referência ao texto: O perigo de uma História Única da feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/governadorvaladares/noticias/adelia-a-poesia-e-a-vida-convite-para-o-3o-encontro-do-dialogos/o-perigo-de-uma-historia-unica-chimamanda-ngozi-adichie-pdf>.

centros públicos e privados de produção de conhecimento, de análise da conjuntura, de produção de inovações, que absorvam e processem o mapa dos conflitos e trabalhem para ressignificá-los. O intuito é criar um conjunto de dispositivos práticos com o objetivo de anular a realidade desta luta de classes [...] é tomar todos os temas e projetos das oposições e invertê-los ponto por ponto, apresentando essa inversão como um projeto generalizador não só para a classe dominante, mas para toda a Nação. A partir desse projeto, define-se o que é o Estado e quem deve dirigi-lo (BAVA, 2016, s/n).

Bava (2016), neste sentido, faz uma reflexão sobre o papel das hegemonias na construção de narrativas-mestras para legitimação das ações dos agentes sociais que controlam o poder oficial, o Estado articulado com as elites nacionais e internacionais. O autor ainda chama a atenção sobre os instrumentos utilizados para que essa legitimação seja efetivada com sucesso ao afirmar que

Esses conhecimentos produzidos alimentam a batalha da comunicação. Revistas e grandes jornais são a principal frente de combate, buscando sensibilizar os formadores de opinião. A TV se encarrega de popularizar os argumentos, criando versões simplificadas que atingem toda a população. Nunca é demais lembrar que, embora os canais de TV sejam concessões públicas, os grandes grupos de comunicação são empresas privadas estreitamente vinculadas ao pensamento dominante, conservador e neoliberal (BAVA, 2016, s/n).

Contrapostas às narrativas hegemônicas/mestras muitas outras são construídas, principalmente com base em experiências históricas de sobrevivência. São narrativas fortemente enraizadas em questões culturais de fé e resistência baseadas na luta pelo direito de existir. A própria construção das narrativas nos dão pistas de suas bases teóricas e políticas. Isso é perceptível tendo como método de observação, a análise das palavras que são usadas para construção de uma determinada ideia. A construção da narrativa, portanto, corresponde ao sistema de valores que os agentes socioespaciais pretendem tomar como base e perpetuar enquanto verdade. Portanto,

[...] tomar a narrativa como objeto de análise é fazer uma interpretação de uma interpretação, com uma diferença: enquanto o narrador ou narradora visa à própria história individual, à interpretação sociológica, interessam os sentidos sociais da experiência, mediante duas direções complementares, que recolocam a relação singular/universal: ver a narrativa pelo ângulo da multivocalidade e, ao mesmo tempo, buscar, nela, o fio que ajuda a tecer o itinerário narrado e referente ao âmago da experiência e da auto-reflexão que constituem o ato narrativo (MORAIS, 2003, p. 33).

Sendo assim, a análise de narrativas emerge justamente desta compreensão de que as palavras têm significados maiores daqueles que constam nos dicionários ou nas regras gramaticais e que o conjunto formativo destas narrativas revelam

bases do coletivo do qual os/as narradores/as se identificam. As narrativas, portanto, definem territórios, criam fronteiras e estabelecem limites.

A territorialização patriarcal, baseada na narrativa-mestra, construiu um vocabulário de símbolos e significados que quando observados mais de perto, revelam seu caráter dominador: “Adentrar matas virgens”, “penetrar”, “explorar” são alguns dos termos bastante utilizados no campo, os quais refletem, quase que de forma invisível, o machismo na relação com a natureza. Neste sentido, natureza e mulher se aproximam de maneira essencial, o que explica em parte o histórico silenciamento dos saberes femininos sobre a natureza, bem como a criminalização de suas práticas.

Com o advento da modernidade, as narrativas patriarcais aprofundam suas raízes e ganham mais legitimidade pela sustentação científica pautada pela tecnologia, pelo saber objetivo, pela racionalidade precisa. O que há de novo? Apenas novos sistemas de objetos e de ações e as mesmas questões estruturais. Neste cenário de continuidades, a narrativa do agronegócio é construída com os fundamentos do desenvolvimento e da tecnologia, prioritariamente, tendo como frase de destaque: “O agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo”.

No entanto, é preciso destacar que, mesmo com a construção histórica e profunda da narrativa hegemônica/mestra, outras tantas narrativas eclipsadas persistiram e continuam disputando territórios da escrita da história e formação dos lugares. E o confronto de narrativas se dá justamente pela resistência destes/as demais agentes socioespaciais que insistem em negar a cultura hegemônica de dominação e buscam ampliar e pluralizar as formas de ser e agir no/com o mundo. Suas territorialidades estão fincadas na relação com a vida. A leitura das paisagens e das ações concretas e simbólicas nos aponta para as diferenças nas construções de narrativas. Muito mais próximas a uma perspectiva do cuidado e da solidariedade, as narrativas contra-hegemônicas retomam a ligação efetiva com a natureza, entendendo-a enquanto fonte de vida, destacando a feminilidade como fundamento do cuidado.

Muito além das questões científicas e tecnológicas, as narrativas dos povos dos cerrados são carregadas de símbolos representativos da vida numa concepção sistêmica, biointegrativa e orgânica. As narrativas destes povos são plurais, possuem várias frentes de luta: a terra, as águas, o direito feminino, a alimentação

saudável, a vida humana e não humana, o trabalho, a renda, a cultura. Assim, a expressão “Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida” expressa uma narrativa que se coloca no sentido contrário ao poder hegemônico de exploração e dominação da natureza e de seus povos.

A disputa de narrativas consiste na luta pelo direito de escrever, ler e contar histórias múltiplas, histórias paralelas com diferentes personagens, diferentes formas de vida, em que a pluralidade se apresenta enquanto centralidade. Disputar a visibilidade de falas é buscar o direito de escuta das demais pessoas que precisam e merecem conhecer as múltiplas faces da história para então se posicionar em defesa do que lhe consta mais legítimo. As narrativas, portanto, se configuram enquanto uma forma de territorialidade, ou seja, são ações que perpassam pela disputa, pelo poder de escrever e contar suas próprias histórias.

Enquanto a voz do agronegócio for a única a narrar a história do campo brasileiro, a história, a verdade, a lei e a razão serão únicos, monocultivos do sistema mundo moderno-colonial-branco-machista-patriarcal que nega, porém se aproveita dos conhecimentos milenares dos povos e comunidades cerratenses. Assim

Só mesmo a colonialidade do pensamento hegemônico pode ignorar o conhecimento tecido por esses diferentes povos nessa história milenar. Entretanto, essa mesma arrogância que nega a esses povos a condição básica de produtor de conhecimento, foi muito pragmática sabendo dele se aproveitar para ocupar os lugares e reconhecer seus recursos para explorá-los (BUARQUE DE HOLANDA, 1994 *apud* PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 54).

As práticas e representações, neste sentido, se configuram enquanto ações concretas e/ou simbólicas refletoras da racionalidade de quem as constrói, portanto, devem ser compreendidas enquanto símbolos de determinados sujeitos, agentes socioespaciais com suas especificidades e intencionalidades (LEFEBVRE, 1983). Mas de que forma estas práticas e representações são construídas? Quais instrumentos, ferramentas e objetos técnicos?

Lefebvre (1983, p. 32) indica que seria através da “propaganda (política) y la publicidade (comercial), as quais utilizan o cosntruyen representaciones que remplazan a las cosas”. Neste sentido, o poder das palavras e do discurso encontra centralidade, uma vez que as intencionalidades estão invisíveis de imediato. O discurso/narrativa tende a levar uma verdade, mas qual verdade? Para quem?

Sobre quem? Trata-se, portanto, de um jogo de poder assimétrico e homogeneizador, são disputas pela territorialização do imaginário coletivo.

Analisar as narrativas criadas convém ir além do que está posto, é preciso olhar para o não dito, o não expresso, o ocultado sabidamente, revela mais que o que está posto à luz. Parafraseando Henri Lefebvre (1983): as ausências nos falam bastante sobre as presenças no cotidiano, pois para cada presença, uma ausência se sucede, mesmo que estas não sejam excludentes. No caso das narrativas hegemônicas, o não dito, ou o que ficou entre linhas, demonstra as reais ações e reações decorrentes do fenômeno discutido.

5.1 Os meios de comunicação e a construção de narrativas

A “fabricação capitalista da subjetividade” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 197) pelos meios de comunicação no Brasil traz consigo todo o caráter patriarcal branco no sentido de construir valores, ideias, modelos, exemplos e narrativas de aceitação e convencimento populacional. Não foi diferente no contexto da criação das bases da narrativa-mestra do agronegócio, a qual teve seu início na Revolução Verde, marco simbólico da territorialização do imaginário social acerca das ações inseridas na revolução das técnicas e de poder no campo.

A implementação da Revolução Verde no Brasil ocorreu em paralelo ao desenvolvimento de novos sistemas de comunicação, principalmente a indústria televisiva como a Rede Globo em 1965, a qual teve papel fundamental da disseminação de narrativas voltadas ao novo contexto histórico nacional, onde além de estar vivendo uma ditadura militar, grande parte da população rural estava migrando para os centros urbanos, por conta dos processos de urbanização organizados e geridos pelo Regime Militar. Criar narrativas que incentivassem este movimento era mais que necessário para que as ações governamentais e empresariais ganhassem legitimidade frente às populações e não fossem objetos de questionamentos em relação às formas pelas quais tais processos eram (são) feitos.

Os programas de rádio até então, eram as principais vias de comunicação para a população camponesa. Era, portanto, o principal canal de construção de narrativas que, com a chegada dos equipamentos televisivos, foram sendo incorporados e sofrendo mudanças de acordo com novas necessidades do mercado

e dos interesses dos investidores e financiadores dos programas, que eram direcionados para o desenvolvimento do país, que deveria ser urbano, próspero, rico e moderno. Para tanto, era indispensável criar e/ou aprofundar no imaginário popular, ainda rural, esse modelo urbano enquanto etapa essencial para o referido desenvolvimento. Neste sentido, modernizar o campo era um passo importante para se aproximar do contexto urbano, tecnológico, avançado, onde o atraso do camponês significava o atraso do país.

O papel da rede de televisão foi e é fundamental neste entendimento da construção de narrativas hegemônicas/mestras no contexto da territorialização do imaginário. A Rede Globo de televisão na década de 1970 foi a responsável pela integração nacional no que se refere à indústria cultural, fazendo com que pessoas de diferentes regiões do país assistissem os mesmos telejornais, as mesmas novelas, as mesmas propagandas, difundindo um “jeito único” de ser e estar no Brasil, o que se julgava modelo a ser seguido.

Num país, cuja população (especialmente negra e camponesa) ainda era (e infelizmente, ainda é) majoritariamente analfabeta ou semi-analfabeta, a televisão passou a ser a principal fonte de informação de toda forma e contexto. A “verdade” passou a ser editada nos bastidores dos jornais diários e nos roteiros das novelas. Tanto naquele período quanto atualmente

Os meios de comunicação de massa vêm contribuindo enormemente com esse modelo ao difundir não só um modo de vida, mas também todo o modo de produção que lhe está associado. Afinal, a ideia de que a felicidade humana se obtém, como na imagem de jovens na praia ou numa loja de uma grande cadeia de alimentos consumindo refrigerantes e hambúrgueres globalizados, é a mesma que nos faz aceitar a paisagem monótona de quilômetros e mais quilômetros quadrados de monoculturas, de paisagens homogêneas que implicam uso maciço de pesticidas, fungicidas e praguicidas (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 108).

Sendo assim, aceitação das paisagens territorializadas pela ausência de diversidade, pela negação à pluralidade perpassa pela criação de um imaginário social em que há a valorização e naturalização das monoculturas, tanto natural quanto sociocultural em prol de uma homogeneização do pensamento tomando como modelo a própria epistemologia motriz do processo. Mignolo (2008) nos diz que é preciso romper com esta epistemologia avassaladora em busca de outras formas de ver, pensar e agir com/no espaço por meio de novos olhares, falas, escritas, pautadas nas particularidades, singularidades e diversidades. É preciso,

pois, promover a desobediência epistêmica, negar a imposição de narrativas construídas para o convencimento social de que perder é melhor que ganhar. Só não se diz quem, o que, quando, quanto e onde se perde e quem, quando, onde e quanto se ganha.

Neste contexto, é imperioso ressaltar que os canais de comunicação eram (e boa parte ainda são) totalmente dirigidos por homens, fenotipicamente brancos. O que só reforça a afirmação da construção histórica de uma narrativa única e enviesada pelos interesses de uma determinada parcela da sociedade que deslocou muitas verdades para o campo das incertezas enquanto muitas injustiças e violências foram amenizadas e colocadas como formas necessárias para o bem social comum.

Sendo assim, a Indústria Cultural tratou de elaborar uma série de estratégias em diferentes frentes de ações para construção social e política da narrativa em defesa do agronegócio criando imagens de um Brasil harmônico, sem contradições, cuja população trabalhava em busca do progresso, em que a tecnologia era o meio para se alcançar tal status. É importante pensar nestas estratégias enquanto formas concretas, ainda que não palpáveis, de territorialização, cuja intenção não pode ser outra que o apagamento do que lhes for diferente.

Um das emblemáticas ações neste sentido foram as propagandas de margarinas. As peças publicitárias ressaltavam a vida de uma família feliz numa casa iluminada, repleta de equipamentos técnicos, mesa farta e em seu centro a margarina. Era esta mercadoria que se tornara o objeto central de uma família saudável e feliz, cujas janelas sempre davam para paisagens rurais, ressaltando a “perfeita” relação entre a cidade e o campo.

No Brasil dos anos 1980 e início dos anos 1990, todas as famílias felizes eram iguais. Pelo menos, era o que se intuía dos comerciais de margarina veiculados à época, tanto que a expressão “família de comercial de margarina” entrou no imaginário do brasileiro, onde até hoje é associada à ideia de felicidade. Mas a alegria desmedida de pai, mãe e filhos pequenos à mesa do café-da-manhã não era o único elemento constante na comunicação das margarinas. Na maioria das vezes, tratava-se de uma família feliz *em uma casa de campo*. Transposto o mesmo conceito da TV para as embalagens de margarina, reduzida a mensagem à sua essência, eram estes os ícones mais sintéticos e simbólicos: flores, campo, natureza. (FUNDAÇÃO BUNGE, 2008 *apud* CHÃ, 2016, p. 27 – grifo da autora).

Chã (2016) destaca que a paisagem do campo na peça publicitária se relacionava com o contexto histórico de intenso êxodo rural que o país passava. Era preciso criar uma espécie de saudosismo melancólico nos consumidores, fazendo-os relacionar o produto às suas antigas vidas felizes no campo que, talvez, algum dia poderiam voltar a ter. Tratava-se, pois, de uma estratégia de *marketing* voltada para atingir o âmbito emocional dos consumidores, fazendo com que se sentissem mais perto de suas antigas vivências no campo. O campo simbólico, forjado pelos interesses do setor que estava em expansão, teve como suporte os principais canais de comunicação para a construção de suas narrativas e expansão das suas formas de territorialização. Assim

[...] o programa Globo Rural, o primeiro do gênero na televisão brasileira, estreou em janeiro de 1980. Em agosto de 1981, estreava o Som Brasil, sob o comando de Rolando Boldrin. Durante os anos 1980, as duplas sertanejas que viriam a dominar as rádios na década seguinte emplacavam seus primeiros grandes sucessos. E, entre março e dezembro de 1990, a Rede Manchete exibia a novela Pantanal. (FUNDAÇÃO BUNGE, 2008 *apud* CHÃ, 2016, p. 27).

Assim, a construção de uma ideia e a legitimação desta por toda a população foi sendo realizada ao longo dos anos, tendo como principal instrumento a Indústria Cultural. O considerado “progresso” expulsava as pessoas do campo para dar lugar às máquinas, aos monocultivos e essa população desenraizada de seus lugares precisavam produzir na cidade, trabalhar em novas funções, mas mantendo seu vigor de vida para que sua força de trabalho fosse melhor aproveitada.

Neste sentido, a Indústria Cultural exerce função primordial. Através das canções sertanejas, sons de viola, cantar de pássaros, homens e mulheres podiam voltar, mesmo que em pensamento para a sensação de viver no campo. Por meio das histórias e paisagens das novelas, poderiam se identificar com os/as personagens e sentirem-se representados.

O campo onde antes o trabalho da roça era pesado para a maioria, estava agora, em grande medida, ocupado por gigantescos monocultivos e poderosas máquinas. Começava assim a se tornar, para quem vivia na cidade, em uma imagem de vida idílica, em harmonia com a natureza, ao som das modas de viola do Boldrin, para onde se sonhava voltar um dia e descansar numa casa de campo - tantas vezes estampada nos produtos do supermercado-, mas não mais para “ganhar a vida”. O campo deixa de ser visto como lugar de produção e reprodução da vida (CHÃ, 2016, p. 28).

Há, portanto, uma plasticidade da realidade. Uma encenação, uma representação da vida contada a partir do lugar de fala do sistema rural latifundiário

em associação aos grandes nomes de empresas interessadas na ampliação da “modernização conservadora”.

Não é ao acaso que a década de 1990 foi o período de consolidação do agronegócio no Brasil e ao mesmo tempo houve o *boom* das duplas sertanejas no cenário nacional e o lançamento de novelas como Pantanal (1990), da então TV Manchete e O Rei do Gado (1996) da Rede Globo. Foram muitas duplas de cantores, de preferência brancos, que surgiram no cenário musical brasileiro trazendo em suas canções as novidades do “novo rural”. As canções que retratavam a vida no campo, a relação com a natureza e as belezas dos povos do campo, foram dando espaço à aspectos até então representativos das cidades, do modo de vida urbano.

É importante mencionar que como toda dinâmica social, no campo da música sertaneja também havia e ainda há conflitos. A disputa de narrativas se dá também internamente entre os representantes deste estilo musical, uma disputa pelo que este estilo deve representar de fato, ou seja, os símbolos que representam os modos e estilos de vida das populações rurais. Inezita Barroso, uma das pioneiras no estilo musical caipira era uma das vozes críticas sobre este “novo rural” cantado pelas duplas sertanejas modernas. Segundo a cantora e apresentadora durante entrevista no programa Roda Viva⁶⁸ (2002), tais cantores sertanejos não possuem legitimidade para cantar o que não vivem, não são camponeses e por isso não os representam quando tomam como centralidade de suas canções, o consumo de mercadorias diversas e álcool.

Renato Teixeira: E essa música comercial, a sertaneja? Você acha que ela é incoerente, [que] ela não tem um sentido...?

Inezita Barroso: Não, é outra coisa, é outro estilo. Tanto faz você chamar sertanejo como qualquer outro nome que queiram dar, é outra coisa. Não tem nada a ver com raiz, com raça, com terra, não tem nada a ver (MEMÓRIA RODA VIVA, 2002).

Mais de três décadas se passaram e o estilo sertanejo universitário territorializou a indústria cultural de todo o país, ganhando visibilidade e destaque como nunca. Principalmente a partir dos anos 2000, a música sertaneja projeta o estilo de vida no campo associado à ostentação, ao consumo, principalmente carros

⁶⁸Roda Viva. Memória Roda Viva. Entrevista com Inezita Barroso. 16/12/2002. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/261/entrevistados/inezita_barroso_2002.htm. Acesso em:

de luxo e bebidas alcoólicas, sendo cantores/as solos ou em duplas os/as próprios/as representantes deste estilo de vida emoldurado como de sucesso.

Calcula-se que, de tudo que se toca hoje em dia no Brasil, principalmente em shows, de 70 a 75% são do chamado 'sertanejo moderno', ou sertanejo universitário. São artistas que herdaram do caipira a forma de cantar em dupla, mas cujo assunto não é mais o mundo rural ou as angústias do homem simples do campo. As letras são pobres, resvalando do mau gosto à grossura, e a melodia, com batida forte, vem misturada a ritmos comerciais. Com espetáculos de luz e som e a vibração que se vê nas apresentações de bandas internacionais de rock (RIBEIRO, 2015, p. 50).

A territorialização do poder simbólico do agronegócio aparece de forma bastante relevante nas Feiras Agropecuárias e nas Agrishows⁶⁹ (Eventos de grande porte do setor agropecuário, onde ocorrem negociações milionárias de compra, venda e divulgação de novidades tecnológicas para o setor). Silva Junior (2015) em sua tese sobre o Poder Simbólico do Agronegócio, destaca os espaços das Agrishows como

[...] uma materialidade do discurso do agronegócio para além das espacializações e territorializações materiais. Em verdade, a feira representa uma das efetivas ligações do circuito produtivo do agronegócio ao proporcionar não só condições para o fluxo material como também elementos imateriais no âmbito da ciência e tecnologia (SILVA JUNIOR, 2015, p.129).

O *show* incluso da palavra nos remete à grandes apresentações e é o que de fato ocorre; no entanto, tais apresentações têm como centralidade não as questões culturais como até então estamos dialogando. Nesses eventos, o objeto central do show é a tecnologia voltada para o campo. O jogo de poder dos Agrishows se estabelecem pelas inovações tecnológicas, pelo grau de modernidade agregado ao processo produtivo. Trata-se de grandiosos eventos que funcionam como termômetros comerciais para as próximas safras.

O poder simbólico do agronegócio está presente e materializado nesses eventos enquanto territórios do saber científico-tecnológico voltado para a alta produtividade do setor agrícola e, por conseguinte, aquisição de elevadas cifras a cada ano. Mas a expansão deste simbolismo se dá também pelas mensagens nem sempre óbvias ao primeiro olhar. Mesmo não sendo o foco principal das Feiras Agropecuárias, as apresentações musicais e seus representantes, comunicam muito para o público, principalmente aquele que não está diretamente envolvido nas

⁶⁹ Grandes eventos de exposição e comercialização de novas tecnologias de mecanização e insumos agrícolas aos produtores.

comercializações do setor. Neste sentido, volto a destacar o papel da Indústria Cultural como forte instrumento de legitimação e admiração das ações do agronegócio, principalmente pela construção da imagem de um campo próspero, tecnológico, que leva o Brasil ao desenvolvimento através de mensagens muitas vezes não tão explícitas para quem assiste e escuta shows musicais.

Em 2020, em meio a maratona de *lives*⁷⁰ sertanejas durante a quarentena,⁷¹ o cantor Gustavo Lima⁷², também chamado de Embaixador do Agronegócio, realizou uma apresentação musical repleta de símbolos deste “novo homem jovem do campo” (Figura 39). Na ocasião, o referido cantor recebeu de um dos maiores produtores de grãos do país, Dilceu Rossato, uma placa na qual estava escrito: “Conferimos ao maior artista do Brasil o título de Embaixador do Agronegócio brasileiro. Ficamos felizes por nos representar, toda a classe trabalhadora que alimenta o mundo” (TOLIPAN, 2020, s/n).

Figura 39 – Live do cantor sertanejo Gustavo Lima em seu canal oficial do YouTube.



Fonte: Canal Gustavo Lima Oficial – YouTube, 2020.

⁷⁰ As “*lives*”, durante o período de isolamento social por conta da Pandemia do Novo Coronavírus, tornaram-se um dos meios possíveis de entretenimento. O termo “*live*” em tradução literal significa “Ao vivo”, termo que segundo Aragão (2020) “poderia ter sido utilizada desde que se disseminou a prática das transmissões de vídeo em tempo real, via redes sociais digitais. Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2020/07/14/a-pandemia-e-as-lives-mas-o-que-e-uma-live/>

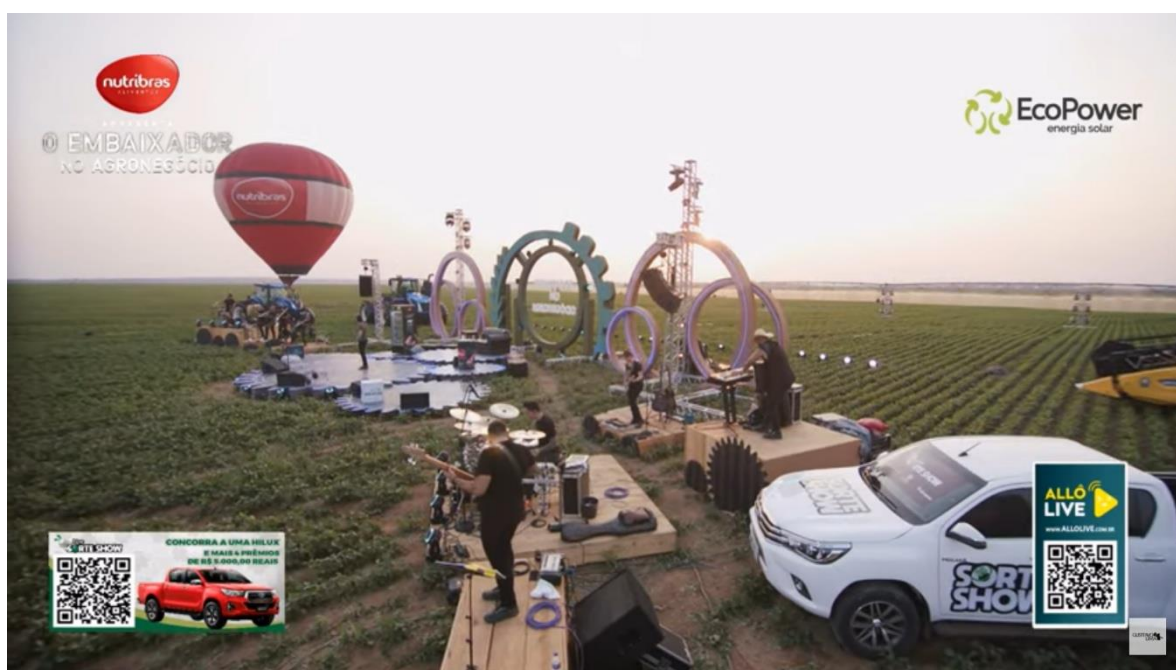
⁷¹ No ano de 2020, o Brasil, assim como os demais países do mundo, passou (e passa ainda em 2021) por uma pandemia, a Covid-19 (coronavírus) que obriga o estabelecimento de regras restritivas de circulação das pessoas. Em março deste ano, foi decretado estado de alerta e indicação de fechamento total das atividades públicas e privadas no país.

⁷² Cantor sertanejo com o cachê mais alto da história da música sertaneja brasileira, R\$700 mil reais por apresentação (CORREIO, 2019), o personagem ideal para representar o “novo rural” brasileiro.

O show foi contratado pela Nutribras Alimentos, empresa de suinocultura do estado de Mato Grosso, a qual desembolsou um cachê de R\$ 1,5 milhão para o referido cantor que afirmou que compraria uma nova fazenda no estado do Mato Grosso.

O palco foi montado em meio a um campo de plantação de soja no município de Sorriso – MT (Figura 40), contendo objetos que remetem ao estilo de vida moderno, rico, tecnológico como prega a narrativa do agronegócio. Na imagem de capa da apresentação consta a rede financiadora e investidora que pretende, a partir da voz de um cantor jovem, branco e rico, narrar o quanto o campo brasileiro forjado pelo agronegócio é próspero; e que tem espaço para a juventude, cujos exemplos de vida devem estar balizados pela esfera do consumo.

Figura 40 – Estrutura do palco montado para a *Live do Embaixador do Agronegócio*, Gustavo Lima.



Fonte: Canal Gustavo Lima Oficial – YouTube, 2020.

A associação do novo cenário da música sertaneja atual com a narrativa mercantilista é notória, tanto nas letras das canções, quanto nos símbolos que perpassam os cenários das apresentações e os corpos-vitrines dos/das cantores/as que atendem a esta perspectiva do rural modernizado. A conta oficial do cantor na plataforma de vídeos indica que até a data de 09/05/2021 foram 14.499.565

visualizações⁷³ com 454 mil curtidas, o que indica a aceitabilidade e a grande influência que este representante exerce sobre a população brasileira.

Na construção de uma imagem positiva e próspera do campo por meio de figuras jovens e brancas exaltando o consumo, a narrativa mestra do agronegócio, por meio de duplas sertanejas ecoam suas perspectivas de mundo num cenário livre de conflitos sociais. Outro exemplo disso é a dupla Adson e Alana que gravaram a música “O Colonão”⁷⁴ fazendo referência ao jovem do campo que se orgulha da ascensão social que obteve através do agronegócio exaltando sua virilidade e posição social em função de seu status financeiro.

As novinha hoje não querem mais os cara da cidade; Se uma colheitadeira vale mais que uma Ferrari; *As novinha* tão querendo os cara que vem do mato; Que cada trator vale mais do que um Camaro; ão, ão, ão, passa veneno de avião; Olha quem chegou? É o tal do Colonão. (O COLONÃO. Música interpretada por Adson e Alana, 2021 – grifos nossos).

O trecho final do refrão, acima citado, ainda faz referência ao uso de aviões para pulverização de agrotóxicos como mais um elemento de ostentação de riqueza, desse “novo” jovem do campo⁷⁵. Assim como na *live* de Gustavo Lima, o cenário do clipe de “O Colonão” é extensa área de plantação de soja com destaque para os sobrevoos rasantes de pequenos aviões fazendo pulverização de agrotóxicos. Com erros gramaticais, exaltação à virilidade masculina e poder econômico, a música “O Colonão” alimenta a narrativa de que o sucesso dos jovens no campo está associado ao modo de produzir do agronegócio e até o dia 09/05/2021 já tinha o total de 7.446.618 visualizações com 86 mil curtidas, além de inúmeros comentários de apoiadores e fãs.

O que pensar e refletir sobre um processo acrítico de aceitabilidade coletiva e de canções que exaltam o envenenamento de terras e águas? A narrativa mestra do

⁷³ É preciso fazer uma ressalva neste número de visualizações e curtidas, pois com o avanço cada vez maior das chamadas fakenews com a robotização das redes sociais, com podemos ter certeza de que tais visualizações e curtidas vieram de pessoas reais e não de um banco de dados voltado para “fazer crescer” a ideia de que é essa representação que é a mais validada pela sociedade?

⁷⁴ Clipe oficial “O Colonão” disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=caltD1kG7LY&t=188s&ab_channel=AdsonAlana

⁷⁵ A Repórter Brasil, lançou dia 04/05/2011 uma matéria em sua página virtual, com o título “Agrotóxicos são lançados de avião sobre crianças e comunidades em disputa por terra” denunciando e analisando um caso de contaminação por agrotóxicos em comunidades do sul do Maranhão e do Pará, na qual traz como referência da banalização do tema, a canção “O Colonão” da dupla Adson e Alana. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/05/agrotoxicos-sao-lancados-de-aviao-sobre-criancas-e-comunidades-em-disputa-por-terra/?fbclid=IwAR1vUy8ZidAfzzMsbqT6r0JdeFLOzM-ha2TztuzpIG67jHtjbTPkUQC0Uxs>

agronegócio acha terreno fértil para colonizar o imaginário coletivo em uma sociedade doente e frágil como a brasileira, carente de educação e elementos básicos que a estimule a questionar, a criar referências próprias e relativizar “verdades” verticalmente normalizadas.

As redes sociais e as plataformas digitais de comunicação hoje compõem um grande cenário de disputas de narrativas. Se antes o monopólio das informações estava sob o controle das indústrias de rádio e TV, atualmente a internet possibilita a democratização da informação, mesmo que ainda permaneçam as assimetrias de visibilidade. O poder de ganhar a atenção do público, de garantir os chamados seguidores e *likes*, é que faz a diferença. A junção entre televisão, rádio, plataformas digitais e redes sociais funciona como uma grande rede de influenciadores, que tem como foco ganhar a confiança, interesse e legitimidade da população.

Neste sentido, não podemos deixar de mencionar a atualidade do texto *A Sociedade do Espetáculo* de Guy Debord (2003) em que afirma:

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida socialmente dominante (DÉBORD, 2003, p. 9).

Esse modelo de vida que se constrói socialmente por meio das narrativas dominantes, como a do agronegócio, ofusca as demais narrativas no sentido de reduzi-las ou inferioriza-las. Tais estilos/modelos de vida pautados por estas narrativas hegemônicas buscam mais do que a mercantilização da agricultura em si e dos alimentos, buscam a mercantilização da vida em todas as suas esferas, inclusive a cultural, uma parceria de sucesso entre o agronegócio e a Indústria Cultural, infelizmente.

Além do setor musical, como mencionado anteriormente, as campanhas publicitárias compõem um campo profícuo para o fortalecimento do imaginário social em prol das narrativas hegemônicas e o uso da imagem de artistas de grande admiração social instrumentaliza e garante a credibilidade do produto/ideia transmitida. É o caso do Movimento Sou Agro (2011) que contou com artistas da Rede Globo de Televisão como Lima Duarte e Giovanna Antonelli para ressaltar a importância do agronegócio e a sua proximidade e indispensabilidade na vida de

cada um nas peças publicitárias em que apenas abrindo a porta da sua geladeira, a pessoa entrava em contato direto com o campo. Na peça a referida atriz afirma:

No Brasil todo mundo tem uma fazenda. A minha fica aqui, bem no meio da minha cozinha, é só abrir a geladeira. Lá eu tenho meu pomar, meu gado de corte, a minha soja. Aqui eu tenho minha floresta plantada. Até a roupa que visto vem da minha fazenda. Na minha fazenda tem até canavial. Eu amo essa fazenda chamada Brasil. Sou agro, agrobrazileira (SESCOOPRS, 2021).

Segundo a página oficial do Movimento “Sou Agro”, a campanha pretendia destacar

[...] as contribuições do setor, como a geração de empregos e renda, o alto padrão tecnológico, a garantia do abastecimento interno, com contribuições ao aumento do poder de compra das famílias, num papel histórico para o desempenho positivo da nossa balança comercial e para o desenvolvimento do Brasil (TOLEDO, 2011).

Na mesma perspectiva, em 2012, foi lançada a campanha “Time Agro Brasil” pela CNA voltada para construir uma imagem de um agronegócio sustentável que fosse incorporada pela população brasileira, bem como pelos países que negociam com o setor nacional. A representatividade, nesta campanha, tinha que ser alguém com o perfil de reconhecimento internacional, portanto, foi realizada pelo ex-jogador Edson Arantes do Nascimento (Pelé) que participou de diversos eventos, comerciais e festas relacionadas ao setor.

Tais estratégias de aliar o setor do agronegócio com figuras famosas e de aclamação popular se mostra efetiva, uma vez que garantem a credibilidade do lugar de fala destas figuras, ainda que estas não tenham relação direta ou sequer participem e consumam os produtos defendidos nas campanhas publicitárias. Como Milton Santos (2001, p. 52) afirma “as mercadorias têm uma parte de matéria e uma grande parte de ideologia, de propaganda. O conteúdo propagandístico do valor é grande”. E assim diversas campanhas publicitárias são pensadas com o uso cada vez maior da imagem de “celebridades” no intuito de angariar a confiança dos/das consumidores/as como será visto a diante com a campanha “Agro: a indústria riqueza do Brasil”, elaborada pela Rede Globo de televisão.

Neste sentido, podemos afirmar que é pelo Meio Técnico Científico Informacional (SANTOS, 2006) e agora Virtual, que as narrativas, ideias, imagens, territórios imateriais são (re)construídos pelo agronegócio. No momento atual da

história, é no ambiente das plataformas digitais e redes sociais que essa disputa das narrativas se dá mais profundamente.

Os diferentes povos, populações invisibilizadas, silenciadas, sejam do campo ou da cidade ocupam o espaço cibernético⁷⁶, criam território virtuais de enfrentamento e resistências a partir da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004) deste ciberespaço articulado com os demais campos de atuação das narrativas, tanto no que se refere à materialidade das coisas quanto às referências simbólicas. Trata-se de uma nova forma de disputar espaço e voz, onde um dos principais desafios é a mentira, a notícia falsa, a denominada Fake News⁷⁷.

O uso de informações equivocadas, falsas e pejorativas tem sido uma ferramenta de intenso poder de atuação nas plataformas virtuais de (des)informação. Com a comunicação alcançando outros patamares mais amplos que outrora quando as rádios e televisões tinham o monopólio da informação, o acesso a diversidade de informações cresce e muitas “verdades” são desconstruídas. É através de diversos canais de comunicação que grupos contra hegemônicos conseguem espaço para suas versões da história, suas narrativas e, portanto, a disputa pela legitimidade da fala se acirra. A Fake News aparece neste contexto como ferramenta de desconstrução da informação, como um instrumento de manipulação da opinião pública baseada não em fatos, mas em “verdades inventadas” no sentido de desconstruir e/ou deslegitimar outras narrativas.

É importante ressaltar que nem sempre a informação falsa aparece de imediato, ela pode ser inserida num contexto de silenciamento, ou seja, não se trata especificamente de uma notícia ou informação incorreta, mas da informação incompleta, rasa, manipulada para uma determinada versão dos fatos. Uma maneira sorrateira de criar imagens de algo com base apenas em alguns aspectos que lhes são favoráveis, ocultando todos os demais aspectos que lhes proporcionariam ressalvas, críticas e necessidades de limites.

Estas “meias verdades”, manipulações da opinião pública e construção de narrativas mestras, como dito anteriormente configuram as formas pelas quais o agronegócio tem construído sua imagem para a população brasileira e internacional,

⁷⁶ “Eu defino ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 92).

⁷⁷ Mais uma vez a colonialidade se faz presente na construção das narrativas, ao importar um termo em inglês para denominar algo que já conhecemos faz muito tempo.

através de diferentes meios de comunicação e suas articulações com a Indústria Cultural, tendo como ferramenta mais atual as plataformas digitais em associação com o maior veículo de comunicação no Brasil que ainda é a televisão. Mas onde há opressão, há resistências e neste sentido, as ações contra hegemônicas dos diferentes grupos sociais, usam as ferramentas digitais para (des)construir narrativas e descortinar as informações falsas, uma vez que

[...] as novas mídias criaram novas linguagens e deram aos indivíduos sociais um poder nunca antes experimentado, agora é possível comunicar-se de forma instantânea, dispensando os intermediadores da informação, e toda essa nova configuração deve e pode ser utilizada como uma nova lógica, rompendo a unidirecionalidade da mídia tradicional, funcionando como mecanismo de luta, um verdadeiro instrumento de resistência ao controle da informação, desta forma, será possível iniciar o processo de desmonte e democratização dos complexos meios de comunicação em atividade hoje no Brasil (BARROS, 2018, p. 18).

Para exemplificar duas diferentes narrativas, trazemos a seguir a Campanha publicitária de Rede Globo “Agro: a indústria riqueza do Brasil”, assim como a construção paralela de enfrentamento e resistência pela Rede Cerrado através da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado “Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida” veiculada principalmente por plataforma virtuais e redes sociais.

5.1.1 Campanha “Agro: a indústria riqueza do Brasil”

O marketing rural no Brasil teve início na década de 1980 com a criação do programa Globo Rural, pela Rede Globo de Televisão e pioneiro neste setor. Neste período a Rede Globo buscava expandir sua atuação em todo território nacional e pretendia ganhar a atenção não só das populações urbanas, mas também da população rural, articulando os interesses da Revolução Verde aos da emissora. Tavares (2008) destaca que

Para a Rede Globo, este momento da agricultura brasileira significou a adesão de uma nova audiência nacional, a do homem do campo e, claro, o surgimento de oportunidades de negócios com os grandes anunciantes do setor, entre eles, empresas multinacionais e grupos brasileiros associados. O cenário era favorável à criação de um programa rural e acabou se revelando promissor para o telejornalismo (TAVARES, 2008, p. 67).

Cabe mencionar que o Globo Rural era um programa diário que posteriormente foi transferido para as manhãs de domingo e se tornou uma grande vitrine para o agronegócio, uma vez que a audiência permitia a disseminação de ideias interessantes ao setor do agronegócio no sentido de reconhecimento e

valorização de suas ações no campo, assim, o “Globo Rural se tornou uma representação do rural e um aliado importante na construção e mudança da opinião pública sobre essa parcela da população” (TAVARES, 2008).

É importante salientar que a Rede Globo de Televisão é líder do mercado da TV aberta desde os anos 1970, com 98,4% de cobertura do território nacional e 123 emissoras filiadas. O grupo alcança atualmente 98 milhões de pessoas por dia pela TV e 76,4 milhões de visitantes únicos por mês na internet (GLOBO, 2017).

Mesmo antes de a Rede Globo lançar o programa Globo Rural, já existia no país um movimento de inserção publicitária voltado para os interesses do agronegócio; assim, em 1979 foi criada a Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMReA) com o intuito de disseminar as ações realizadas pelo setor em território nacional em diversas modalidades de mídias.

No ano de 2005 a ABMReA reformulou seus estatutos com objetivo de participar de todas as etapas do marketing no agronegócio brasileiro e reunir informações, proporcionando encontros entre profissionais de marketing e empresas para ajudar a compreender o cenário nacional e internacional (ABMReA, 2014). Atualmente de acordo com o site da associação as empresas associadas à ABMReA são a TV Globo, a JBS, Kepler Weber, MSD Saúde animal, BASF, AGCO/Massey Ferguson, FINCO – Agrocomunicação, Formato IB, GIG (Global Intelligence Group), RV Mondel Comunicação e E21, que atuam de diversas formas em prol da valorização e legitimação do agronegócio em território brasileiro. A Associação vem premiando ano a ano os destaques midiáticos relacionados ao agronegócio (Quadro 3).

Quadro 3 – Ganhadores da Mostra de Comunicação Agro – 2019.

CATEGORIA	TÍTULO	AGÊNCIA	ANUNCIANTE	PRÊMIO
Campanha Integrada	Legado	Santa Clara	BASF	Ouro
	Pulsa Forte no Campo	e21	Massey Ferguson	Prata
	Lançamento Proclaim	Desafio	Syngenta	Bronze
Áudio	Legado	Santa Clara	BASF	Ouro
	Simplifique com Brevant	HouseCricket	Brevant	Prata
	Dectomax + Bruna Viola	Make ID	Zoetis	Prata
	Seleção Yara	DZ Estúdio	Yara	Bronze
Out-of-Home	Virtual Experience Case		CNH Industrial	Ouro
	Land Rover com o Canal Rural		Canal Rural	Prata
	Não Compre Gato por Lebre	Publique	Senepol	Bronze
Meio Impresso	Folder Ampligo	Desafio	Syngenta	Ouro
	Soldadinhos	e21	BASF	Prata
	Cydetin – O Endectocida que não perdoa	Make ID	Zoetis	Bronze

(Continuação)

CATEGORIA	TÍTULO	AGÊNCIA	ANUNCIANTE	PRÊMIO
TV & Video	AGRO – A Indústria-riqueza do Brasil	Globo Comunicação	Rede Globo	Ouro
	Legado	Santa Clara	BASF	Prata
	Ford Ranger – Espelhos	J. Walter Thompson	Ford	Bronze
	Pronúncia	e21	Husqvarna	Bronze
Projetos Digitais	Plataforma “Monitoramento de Alvos”	Pixit	Syngenta	Ouro
	Plataforma FazzBuzz	Pixit	Syngenta	Prata
	Portal Syngenta	Pixit	Syngenta	Bronze
	Pasto eXtraordinário	HouseCricket	Corteva	Prata
	Nossas Raízes	Innova	Mosaic	Prata
	Portal Syngenta	Pixit	Syngenta	Prata
	Digital Field Day 360	Pixit	Syngenta	Bronze
Campanha Promocional	Troca BASF	Santa Clara	BASF	Ouro
	Projeto “Padronização de Fachadas”	Make ID	Syngenta	Prata
	PDV Tibet&Sniper		Nufarm	Bronze
Endomarketing & Programas de Incentivo	Kit do Conhecimento		Amaggi	Ouro
	Campanha Yarabasa	e21	Yara	Prata
	Convenção de Vendas “Mais Terra”	Duas Propaganda	UPL	Bronze
Ações de Campo e Eventos	Amarok e Volkswagen no centro de tudo	Innova	Volkswagen	Ouro
	Evento “CoffeeConference”	Finco Agência	Cooxupé, BASF, ABAG e OCESP	Prata
	Lançamento Tibet&Sniper		Nufarm	Bronze

Fonte: <http://abmra.org.br/destaques-do-marketing-do-agro-sao-premiados-na-xviii-mostra-de-comunicacao-abmra/>, 2020.

Criada pela Rede Globo de Televisão, a campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”, vencedora em 2019 pela Mostra de Comunicação Agro, contém uma variedade enorme de direcionamentos sobre a atuação do agronegócio no Brasil e como ele está direta e indiretamente relacionado às vidas das pessoas em seu dia-a-dia.

Este tipo de campanha obedece tanto ao apelo informativo, quanto ao emocional, muito utilizado pelos agentes do marketing, onde as propagandas com apelos racionais são aquelas que buscam motivar o consumidor a realizar uma compra por meio de informações e argumentos lógicos sobre o produto e as propagandas com teor emocional tentam despertar a vontade de compra do cliente por meio dos sentimentos (MAIN; ARGO; HUHMAN, 2004).

O uso deste procedimento favorece a aceitação e legitimação do assunto abordado, uma vez que é construído tendo por base, fundamentos muito convincentes, como dados numéricos de rendimentos e articulação com o setor científico que certifica sua segurança.

Pompeia (2020) realiza uma análise sobre a construção da ideia do “agro é tudo” que remonta à década de 1950 nos Estados Unidos quando da elaboração do conceito de *agribusiness* pelos pesquisadores John Herbert Davis e Ray Allan Goldberg, os quais “criaram o termo pensando em abranger e mensurar todo o sistema de alimentos” (POMPEIA, 2020, p. 199); neste sentido, a própria fundamentação conceitual do termo é baseada na ideia generalizadora.

Assim, também no Brasil, a concepção de agronegócio foi forjada sob os mesmos ideais, num sentido de que “a agropecuária não deveria mais ser vista de forma compartimentada, mas por meio de suas ligações com os outros setores da economia” (BITTENCOURT; WEDEKIN; PINAZZA, 1990 *in* POMPEIA, 2020, p. 201). A ideia totalizadora do agronegócio auxilia no processo de convencimento social acerca de sua atuação e importância para o país, desde suas relações econômicas pautadas pelo PIB do agronegócio, quanto pela sua presença constante em “tudo” e em todos.

Neste sentido, a Campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” faz referência ao agronegócio como um modelo de produção e negócio de sucesso para a economia brasileira, destacando em seu *slogan* “Agro é tech, agro é pop, agro é **tudo**”. O tudo é destacado no sentido de evidenciar as intencionalidades através da construção desta narrativa, posto que dentro deste “tudo” muito é ocultado e silenciado como veremos a seguir.

Dentro da Campanha, mais de 50 peças publicitárias foram lançadas, as quais abordavam vários temas dentro da agricultura e pecuária: frango, suíno, bovinos, soja, algodão, milho, frutas, flores, couro, água, etc. O padrão de comunicação é num formato que chama a atenção para a importância dos produtos no cotidiano de cada brasileiro/a e na sua participação no desenvolvimento econômico do país.

A música de fundo remete a ideia de dinamismo e tecnologia, assim como as palavras que montam o texto são firmes e objetivas, sempre num caráter positivo acompanhando as imagens sempre muito coloridas e dinâmicas com presença de elementos técnicos específicos como GPS, tratores informatizados, laboratórios superequipados, demonstrando que a produção do campo está cada vez mais tecnológica e segura.

A construção do slogan principal “O agro é tech, agro é pop, agro é tudo” evidencia o que este setor apresenta enquanto modernidade no campo ao usar palavras que têm forte relação com o exterior, em especial a língua inglesa (tech, pop) o que nos reporta ao pensamento de mais uma forma de colonialidade expressa neste processo, assim como tais termos demonstram também a tentativa de aproximação com o que foi construído historicamente como pensamento científico (tech), ou seja, um setor ligado à ciência, à verdade, aos fatos. Ao mesmo tempo em que também é progressista, aberto às mudanças, próximo aos jovens, aos grandes shows musicais (pop), está em todos os lugares, em todas as pessoas, em toda a sociedade (tudo) uma vez que o agro está

[...] nas máquinas que colhem os grãos, que se transformam em ração, que alimenta animais, que geram leite, carne, lã. Lã e algodão geram roupa, roupa tá na moda. Moda gera lucro, que gera emprego e investimento, que volta para o campo, aumentando a produção de trigo, milho, cana (GLOBO, 2019).

Esta perceptível associação da cadeia produtiva do agronegócio com a totalidade da vida em sociedade é um dos fortes argumentos deste setor para a ampliação de suas atividades e legitimação destas pela população em geral, sem que haja um pensamento crítico sobre os processos pelos quais tais atividades são elevadas enquanto centralidade da vida, como prega a narrativa hegemônica.

A ênfase da quantidade de empregos gerada no campo também aparece de forma contínua nas narrativas de marketing assim como os valores movimentados em função de toda rede de produção. Segundo o diretor de marketing da TV Globo, Roberto Schmidt, “Queremos mostrar que a riqueza gerada pelo agronegócio movimenta os outros setores da economia”, assim como “a ideia é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro” (STARTAGRO, 2017). Isso é possível verificar no texto de uma das peças veiculadas à campanha:

Agro: a indústria-riqueza do Brasil. Agro é tech, porque tudo que vem do campo é feito com tecnologia que não pára de avançar, ela ajuda aumentar a produção e melhorar a qualidade. Agro é pop porque está no dia-a-dia, nas indústrias, no comércio, na vida das pessoas, gera emprego, aumenta a confiança dos investidores e garante bons resultados na exportação. É o sustento de famílias e a riqueza do Brasil. Agro é tudo, tudo o que está em nossa volta. Na culinária, na roupa, calçados, nos cosméticos, remédios e objetos. Agro é essencial. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Tá na Globo (GLOBO, Junho, 2019).

Cada peça publicitária dura em média 1 minuto e aparece em horários nobres da televisão, no intervalo do Jornal Nacional, da novela das 20h; enfim, nos horários

de maior audiência. Percebe-se a explícita motivação de persuadir o público no sentido de convencê-lo sobre a importância e a necessidade do setor do agronegócio para o Brasil e para vida de cada um/a dos/as brasileiros/as. No entanto, como toda publicidade é permeada por intencionalidades, esta campanha não fica de fora e enquanto ressalta as potencialidades do agronegócio, oculta as degradações socioambientais associadas ao setor.

Oculta os conflitos no campo por conta da grilagem das terras e das águas, oculta as mortes vinculadas a estes conflitos, como os ocorridos em Correntina – BA no ano de 2017. Oculta o esvaziamento do campo e uma produção agrícola sem agricultores como em Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério na Bahia. Na campanha não aparece os perigos que os agrotóxicos promovem para saúde humana e todo o sistema natural. Não consta também a crescente degradação ambiental com a devastação dos biomas, assoreamento e morte de rios, poluição dos solos e aquíferos, como demonstrado no capítulo anterior.

Também não aparece a fragmentação e fragilização das culturas locais e modos de vida das populações que sofrem de todas as formas a expansão do modo de vida hegemônico capitalista sobre suas famílias como o caso da Comunidade da Cacimbinha, em Formosa do Rio Preto, e tantas outras nos estados que compõem os cerrados do centro norte brasileiro. Isso sem falar na atuação devastadora do agronegócio nos demais biomas brasileiros, principalmente o Pantanal e a Amazônia, cujos índices de desmatamento e queimadas alcançam patamares cada vez mais elevados a cada ano.

Desse modo, a campanha tenta disseminar a imagem moderna e positiva do modelo de produção hegemônico sem considerar as desigualdades geradas a partir desse Brasil Rural Desenvolvido. Ao longo da peça publicitária, a Rede Globo coloca o setor do agronegócio

[...] como principal responsável pela garantia da empregabilidade e segurança alimentar do país, o que contradiz os dados do último censo agropecuário (realizado em 2006), segundo o qual os pequenos produtores de base familiar são responsáveis por 70% da produção de alimentos e pela ocupação da maior parte da mão de obra no campo (SANTOS *et al*, 2019, p.57).

Neste sentido, a campanha ajuda a fortalecer a ideia de que o modelo hegemônico de produção no campo – o agronegócio - é o melhor e precisa ser aprovado e legitimado pela população brasileira enquanto ferramenta que

impulsiona o crescimento econômico do país conectando o Brasil ao mundo. A auto representação do agronegócio enquanto única possibilidade de produção de alimentos no campo contrasta da realidade, porém como se trata de uma representação criada para ser vendida enquanto verdade, não há necessidade de ser compatível com o real, basta ser convincente.

O agronegócio procura se legitimar “fabricando” uma imagem que lhe atribui a função vital de produzir alimentos para um “planeta faminto”. Essa narrativa, no entanto, não deixa de ter contradições. Estabelecimentos de menores dimensões e da chamada agricultura familiar seguem desempenhando um papel importante na produção de alimentos para os mercados rurais e urbanos, além de contribuírem com a manutenção do tecido social nas áreas rurais e com o resgate e conservação de tradições e culturas alimentares mais diversificadas (KATO, 2021, s/n).

O convencimento perpassa inclusive pela estratégia de reduzir as demais formas de produção no campo e aglutiná-las ao próprio agronegócio para que a afirmativa de que o “agro é tudo” seja incorporada ao imaginário social enquanto verdade. Assim, com a crescente narrativa contra hegemônica mostrando em dados oficiais que a agricultura familiar e camponesa é a verdadeira produtora de alimentos no Brasil, a campanha “Agro: a indústria riqueza do Brasil” tratou de elaborar uma peça voltada especificamente para este setor, ao incluir a agricultura familiar enquanto parte do agronegócio

Agricultura familiar é agro, ela é responsável pela metade das criações de frangos e suínos do Brasil, as pequenas propriedades produzem por dia 55 milhões de litros de leite, 58% do total, delas também sai quase todo o feijão do país 2,1 milhões de toneladas. São 4 milhões de sítios e fazendas garantindo a renda de 11 milhões de trabalhadores. Verduras, legumes, frutas, ovos, temperos, tudo isso vem da agricultura familiar. Nela, pequenos produtores são um grande negócio para cidades do interior e para preservação das tradições do campo. Agricultura familiar é renda, é família, é agro. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Tá na Globo (GLOBO, Dezembro, 2019).

Classificando a agricultura familiar como agronegócio, sem especificar as formas pelas quais estes agricultores são incorporados ao processo, bem como as hierarquias, demandas, vantagens e desvantagens desta integração além de generalizar e colocar no mesmo patamar questões de extrema diferença, também oculta as desigualdades, principalmente econômicas dos/das agricultores/as familiares.

A comunicação do agronegócio não abre espaço para a alteridade. Induz que o “outro” faz parte dele e com isso cria expectativa globalizadora de que “tudo é

agro”, negando a real existência do diferente. Essa narrativa também se mostra perigosa, no sentido de que, se a agricultura familiar é agronegócio, os créditos subsidiários para as safras não precisariam ter direcionamentos específicos para esta parcela de agricultores/as. Assim como, se agricultura familiar é agronegócio, e é a agricultura familiar que produz 70% dos alimentos no Brasil, logo, é o agro que produz. Trata-se de uma usurpação profunda. Uma forma de se apropriar de outros trabalhos e narrativas, legendando-as com as suas palavras, com a interpretação intencional em benefício próprio. Eis a necessidade das narrativas múltiplas, para que o encobrimento do outro/a não seja naturalizado e legitimado.

Outro forte componente do discurso empresarial é a ideia de cumprimento da lei, o que vale tanto para o desmatamento, a regularização fundiária com as determinadas reservas legais, como para o uso de agrotóxicos. Neste sentido, Karina Kato, na recentemente lançada, plataforma virtual Agro é Fogo⁷⁸, ressalta que

O agronegócio busca também construir seu discurso em torno da sustentabilidade. Desde a sua fundação, a ABAG reforçava a interconexão entre o respeito ao meio ambiente e os investimentos e a produtividade, associando a miséria e a ignorância à poluição. Hoje essa narrativa se radicalizou, localizando a proteção ambiental como um fator de competitividade, associado à eficiência, à aplicação de tecnologias e à intensificação produtiva (*land sparing*). Reforçam assim a ideia de que são os pequenos e médios, com as suas técnicas “atrasadas”, que desmatam e poluem, ao passo que o agronegócio, ao otimizar o uso dos recursos, aplicar tecnologia e recriar solos, seria por excelência o agente da sustentabilidade (KATO, 2021, s/n).

O apelo narrativo de estar cumprindo a legislação ambiental é usado para justificar diversas ações de desrespeito ao ambiente natural e social. No entanto, a leitura crítica da realidade nos mostra notadamente a manipulação política para atender as demandas do agronegócio e, portanto, a formação da legislação de acordo aos seus interesses⁷⁹. Esta leitura é importante no sentido de compreender as estruturas que interagem na construção desta narrativa do agronegócio como “tudo” no Brasil, pois vai além das camadas do setor produtivo alcançando profundamente os setores políticos e jurídicos do Estado brasileiro.

Esse “tudo” que o agronegócio defende ser precisa ser analisado sob uma lente de aumento. A que este “tudo” corresponde? Toda forma de generalização

⁷⁸Plataforma Agro é Fogo: <https://agroefogo.org.br/>

⁷⁹Discussão feita no item 4.1 O front de expansão monocultor nos cerrados brasileiros.

tende ao apagamento de algumas realidades. Quais seriam as realidades silenciadas e quais as generalizadas enquanto modelos a serem seguidos? O que este “tudo” representa?

O “tudo” trazido de forma tão repetitiva nas narrativas do agronegócio encontra na sociedade frágil em sua capacidade crítica da realidade, a sua legitimação, aceitação e conformação acerca de que suas vidas estão de fato dependentes deste setor, já que “tudo” está integrado ao agronegócio.

Gramsci (2000) nos ajuda a compreender este processo de construção da narrativa, em nosso caso a do agronegócio por meio destas campanhas publicitárias, assim como nas demais atividades do setor, ao trazer a reflexão de que a dominação mais profunda parece ser invisível para a sociedade, é aquela que é legitimada pela coerção das ideias, a “hegemonia cultural das ideias” (TAYLOR, 1995, p.253 e 254). Desta forma

[...] ao invés do grupo dominante impor as suas vontades a outros por meio dos aparelhos repressivos e coercitivos do Estado (Polícia, Justiça), constrói na sociedade o compartilhamento de valores que justifiquem seus interesses e sejam aceitos e incorporados pelo coletivo, que não se dá conta deste processo de dominação, porque desconhece a carga política oculta nas práticas e expressões culturais (BARBERO, 2003 *apud* TOLEDO, 2015, p.110).

É importante ressaltar que neste caso da narrativa hegemônica do agronegócio, suas frentes de expansão, como discutido anteriormente, se utiliza também das forças violentas concretas para a disseminação de seu poder de dominação. No entanto, tais frentes atuam com suas particularidades a depender de seus objetivos e atuações, ou seja, para as populações que estão diretamente em conflito nas áreas de interesse, a violência física, a repressão e a criação de tensões são bastante latentes e evidentes. Em contrapartida, para os demais setores da sociedade que não reconhecem tais ações em campo, a narrativa é criada tanto para ocultar as mazelas, quanto para construir uma falsa ideia de harmonia e integração entre os diferentes agentes sociais no campo e destes com a natureza.

Assim como a idealização dos modelos de desenvolvimento miram em países do norte global como exemplos a serem seguidos, a referência do homem e da mulher no campo é direcionada pela narrativa do agronegócio. E neste sentido, diversas pautas urgentes à população começam a ser incorporadas para ampliar cada vez mais a ideias de “tudo”, mesmo que a realidade indique o contrário.

Exemplo disso foi a peça publicitária que indica que “Mulher é agro”, uma inequívoca apropriação das pautas feministas que tem tomado espaço e voz no cenário midiático nacional, trazendo para o setor a ideia de que neste, há espaço para as mulheres e que existe a preocupação com as relações de gênero. O texto da peça diz:

Agro: a indústria riqueza do Brasil. A presença feminina é cada vez maior no campo. Hoje nas fazendas há mais mulheres com curso superior do que homens. 49% dos cargos de médicos veterinários são exercidos por mulheres. Ela também está nos laboratórios e em muitos setores da agroindústria. 69% das mulheres no campo utilizam a internet. Em muitas pequenas propriedades a mulher cuida sozinha da casa e da lavoura. As mulheres planejam e executam. 1/3 das propriedades rurais já está sobre a direção feminina, mas ainda há muito espaço para a mulher conquistar no campo. Força feminina é agro. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Tá na Globo (GLOBO, 2020).

Com uma narrativa pautada pela dedução, o agronegócio toma a parte pelo todo, não traz a ideia da pluralidade. Quem são estas mulheres? Quais suas camadas sociais, raça, renda? Quais cargos ocupam? Englobam todas as mulheres numa mesma perspectiva como se houvesse igualdade e equidade entre elas. Trata-se, portanto, de uma simulação de representatividade ampliada aos olhos do público, construindo mais argumentos para sua aceitação e legitimidade nas ações, pleitos e agendas políticas dos agentes do agronegócio.

Quando a análise da disputa de narrativas se dá na escala do local os enfrentamentos se acirram. No oeste da Bahia, principalmente nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Correntina, o discurso da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) é de que o agronegócio, além de responsável pela geração de emprego e renda, também promove uma agricultura sustentável e com elevada responsabilidade social.

O discurso promovido pela AIBA, em associação com as empresas de marketing voltadas para o agronegócio, traz em seus conteúdos a ideia de que as práticas exercidas no campo pelo setor agroindustrial não degradam o ambiente, pelo contrário, preserva-o e serve de exemplo para os demais setores da sociedade.

Este tipo de informação sempre vem acompanhada de dados estatísticos e validada por estudos ditos como “científicos” afim de buscar legitimar o conhecimento a partir do aparato técnico; ao mesmo tempo em que procuram

deslegitimar as demais vozes e estudos que apontam para o caráter desigual e degradador das práticas espaciais do agronegócio (Figuras 41, 42, 43 e 44).

Figura 41 – Capa da reportagem da Revista do agronegócio da Bahia



Fonte: AIBA RURAL, 2018

Figura 42 – Trecho da Revista do agronegócio da Bahia



Fonte: AIBA RURAL, 2018.

Figura 43 – Cartaz de divulgação - Evento Regional de Agronegócio e Conservação do Cerrado



Fonte: AIBA RURAL, 2018.

Assim, na tentativa de criar uma imagem cada vez mais “sagrada” confiável do agronegócio, as narrativas de seus agentes socioespaciais supervalorizam este setor frente às questões nacionais e internacionais relacionadas a alimentação (Figura 42). Assim também como no negacionismo de outras fontes de pesquisas que não sejam aquelas articuladas ao setor. A este respeito, são várias declarações de agentes socioespaciais que desqualificam centenas de trabalhos científicos que apontam as fragilidades e ações destrutivas do agronegócio, os questionando quanto sua “validade científica”, classificando-os como “mitos” e “inverdades” (Figura 45).

Figura 44 – Página inicial do site da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – Discurso do agronegócio como responsável pela alimentação mundial



Fonte: AIBA, 2021

Figura 45 – Narrativa de um dos agentes do agronegócio na Bahia

"Não tem ninguém que investe mais na conservação ambiental e estamos falando apenas em terra imobilizada, sem outras contarmos outras práticas como o uso racional da água e o manejo de solos", ressaltou Evaristo de Miranda.

Além do dirigente da Embrapa, o Fórum contou com a participação dos professores Fernando Pruski e José Rui de Castro, da Universidade Federal de Viçosa, que participam, juntamente com pesquisadores da Universidade de Nebraska (Estados Unidos) e universidades baianas, de um estudo contratado pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), de um estudo sobre o potencial hídrico do Cerrado Baiano. O objetivo é definir com precisão o volume de água dos rios e do Aquífero de Uruçuia, para que seja dimensionada a sua utilização de forma sustentada.

Ao enfatizar os números apontados pelo estudo, Evaristo de Miranda criticou o que considera "hipóteses inverificáveis", relacionadas com afirmações "sem qualquer confirmação científica" que, segundo ele, procuram criar a imagem de que a produção agrícola ameaça a conservação do Cerrado.

Fonte: AIBA, 2018

Para além de entrevistas e uso das mídias em geral, a narrativa do agronegócio no oeste da Bahia, é reforçada também por projetos que têm como finalidade a colonialidade do saber escolar. Adentrando as paredes das escolas, currículos e planos de aula através de programas e premiações, como o Programa Educacional Conhecendo o Agro 2020⁸⁰ (Figura 46) promovido pela Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA) em todos os municípios do oeste da Bahia.

Figura 46 - Premiação do Programa Educacional Conhecendo o Agro



The image shows a screenshot of the AIBA website. At the top left is the AIBA logo with '30 ANOS' next to it. Below the logo is a navigation menu with links: INSTITUCIONAL, SERVIÇOS, NOTÍCIAS, PUBLICAÇÕES, DADOS E PESQUISAS, FUNRURAL, POTENCIAL HÍDRICO, CONTATO. To the right of the menu are social media icons for Instagram, Facebook, and YouTube. The main heading of the article is 'Vencedores do Conhecendo o Agro serão conhecidos durante cerimônia na segunda-feira (21)'. Below the heading is a graphic with the text 'PRÊMIO CONHECENDO O AGRO' and the AIBA logo. To the right of the graphic is a text block: 'A Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) realiza na segunda-feira (21) a cerimônia de premiação do Programa Educacional Conhecendo o Agro 2020. Estão concorrendo estudantes e professores do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 37 escolas de nove municípios do Oeste da Bahia que já participam do Programa, realizado pela Abapa. Com o tema "A Importância da Agricultura na Minha Vida", os participantes produziram desenhos, no caso dos alunos; planos de aula, para os professores, ambos alicerçados por vídeos explicativos. Agora, os vencedores serão conhecidos durante a cerimônia de entrega.'

Fonte: AIBA, 2020

O objetivo da iniciativa é formar professores com conhecimentos “verídicos” acerca das potencialidades de agronegócio em toda região do oeste baiano para que estes informem “corretamente” a suas/seus estudantes sobre as ações do agro em suas vidas. Neste sentido, compreendendo a importância da educação na mobilização e construção de conhecimento, o programa indica que pretende

[...] aproximar os professores e estudantes da rede pública e privada de ensino do conhecimento teórico e prático desenvolvido pelo setor agrícola do Oeste da Bahia. O programa foi baseado nos moldes do programa educacional “Agronegócio na Escola”, da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (Abagr) (AIBA, 2020, s/p).

Este movimento revela mais uma perspectiva de ampliação e disseminação das narrativas mestras do agronegócio para além das discutidas aqui anteriormente, tendo a escola básica como mais um espaço a ser territorializado, já que este

⁸⁰<http://abapa.com.br/conhecendo-o-agro/>

programa “está levando a realidade da produção agrícola para dentro das escolas” (AIBA, 2020, s/p). Segundo Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (ABAG/RP), suas ações de cunho educacional são direcionadas tanto no planejamento pedagógico das unidades escolares quanto na formação de professores e professoras, os quais realizaram um “curso de formação técnica em Agronegócio, Educação Ambiental e Sustentabilidade do Campo” para que tivessem capital intelectual sobre as “reais” ações do agronegócio na região e suas relações com o cotidiano de toda a comunidade escolar. Segundo Júlio Cezar Busato, presidente da associação sobre o programa, em 2020:

Serão premiados com R\$ 2 mil, R\$ 1,5 mil e R\$ 1 mil os três professores que tiveram seus planos de aula escolhidos, demonstrando o conhecimento adquirido nas ações realizadas pelo programa, neste ano de 2020 por meio das formações, material didático e **fontes seguras de informação e pesquisa**. Os estudantes que produziram os desenhos vencedores serão premiados com bicicletas e *tablets* (AIBA, 2020, s/p – grifo nosso).

Neste mesmo sentido, um grupo de mulheres, autodenominado “mães do Agro”, liderado por Leticia Zamperlini Jacintho e Andréia Bernabé criou o movimento “De Olho no Material Escolar”, cujo objetivo seria de “desmentir” as informações infundadas dos materiais didáticos em relação ao setor do agronegócio por meio de fiscalização e interferência nos currículos de unidades escolares públicas e particulares.

Segundo a página oficial do movimento no Instagram que até o dia 09 de maio de 2021 contava com 2.932 seguidores

Contar uma história única sobre algo é uma forma de privar o outro de sua dignidade e de enfatizar diferenças e não conexões humanas. A única história, cria estereótipos que são incompletos e são usadas para expropriar e tornar maligno ao invés de capacitar e humanizar. Há uma história única sobre o Agro sendo contada nas escolas de nossas crianças. Do Agro como um setor que fomenta a injustiça, a opressão, a destruição (@deolhonomaterialescolar, 2021).

Com o apoio da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), o movimento tem ganhado força, bem como seguidores e seguidoras que são estimulados a postarem nas redes sociais registros de materiais didáticos que em suas visões, deturpam a imagem do agronegócio por meio de informações não científicas e falsas. Neste sentido, muitas são as investidas e articulações nas redes sociais com a realização de diversos encontros voltados tanto para mães, pais e responsáveis, como também para crianças (Figura 47).

Figura 47 – Postagem da página oficial do movimento “De Olho no Material Escolar”



Fonte: @deolhonomaterialescolar – Instagram, 2021.

A territorialização do agronegócio, portanto, perpassa também pelo imaginário social. Além dos fronts físicos de ampliação das fronteiras concretas, as frentes simbólicas avançam num ritmo veloz. O arquétipo do “agro é tudo” possui instrumentos, agentes e ferramentas bastante eficazes, haja vista a grande aceitabilidade desta narrativa por parte da população brasileira ao longo do tempo, fruto de todo esse processo e articulações político-midiáticas.

O papel das mídias é central. Como dito anteriormente, a Indústria Cultural é bastante apelativa e atrativa principalmente para os/as jovens do campo ou da cidade, tendo como novo espaço de ampliação das redes e plataformas digitais, em que as territorializações ocorrem por meio, principalmente das narrativas tanto escritas quanto imagéticas (HAESBAERT, 2008).

As peças publicitárias da campanha “Agro: a indústria riqueza do Brasil”, alcançam outros públicos para além daqueles que assistem televisão e escutam rádios. Com as redes e plataformas digitais as narrativas podem ser ainda mais fortes por se multiplicarem as formas pelas quais os agentes publicitários podem disseminar suas intencionalidades. No entanto, é também através deste ciberespaço que outras vozes vêm tomando espaço. Sim, tomando, porque nada foi dado ou ganhado. Tais vozes vêm territorializando suas narrativas pelas lutas e resistências, no sentido de ecoar e se fazer escutar tantas outras vozes silenciadas historicamente.

Portanto, é neste ciberespaço, em que a multiterritorialidade é construída por meio destas disputas de narrativas, pelas disputas de visibilidade e (des)construção de verdades questionáveis. É por meio desta multiterritorialidade das redes e plataformas digitais que as pessoas podem tomar conhecimento mais profundo sobre tais narrativas e o que elas representam, confrontá-las, questioná-las, buscar as fragilidades para construir suas próprias considerações. No entanto, no ciberespaço também que atuam com muita intensidade as ações de desinformação, sendo um dos maiores desafios atuais para estes agentes sociais que lutam pela transparência e veracidade das informações.

5.1.2 Campanha Nacional em Defesa do Cerrado - Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida

*“Ninguém vai morrer de sede
O grito que ficou cravado em nossos ouvidos e que nos causa arrepios
O chamado para a luta
O importar-se com o outro
Com a água e com a terra*

*NINGUÉM VAI MORRER DE SEDE ÀS MARGENS DOS RIOS DO OESTE
E não permitiremos que esse grito seja esquecido
Não permitiremos que esse grito morra
Porque não permitiremos que o nosso povo morra*

*SEM CERRADO
SEM ÁGUA
SEM VIDA
Avante a luta...”*

*Jakeline Honória de Souza
30 de novembro de 2017*

Jakeline Honória, correntinense e defensora dos cerrados, fez e faz ecoar em suas poesias, a frase “Ninguém morrerá de sede às margens do rio Arrojado”, proferida pela professora do meio rural Marinês durante a manifestação no município de Correntina-BA contra o uso desenfreado das águas do rio Arrojado pela empresa Lavoura e Pecuária Igarashi Ltda, em 2017. Somadas à sua, são muitas vozes que estão rompendo o silenciamento, tomando seus lugares e exigindo serem escutadas.

A gramática contra-hegemônica cerratenses construída pelas territorialidades cerratenses, se estabelece enquanto r-existência aos processos de territorialização exigindo a pluralização das falas, faces e sentidos sobre os cerrados. Através destas territorialidades imbricadas nas gramáticas de luta é que o povo cerratense ganha força e avança gritando ao mundo suas dores, desejos e vitórias.

O Período Popular da História como apontou Milton Santos (2006) se faz concreto também nessas narrativas contra-hegemônicas dos povos dos cerrados, impondo à lógica global limites para sua expansão. E são essas forças das horizontalidades que tecem uma forte narrativa em defesa dos cerrados, questionando às narrativas-mestras generalizantes, homogêneas e superficiais construídas pelo poder hegemônico do agronegócio.

Quando se fala em oeste da Bahia, a imagem/ideia/conceito, enquanto narrativa-mestra construída, é de que se trata de um território do agronegócio, silenciando e abafando/eclipsando a diversidade de narrativas, práticas e representações que exprimem neste espaço mais que números e cifras, mas vida, cultura, solidariedade, enfim, entendem e concebem este espaço enquanto um Lugar experienciado pelas horizontalidades. A narrativa hegemônica, neste sentido, assim como aponta Lefebvre (1983), se coloca enquanto presença absoluta, impondo às vidas cotidianas como ausências. No entanto, essa presença do agronegócio nada mais é que uma simulação da realidade e não esta de fato.

É importante ressaltar que o poder da informação é estratégico no momento atual da história; e as redes de solidariedade das r-existências nos/dos lugares se fazem valer também dessas estratégias usadas pelo poder hegemônico de articulação informacional. No entanto, não precisam ocultar e silenciar outras vozes, pelo contrário, buscam visibilizar suas diversidades. Santos (2005, p. 260) aponta que “Cabe, todavia, lembrar que, graças aos milagres permitidos pela ciência, pela tecnologia e pela informação, as forças que criam a fragmentação podem, em outras circunstâncias, servir ao seu oposto.” E é nesta perspectiva que a narrativa contra-hegemônica/eclipsada se estabelece no enfrentamento, pelo direito do reconhecimento da presença através da propagação de imagens/ideias/conceitos/paisagens, práticas e representações plurais.

Como um par dialético de presenças e ausências, de verticalidades e horizontalidades, a hegemonia historicamente construída pelas práticas socioespaciais dos agentes do Estado e do agronegócio internacional e nacional, é contrabalanceada pelas territorialidades contra-hegemônicas dos diversos grupos sociais que habitam e constroem os espaços dos cerrados. Neste período predito por Milton Santos (2006)⁸¹ como o Período Popular da História, as forças dos lugares se unem para resistir e enfrentar as ações da globalização perversa e desigual. É importante destacar que práticas contra-hegemônicas se configuram enquanto

[...] instrumentos para criar uma nova forma ético-política, cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de

⁸¹ Documentário – entrevista com professor Milton Santos em 2006 com o título “Globalização Milton Santos - O mundo global visto do lado de cá”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UUB5DW_mnM&ab_channel=crabastos.

produção capitalista. A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas (MORAIS, 2012, p. 73).

E estas vitórias cumulativas não são poucas, tão pouco pontuais. As populações dos cerrados têm se organizado há muito tempo (Figura 32) para o enfrentamento consistente das práticas hegemônicas em diversas frentes de atuação, seja pela formação na educação básica pelas Escolas Família Agrícola (EFA) que trazem em seus currículos a Pedagogia da Alternância⁸² tendo como suporte o diálogo de saberes entre os diferentes agentes sociais que participam do processo de formação de cada estudante. Seja pelos enfrentamentos que se dão nos espaços jurídicos, por meio de petições, audiências públicas e processos judiciais de diferentes naturezas, como também na disputa pelos espaços de comunicação, pelo direito de escreverem e contarem suas próprias histórias; ou ainda, denunciando as práticas agressivas aos seus corpos e territórios.

Em contraponto à monopolização dos meios de comunicação até então normalizados pela propriedade cruzada⁸³ da mídia brasileira por seletos grupos empresariais, a internet se torna mais um espaço de penetração das vozes historicamente silenciadas, como mais um espaço de disputa de narrativas. Assim, compreendendo a comunicação como uma aliada às lutas contra-hegemônicas, no sentido de pluralizar as demandas sociais, diversas organizações não governamentais (ONG's), Associações, Cooperativas, grupos sociais, povos e populações de diferentes naturezas vêm territorializando espaços virtuais enquanto espaços de resistência. Nesse sentido, concordamos com De Barros (2018), ao afirmar que:

[...] as novas mídias criaram novas linguagens e deram aos indivíduos sociais um poder nunca antes experimentado, agora é possível comunicar-se de forma instantânea, dispensando os intermediadores da informação, e toda essa nova configuração deve e pode ser utilizada como uma nova lógica, rompendo a unidirecionalidade da mídia tradicional, funcionando como mecanismo de luta, um verdadeiro instrumento de resistência ao

⁸²A pedagogia da alternância é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar (MEC, 2021).

⁸³A propriedade cruzada refere-se ao fato de um mesmo proprietário, pessoa física ou jurídica, controlar diferentes veículos de comunicação – jornal, revista, rádio AM, rádio FM, TV aberta, TV paga, provedor de internet – no mesmo mercado, seja ele local, regional ou nacional (LIMA; RABELO, 2015, s/n).

controle da informação, desta forma, será possível iniciar o processo de desmonte e democratização dos complexos meios de comunicação em atividade hoje no Brasil (DE BARROS, 2018, p. 18).

A Campanha Nacional em Defesa do Cerrado – Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida nasce nesta esfera de enfrentamento contra as narrativas hegemônicas no ano de 2016 tendo o ciberespaço⁸⁴ como uma das possibilidades de articulação e ampliação de diversas práticas e representações dos povos dos cerrados. A Campanha surge com a proposta de enfrentar o monopólio da comunicação sobre o campo brasileiro, dando, portanto, visibilidade ao Cerrado e seus povos, trazendo para o centro das informações, os canais de comunicação com os povos das florestas, das águas e das lutas sociais. Contando que

O ciberespaço é muito mais inclusivo do que todos os outros meios de comunicação anteriores. Ele permite a expressão pública a todos os indivíduos, grupos, instituições e comunidades, inclusive as comunidades (comunidades virtuais) não existentes anteriormente. (...) O ciberespaço não somente permite que qualquer um se exprima, como autoriza um grau de acesso à informação superior a tudo aquilo que se podia experimentar antes (LÉVY, 2004, p. 375-376).

Portanto, é nesta camada virtual das relações socioespaciais que as disputas de narrativas vão se estabelecer com mais proeminência, lançando mão de diversas frentes de ação, as quais podem ser compreendidas como práticas espaciais fundamentadas nas representações sobre o que se defende e o que se combate. Segundo a descrição no próprio site da Campanha⁸⁵, esta “vem contribuindo para **dizer** ao Brasil e ao mundo que o Cerrado existe, é belo, é singular e é sociobiodiverso”; trata-se de vozes de diferentes povos reunidas para descortinar a história única contada pelos agentes do agronegócio sobre os cerrados brasileiros.

É interessante observar a construção do texto inserido no site da Campanha, ao afirmar que é preciso **dizer** ao Brasil que o Cerrado é muito mais que a propaganda do agronegócio. Ou seja, é preciso que os povos contem suas histórias a partir de seus lugares, finquem suas existências nas presenças cotidianas e não no lugar das ausências. Enquanto a narrativa do agronegócio traz uma perspectiva verticalizada baseada na tecnificação e mercantilização das coisas, as narrativas contra-hegemônicas trazem termos que nos indicam a aproximação da pluralidade e

⁸⁴ A integração por meio das redes de informação oferta uma nova dimensão ao espaço fomentando uma nova possibilidade de nele agir, resultado de uma rede técnica e de novas relações sociais: o ciberespaço (MAGNONI; FIGUEIREDO, 2019).

⁸⁵ Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Disponível em: <https://campanhacerrado.org.br/>

manutenção da vida enquanto centralidade e, assim, a existência e o fortalecimento das horizontalidades cotidianas.

[...] a Campanha tem realizado essa caminhada ao lado dos povos do Cerrado. Estes são os herdeiros de saberes tradicionais que guiam, há inúmeras gerações, o manejo das matas e paisagens [...]
 [...] São eles que fazem do pequi, do babaçu, do buriti e de tantos outros frutos do Cerrado a base de alimentos, artesanatos e geração de renda. Que conhecem as plantas medicinais e realizam diversos ofícios de cura e benzimento. Que sabem realizar a pesca e a roça no ritmo das cheias e vazantes dos rios. Que sabem o manejo e a roça apropriada para cada agroecossistema. Que sabem manejar os pastos naturais com o gado criado entre os vales e os gerais. Que cuidam dos lugares sagrados de morada dos Encantados. (CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO – trecho do texto de apresentação, 2021).

São muitas vozes para mostrar e dizer ao Brasil e ao mundo que este espaço é diverso e deve ser entendido no plural como espaços, territórios, paisagens e lugares. Colocar o “s” ao final nas palavras, é muito mais que uma norma gramatical, trata-se de expor a racionalidade que direciona a visão de mundo em que pluralizar torna-se verbo e o verbo se movimenta, se modifica e se concretiza. Dizer e mostrar ao mundo que as presenças nos cerrados vão muito além da soja, do algodão e do milho, muito mais que tratores e colheitadeiras gigantes. Dizer e mostrar ao mundo que suas manifestações culturais têm como trilhas sonoras algo muito maior que os repetidos *hits* do sertanejo universitário.

A Campanha foi construída a partir das demandas dos povos dos cerrados, de seus anseios e pautas emergenciais discutidas em diversos encontros, seminários, oficinas e romarias em que (estes povos) demonstraram preocupações acerca das frentes de expansão das fronteiras concretas e simbólicas do agronegócio sobre seus territórios e modos de vida. Sendo assim, a partir das necessidades locais começou-se a desenhar o escopo de uma campanha nacional “com corpo cerratense: com o rosto e a cabeça dos povos negros e indígenas; braços das organizações e pés firmes nos territórios” (ALFACE; MARQUES; WICHINIESKI, 2020, p. 3-4).

Como resultado da articulação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) no Cerrado com mais 43 organizações⁸⁶, movimentos sociais e entidades religiosas

⁸⁶ Associação União das Aldeias Apinajés/PEMPXÀ – ActionAid Brasil – CNBB/Pastorais Sociais – Agência 10envolvimento – APA/TO – ANQ – AATR/BA – ABRA – APIB – CPT – CONTAG – CIMI – CUT/GO – CPP – Cáritas Brasileira – CEBI – CESE – CEDAC – Coletivo de Fundos e Fechos de Pasto do Oeste da Bahia – Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do DF – CONAQ – FASE – FBSSAN – FETAET – FETAEMA – CONTRAF-BRASIL/FETRAF – Gwatá/UEG – IBRACE –

(com diversas parcerias internacionais), a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado trás para discussão o fortalecimento da luta pela água, entendendo esta como fonte fundamental da vida, como demonstra o mote da campanha “Cerrado, Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”. São criadas bases para o enfrentamento do discurso hegemônico que se utiliza de apenas parte da ciência e desconsidera os demais saberes. Nesta perspectiva, os/as organizadores/as da campanha empenham-se em estabelecer diálogos constantes entre os saberes dos povos e os saberes acadêmico-científicos, no sentido de aglutinar conhecimentos distintos sobre este espaço de vida (os cerrados) em sua diversidade, potencialidades e vulnerabilidades, ameaças e desafios.

O diálogo de saberes – tradicionais e científicos – é, assim, uma das **premissas político-metodológicas básicas da Campanha**, trazendo potência para um maior conhecimento das riquezas da sociobiodiversidade dos cerrados e na interpretação dos desafios que enfrentamos ao buscar defendê-las. Esse diálogo permite **desconstruir visões coloniais** e equivocadas acerca dessa imensa e diversa região ecológica, em especial aquelas que tratam o Cerrado como homogêneo e ordinário, passível de ser devastado para dar lugar a pastos, monocultivos, mineração e infraestruturas (CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO – trecho do texto de apresentação, 2021 – grifo nosso).

Tomando este diálogo de saberes como premissa fundamental, a Campanha tem como objetivos pautar e conscientizar a sociedade sobre a importância do Cerrado e os impactos dos grandes projetos do agronegócio, da mineração e de infraestrutura; dar visibilidade à realidade dos Povos do Cerrado, como representantes da sociobiodiversidade, conhecedores e guardiões do patrimônio ecológico e cultural dessa região; fortalecer a Identidade dos Povos do Cerrado, envolvendo a população na defesa do bioma e na luta pelos seus direitos; e manter intercâmbio entre as comunidades do Cerrado brasileiro com as comunidades de Moçambique, na África, impactadas pelos projetos do Programa Pró-Savana.

Para tanto, utiliza de diferentes estratégias metodológicas de ação, organizando desde eventos como encontros, seminários e oficinas como também atua no apoio para publicação de livros, cartilhas, revistas, jornais impressos e digitais, além da organização, elaboração e divulgação de materiais audiovisuais, filmes, webséries, vídeos, documentários, dentre outras tantas formas de linguagens multimídias.

Em escala local, a Campanha se concretiza principalmente nas Romarias da terra e água e a do cerrado nos diversos municípios que compõem os cerrados do centro norte brasileiro. Com a articulação da CPT nos cerrados, as romarias se configuram como verdadeiras práticas espaciais de r-existências (vide capítulo 2). Neste sentido, o fortalecimento das narrativas contra-hegemônicas ganha destaque nas práticas e representações culturais ligadas ao sagrado, as religiões, principalmente a católica com destaque para as recentes perspectivas do cuidado com a Casa Comum trazidas pelo Papa Francisco em sua Encíclica *Laudato Si* (2015) e mais recentemente na *Fratelli Tutti* (2020).

Segundo Alface, Marques e Wichinieski (2020), a referida campanha se organiza em três espaços: a coordenação, o coletivo de comunicação e a coordenação executiva contando com a participação de pessoas de diferentes estados brasileiros. O site da Campanha se configura como portal de referência de distintas ações destes agentes socioespaciais, mas são nas redes sociais (Facebook, Instagram e YouTube) que as vozes ecoam com maior velocidade.

Este entendimento e estratégia são perceptíveis pelo cuidado na forma de apresentação e divulgação das ações da campanha. Os cartazes de divulgação nas redes sociais sobre os distintos assuntos relacionados aos cerrados possuem características atrativas tanto quanto a estética, como também na linguagem simples e objetiva, o que atrai a atenção de quem os visualiza (Figuras 48, 49 e 50).

Figura 48 – Publicação no Facebook da Campanha. Figura 49 – Publicação no Instagram da Campanha.



Fonte: <https://web.facebook.com/CampanhaCerrado>



Fonte: <https://www.instagram.com/campanhacerrado/>

Figura 50 – Canal oficial da Campanha no YouTube.



Fonte: Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, 2020.

Em contraposição às práticas e representações sobre os Cerrados pela voz hegemônica, a articulação em defesa dos cerrados toma como base a tríade Cerrado-Água-Vida (Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida) que dialoga com as bandeiras decoloniais Vida-Dignidade-Território, compreendendo estas três esferas em sua unicidade. Cerrado, para os cerratenses não é bioma, é paisagem-território-lugar; água para estes povos não é recurso, é dignidade. Terra, território e água são dignidade e vida, garantias para suas reproduções socioespaciais.

É preciso, neste sentido, ressaltar a concepção biocêntrica⁸⁷ presentes nestas narrativas contra-hegemônicas em que as racionalidades estão associadas à relação entre os sistemas sociais e naturais, uma perspectiva do cerrado enquanto espaço vivo⁸⁸, distinta do posicionamento hegemônico deste espaço enquanto recurso. Assim, as narrativas se configuram enquanto instrumentos de territorialização dos imaginários coletivos, também para os agentes contra-hegemônicos, pois é preciso descolonizar o imaginário, policultivar os pensamentos para uma proposta de melhoramento efetivo das condições atuais de vida no planeta. Trata-se, portanto, de disputas epistemológicas e ontológicas em relação à existência.

⁸⁷A visão biocêntrica significa que a referência precisa ser a vida (humana e não humana) e não o ser humano (centrado na figura masculina, diga-se de passagem) como idealizado na visão antropocêntrica (SANTOS, 2019).

⁸⁸ Vide capítulo 2

A busca pela ampliação da rede de apoio para Campanha Nacional em Defesa do Cerrado tem como objetivo fazer valer esta multiterritorialidade dos povos frente à população brasileira que está sob ação mais direta dos agentes hegemônicos através dos meios de comunicação de massa. Desconstruir discursos homogeneizadores e inferiorizantes é pauta das frentes decoloniais e estas estão tomando espaços cada vez maiores nas redes sociais e, portanto, chegando a um maior número de pessoas.

Até o dia 27 de abril de 2021, são 519 inscritos no Canal oficial do YouTube da Campanha, 4.271 seguidores em seu Instagram e 22.048 seguidores na Comunidade do Facebook com média de mil visualizações em cada atividade ao vivo, ou *live*, realizada ao longo de 2020 (Redes sociais da Campanha, 2021). Números expressivos, porém, distante das 14 milhões de visualizações registradas durante a *live* de Gustavo Lima patrocinada pelo setor agroindustrial.

Essa enorme diferença entre os alcances das narrativas dificulta, mas não reduz o eco das distintas vozes individuais e coletivas dos povos dos cerrados. Essa leitura é importante no sentido de reconhecer os grandes passos que estes povos têm realizado, mesmo com pouca visibilidade e reduzidos recursos. O apoio de figuras públicas aparece, neste contexto, como mais um elemento de fortalecimento das lutas, posto que a construção social da opinião pública acerca das lutas, no Brasil, perpassa também pela legitimação dessas figuras, especialmente aquelas ligadas às artes televisiva e musical (Figuras 51 e 52).

Figura 51 – Ator Irandhir Santos em apoio a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.



Figura 52 – Apresentadora Bela Gil em apoio a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.



A horizontalização do processo de comunicação no Brasil é uma ação cada vez crescente em todos os setores da sociedade que buscam diversificar os lugares de fala dos comunicadores, ou seja, diversificar os pontos de vistas da realidade social concreta e imaginária. O Observatório da Imprensa publicou o artigo do jornalista Paulo Roberto Jr. (2015) com o título “Coletivos de comunicação estão mudando a forma de produzir conteúdo”, onde o autor chama a atenção das novas estratégias coletivas de inserir vozes até então silenciadas pela grande mídia hegemônica. Tais coletivos de comunicação possuem base horizontal e a perspectiva de enfrentamento das adversidades e divulgação das realidades locais de seus espaços de vivência.

É sob esta necessidade de horizontalizar as comunicações, que a organização da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado decide integrar de forma bem estruturada, um Coletivo de Comunicação do Cerrado a serviço dos povos e comunidades cerratenses, tendo como fundamentos a escuta, o protagonismo dos povos locais e a construção coletiva de um discurso contra-hegemônico, uma vez que, grande parte dos componentes deste coletivo é formada por agentes locais, radialistas, agricultoras e agricultores, camponeses e camponesas, jovens, etc. que atuam como “autofalantes”, ecoando os anseios, desejos e lutas de suas comunidades.

Esta organização do Coletivo de Comunicação do Cerrado “busca aumentar a representatividade e participação dos povos e comunidades tradicionais nas atividades e produtos midiáticos” (ALFACE; MARQUES; WICHINIESKI, 2020, p. 17) e não é à toa que o logotipo da campanha (Figura 53) é tão aceito pelas comunidades. Há um sentimento de identificação muito forte, pois todas as etapas de sua construção se deram com a participação popular.

Figura 53 – Logotipo da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado



Fonte: Campanha Nacional em Defesa do Cerrado

O Coletivo de Comunicação do Cerrado tem elaborado várias estratégias de enfrentamento às narrativas hegemônicas centrado nas vozes dos povos e comunidades tradicionais, tomando as redes sociais enquanto ambientes de exposição, divulgação e reflexão acerca das problemáticas vividas por estes povos. Os encontros, eventos científicos e populares, simpósios, mesas e oficinas já faziam parte do processo de luta desde as primeiras organizações populares. No entanto, durante o ano de 2020, com o advento da Pandemia do Novo Coronavírus e com a necessidade de isolamento social, as narrativas cerratenses ganharam novos espaços, os das redes sociais, através das *lives* (Figura 54).

Como forma de mobilização, o Coletivo de Comunicação dos Cerrados manteve a agenda de encontros e seminários, antes presenciais, agora com encontros virtuais⁸⁹. Este processo possibilitou o engajamento de inúmeras pessoas para além daquelas envolvidas diretamente nas discussões, o que promoveu uma ampliação do número de pessoas participantes dos encontros, assim também como maior divulgação e compartilhamento de informações sobre as pautas de luta.

⁸⁹Os encontros ou reuniões virtuais ocorrem entre pessoas em diferentes locais (campo, cidades, países) por meio de vídeo, áudio e texto por diferentes dispositivos (aparelhos telefônicos celulares, computadores etc.), em tempo real, sem que os participantes estejam presentes no mesmo lugar. São as rede conferências ou web conferências.

Figura 54 – Série de *lives* – Saberes dos #povosdocerrado e Biodiversidade promovida pela Campanha Nacional em defesa do Cerrado

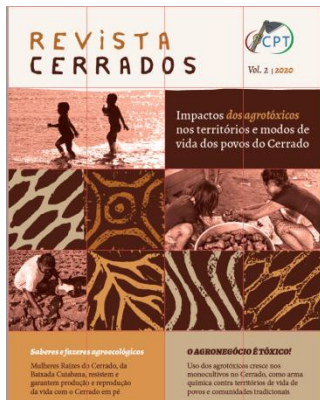


Fonte: Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, 2020.

Para além da série de *lives*, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado realiza diversas outras práticas contra-hegemônicas de ampliação das vozes dos povos cerratenses. Tais práticas se concretizam em diferentes produtos e trazem consigo as representações dos cerrados escritas, lidas, desenhadas, discutidas, expressadas pelos próprios cerratenses em suas singularidades, particularidades e nas semelhanças do que lhes são comuns. Tanto no *site* da Campanha, quanto nas plataformas e redes sociais de apoio, encontramos vários exemplos de narrativas contra-hegemônicas como publicações de revistas (Figura 55), livros (Figura 56), cartilhas (Figura 57), filmes (Figura 58), *podcast*⁹⁰ (Figura 59), romarias (Figura 60), audiências públicas (Figura 61), oficinas (Figura 62), animações (Figura 63), séries e relatórios (Figuras 64 e 65) dentre outras ações.

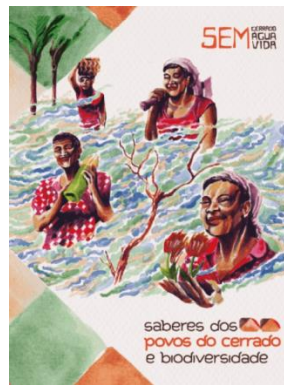
⁹⁰Podcast é uma forma de transmissão de arquivos multimídia na internet criados pelos próprios usuários (TECMUNDO, 2008, s/n).

Figura 55 – Revista Cerrados



Fonte: CPT, 2020

Figura 56 – Livro Saberes dos povos do cerrado e biodiversidade



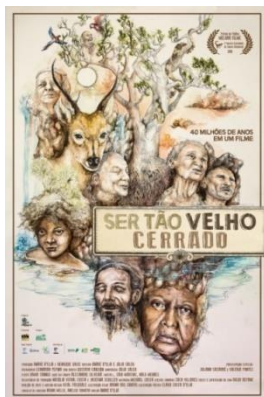
Fonte: Campanha Cerrado, 2021

Figura 57 – Cartilha Cerrado



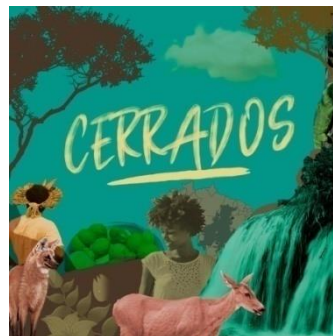
Fonte: Campanha Cerrado, 2020

Figura 58 – Filme Ser Tão Velho Cerrado



Fonte: VideoCamp, 2018

Figura 59 – PodCast Cerrados



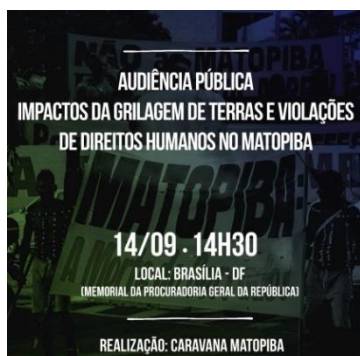
Fonte: WWF e Rede Cerrado, 2020

Figura 60 – Cartaz da Romaria Virtual da Terra e Água



Fonte: CPT, 2020

Figura 61–Audiência pública sobre Impactos da grilagem



Fonte: Campanha Cerrado, 2020

Figura 62 – Oficina Conflitos no campo brasileiro



Fonte: CPT, 2020

Figura 63– Animação Povos do Cerrado



Fonte: Campanha Cerrado, 2020

Figura 64 - Cartaz da websérie (R)Existências no cerrado



Fonte: Campanha Cerrado, 2020

Figura 65 – Relatório sobre Fraudes da aquisição de terras no Brasil



Fonte: Campanha Cerrado, 2020

No âmbito local e regional, em específico o oeste da Bahia, a disputa de narrativas acompanha a jornada nacional, porém, com especificidades, de acordo com as vivências de cada realidade. Uma das grandes organizações de enfrentamento e luta pelas narrativas dos povos e comunidades cerratenses no oeste da Bahia, além da CPT cerrados, é a Agência 10envolvimento⁹¹ que, através da articulação com lideranças religiosas, atua na defesa dos direitos dos povos e comunidades.

A Agência 10envolvimento nasceu em 2004 a partir do trabalho social da Diocese de Barreiras junto às comunidades rurais do município em busca de melhores condições de vida e efetivação dos direitos dos povos do campo. Atualmente a Agência é acompanhada pela Associação de Promoção do Desenvolvimento Solidário e Sustentável (ADES) e atua não somente em Barreiras, mas também em rede com os demais municípios do oeste da Bahia.

Dentre as distintas formas de enfrentamento às narrativas hegemônicas, a agência 10envolvimento, em 2011, criou o Prêmio Pequi de Ouro, para homenagear personalidades que se destacam, anualmente, na luta pela defesa do bioma Cerrado e da cultura geraizeira.

Em 2019, o Pequi de Ouro (Figura 66) ocorreu inserido na programação do III Simpósio Baiano de Geografia Agrária (SBGA), realizado pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), em Barreiras, e homenageou pessoas, grupos e

⁹¹ Associação do Desenvolvimento Solidário e Sustentável (ADES)10envolvimento. Disponível em: <http://10envolvimento.org.br/>

organizações que lutam pela preservação do bioma Cerrado na bacia do Rio Grande. Durante o evento houve apresentações culturais retratando situações de luta e resistência dos povos dos cerrados, encenação de conflitos ocorridos na região que culminaram na morte de pessoas queridas da comunidade (Figura 67), bem como música ao vivo, recital de poesias junto com a culinária regional “galinhada com pequi” (Figura 68).

Figura 66 – Cartaz de divulgação – Pequi de Ouro 2019



Fonte: Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, 2019.

Figura 67 – Encenação durante o Pequi de Ouro



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2019.

Figura 68 – Atração musical – Pequi de Ouro



Fonte: Simony Reis, trabalho de campo 2019.

As homenagens do Pequi de Ouro 2019 foram para:

- Dr. Mauricio Correia Silva, coordenador da Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais no Estado da Bahia – AATR, pela defesa jurídica das comunidades geraizeiras no alto Rio Preto;
- Adão Batista Gomes, geraizeiro da Comunidade Cachoeira, pela resistência e liderança na defesa dos territórios tradicionais no alto Rio Preto;
- Dr.^a Márcia Virginia Pinto Bomfim, professora da UNEB, pelos trabalhos de extensão junto às comunidades tradicionais na bacia do Rio Grande;
- Claudionor Almeida de Amaral, assentado de Reforma Agrária e sindicalista de Cotegipe, pela defesa do Velho Chico e o povo ribeirinho no baixo Rio Grande;
- Gerino Garvalho, catador de materiais recicláveis e sócio-fundador da ONG 100Agressão, pela luta por políticas socioambientais urbanas no contexto do oeste baiano;
- A Coordenação Diocesana da Pastoral da Juventude, pela sensibilidade às questões do bioma Cerrado e pela solidariedade com as comunidades geraizeiras. (AGÊNCIA 10ENVOLVIMENTO, 2019, s/n).

O Pequi de Ouro, para além de um ato de premiação local, representa uma prática contra-hegemônica principalmente em relação às questões identitárias com os cerrados. Esta premiação pautada nas pessoas que se destacam pela defesa da sociobiodiversidade dos cerrados é um contraponto à premiação “Soja de Ouro” (Figura 69) que ocorria⁹² no município de Barreiras, antes da atual *FarmShow*, voltada para a celebração dos destaques na produção de soja.

Figura 69 – Cartaz da Premiação Soja de Ouro



Fonte: Gazeta oeste, 2013.

⁹²A premiação Soja de Ouro teve sua primeira edição em 1988 e sua última no ano de 2013, somando um total de 25 anos (GAZETA DO OESTE, 2013, s/n).

A premiação Soja de Ouro era promovida pelo Country Club Rio de Ondas Estância Hotel e tinha como objetivo premiar aqueles que se destacavam em relação ao reconhecimento das potencialidades do agronegócio na região. Segundo reportagem no Jornal local Gazeta Oeste⁹³

O público-alvo do evento era formado por entidades de classe representativas do agronegócio regional, como a Aiba, Abapa, Assocafé, Instituto PAS, Aciagri, Ebda, Adab, Assomiba, Agrolem, Amev-Oeste, Aprosem e Acioeste, entre outras envolvidas com o setor. Além de representantes do comércio barreirense, a cada edição do prêmio se fazem presentes ainda empresários e produtores rurais, profissionais liberais e sociedade, que se constituem nos **formadores de opinião** do oeste baiano, reconhecidamente a região que mais cresce no País (GAZETA OESTE, 2013, s/n – grifo nosso).

Neste contraponto entre concepções distintas do que deve ser premiado e/ou festejado, de um lado a premiação festejando os elevados índices de produtividade e renda da soja, e em outra perspectiva, a premiação do Pequi de Ouro celebrando às r-existências. Durante a premiação do Pequi de Ouro, em que participei em 2018 na cidade de Barreiras, foi possível escutar entre risos, frases como: “eles (os agronegociantes) premiam os maiores produtores de soja e nós aqui, premiamos quem nos representa na luta”. Neste sentido, o Pequi de Ouro, assim como tantas outras práticas de luta, se configuram enquanto r-existências para que as identidades locais sejam valorizadas em sua diversidade. A própria escolha do símbolo, o pequi, fruto típico dos cerrados, em contraponto à soja, *commoditie* para comercialização, aponta para este acirramento da disputa de narrativas, em que os povos e comunidades defendem que os cerrados não são territórios de produção de soja, mas sim produtores de água.

Em entrevista por telefone, realizada em fevereiro de 2021, Amanda Silva da Agência 10envolvimento destaca a disputa de narrativas enquanto uma luta também das mulheres. Segundo a entrevistada “fica parecendo que o oeste da Bahia é uma região produtora de grãos, mas estamos juntas fortalecendo a narrativa de que o cerrado é, antes de tudo, o produtor de águas”. E, acrescenta: “esta narrativa é coletiva e vem sendo fortalecida pelas comunidades ribeirinhas, onde há muitas mulheres que se organizam contra a instalação de PCH’s⁹⁴”.

⁹³ Reportagem completa disponível em: <https://jornalgazetadooeste.com.br/noticias-diversas/trofeu-soja-de-ouro-25-anos-jubileu-de-prata-do-oscar-do-oeste-baiano/>

⁹⁴ Pequenas Centrais Hidroelétricas

A força da narrativa dos cerrados enquanto produtores de água é fortalecida pelas comunidades ribeirinhas e pelos demais agentes socioespaciais que estão envolvidos na luta pela defesa dos cerrados. Os temas das romarias dos cerrados, todos envolvem a questão das águas⁹⁵, assim como a grande e tradicional Romaria da terra que acontece há décadas no município de Bom Jesus da Lapa, passou a se denominar Romaria das Terras e das Águas frente a identificação das novas formas de apropriação dos bens naturais pelos agentes do agronegócio e suas estratégias de expansão das fronteiras.

Trata-se da compreensão coletiva dos povos cerratenses que a questão agrária que tanto lhes aflige há anos, agora possui uma nova centralidade junto da questão fundiária, a água. No Oeste da Bahia a pauta para as estratégias de enfrentamento gira em torno do Aquífero Urucuia e os corpos d'água da região, visto que é cada vez maior a percepção e constatação da morte de diversos rios e riachos (Capítulo 2); assim como o acesso e uso desigual das águas subterrâneas do Urucuia.

O levante dos povos e comunidades dos cerrados se dá também na tomada da escrita de suas próprias narrativas, expondo para a população em geral as suas histórias, modos de vida, anseios, potencialidades, enfrentamentos e conflitos, a partir de seus lugares de fala. Desconstruindo ideias superficiais e homogeneizadoras sobre seus modos plurais de existir, revelando outras faces dos processos de produção do agronegócio destrutivo, denunciando opressões sofridas pela ação do Estado e dos demais setores produtivos da larga escala. São vozes que se organizaram e cada vez mais estão tomando espaços e regenerando suas visibilidades ocultadas historicamente pela grande mídia.

⁹⁵ Vide Quadro 1

5.1.2.1 As guardiãs dos cerrados: o elo forte na disputa de narrativas

"Elas estão chegando, pelas portas e janelas.
Avenidas e vielas.
Elas estão chegando"

(Canto entoado no 1º Encontro das Mulheres do Cerrado/Junho 2019).

Se o agronegócio tem em suas bases de racionalidade o patriarcado branco e rico, dentro das frentes contra-hegemônicas encontramos além de outras epistemologias⁹⁶, o ecofeminismo⁹⁷, como mais um dos suportes de luta e transformação social.

A epistemologia ecofeminista, provoca a desestruturação das certezas criadas pela racionalidade androcêntrica⁹⁸ sobre o mundo ao trazer para o debate a questão do gênero como um dos fatores de submissão, opressão e dominação das mulheres e da natureza pelos homens. Warren (2000) destaca que compreender a relação de opressão entre mulheres e natureza pelo patriarcado é estabelecer linhas de conduta de enfrentamento, assim como questionar o sistema racional colocado como universal.

A ética ambiental, discutida por Warren (2000) revela a existência de estruturas conceituais opressoras na lógica da dominação patriarcal em relação às mulheres e a natureza, impondo a ambas realidades, a submissão e deslocamento de suas potencialidades para o campo das imperfeições e fragilidades, tidas como inferiores e passíveis de dominação. A interseccionalidade se destaca neste contexto, principalmente através dos escritos dos ecofeminismos latino-americanos e africanos, ressaltando a importância da pluralidade e diversidade quando se fala em mulheres (são múltiplas possibilidades) e em naturezas (em suas especificidades).

Assim, falar em narrativas contra-hegemônicas no campo brasileiro, é também falar de narrativas femininas, é reconhecer o papel fundamental da epistemologia ecofeminista na construção de agendas de enfrentamento às

⁹⁶ Outras epistemologias que se destacam são: Epistemologia ambiental (LEFF, 2001); Decolonialidade (DUSSEL, 2000).

⁹⁷ O ecofeminismo é vertente do movimento feminista que conecta a luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres com a defesa do meio ambiente e sua preservação.

⁹⁸ Androcentrismo é a tendência para colocar o masculino como sendo o único paradigma de representação coletiva, estando o pensamento masculino acima de todos os outros.

opressões em suas diferentes frentes de atuação e no fortalecimento das territorialidades femininas nos cerrados, das territorialidades cerradeiras.

A história de luta no campo em todo o mundo teve e tem figuras femininas que desempenharam ações fundamentais no enfrentamento das injustiças. Kuhnen (2020) destaca que o protagonismo das mulheres em movimentos ambientais remonta à década de 1960 e 1970. Maria Miles e Vandana Shiva (1993) ressaltam as diversas lutas de mulheres na Europa e Estados Unidos na década de 1960 contra usinas nucleares, assim como vários movimentos de mulheres na Índia contra mineradoras e madeireiras (KUHNNEN, 2020).

Esses e outros movimentos, no entanto, foram silenciados pela história contada e escrita pelo patriarcado, ou pelo menos minimizados em sua importância. Maria da Graça Costa (2019) observa que as mulheres estão sempre nas linhas de frente das lutas contra a destruição da natureza e mesmo tendo papel fundamental, acabam não sendo reconhecidas como lideranças. Assim também Colerato (2021) ressalta as assimetrias entre os diferentes agentes sociais na luta pela diversidade ambiental, em que, mesmo as mulheres exercendo ações centrais, acabam sendo marginalizadas do reconhecimento enquanto liderança. Em áreas periféricas e rurais do Sul Global, mulheres têm criado redes de solidariedade e luta, mobilizando comunidades no sentido de fortalecer as bases locais de resistência, gerando assim, aspectos de “feminização das lutas”, uma territorialidade expressivamente feminina (SVAMPA, 2015).

Um dos grandes movimentos de bandeira feminista do campo no Sul Global é a Marcha das Margaridas, realizada em Brasília, desde os anos 2000. Em homenagem a Margarida Alves⁹⁹, precursora da luta pelos direitos das trabalhadoras do campo. A Marcha concebe a pluralidade entre as mulheres no contexto rural, ao levantar causas que abordam os direitos das mulheres do campo, da floresta e das águas, tendo como princípios centrais a autonomia e liberdade das mulheres. A

⁹⁹ “No dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, foi assassinada com um tiro de espingarda calibre 12 no rosto. A primeira mulher a liderar um sindicato de trabalhadores rurais no Brasil morreu aos 50 anos, na frente de casa, perto de seu marido e do filho de oito anos, que brincava na calçada. [...] Margarida tornou-se um símbolo da luta das mulheres camponesas. Desde o ano 2000, sempre em agosto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras entidades realizam em Brasília a Marcha das Margaridas, levando reivindicações e propostas das mulheres do campo” (ABRAMO, 2019). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2019/08/14/quem-foi-margarida-alves-inspiradora-da-marcha-das-margaridas/>

valorização da vida em suas diferentes formas é outra questão importante no seio das discussões dentro da organização feminina, destacando as mulheres como seres essenciais na preservação da vida socioambiental.

Assim também o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) trazem em suas narrativas a perspectiva de (re)ligação entre seres humanos e natureza como defende o ecofeminismo. Isso pode ser observado dentre diversas publicações do movimento, especialmente na cartilha texto base “MMC: Organizar a base, produzir alimentos saudáveis e construir caminhos de libertação¹⁰⁰” (2007) na qual elas afirmam:

A missão do movimento é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza (ANMC, 2007, p. 1).

Kuhnen (2020) aponta que mesmo a Marcha das Margaridas, e aqui eu insiro o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), não se autoneciam enquanto ações ecofeministas, trazem em suas estruturas de organização e pensamento, ideias da epistemologia ecofeminista, tais como a luta contra a opressão do sistema hegemônico de desenvolvimento no campo; a rejeição da mercantilização da vida e a natureza; o cuidado com o ambiente enquanto casa comum à todos os animais humanos e não-humanos; a rejeição das políticas de colonização dos saberes; e a defesa da soberania alimentar dos povos. Neste sentido, na plataforma virtual do MMC as mulheres destacam que sua luta central é

[...] contra o modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos. Nesse sentido, assumimos como principal bandeira de luta o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico, com uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos (MMC, 2021, s/n).

Nos cerrados brasileiros, é expressiva a presença das mulheres organizadas no intuito da resistência às barragens, à privatização da água, ao uso de agrotóxicos e às sementes transgênicas, buscando alternativas através da agroecologia e da agricultura familiar, mostrando que é possível a economia solidária baseada no extrativismo local e na proteção da natureza. Uma verdadeira luta das

¹⁰⁰Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_tbase2007.pdf

territorialidades femininas contra as investidas de territorialização do capital hegemônico. Tais lutas enfatizam a necessidade do não silenciamento das vozes femininas no campo, de serem ouvidas e reconhecidas pelo trabalho desenvolvido.

O movimento destas mulheres, e de tantas outras mais, revela o deslocamento da imposição histórica dos espaços privados como espaços das mulheres (a casa, a igreja, a escola) para cada vez maior a presença nos espaços públicos, espaços de luta, de decisão. E, neste sentido, a Marcha das Margaridas têm inspirado muitas outras mulheres em todo o Brasil e, principalmente as mulheres que habitam os cerrados, devido à tensão gerada pelo avanço das frentes do agronegócio sobre seus lugares-territórios.

Em junho de 2019 ocorreu o I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado (Figura 70) em Luziânia (GO), evento auto-organizado e impulsionado pelos grupos e associações articulados à Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, contando com a participação de 110 mulheres de 11 estados do cerrado brasileiro, as quais iniciaram o encontro entoando cânticos com os seguintes dizeres: “Companheira me ajude / Que eu não posso andar só / Eu sozinha ando bem / Mas com você ando melhor” (DIAS; FREIRE, 2020).

Figura 70 – I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado – Luziânia (GO)



Fonte: CPT, 2019

“Sozinha eu ando bem, mas com você ando melhor”, as horizontalidades são elementos fundamentais nas relações de sororidade¹⁰¹ e fortalecimento das redes de apoio entre as mulheres dos cerrados. A valorização do “ser mulher” e de sua importância para sobrevivência do sistema Terra, assim como o reconhecimento da força ancestral que as motiva também são elementos que aparecem em suas vozes-narrativas, seja nas falas proferidas ao longo de eventos, encontros, seminários, como também nos documentos que resultam destes encontros. Assim como no poema Vozes-mulheres da escritora Conceição Evaristo, as vozes-cerradeiras têm suas bases na ancestralidade que lhes fortalece e guia pelas lutas constantes.

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.
(EVARISTO, 2017, p. 10-11).

¹⁰¹Sentimento de irmandade, empatia, solidariedade e união entre as mulheres, por compartilharem uma identidade de gênero; conduta ou atitude que reflete este sentimento, especialmente em oposição a todas as formas de exclusão, opressão e violência contra as mulheres. [Do latim soror, ‘irmã’ + -(i)dade.] (SANTOS, 2020).

O poema acima traz já em seu título duas referências importantes para a discussão aqui traçada. Vozes – em referência a narrativa, ao não silenciamento, a oralidade; Mulheres – no plural para designar a construção do ser-mulher como algo baseado na coletividade. A primeira voz que aparece no poema é da avó, seguindo para as demais até chegar às vozes das filhas, trazendo o respeito pelos saberes construídos a partir da ancestralidade enquanto questão fundamental no se fazer/construir mulher. Assim também as mulheres dos cerrados trazem em suas narrativas a força daquelas que vieram antes e a esperança de plantar as bases de um mundo melhor para aquelas que ainda virão.

Assim, a definição de “mulher” na Carta Final¹⁰² do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado reflete à concepção sobre a diversidade, ancestralidade e pluralidade de suas r-existências, assim como a compreensão de que é na união que estas mulheres se fazem mais fortes: “Mulheres são como águas, crescem quando se encontram” (CARTA FINAL, 2019). Na Carta, tais mulheres se autodenominam guardiãs do cerrado, expressando assim, as formas pelas quais exercem suas territorialidades cerradeiras: através da manutenção da vida deste bioma e das culturas de seus diferentes povos, mas também na luta e resistências econômicas e políticas. Se fazendo presentes num espaço em que as hegemonias lutam pelas suas ausências. Neste sentido, a Carta ressalta:

Nós somos as guardiãs do Cerrado e dos saberes populares que herdamos de nossos e nossas ancestrais. Por toda nossa história, lutamos para que nossa cultura e modos de vida resistissem. **Unidas na nossa diversidade, afirmamos aqui que o Cerrado brasileiro tem cara de mulher!** Essa mulher é resistente, resiliente, negra, indígena, quilombola, feminista, camponesa, assentadas e acampadas, sem-terra, atingida por mineração e barragens, quebradeira de coco babaçu, sertaneja, pescadora, vazanteira, LGBTQ+, assalariada rural, fundo e fecho de pasto, raizeira, benzedeira, agricultora familiar, geraizeira, ribeirinha. O Cerrado é um mosaico de vidas e biodiversidades. É berço das águas do país e seus campos e florestas são os lugares que nos alimentam (CARTA FINAL, 2019, p. 1 – grifo das autoras).

É neste contexto de singularidades e união que as mulheres dos cerrados, as cerradeiras¹⁰³, se constituem enquanto resistências para manutenção dos seus modos e espaços de vida, defendendo, portanto, as suas territorialidades. Em oposição clara às fragmentações espaciais e verticalizações organizadas pelo poder

¹⁰² A Carta está disponível em: <https://semcerrado.org.br/povos_doc_errado/carta-do-i-encontro-nacional-das-mulheres-cerrado/>. Acesso 15 mar 2021.

¹⁰³ A expressão “mulheres cerradeiras” é vastamente utilizada pelas mulheres que residem nos cerrados brasileiros enquanto autodenominação e identidade territorial.

hegemônico, as territorialidades femininas criam redes de horizontalidades, no sentido de garantir a diversidade nas semelhanças. As narrativas defendidas por estas mulheres vão desde os relatos das riquezas culturais e naturais de seus espaços de vida, até a luta contra os diversos tipos de opressão e destruição da natureza, colocando suas especificidades como direito à diversidade, mas reconhecendo-se umas nas outras, unindo suas lutas pelo espaço que lhes são comuns, os cerrados. Em contraponto à narrativa hegemônica, as narrativas femininas refletem uma conexão intensa com os elementos da natureza, em especial as águas. Isso é perceptível pelas diversas frases que compõem o texto da Carta Final do I Encontro.

[...] **A água é fundamental para nossas vidas.** Nós, mulheres, que sempre garantimos o bem viver de nossas famílias, sentimos as consequências da restrição de água de forma mais profunda. A crescente expansão do agronegócio e de grandes projetos de infraestrutura em nossos territórios tem trazidos grandes consequências como destruição da natureza e expulsão de povos e comunidades tradicionais inteiras dos locais onde sempre viveram. **Nossos aquíferos estão sendo ameaçados.** É nesse contexto que, nós, as mulheres cerradeiras, nos posicionamos contra qualquer processo de destruição das fontes, contaminação e privatização das águas. **Somos guardiãs desse bem,** sempre zelando por ele e através das nossas práticas ancestrais desenvolvemos métodos de conservação das fontes, recuperamos nascentes, e armazenamos esse bem comum (CARTA FINAL, 2019, p.1 – grifo nosso).

A representação das territorialidades dessas mulheres reflete a rica identidade territorial que toma os cerrados enquanto parte de si, o que se traduz na composição de suas narrativas. As identidades construídas são repletas de costumes, saberes, vínculos profundos com a natureza que reverberam os cerrados enquanto lugares-territórios, espaços de pertencimento, luta e apropriação; e que refletem nas palavras ditas e escritas. A Figura 71 compõe uma nuvem de palavras construída a partir da Carta Final do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado (2019) em consonância às narrativas contidas nas diversas *lives* que ocorreram ao longo de 2020 pelas redes sociais, bem como a partir da vivência do trabalho de campos realizados em 2018 e 2019.

diferem profundamente, pois estas disputas apresentam “interesses e lógicas antagônicas e se revelam como consequências da forma como esse espaço local se insere no mundo global” (SOUZA; SOUZA, 2020, p. 91).

A Rede de Mulheres Produtoras do Cerrado e Pantanal (CerraPan¹⁰⁴) é mais uma organização que se insere nesse contexto de lutas coletivas e que tem como fundamentos centrais a vida, a soberania e autonomia das mulheres nas frentes produtivas e de comercialização de alimentos saudáveis. A CerraPan (2021, s/n) “é um estímulo para a autonomia econômica das mulheres, fortalecendo também a resiliência territorial, a conservação do ambiente e a luta pelo acesso aos direitos das comunidades, para melhoria das condições de vida nestas regiões”.

Esta rede, assim como a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado apoia e organiza eventos para que o coletivo de mulheres possa dialogar, trocar experiências, realizar oficinas e fortalecer os laços entre si. Durante o mês de julho de 2019, no município de Campo Grande (MS), ocorreu o II Encontro de Mulheres Produtoras do Cerrado e Pantanal (CerraPan). No evento foram debatidas as principais frentes de atuação das mulheres na construção de pautas urgentes que podem ser visualizadas na Figura 72 onde estão representadas de forma gráfica a síntese do debate.

Nesta imagem (Figura 72), a vida, e mais ainda, o cuidado com a vida humana e não-humana aparece enquanto centralidade, assim como a diversidade e pluralidade, o que pode ser percebido dentre outras expressões: “Vou plantar, que não quero dar veneno para meu filho”; “Morremos quando matam nosso modo de vida”. A compreensão da necessidade de ocupar espaços de liderança e de decisões (“Mulher na gestão, sabe dizer não”; “Um dos grandes produtos do Movimento de Mulheres é a formação”) reflete a concepção de que é preciso ir além das ações locais de seus espaços de vida e que a política também se coloca enquanto um espaço a ser feminilizado.

Neste sentido, as práticas e representações dos coletivos de mulheres sobre os cerrados vão muito além de cifras, números e gráficos, que também fazem parte do processo de luta, mas não finda por aí. As mulheres dos cerrados trazem em suas representações o cerrado vivo e em movimento, ressaltam os elementos

¹⁰⁴ Endereço eletrônico da Rede: <https://ecoa.org.br/cerrapan/>

naturais enquanto fonte de vida e respeito. Deslocando, pois as lógicas de presença e ausência imposta pelas verticalidades do capital hegemônico.

Essas mulheres, por meio de suas práticas e representações se fundem com o próprio bioma, com as águas; e quando falam sobre estes, parecem falar de si mesmas. Assim como ressaltam Dias e Freire (2020), no artigo intitulado *Mulheres em Movimento*¹⁰⁵, ao trazerem a voz de Maria Madalena do Sacramento Rocha afirmando: “Eu sou mulher de roça, eu sou uma grosseira, não sou mulher de ficar dentro de casa, gosto de estar nas bibocas, sou do meio do mundo. Eu confundo ‘eu’ com Cerrado” (DIAS; FREIRE, 2020, p. 4).

¹⁰⁵ Artigo disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10880>

Figura 72- Relatoria gráfica produzida na Tenda D. Dijé durante o II Encontro de Mulheres Produtoras do Cerrado e Pantanal (CerraPan), 2019.



Fonte: ECOA, 2020.

A imbricação do ser-mulher com o ser-cerrado representa as territorialidades construídas e materializadas nas identidades cerradeiras em seus lugares de pertencimento onde elaboram o sentido do con-viver enquanto resultado de relações históricas com a natureza de forma profunda e respeitosa. Ao afirmarem-se enquanto natureza, enquanto parte dos cerrados, as mulheres ainda subvertem a lógica patriarcal que relaciona o público ao direito masculino enquanto que ao feminino resta-lhes as socializações no âmbito do privado, mas especificamente do trabalho doméstico (MORAIS, 2003).

Tais preceitos foram exaltados durante o “II Encontro das Mulheres do Cerrado: construindo resistências”, ocorrido em novembro de 2020, cujas discussões e debates resultaram na elaboração da Cartilha “Mulheres do Cerrado: construindo resistências”¹⁰⁶ e o vídeo-manifesto “As mulheres do Cerrado estão em pé e em luta”¹⁰⁷ publicados em julho de 2021 no site da Comissão Pastoral da Terra e no Canal oficial do YouTube da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado onde ressaltam que na cartilha

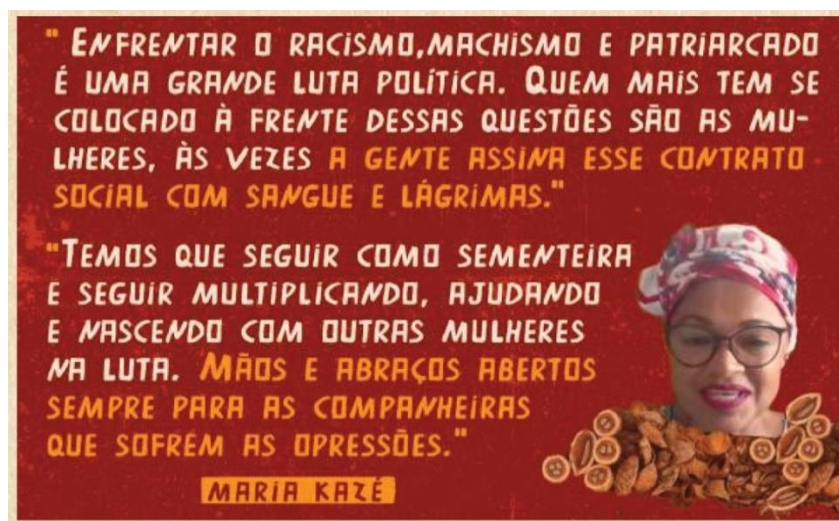
[...] estão registradas, com força e beleza, muitas das falas das mulheres, e muitas das referências trazidas por elas, sobre o sistema capitalista, sobre o racismo e o etnocentrismo e sobre o patriarcado, mostrando como esses sistemas, operando ao mesmo tempo, atravessam nossos corpos e os territórios (CARTILHA MULHERES DO CERRADO: CONSTRUINDO RESISTÊNCIAS, 2021, p. 4-5).

A este respeito, Maria Kazé, mulher cerradeira, em seu depoimento descrito na Cartilha declara que as práticas antiracistas e antimachistas são lutas sociais políticas e permanentes, não se tratando, portanto, de pautas exclusivamente feministas deslocadas das demais articulações de luta (Figura 73). E é nesta perspectiva, que a referida cartilha foi construída em seis partes: Capitalismo; Racismo e etnocentrismo; Machismo e Patriarcado; Resistências; Pandemia e impacto nos corpos territórios; o que nos indica o que estas mulheres compreendem enquanto frentes de enfrentamento e resistências, principalmente que tais frentes não estão dissociadas, e que, portanto, precisam ser enfrentadas também através da articulação de resistências.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/75-publicacoes-cerrado>

¹⁰⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VGdBJ_ol-vc&ab_channel=CampanhaemDefesadoCerrado

Figura 73 - Narrativa de Maria Kazé sobre os enfrentamentos das mulheres cerradeiras.



Fonte: Cartilha "Mulheres do Cerrado: construindo resistências", 2021.

Em suas narrativas e territorialidades, as mulheres dos cerrados enfrentam muito mais que os "monstros do imediato" como o agronegócio e o capital hegemônico; enfrentam uma estrutura que aprisiona todas nós mulheres, estruturas que persistem em especificar e restringir os lugares de atuação e experiências dos nossos corpos-territórios-femininos. Sendo assim, os grupos e movimentos de mulheres dos cerrados, ainda que lutem por suas urgências territorialmente locais, lutam também por rachaduras e rupturas do sistema branco-patriarcal, o que impulsiona muitas outras mulheres a aderirem às lutas e/ou apoiá-las de diversas formas e contextos. E é nesta perspectiva que a Articulação das Mulheres do Cerrado, no dia 08 de março de 2021, lançou em seu Manifesto das Mulheres do Cerrado Construindo (R)Existências¹⁰⁸ afirmando que estarão sempre firmes

[...] derrubando cercas e muros, enfrentando o machismo, o racismo, o patriarcado, plantando sementes, colhendo frutos, flores, regando as raízes que é a veia da terra, é o que liga o de dentro com o fora regada com águas abundantes do Cerrado que florescem nas serras, que fazem brotar vidas e sonhos, fortalecendo nossas conexões com a Mãe Terra (CAMPANHA SEM CERRADO, 2021, s/n).

Segundo Amanda Silva da Agência 10envolvimento (durante entrevista em fevereiro de 2021 por telefone), está em processo de formação o Coletivo de Mulheres no oeste da Bahia para pensar pautas próprias acerca das necessidades das cerradeiras, no sentido de "refletir estratégias de luta que afetam nós mulheres e

¹⁰⁸ Texto completo do manifesto: <https://www.campanhacerrado.org.br/noticias/260-manifesto-das-mulheres-do-cerrado-construindo-r-existencias>

nossas famílias”. O Coletivo de mulheres no oeste da Bahia vem realizando manifestações desde o dia 4 de março de 2021, inicialmente de maneira virtual por meio de redes sociais e, em alguns municípios da região (Barreiras, Coribe, Correntina, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe), com colagem de cartazes educativos temáticos sobre a violência contra a mulher, em área pública, divulgando assim, as lutas femininas em defesa dos cerrados. Na página virtual da Comissão Pastoral da Terra, Amanda Silva afirma:

O Coletivo de Mulheres do Cerrado no Oeste baiano é composto por mulheres do campo e da cidade, que se organizam para lutar pela defesa da biodiversidade, das águas e da dignidade das populações rurais e urbanas da região. Em diálogo com a Campanha em Defesa do Cerrado, as mulheres compartilharam: “As lutas são coletivas, defender as mulheres, nossos territórios, nosso Cerrado, é defender nossa própria existência!” (CPT, 2021, s/n).

E é nesta perspectiva, de fortalecimento das narrativas e territorialidades femininas, que trago para este texto três exemplos dessas práticas e representações enquanto instrumentos de luta e resistência no oeste baiano: a poesia, a xilogravura e o documentário, as escrituras femininas sobre os cerrados.

A escritora literária Conceição Evaristo elaborou, por meio de suas escritas, a concepção de escritura, palavra que designa escrever a vivência, pensar com as mãos e transpor em palavras os sentidos abstratos e concretos dos Lugares-Paisagens-Territórios. Escrever, portanto, é eternizar a escrita que nasce do cotidiano, das memórias, da experiência de vida individual e coletiva. Trago este conceito, portanto, para ajudar a compreender as práticas femininas sobre as representações de seus lugares-paisagens-territórios.

As escrituras analisadas são de mulheres jovens, cerradeiras do oeste da Bahia que, com diferentes linguagens, ecoam pela palavra poética, pela arte em imagens e pelos sons e movimentos, as vozes de muitas mulheres dos cerrados, suas vitórias, suas lutas, seus medos e seus desejos. É como afirmam na Carta Final do I Encontro das Mulheres do Cerrado (2019)

É tempo de fazer ecoar as nossas resistências, valorizar nossos saberes e práticas ampliando a visibilidade do papel das mulheres enquanto guardiãs do Cerrado, dando luz também à contribuição das mulheres jovens nessa trajetória. **São os nossos modos de vida que mantém as florestas e os campos de pé** (ARTICULAÇÃO DAS MULHERES DO CERRADO, 2019, p.3 – grifo das autoras).

A escrevivência concretizada através da poesia, da imagem e dos sons faz parte das práticas e representações das narrativas contra-hegemônicas femininas nos cerrados do oeste da Bahia e se fazem presentes, desde ambientes como as romarias e reuniões comunitárias, como também nos espaços acadêmicos e nas organizações não governamentais.

As poesias de Jakeline Honória de Souza estiveram presentes em vários momentos da Romaria do Cerrado, ocorrida em 2018 no município de Jaborandi. Assim como trechos de seus textos foram lidos e proferidos durante o Prêmio Pequi de Ouro em 2019, no município de Barreiras - BA. Ou ainda, em várias *lives* realizadas pelos povos dos cerrados ao longo de 2020 e 2021. As palavras em verso da autora, ao serem ecoadas em tantos espaços de debate, discussões e lutas, refletem a sua legitimidade frente aos demais que coadunam com seus escritos sobre as lutas diárias dos povos que vivem sob ameaças do grande capital hegemônico e que defendem as riquezas dos cerrados e de suas águas.

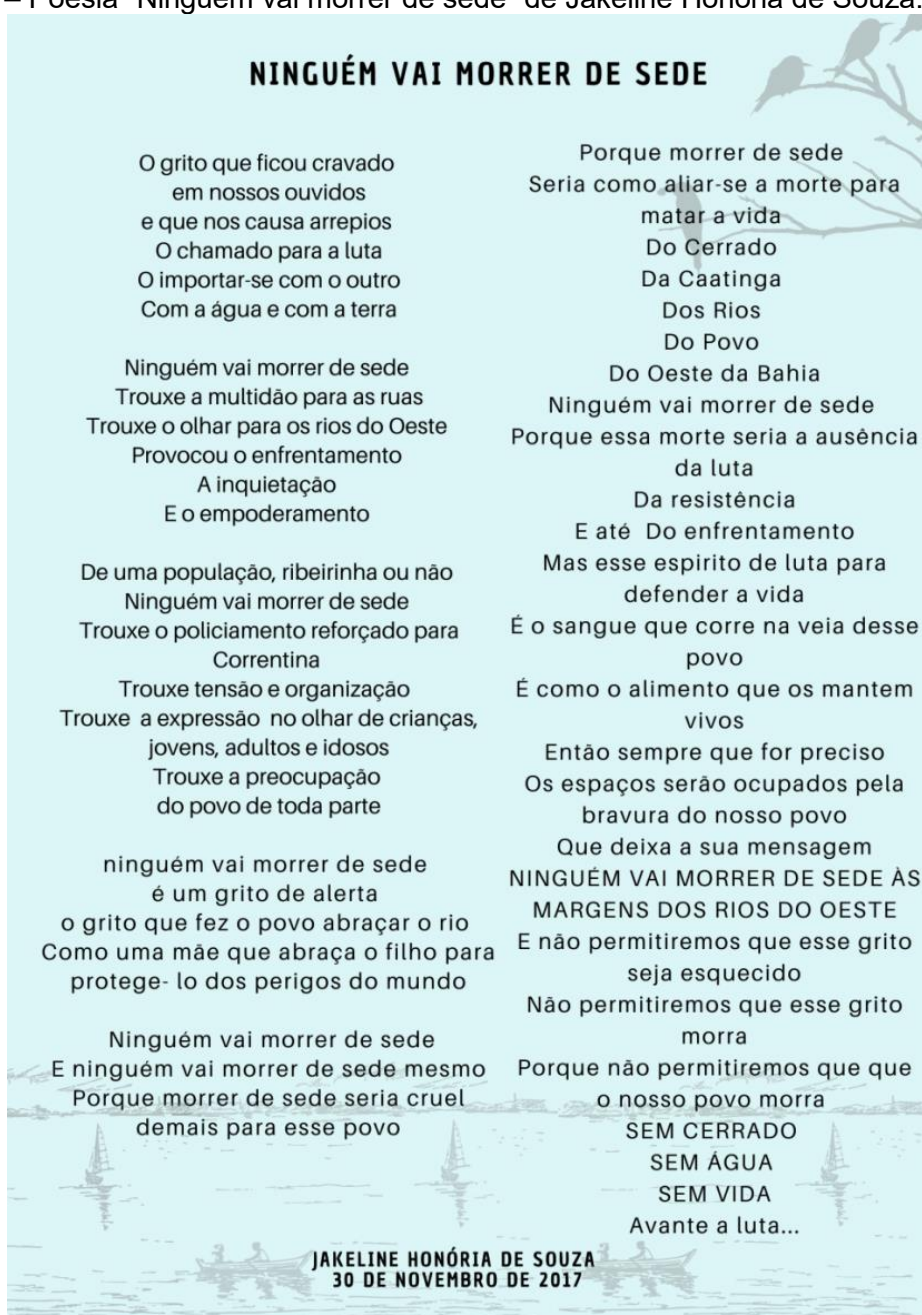
No texto com título “Ninguém vai morrer de sede” (Figura 74) a autora clama e relata sobre o sentimento de tristeza e indignação que a população do município de Correntina teve/tem em relação ao uso indiscriminado das águas do rio Arrojado, que culminou no levante popular de invasão da Fazenda Igarashi em 2017 e, posteriormente, com várias manifestações populares em defesa das águas e contra o modelo de produção do agronegócio monocultor.

A autora, ao longo de todo o texto faz referência ao “espírito de luta” do povo cerratense e que este povo organizado resiste com “bravura” porque o “sague que corre em suas veias” é também o que dá vida ao cerrado; e que, deixar o cerrado morrer, seria “ausência de luta”. Permitir a morte dos rios seria “aliar-se a morte para matar a vida”.

O olhar que Jakeline Honória de Souza ressalta em seus textos, representa a sua perspectiva do mundo, do seu espaço vivido, e que busca para o debate as transformações das paisagens sentidas por aqueles e aquelas que as habitam. Neste sentido, há uma inseparabilidade entre quem representa e a realidade representada, pois a representação parte da percepção da autora que, em sua experiência de vida e com base em seus valores, elabora e constrói motivações e intencionalidades, suas narrativas (BARTHOLOMEU, 2015).

Quando Claval (2004) nos aponta que a paisagem é concebida pelo ponto de vista de quem observa, ele nos leva a reflexão de que estas representações aqui trazidas ao longo do texto possuem seus lugares de fala, de observação e de ação. São agentes socioespaciais que representam as contradições e lutas diárias em defesa de suas vivências. Que concebem e traduzem de forma poética as transformações das paisagens locais, mas também evidenciam e reforçam suas identidades territoriais a partir das horizontalidades que fortificam os lugares, repletos de significados e r-existências.

Figura 74 – Poesia “Ninguém vai morrer de sede” de Jakeline Honória de Souza.



Fonte: Texto – SOUZA, 2017; Arte - REIS, 2021.

É importante ressaltar a forma de construção do texto da autora que, com palavras simples é compreendida por seus pares. Ao contrário de relatórios técnicos, decretos e decisões judiciais com linguagens excludentes, Jakeline Honória de Souza busca em sua poesia a democratização do saber, o intercâmbio de sensações sobre as escrevivências das mulheres cerradeiras. Mais uma vez, a materialidade dessas representações revela a disputa epistemológica entre a racionalidade econômica global e as racionalidades e resistências locais.

E, nesta perspectiva, a representação dos cerrados nas palavras de Jakeline Honória de Souza é de um ser vivo, um ser que precisa de atenção e cuidado. Balizada pela forma de pensamento plural e emancipatório, a referida autora concebe a Natureza e seres humanos enquanto entes da Casa Comum¹⁰⁹. Essa narrativa está plenamente em sintonia com as concepções do ecofeminismo decolonial, pautado na defesa da vida e em oposição aos modelos de desenvolvimento hegemônicos. É uma narrativa feminina que lança mão de uma linguagem poética para realizar denúncias, gritar por socorro e escrever a história (GASPARETO, 2017).

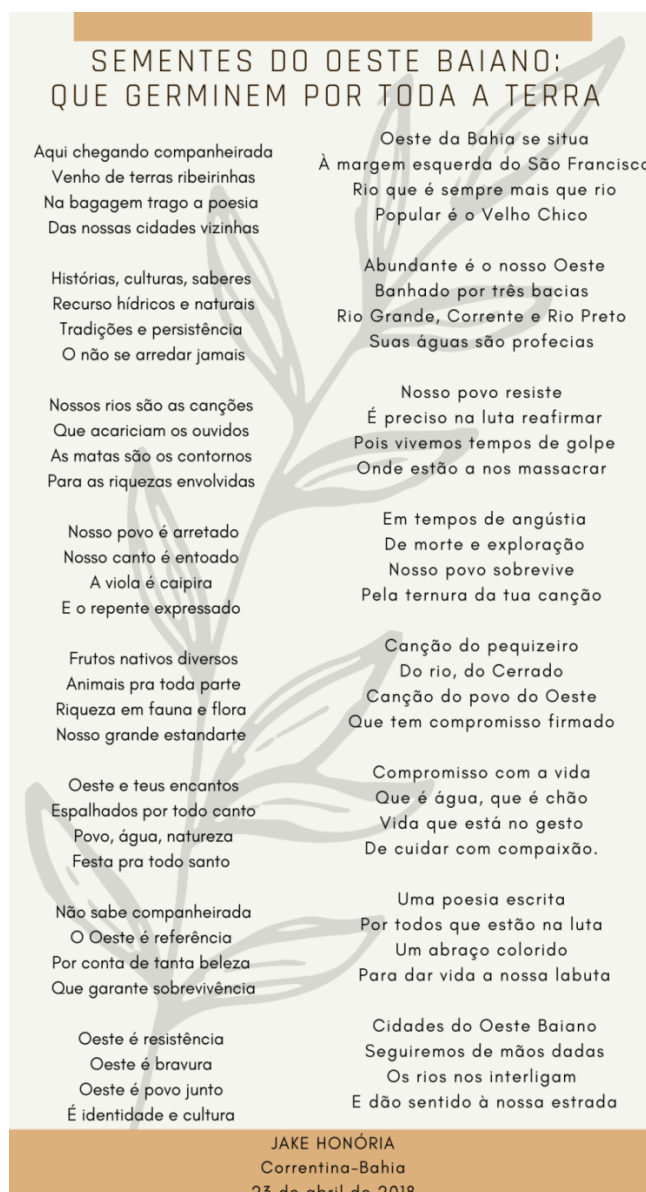
Na Figura 75, Jakeline expressa a forma como vê e sente o seu lugar, o cerrado do oeste baiano. Destaca as histórias, cantos e culturas no sentido de reverenciar toda riqueza material e imaterial de seu povo e de seus lugares. A referida autora traz em sua narrativa a representação das riquezas do cerrado como sementes que precisam e merecem ser “germinadas por toda parte”. E, novamente, as palavras centrais dialogam com expressões que remetem à esperança, à vida, à força coletiva e à união dos povos em suas diversidades.

Em seu texto, Jakeline nos leva ao campo da imaginação e conformação de uma ideia de paisagem viva, plural, diversa, em movimento. Muito distinta da ideia das paisagens criadas pelo agronegócio. Através da sua narrativa ela apresenta seu lugar, desmistifica a concepção de que estes espaços não são habitados, indica a sabedoria sobre o conhecimento das geografias locais e suas interações com as demais geografias de tantos outros lugares.

¹⁰⁹ Referência a Encíclica *Laudato Si* (2015) do Papa Francisco e Jorge Mário Bergoglio.

As narrativas de Jakeline Honória de Souza refletem a simbiose de sofrimento e resistência decorrentes das assimetrias socioeconômicas¹¹⁰, da devastação da vegetação¹¹¹ e degradação das águas, assim como de suas culturas e modos de vida¹¹². São verdadeiras representações de paisagens que se transformam seguindo o embate global-local no sentido de lutar, resistir às ações hegemônicas e avanços das fronteiras concretas e simbólicas; representam, ainda, o não silenciamento das vozes femininas que atuam fortemente da defesa da vida em sua plenitude.

Figura 75 – Poesia “Sementes do oeste baiano: que germinem por toda a Terra” de Jakeline Honória de Souza.



Fonte: Texto – SOUZA, 2018; Arte - REIS, 2021.

¹¹⁰ Vide capítulo 3

¹¹¹ Vide capítulo 4

¹¹² Vide capítulo 2

A narrativa contra-hegemônica feminina de Jakeline Honória de Souza, soma-se à narrativa iconográfica de Conchita Silva com suas representações das lutas sociais das mulheres por meio de xilogravuras. O projeto “Gravando a Resistência: desde a década de 70, prefiro...” foi um dos contemplados pelo edital da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Correntina em que a artista visual, através da técnica de xilogravura¹¹³ (Figura 76), representou nas faces femininas cerradeiras do oeste da Bahia, suas frases, seus dizeres, suas vozes ditas em diversos momentos de luta e resistência.

Figura 76 – Xilogravuras de Conchita Silva com textos de mulheres cerradeiras sobre suas próprias faces.



Fonte: ISPN, 2021.

Segundo Cosgrove (1988), “a geografia está em toda parte” e nela, podemos e devemos nos debruçar sobre as dimensões humanas da arte e da representação dos sentidos. Assim o faz Conchita Silva ao representar as vivências femininas dos cerrados baianos na arte da xilogravura. Segundo Tereza Diniz (2017) em sua dissertação de mestrado, as xilogravuras “possuem a propriedade de aglutinar tradição, imaginação e memória”, trazendo para quem as observa a reflexão de um passado-presente em constante movimento.

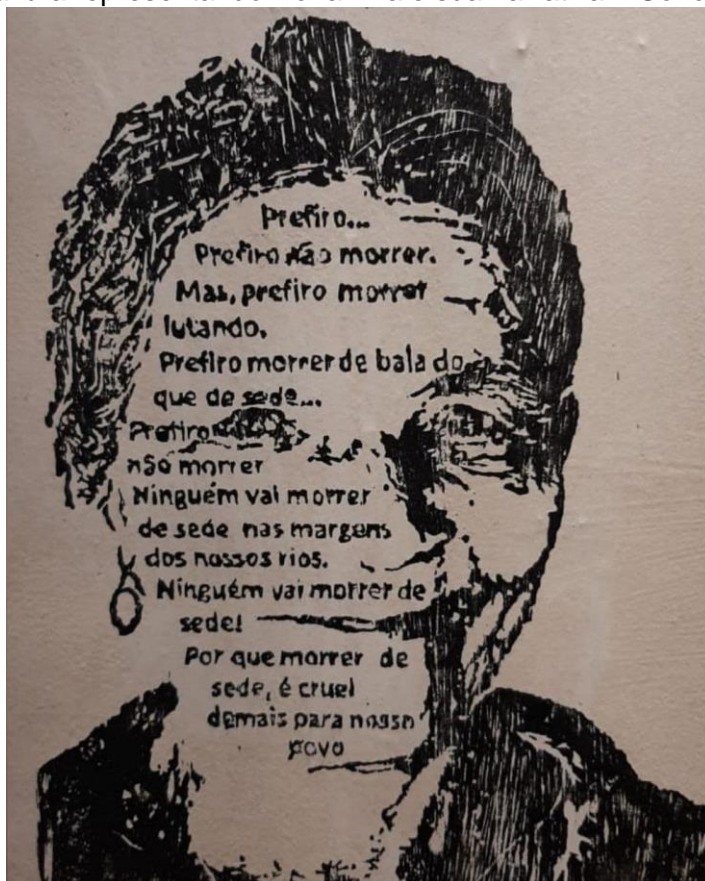
Fabricada pela força do talhar de mãos que transformam natureza em poesia, fruto de um labor, a produção de xilogravuras faz parte da relação entre humanos, arte e natureza. Natureza que, ao ser usurpada com o corte da madeira, parece doar matéria não consultada, e a recebe em forma de

¹¹³A xilogravura se caracteriza por um dos métodos de impressão mais antigos do mundo. Sendo originada na China e, posteriormente, reproduzida em diversos outros países até chegar ao Brasil e se incorporar à literatura de cordel, tornando-se uma expressão tradicional da região nordeste (LAART, 2021).

cenários produzidos pela criação humana que a transforma em história. Assim, a xilogravura serve de suporte para os indivíduos representarem tradições, memórias, identidades, imaginação e anseios (DINIZ, 2017, p.18).

Neste sentido, as imagens elaboradas por Silva (2021), representam as vozes-mulheres-cerradeiras¹¹⁴ que trazem em suas memórias, identidades e anseios, a luta pela segurança de terem seus modos de vida e natureza respeitados (Figura 77). Tais obras, portanto, têm intencionalidades que ultrapassam o caráter meramente contemplativo às artes. Elas trazem consigo dois manifestos mais evidentes: as vozes femininas e a luta pelos cerrados. Sendo assim, “a obra de arte, portanto, não serve somente para ser contemplada na pura beleza e harmonia das suas formas, ela age sobre as pessoas, produzindo reações cognitivas diversas” (LAGROU, 2009, p.12).

Figura 77 – Xilogravura representando Dona Ana e sua narrativa – Conchita Silva



Fonte: ISPN, 2021

A frase gravada sobre a face de Dona Ana “Prefiro... prefiro não morrer, mas prefiro morrer lutando”, foi a escolhida para o nome do projeto de Conchita Silva

¹¹⁴ Referência ao poema Vozes-mulheres de Conceição Evaristo, em que a autora retrata as diversas angústias do Estar-Ser mulher no mundo.

que, em entrevista ao Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), em 29 de janeiro de 2021¹¹⁵, ressaltou que seu objetivo era de ecoar as vozes dessas mulheres que preferem não morrer, mas se for, que seja lutando. Na entrevista ela discorre sobre suas motivações e interesses

A coragem, a representatividade e a afirmação das múltiplas identidades dessas mulheres me estimularam a escutar e registrar quem são elas e contribuir, por meio da arte, para a visibilidade de seus papéis na luta e resistência dos territórios correntinenses com seus rostos e vozes gravados em xilogravuras (ISPN, 2021, s/n).

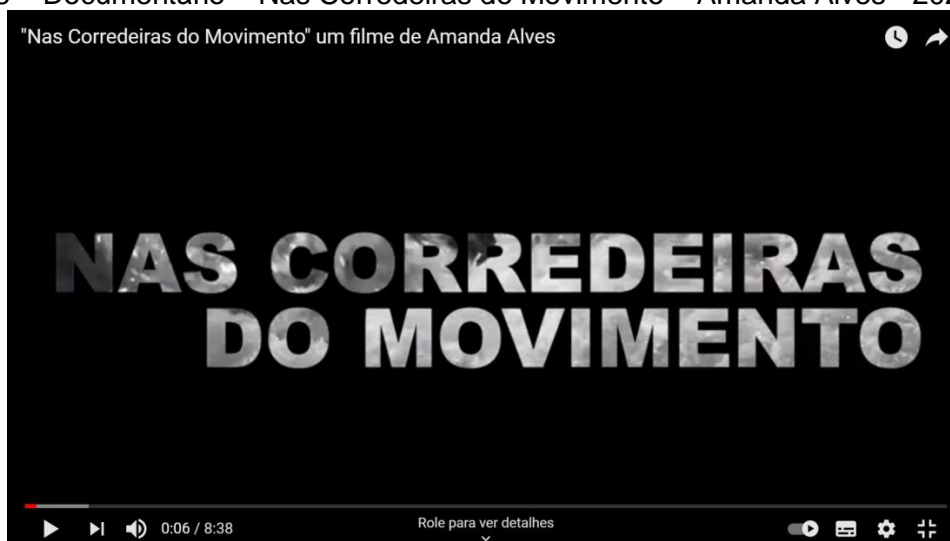
Com seu trabalho, Conchita Silva materializa o desejo dessas mulheres de serem reconhecidas por suas práticas em defesa dos territórios, ao passo que nos leva à reflexão acerca do diálogo entre diferentes tempos, posto que as mulheres que tiveram seus rostos representados pelas xilogravuras são de gerações anteriores às da artista visual. Esse diálogo de saberes ancestrais ajuda a manter viva a concepção epistemológica cuja centralidade está na vida e na natureza. Se coloca enquanto força que enraíza e firma as resistências em relação às externalidades que tentam impor outras formas de ser e agir no/com o mundo.

Assim, em oposto ao que prega a construção social patriarcal sobre as mulheres enquanto seres frágeis e desarticulados, as mulheres dos cerrados provam que são, na verdade, o elo forte nesta disputa de narrativas em defesa da vida, das águas e dos cerrados.

Além das poesias e das xilogravuras, as lutas femininas foram retratadas também por Amanda Alves em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de especialização em Produção Audiovisual, pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), com o título “Memorial curta-metragem ‘Nas corredeiras do movimento’: uma narrativa audiovisual e histórica do MAB na região de Jaborandi e como produto audiovisual, Alves lançou, em seu canal do YouTube, o curta-metragem “Nas corredeiras do movimento” (Figura 78), onde retrata a luta de mulheres integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em defesa das águas do Rio Formoso, no município de Jaborandi e Coribe.

¹¹⁵ Entrevista completa: <https://ispn.org.br/mulheres-de-luta-e-arte-as-filhas-do-rio-arrojado/>

Figura 78 – Documentário – Nas Corredeiras do Movimento – Amanda Alves - 2020



Fonte: YouTube, 2019.

O vídeo¹¹⁶ foi lançado no YouTube no dia 14 de março de 2020, dia nacional de luta contra barragens, pelos rios, pela água e pela vida; consta na descrição do curta em seu canal:

Para esse dia dedico meu trabalho de conclusão do curso em Produção Audiovisual, pela Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, o Curta Metragem "Nas Corredeiras do Movimento", que relata de forma poética a história de resistência dos ribeirinhos (as) do Rio Formoso no Oeste da Bahia. Esses ribeirinhos vêm lutando contra os projetos de barragens nessa região a mais de 20 anos; por meio da organização e resistência possuem um Rio livre de hidrelétricas, realidade esta que não ocorreu em todas as regiões desse país. A coragem de vocês é inspiração para essa região e para o mundo!! Com vocês e com o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB aprendemos como se organizar enquanto Movimento Social, como enfrentar a ganância do capital nacional e internacional que não mede esforços para se apropriar do que temos de mais sagrado, nossa casa comum. Esse trabalho é coletivo, assim como nossas lutas, meu muito obrigada a todos que se envolveram, compartilharam da produção, e pós-produção. Foi uma experiência maravilhosaaaaaaa!! Já feita a devolutiva para a Universidade, para os militantes do MAB, agora partilho com todos vocês!! A terra é nossa. A água é nossa. O cerrado é nosso! (ALVES, 2020, s/n)

A narrativa de Amanda Alves aglutina-se às motivações das narrativas anteriores, trazendo ao longo de todo o vídeo símbolos, crenças, frases e vozes de mulheres que protagonizam práticas socioespaciais contra-hegemônicas.

O curta-metragem inicia com imagens de mulheres presentes na 5ª Romaria do Cerrado realizada no município de Jaborandi, em 2018. Tem como trilha sonora,

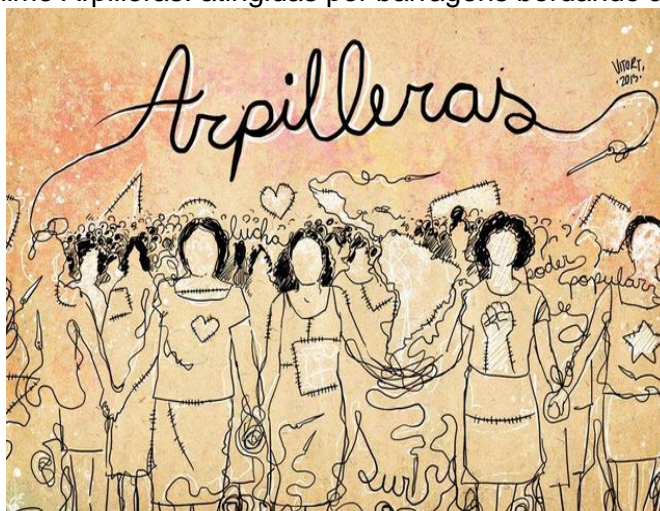
¹¹⁶ Vídeo completo: https://www.youtube.com/watch?v=K7UIO5VPH0k&ab_channel=AmandaAlves-Nanda

a canção “Todas as mulheres”¹¹⁷ entoada por uma voz feminina, como um sinal de chamamento e saudação, repetindo feito uma ladainha “Chega todas as mulheres, chega por aqui, eu mandei tocar chamada foi pra reunir”. Segue-se o vídeo com entrevistas à Dona Idalina, que se reconhece como guardiã das águas e dos cerrados, entremeando trechos da entrevista, imagens da romaria, canções e orações.

A narrativa de Amanda Alves sobre os cerrados é feita pela representação da paisagem em movimento, uma paisagem com cores, cheiros, sons, como nos indica Santos (2006). Seu curta-metragem se coloca enquanto representação das lutas em defesa dos rios, contra as barragens, principalmente as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) que o Estado insiste em instalar na região.

Em seu TCC, Alves (2019) discute as inspirações que a levou a produzir seu projeto e um dos que destaca “Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência”¹¹⁸ um documentário produzido em 2017 por mulheres integrantes do MAB e recebeu o prêmio de melhor documentário nacional pelo público no 44º Festival Sesc Melhores Filmes. Segundo Alves (2019, p. 37) “o filme surge com o propósito de denunciar as diversas violações que as atingidas por barragens sofrem em várias regiões que construíram ou tem projetos de barragens previstos”, registrando, desta forma, a luta e empoderamento de mulheres por meio do bordado (Figura 79).

Figura 79 - Arte do filme Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência.



Fonte: Arquivo MAB, 2017.

¹¹⁷ Canção de Domínio público bastante entoada durante os encontros de mulheres e romarias do cerrado.

¹¹⁸ Vídeo completo: https://www.youtube.com/watch?v=PEu-AATb3TU&ab_channel=MABBrasil

Com esta inspiração, Alves trouxe para sua narrativa a centralidade das mulheres na luta em defesa das águas, na intenção de potencializar esta lente sobre as práticas femininas no ambiente de luta, por isso o foco foi dado tanto na entrevista, quanto na escolha da trilha sonora e na montagem das imagens, todas tendo como destaque mulheres. Mulheres que, nesta narrativa de Alves (2019), aparecem como protagonistas em espaços públicos, à frente de movimentos sociais e detentoras de falas importantes no contexto de decisões e encaminhamentos políticos.

As imagens e símbolos retratados na narrativa de Amanda Alves indicam a percepção da força feminina do processo de luta. Destaca as vozes das mulheres que, historicamente, se posicionaram contra as instalações de PCH's nos rios locais.

Os trabalhos de Jakeline, Conchita e Amanda mostram o olhar feminino sobre as paisagens, os territórios e os lugares dos cerrados. Fazem soar mais alto e chegar mais longe, muitas vozes-mulheres que protagonizam lutas, enfrentamentos em defesa da vida, mostrando que são de fato um elo forte na disputa de narrativas pelos cerrados. Como não lembrar de tantas outras mulheres que através de suas artes, palavras, obras, ensaios ecoaram vozes historicamente silenciadas? Como não lembrar de Cora Coralina, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo ao ouvir as falas e conhecer a história dessas tantas mulheres baianas?

A disputa de narrativas, neste sentido, se revela enquanto disputas epistemológicas, disputas de concepções e visões de mundo que se contrapõem e se concretizam de diferentes formas. Enquanto a narrativa hegemônica é pautada pela lógica de modernidade técnico-científica, as narrativas contra-hegemônicas femininas são fundamentadas nas epistemologias biocêntricas. Ou seja, a centralidade não está apenas no capital, mas no sistema vida, incluindo o capital, mas indo muito além deste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem, bicho da Terra tão pequeno
 Chateia-se na Terra
 Lugar de muita miséria e pouca diversão,
 Faz um foguete, uma cápsula, um módulo
 Toca para a Lua
 Desce cauteloso na Lua
 Pisa na Lua
 Planta bandeira na Lua
 Experimenta a Lua
 Coloniza a Lua
 Civiliza a Lua
 Humaniza a Lua.
 Lua humanizada: tão igual à Terra.
 O homem chateia-se na Lua.
 Vamos para Marte – ordena a suas máquinas.
 Elas obedecem, o homem desce em Marte
 Pisa em Marte
 Experimenta
 Coloniza
 Civiliza
 Humaniza Marte com engenho e arte.
 Marte humanizado, que lugar quadrado
 Vamos a outra parte?
 Claro – diz o engenho
 Sofisticado e dócil.
 Vamos a Vênus
 O homem põe o pé em Vênus,
 Vê o visto – é isto?
 Idem
 Idem
 Idem.
 O homem funde a cuca se não for a Júpiter
 Proclamar justiça junto com injustiça
 Repetir a fossa
 Repetir o inquieto
 Repetitório.
 Outros planetas restam para outras colônias.
 O espaço todo vira Terra-a-terra.
 O homem chega ao Sol ou dá uma volta
 Não-vê que ele inventa
 Roupa insiderável de viver no Sol.
 Põe o pé e:
 Mas que chato é o Sol, falso touro
 Espanhol domado.
 Testam outros sistemas fora
 Do solar a colonizar.
 Ao acabarem todos
 Só resta ao homem
 (Estará equipado?)
 A difícilima dangerosíssima viagem
 De si a si mesmo:
 Pôr o pé no chão

Do seu coração
Experimental, colonizar, civilizar
Humanizar o homem
Descobrimo em suas próprias inexploradas entranhas
A perene, insuspeitada alegria de con-viver.

(Carlos Drummond de Andrade, 1997, p. 81-83).

O capital mundializado forjado na racionalidade econômica do modelo de produção moderno-colonial-branco-patriarcal impõe aos espaços de cerrados alterações/modificações dos ritmos de vida tanto natural quanto social, gerando conflitos de diferentes naturezas. No entanto, este processo não é isento de resistências e, portanto, de conflitos. São diversas as faces envolvidas neste processo, as faces dos agentes socioespaciais do agronegócio e as faces das resistências locais/regionais.

As formas de territorializar os cerrados do centro norte brasileiro pelo capital hegemônico são guiadas pela racionalidade econômica, cuja epistemologia colonial é central e encontra embate direto com os modos de vidas de povos, cujas epistemologias são guiadas pela relação íntima com a natureza, numa perspectiva muito mais ampla que a mercantilista. Nessa perspectiva, guiamos a escrita pensando em ressaltar a diversidade de compreensões sobre as formas de territorialização do agronegócio e os desgastes gerados a partir disso, bem como trazer as territorialidades cerratenses enquanto r-existências a este processo.

O olhar direcionado a compreensão das diversas realidades presentes nos cerrados baianos, esteve orientado pelas teorias sobre a produção do espaço e pela representação deste. Partimos da esfera do espaço para compreender a relação local-global que interfere na dinâmica dos cerrados brasileiros, mas necessitamos adentrar pelas esferas da paisagem, dos territórios e do lugar para descortinar realidades obstruídas pelas narrativas mestras do agronegócio. Sendo assim, buscamos ressaltar as faces do agronegócio materializadas nas grandes empresas nacionais e multinacionais, no setor político, no judiciário, no capital internacional, nos agentes financeiros internacionais e na figura do próprio Estado.

Também procuramos evidenciar a diversidade de faces que se apresentam nas resistências à territorialização do agronegócio sobre as territorialidades locais historicamente construídas pelos povos cerratenses. Assim, conduzimos a escrita

ressaltando as temporalidades das práticas espaciais tanto dos agentes do agronegócio quanto dos agentes sociais contra-hegemônicos, destacando as formas de atuação sobre e com os cerrados do centro norte brasileiro, especialmente os cerrados baianos nos diferentes momentos históricos.

Dessa maneira, acentuamos que, cada fase de territorialização do agronegócio, possui várias faces dos agentes socioespaciais atuantes; o Estado, como agente central, o capital internacional japonês, chinês, asiáticos diversos, sulistas e atualmente o capital financeiro chinês e estadunidense. Esses agentes (ou parte deles) operam desde o início do avanço das monoculturas nos cerrados (décadas de 1970 e 1980) e mantêm, inclusive, um padrão de formas de territorialização atravessado pela violência física e simbólica, desmatamentos, grilagem de terras e uso intenso das águas. No entanto, é importante ressaltar que, apesar das intencionalidades serem muito semelhantes, as diferentes fases de avanço do capital hegemônico nos cerrados brasileiros possuem características distintas.

Nas décadas de 1970 e 1980, a territorialização teve como centralidade a aquisição de terras para expansão de monoculturas como o milho, o pinus, o eucalipto e a soja, assim como no potencial hídrico-energético para instalação de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH); nas décadas seguintes (1990 a 2000), tal centralidade se deu em função, principalmente, da soja; mas também no potencial hídrico-energético. Já a partir de 2010, até o momento atual, a territorialização além de acumular as formas anteriores de aquisição de terras e águas (pela grilagem) para produção de *commodities*, também atua através do mercado financeiro, tomando as terras e as águas enquanto aditivos de negociação internacional nas bolsas de valores. O que se percebe, é que mesmo com novas formas de territorialização, o capital mundializado do agronegócio se comporta numa mesma estrutura, a colonialidade, esta que podemos afirmar que seja a verdadeira e mais profunda face do agronegócio brasileiro.

Diversas também são as faces das resistências, dos povos cerratenses que existem aos avanços com suas estratégias de sobrevivência e sustentação. Neste contexto, destacamos as faces femininas no processo de enfrentamento às monoculturas da mente, do solo e das águas, na construção de uma narrativa forte e articulada. As faces femininas revelam a territorialidade dos cerrados a partir de uma

epistemologia de respeito à natureza e pautada nas horizontalidades, tendo como estratégias de ação a formação e organização política das mulheres. São mulheres como Amanda Silva, Amanda Alves, Jackeline Honória, Julita, Conchita, Jandira, Tânia, Dona Nena, Dona Gení, Marinês, Anailma, Malvina, Didi, Aliene, Élia e Dona Ana.

O texto até aqui tecido se faz muito bem representado pela poesia de Drummond, que abre esta seção, uma vez que, e a partir dela, podemos compreender as intensas investidas da diversidade de agentes socioespaciais nacionais e internacionais nos espaços dos cerrados brasileiros; é a busca para satisfação dos desejos eternos como Ortoga y Gasset (1963) mencionam, que Bauman (1999) ressalta, que Santos (2006) questiona e que os povos dos cerrados resistem. É esta razão pautada no consumo cada vez maior, na meta por recordes maiores a cada ano e no descarte, que a vida se resume a mercadorias, coisas, objetos rapidamente descartados. O medo e a violência, enquanto faces perversas do agronegócio, dominam grandes extensões das paisagens dos cerrados, mas são enfrentados pela bravura dos povos que, com suas territorialidades cada vez mais articuladas, formam redes de solidariedade, resistência e de esperança.

Dialogando com Bourdieu (1997), percebemos que no oeste da Bahia a razão doméstica está cada vez mais entranhada na razão do Estado através das intencionalidades dos agentes deste metacampo, os quais privilegiam os interesses individuais pessoais e de grupos empresariais em desfavorecimento ao bem comum das comunidades geraizeiras.

O conflito entre a Comunidade da Cacimbinha e o Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo, assim como o Levante Popular em Correntina são exemplos das continuidades, tanto da colonialidade do processo de expansão dos latifúndios produtivos do agronegócio, quanto das formas de relações sociais onde o poder e as violências física e simbólica se estabelecem com o apoio do Estado, seja pela ação direta de seus agentes ou pela negação de direitos e camuflagem dos acontecimentos. Estes mesmos exemplos de manifestações socioespaciais também indicam a materialidade do Período Popular da História, apontado por Milton Santos (1996), como aquele momento em que a organização social civil tem consciência de sua força na ação coletiva, e através das horizontalidades, criam redes de re-existências.

Neste cenário, o território do agronegócio expande-se em detrimento do território dos povos geraizeiros; e as alterações nas paisagens indicam o potencial de extermínio que o poder hegemônico possui. Refletir sobre esta expansão das paisagens-territórios homogeneizadoras do agronegócio é também analisar a construção de um espaço geográfico cada vez mais desigual fundamentado na expansão de um mesmo modo de pensar, de uma única racionalidade, negando toda forma de diversidade. É compreender que o meio-técnico-científico-informacional dos cerrados brasileiros atua em favorecimento de determinadas classes e interesses, de modo que os dados e informações trazidas ao longo da tese demonstraram a profunda desigualdade existente neste processo.

As análises sobre as práticas e representações do agronegócio pelos diferentes agentes socioespaciais ratificaram a perspectiva do confronto de epistemologias e ontologias, assim como ressaltaram as imensas assimetrias na disseminação das narrativas sobre os cerrados do centro norte brasileiro, em espacial os cerrados baianos. Neste sentido, a disputa de narrativas se coloca enquanto campo de extremo conflito atual, onde a narrativa mestra do agronegócio é confrontada de forma bastante organizada e perspicaz por grupos sociais em defesa dos cerrados, como a Campanha Nacional em Defesa dos Cerrados e as Romarias das Terras e das Águas.

Os principais instrumentos das práticas e representações destas narrativas para o agronegócio são as grandes mídias de televisão e rádio, assim como as redes sociais e o seguimento da indústria cultural. Já a Campanha Nacional em Defesa dos Cerrados tem como instrumento central para ecoar suas vozes e ações, as mídias digitais com forte atuação nas Redes Sociais, assim como a elaboração e publicação de materiais impressos e organização de encontros formativos, educativos e políticos.

As esferas das narrativas e suas construções históricas compreendem, portanto, importantes faces da fase atual de territorialização sobre os cerrados brasileiros, no sentido de ampliar a diversidade das vozes que contam as histórias sobre estes espaços e das mãos que as escrevem. É preciso, pois, pluralizar o olhar, perceber a riqueza da diversidade e apoiar os enfrentamentos e resistências dos povos cerratenses pelos seus direitos de viver e se reproduzir socioespacialmente com seus modos de vida.

As correntes, os correntões que arrancam as vegetações dos cerrados levam consigo muito mais que árvores nativas; levam também os cantos dos pássaros, a caça do lobo-guará, arrancam as lágrimas de mulheres, homens e crianças que vêm sucumbir as naturezas de dentro e de fora de si; envenenam as águas do Urucuia, matam rios, riachos, secam as veias da terra... As correntes, estas mesmas correntes que hoje derrubam os cerrados, são as mesmas que invadiram Canudos, massacraram Palmares, sangraram Zumbi, alardearam Galiléia, cobriram de lama Mariana, ameaçaram Belo Monte... Mas elas também tornaram mais bravos os corpos femininos, masculinos, negros, nordestinos, nortistas, sedentos por justiça, em busca de uma paz que respeite suas formas de vida e existência plural, viva, sorridente, tal como o belo e imponente Ipê amarelo.

NÃO COUBE NA TESE

Não coube na tese
o olhar sincero de acolhimento, as mãos afetivas que fazem o alimento, o suor do trabalho
na roça, a amizade construída

Não coube na tese
o sorriso de gratidão, a palavra de esperança, o grito de rebeldia a poesia que ensina

Na tese não coube
as cantigas de ninar, o medo de acordar, o choro ressequido, o grito de explosão

Não coube na tese
o rio que secou, o fogo que queimou, a dor que não sessou, o povo que acordou

Na coube na tese
o medo de não conseguir, a coragem de seguir, as dores do corpo, as angústias da mente,
o sal molhando a face de tristeza e alegria

Não coube na tese
o frescor do rio, o cheiro do caféquentinho, o gosto do doce de leite, a descoberta de
novos sabores, o corpo solto na canção

Na tese também não coube
as inseguranças, as perdas, as lutas, a resiliência, o cansaço, o labor
De um ser-mulher-pesquisadora que como qualquer outro ser-mulher transpira
medo e coragem, confiança e receio, insistência e vergonha, autonomia e dependência

Sim, não coube na tese
o tempo percorrido, trechos de vida sentidas, mastigadas, engolidas, ainda sendo digeridas

Na tese não coube
as sensações, os choros, os medos, tão pouco os sorrisos, arrepios, vibrações a cada
parágrafo escrito, pensado, refletido, cuidado, alimentado

Não coube na tese
a satisfação e realização de um ser-mulher que saiu do lugar de escuta e redigiu a duras e
deliciosas penas, histórias que se costuram com as suas, num lindo encontro de mundos
em que a vida vale a pena ser vivida

Na tese ainda não coube
a verdade que há nos sabores dos saberes, a certeza de que evoluímos e talvez
consequimos nos reconectar à nossa natureza, feminina, sensível, subjetiva, emotiva,
criteriosa, e, principalmente,

Viva!

Simony Reis, 18 de outubro de 2020

REFERÊNCIAS

- ACCFC. Associação dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente. **Comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos e seu modo próprio de convivência e manejo da sociobiodiversidade do cerrado: história, direitos e desafios** – Correntina-Bahia. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). 1ª edição, 2017. Prefixo Editorial: 63288. ISBN: 978-85-63288-21-9.
- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264p.
- ADICHIE, C. **O perigo de uma história única**. 2012. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/governadorvaladares/noticias/adelia-a-poesia-e-a-vida-convite-para-o-3o-encontro-do-dialogos/o-perigo-de-uma-historia-unica-chimamanda-ngozi-adichie-pdf.pdf>
- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AIBA RURAL. **Revista AIBA Rural: A revista do agronegócio da Bahia**. Ano IV, 3º trimestre, 2018. ISSN 042018-92. Disponível em: <https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2018/10/AibaRural-Ed-11-Digital.pdf>. Acesso em: 15 de fev. de 2021.
- ALBUQUERQUE, M.C. C. Estrutura fundiária e reforma agrária no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 7, nº3, julho/setembro, 1987.
- ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? *In: Terra Livre*, n.15, p. 87-112, 2005.
- ALFACE, B.; MARQUES, E.; WICHINIESKI, I. Campanha Nacional em Defesa do Cerrado: uma experiência que brota do chão e das águas dos sertões. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, n. 2, p. e922012, 3 set. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10875>. Acesso em: 01 de fev. de 2021.
- ALVES, A. **Nas Corredeiras do Movimento**. Curta-metragem. Santa Maria da Vitória, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K7UIO5VPH0k>. Acesso em: 04 de mar. de 2020
- ALVES, G; CORSI, F. L. Dossiê Globalização. **Revista de Sociologia e Política**, n. 19, 2002.
- ALVES, I. A.; DE OLIVEIRA, M. F. S. AS “HISTÓRIAS ÚNICAS” E SEUS IMPACTOS POLÍTICOS NA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E DE IDENTIDADES. **Revista Mulemba**, v. 6, n. 11.
- ALVES, L. M. **O canto da carpideira**. Palmas: EDUFT, 2014.

ALVES, V. E. L. (Ed.). **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ANDRADE, C. D. de. O Homem; As Viagens. **A palavra mágica**. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 81-83. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/43-noticias/oracoes-inter-religiosas-ilustradas/602744-o-homem-as-viagens-carlos-drummond-de-andrade-na-oracao-inter-religiosa-desta-semana>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

ANDRADES, T.O.de; GANIMI, R. N.. Revolução Verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, MG, v. 21, p. 43-56, 2007.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Sistema de Informações geográficas do Setor Elétrico. **Pequenas Centrais Hidrelétricas**. Sistema de Disponível em: <https://sigel.aneel.gov.br/Down/>. Acesso em 09 de setembro de 2020.

ANMC. Associação Nacional de Mulheres Camponesas. Cartilha Texto base **MMC**: Organizar a base, produzir alimentos saudáveis e construir caminhos de libertação. 2007. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_tbase2007.pdf. Acesso em: 08 de abr. de 2021.

ARANHA, A.; FREITAS, H. Agrotóxicos são lançados de avião sobre crianças e comunidades em disputa por terra. **Repórter Brasil**: 20 anos. Agência Pública. 04/05/2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/05/agrotoxicos-sao-lancados-de-aviao-sobre-criancas-e-comunidades-em-disputa-por-terra/?fbclid=IwAR1vUy8ZidAfzzMsbqT6r0JdeFLOzM-ha2TztuzplG67jHtjbTPkUQC0Uxs>. Acesso em: 04/04/2021

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO (ABAG/RP). **Prêmio Conhecendo o Agro**. Disponível em: <https://aiba.org.br/noticias/vencedores-do-conhecendo-o-agro-serao-conhecidos-durante-cerimonia-na-segunda-feira-21/>. Acesso em: 10 fev. de 2021.

BAHIA NOTÍCIAS. **Oeste baiano**: empresários são citados em nova lista suja do trabalho escravo. 2017. Disponível em: <http://www.bahianoticias.com.br>. Acesso em: 12/07/2020

BAHIA, SEPLANTEC. CAR. **Programa de Desenvolvimento da Bahia do Rio Corrente**. Apoio às Pequenas Comunidades Rurais, Salvador, 1998.

BARBOSA, A. S. Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização. **Cadernos IHU ideias**, Instituto Humanitas Unisinos. – ano 15, nº 257, vol. 15, 2017. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6756-cerrado-o-laboratorio-antropologico-ameacado-pela-desterritorializacao>. Acesso em: 16 de junho 2018

BARBOSA, A. S. O berço e a morte das águas. **Vozes do Velho Chico**. Caderno Globo. Globo Comunicação e Participações S.A. Globo Universidade. São Paulo,

2016. Disponível em: <http://app.cadernosglobo.com.br/banca/volume-09/velho-chico.html>. Acesso em: 23 de agosto de 2020.

BARBOSA, A. S.. **Andarilhos da claridade**: os primeiros habitantes do cerrado. Universidade Católica de Goiás, Instituto do Trópico Subúmido, 2002.

BARBOSA, A. S.. et al. **O piar da juriti pepena**: narrativa ecológica da ocupação humana do cerrado. Editora PUC Goiás, 2014.

BARBOSA, A. S.. **A ocupação humana no Cerrado**. O universo do Cerrado, v. 1, 2008.

BARBOSA, A. S.. **Cerrado**: a dor fantasma. Texto internet. Disponível em: <http://www2.ucg.br/flash/artigos/050705cerrado.html> - Acessado em: 20 de Junho de 2018.

BARBOSA, A. S.. **Peregrinos do cerrado**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 5, p. 145-193, 1995.

BARBOSA, A. S.. Quinze gerações mutilaram o ambiente que 550 preservaram. Antiplano - **Revista do Cerrado**, 2011.

BARBOSA, A. S.. **Sistema biogeográfico do cerrado**: alguns elementos para sua caracterização. Editora UCG, 1996.

BARBOSA, A. S.; SCHMIZ, P. I. **Ocupação indígena do cerrado**: esboço de uma história. Cerrado: ambiente e flora. Planaltina, DF (Brasil), EMBRAPA, p. 3-43, 1998.

BARBOSA, G. T.; GONTIJO, B. M. **A biodiversidade suspensa em Guimarães Rosa**: Os devires do sertão. Ateliê Geográfico, v. 8, n. 1, p. 128-145, 2014.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Bernardo_Gontijo2/publication/272645365_A_BIODIVERSIDADE_SUSPENSADA_EM_GUIMARAES_ROSA_OS_DEVIRES_DO_SERTAO/links/5b91392f299bf147391d1a44/A-BIODIVERSIDADE-SUSPENSADA-EM-GUIMARAES-ROSA-OS-DEVIRES-DO-SERTAO.pdf Acesso em: 15 de abril de 2019.

BARBOSA, V. **Exclusivo**: Chevrolet desconhece como Salles teve acesso antecipado a vídeo, 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/marketing/exclusivo-chevrolet-desconhece-como-salles-teve-acesso-antecipado-a-video/>. Acesso em 20 de jan. de 2020.

BARROS, B. M.C. de. AS NOVAS MÍDIAS COMO INSTRUMENTOS DE RESISTÊNCIA AO CONTROLE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: um olhar para os meios de comunicação e a luta pela democratização. **CONFLUÊNCIAS| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 20, n. 1, p. 77-104, 2018.

BARTHOLOMEU, M. C. Por um Conceito propriamente Geográfico de Paisagem: uma questão de perspectiva(s). **GeoPUC** – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 9-28, jul.-dez. 2015. Disponível em: <http://geopuc.geo.puc-rio.br/cqi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=100&post%5Fdata=user%3Dnil%26UserActiveTemplate%3Dnil%26sid%3D25&sid=25>. Acesso em: 20 de mai de 2019.

BASTOS, M.D.; STEDILE, M. E.; VILLAS BÔAS, R. L. **Indústria Cultural e Educação**. In: Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BAUER, M. W, GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. 5ª Edição, 2002, p. 344.

BAUM, L. F. **O mágico de Oz**. São Paulo: Ática, 1996. (Coleção Eu Leio).

BAUMAN, Z. **Globalização – as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Z. **44 Cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011a.

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Z. **Vida em fragmentos – sobre a ética pós-moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. **La Società individualizzata**. Bologna: Il Mulino, 2002.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BESSE, JM. **Ver a terra: seis ensaios sobre a Paisagem e a Geografia Vladimir Bartolini** (trad.). São Paulo: Perspectiva, 2014.

BEZERRA, J. E.; GONZAGA, C. L. O DISCURSO REGIONAL DO MATOPIBA NO PODER LEGISLATIVO FEDERAL: PRÁTICAS E POLÍTICAS/Matopiba regional speech in the federal legislative power: practices and policies/El discurso regional del Matopiba en el poder legislativo federal: prácticas y políticas. **REVISTA NERA**, n. 47, p. 46-63, 2019.

BOLAÑO, C. **Indústria Cultural: Informação e Capitalismo**. São Paulo: Pólis/Hucitec, 2000.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. Espíritos de estado. **Revista Sociedad**, v. 8, p. 5-29, 1996. Disponível em: http://www.politica.com.ar/Filosofia_politica/Espiritus_de_Estado_bourdieu.htm. Acesso: 14/11/2019.

BOURDIEU, P. et al. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). Editora Companhia das Letras, 2014.

BRAGA, G. B; FIÚZA, A. L. C.; REMOALDO, P. C. A. **O conceito de modo de vida**: entre traduções, definições e discussões. *Sociologias*, v. 19, n. 45, p. 370-396, 2017.

BRANDÃO, P. R. B. **A formação territorial do Oeste Baiano**: a constituição do "Além São Francisco" (1827-1985). *GeoTextos*, v. 6, n. 1, 2010.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2>. Acesso em: 12/09/2009.

BRASIL. Congresso. Câmara dos deputados. **Comissão de agricultura, pecuária abastecimento e desenvolvimento rural**: Reunião 0767/15,02 de jun.2015. ed. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. **LAUDO TÉCNICO Nº 257 /2019 – SPPEA**. Inquérito Civil nº 1.14.003.000340/2014-73. Barreiras, 2019. Disponível em: <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave D222318F.56C954E3.5472C318.FCF19FC7

BRINGEL, B.; ECHART, E. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras". **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 457-475, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000300004&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 02 de mai de 2020

BRINGEL, F. O. **Fronteiras agrárias intermitentes e processos de territorialização do campesinato na Amazônia**: uma análise comparativa de projetos de assentamento no Sudeste e Sudoeste do Pará. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16974> Acesso em: 04 de mai de 2020

BRUNO, R. **Movimento Sou Agro**: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. Trabalho apresentado no 36o Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs. GT 16 – Grupos Dirigentes e Estrutura de Poder. Águas de Lindóia, 2012.

BUARQUE, C. **Os círculos dos intelectuais**. In: ROITMAN, Ari (Org.). O desafio ético. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CAMPO. **Companhia de Promoção Agrícola** – Campo. Implantação do PRODECER. Disponível em: <http://www.campo.com.br/proceder/>. Acesso em: 10/12/2018.

CANAL RURAL. **RETROSPECTIVA**.100 dias - Veja o que o Governo Bolsonaro fez pelo Agro até agora. Rafael Walendorff. Reportagem *on-line* - 11 de abril de 2019 às 20h20. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/100-dias-veja-o-que-o-governo-bolsonaro-fez-pelo-agro-ate-agora/>. Acesso em: 13 de fev. de 2020.

CANAL RURAL. **RETROSPECTIVA**. Relembre os 100 dias de Tereza Cristina à frente do Ministério da Agricultura. Rafael Walendorff. Reportagem *on-line*- 10 de abril de 2019 às 19h32. Brasília. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/100-dias-tereza-cristina/>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO. **Vídeo-manifesto**. As mulheres do Cerrado estão em pé e em luta. Youtube. Canal Oficial, 29 de jun. de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VGdBJ_ol-vc&ab_channel=CampanhaemDefesadoCerrado. Acesso em: 30 de junho de 2021.

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO. **Manifesto das mulheres do cerrado: construindo r-existências**. 2021. Disponível em: <https://www.campanhacerrado.org.br/noticias/260-manifesto-das-mulheres-do-cerrado-construindo-r-existencias>. Acesso em: 09 de março de 2021.

ARTICULAÇÃO DAS MULHERES DO CERRADO. **Carta Final do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado**. 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-cerrado/4775-carta-do-i-encontro-nacional-das-mulheres-cerrado>. Acesso em: 18 de junho de 2019

ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO CERRADO/CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO. Cartilha. **Mulheres do Cerrado: construindo resistências**, 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/75-publicacoes-cerrado>. Acesso em: 01 de julho de 2021.

CARROLL, L. **Aventuras de Alice no país das maravilhas**; através do espelho e o que Alice encontrou lá e outros textos. Grupo Editorial Summus, 1980.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTRO – GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R.. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global / compiladores: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CASTRO, I. E. Território do Estado: divisão ou fragmentação? Argumentos para um debate necessário. *In*: FONSECA, Antonio Angelo Martins da; PERTILE, Noeli; CALDAS, Alcides dos Santos; BRITO, Cristovão (Orgs.). **Estado, Território e a Dinâmica das Fronteiras**: reflexões e novos desafios. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2013.

CASTRO, I. E. *et al* (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CEPEA/USP - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo. **PIB-AGRO/CEPEA: Com avanço de 24,3% no ano, PIB AGRO alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020.** Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-com-avanco-de-24-3-no-ano-pib-agro-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020.aspx>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

CERRATINGA. Populações. **Geraizeiros**. Página virtual. Disponível em: <http://www.cerratinga.org.br/populacoes/geraizeiros/>. Acesso em 18/10/2020.

CHÃ, A. M. de J. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. São Paulo, 2016. 159f.

CHÃ, A. M.; VILLAS BOAS, R. L. Agronegócio e indústria cultural: as formas do show business da oligarquia rural brasileira. *In*: Bernardo Mançano Fernandes; João Márcio Mendes Pereira. (Org.). **Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe.** 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, v. 1, p. 263-284.

CLAVAL, P. “A volta do cultural” na Geografia. **Mercator: Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, CE, ano 1, n. 1, p. 19-28, 2002.**

CLAVAL, P. **A geografia cultural.** Tradução de Luíz Fugazzo la Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. ed. Florianópolis: UFCS, 2001. (La Géographie Culturelle).

CLAVAL, P. As abordagens da geografia cultural. *In*: CASTRO, E. I.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-117.

CLOVIS, C.; VALE, R. (Org.). **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco.** Editora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. 20. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

CORREIO. **Com cachê mais alto do sertanejo, Gustavo Lima desbanca Safadão, Marília e Luan.** 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/com-cache-mais-alto-do-sertanejo-gusttavo-lima-desbanca-safadao-marilia-e-luan/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte. Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura,** EduERJ, Rio de Janeiro, p.92-123, 1988

COSGROVE, D. **Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria.** Espaço e cultura, n. 5, p. 5-29, 1998.

COSGROVE, D; DANIELS, S. (Eds.). **Iconography of landscape**: essays on the symbolic representation, design and use of past environments. First published in 1988. Cambridge—UK: Cambridge University Press, 2008 (tenth printing).

COSTA, M da G. Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e descoloniais. In: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio A. G.; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia A (Org.). **Ecofeminismos**: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape'Ku 2019, p. 205-222.

COUTINHO, E. G. (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Cartazes das Romarias do Cerrado**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/acoes/romarias/103-romarias-2017/3783-romaria-nacional-do-cerrado-acontecera-em-balsas-no-maranhao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Romarias. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/acoes/romarias>. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

CPT. O que não teve início, mas pode ter fim. **REVISTA CERRADOS**: Impactos dos agrotóxicos nos territórios e modos de vida dos povos do Cerrado. Vol. 2 - Ano 2020. Goiânia: CPT, dez. de 2020. ISSN 2675-9195. Disponível em: <https://campanhacerrado.org.br/images/biblioteca/Revista%20Cerrados%20-%20Vol.%202%20-%202020.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

CPT. O que não teve início, mas pode ter fim. **Revista Cerrados**: Impactos dos agrotóxicos nos territórios e modos de vida dos povos do Cerrado. Vol. 2 - Ano 2020. Goiânia, dez. de 2020. ISSN 2675-9195

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

DAMASCENO, L. **Agronegócio e Indústria Cultural**: mercantilização e homogeneização da vida e da arte. Cartilha Pré-CONEA 54º Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia. UFRA – Belém/PA. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DÉBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. eBookLibris, 2003. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/socespetaculo.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

DIAS, L. de O.; FREIRE, R. M. Mulheres em movimento e expressões na construção do viver-Cerrado. **Élisée**: Revista de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Goiás, v. 9, n. 2, p. 01 – 22, 2020.

DILGER, G; LANG, M; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário** – debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 1ª. Ed., 2016.

DINIZ, F. **Crescimento e desenvolvimento econômico: modelos e agentes do processo.** Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2006.

DINIZ, F. **A área centro-ocidental do Nordeste.** Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1982. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26927>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2018.

DUSSEL, E. **Filosofia da Libertação na América Latina.** 2ª Ed. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977.

DUSSEL, E. **1492—o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade.** Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, E. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão.** Trad. de George I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995.

DUSSEL, E. **Método para uma Filosofia da Libertação.** São Paulo: Loyola, 1986.

ECO, U. **Como se faz uma tese.** In: Estudos. Perspectiva, 2014.

ELIAS, D. Agricultura Científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M.A.A.de (org.). **Território Brasileiro: usos e abusos.** Campinas, Edições Territorial, 2003.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura.** São Paulo, Edusp, 2003. 400 p.

ELIAS, D. Globalização e Fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales.** Universidad de Barcelona, X, Agosto de 2006.

ELIAS, D. **Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil.** Acta Geográfica, 2013.

ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, M. Encarnação; SOBARZO, Oscar (Orgs). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006, v.1, p. 279-303.

ELIAS, D. **O Novo Espaço da Produção Globalizada.** Fortaleza, Funece, 2002.

ELIAS, D. **Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil.** Cap. 1. In: ALVES, V. E. L. (Ed.). Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ELIAS, D.; FURTADO, J. L. S. (Orgs.). **Modernização Excludente.** Fortaleza, Demócrito Rocha, 2002.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, 2007.

EMBRAPA. **MATOPIBA**: indicação de microrregiões e cadeias produtivas prioritárias. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica- GITE, 2015.

EVARISTO, C. **Becos da memória**. Pallas Editora, 2017.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FAVARETO, A. *et al.* **Segure a Linha**: a expansão do agronegócio e a disputa pelo cerrado. Greenpeace Brasil. São Paulo, 2018.

FAVARETO, A. *et al.* Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba/Thereis more povertyandinequalitythanwell-beingandwealth in themunicipalitiesof Matopiba/Hay más pobreza y desigualdad que bienestar y riqueza en losmunicipios de Matopiba. **REVISTA NERA**, n. 47, p. 348-381, 2019.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos da luta pela terra. *In*: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, v. 28, nº 1, 2 e 3, Jun/Ago 1999.

FERNANDES, B. M. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social**: novas configurações do campo brasileiro. Currículo sem fronteiras, v. 3, n. 1, p. 11-27, 2003.

FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 75, p. 83-130, 2017.

FIGARO, R., BRAIT, B.; BRANDÃO, H. N., FIORIN, J. L.; BACCEGA, M. A., SILVA, M. C. S., **Comunicação e Análise do Discurso**. 1ª Edição, 2012. FIORIN, Luiz J. Linguagem e Ideologia, 8ª Edição, 2007.

FIOCRUZ. **BA – Comunidades ribeirinhas da bacia do Rio Grande lutam contra a instalação de PCHs na região**. MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ba-comunidades-tradicionais-lutam-contra-implantacao-de-pequenas-centrais-hidreletricas-no-rio-cariranha>. Acesso em: 09 de setembro de 2020.

FRANCISCO, P.; BERGOGLIO, J. M. **Carta Encíclica Laudato Si**: sobre o cuidado da casa comum. 2015.

FRANCO, M. L. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2005.

FREIRE, P. Globalização, ética e solidariedade. *In*: Dowbor, L. *et al.* (Org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FREITAS, M. E. Viver a tese é preciso! *In*: BIANCHETTI, L e MACHADO, Ana M. Netto (Org.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações, organizadores. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Portugal, Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reforma-agraria-5>. Acesso em: 27/04/2020.

FURTADO, C. Al.; SANSONE, L. (Orgs.). **Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 91-103.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. 5. ed. Rio 422 Volume 40 | Nº 03 | Julho - Setembro | 2009 de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

FURTADO, C. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: HUCITEC, 2001.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Nacional, 1989.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

FURTADO, C. **O Brasil pós-"milagre"**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GALEANO, E. La naturaleza no es muda. **Seminario Brecha. Montevideo, Uruguay**. 23/04/2008.

GANCHO, C. V. **Como analisar narrativas**. Editora Ática, 2004.

GASSET, J.; Ortega y. **Meditação sobre a técnica**: Vicissitudes das ciências. Cacofonia na física. Tradução e Prólogo de Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero Americano Limitada, 1963.

GEBARA, I. **Teologia ecofeminista**. São Paulo. Olho d'água, 1997.

GIL, G. **Um copo vazio**. Gilberto Gil ao Vivo. São Paulo: Polygram/Philips, 1998. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI00946. Acesso em: 07 de dezembro de 2018.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **Territorialização da produção de soja no Brasil**: 1990-2002. *In*: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 17. Enga. 2004.

GONÇALVES, C. U. Direito da Natureza: o futuro é agora. **Revista de Geografia (Recife)**. V. 33, n. 1, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229273>. Acesso em: 05 de jun de 2018.

GONZAGA, C. L. **O discurso político da gênese do Matopiba**: análise da atuação parlamentar. Dissertação de mestrado. UNB, Brasília, 2020.

GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 4, out./dez. 1985.

GRAMSCI, A.; COUTINHO, C. N. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

HAESBAERT C. R. **“Gaúchos” no nordeste**: modernidade, des-territorialidade e identidade. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 1995. 385p

HAESBAERT C. R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT C. R. Gaúchos e Baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades regionais. *In*: Iná de Castro; Roberto Lobato Correa; Paulo Cesar Gomes. (Org.). **Brasil**: questões atuais sobre a organização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 362-403.

HAESBAERT C. R. *In*: FROTSCHER, M; LAVERDI, R; VANDERLINDE, T. Entrevista com o geógrafo Rogério Haesbaert da Costa. **Revista Espaço Plural. Dossiê Migrações**. UNIOESTE. Ano X, nº 20, 1º semestre de 2009, p. 165-174. ISSN 1518-4196

HAESBAERT C. R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT C. R. Redes de diásporas. **Cadernos de Departamento de Geografia**. Niterói. Universidade Federal Fluminense. v. 2, p. 9-15, 1999.

HAESBAERT C. R. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. v. 1. 208 p.

HENNESSY, A. **The frontier in Latin American history**. London, Edward Arnold, 1978.

HERSCOVITZ, H. G. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOFFMANN, R.; NEY, M.G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil**: Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, 108p.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 de fevereiro 2020.

INÁCIO, J. R.; CANOASII, J. W. **DOCTORADO**: contradições da originalidade na pesquisa. Disponível em: http://legacy.unifacef.com.br/novo/xi_encontro_de_pesquisadores/Trabalhos/Encontro/Jos%C3%A9%20Reginaldo%20e%20Jos%C3%A9%20Canoas.pdf. Acesso em: 02/02/2018

INCRA – INSTUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Estatísticas cadastrais 2018. v.1. Brasília: INCRA, 2018. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 14 de março de 2020.

INOCÊNCIO, M. E. **O PROCEDER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2736/1/Tese%20parte%20I%20Maria%20Erlan%20Inocencio.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÕES E NATUREZA-ISP. **Cerrado integra natureza e cultura**. ISP Brasília. Disponível em: <http://www.ispn.org.br/por-que-as-arvores-do-cerrado-sao-tortas/>. Acesso em 12 de junho de 2018.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). **50 anos de Cooperação Brasil** - Japão. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro 2018.

JORNAL GAZETA DO OESTE. **Troféu soja de ouro 25 anos Jubileu de Prata do Oscar do oeste baiano**. 23 de abri de 2013. Disponível em: <https://jornalgazetadooeste.com.br/noticias-diversas/trofeu-soja-de-ouro-25-anos-jubileu-de-prata-do-oscar-do-oeste-baiano/>. Acesso em: 20 de jan de 2021

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRAYCHETE, G.; COMERFORD, J. Oeste Baiano: os movimentos sociais face ao novo cenário regional. *In*: CLOVIS, C.; VALE, R. (Org.). **Oeste da Bahia**: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco. Editora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.

KUHNEN, T. A. A crítica ecofeminista ao paradigma do desenvolvimento: a necessidade de repensar a relação humana com a natureza. *In*: **Anais** eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's World Congress. Florianópolis: UFSC, 2017. Sem paginação.

KUHNEN, T. A. A. Conexões entre ecofeminismo e movimentos rurais de mulheres no Brasil. *In*: **Anais** do III Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Campina

Grande. Com a diferença tecer a resistência. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2017a, p. 794-799.

LANDAU, E. C.; GUIMARÃES, D. P.; DE SOUSA, D.L. Caracterização ambiental das áreas de concentração da agricultura irrigada por pivôs centrais na região do Matopiba. **Anais do Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto– GEONORDESTE**, 2014.

LANDER, E. et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

LANG, M.; DILGER, G.; PEREIRA NETO, J.(Org.). **Descolonizar o Imaginário**. Fundação Rosa Luxemburgo; Autonomia Literária; Elefante, 2016.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Estudos avançados, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México. Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Editora Vozes, 2009.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4ed. Ver. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 239p

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2008. 494p.

LEFF, E. (Org.). **A Complexidade ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEITE, A. Z. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 10-28, mai.- ago. 2018.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Editora Cultrix, 2019.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LÉVY, P. Pela ciberdemocracia. *In*: MORAES, D. (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 367-384.

LIMA, V. A. de; RABELO, B. S. **Monopólio ou Oligopólio?** Contribuição ao debate. OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Ed. 833. 13 de jan. de 2015. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed833_monopolio_ou_oligopolio_contribuicao_ao_debate/. Acesso em: 24 de abril de 2021

MAGNONI, M. da G. M.; FIGUEIREDO, W dos S. Geografia e Tecnologia: o ciberespaço como dimensão socioespacial. **Ciência Geográfica** - Bauru - Ano XXIII - Vol. XXIII - (2): Janeiro/Dezembro - 2019. P 590 – 603

MAIA, C. E. S. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares: proposições sobre festas brasileiras. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

MAIA, D. **Geografia e o estudo dos costumes e das tradições**. Terra Livre, São Paulo, n.16, p. 71-98, 2001.

MAIN KJ, ARGO JJ, HUHMANN BA. **Pharmaceutical advertising in the USA: information or influence?** *Int J Advert* 2004; 23(1): 119-142.

MANDARINO, A. C.; GOMBERG, E. **Água e ancestralidade Jeje-Nagô: possibilidade de existências**. *Textos de história*, v. 17, n. 1, p. 143-162, 2009.

MARQUES, M. O. A orientação da pesquisa nos programas de pós-graduação. *In*: BIANCHETTI, L e MACHADO, Ana M. Netto (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**, organizadores. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MASOLO, DIAMAS A. Filosofia e Conhecimento indígena: uma perspectiva africana. *In*: **Epistemologia do Sul**. Orgs. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

MATOS, P. F. de. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 2011. 355 f. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MENESES, M. P. **Sul (global)**. Observatório sobre crises e Alternativas. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, Portugal, 2020. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=785
1. Acesso em 28 de julho de 2020.

MENEZES, A. B. de. O “Quem” dos lugares. A passionalização da natureza em Grande sertão: veredas. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17. P. 29-39. 2º sem. 2005.

MESTRE ARNALDO. **Segredos do cerrado**. Cantigas da sombra e da claridade (CD), de Sons do Cerrado, UCG/ITS. *IN*: Geografia de Goiás. Ivanilton José de Oliveira e Tadeu Alencar Arrais. Editora Scipione, São Paulo: 2009.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MIES, M. *et al.* **Ecofeminism**. Zed Books, 1993.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Piaget, 1993.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

MIGNOLO, W. **Desobediência Epistêmica**: A opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Balança comercial

brasileira: Municípios. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios>. Acesso em: 07 abr. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA. Notícias. Correntina: audiência pública discutirá redução da vazão dos rios e gestão do uso das águas. 24 de novembro de 2017.

Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594). Disponível em:

<https://www.mpba.mp.br/noticia/40614>. Acesso em: 05 de março de 2018.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H.J. N; SÁ, T. H. de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, 2017.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORAES, D. de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAES, D. de. **O concreto e o virtual**: mídia, cultura e tecnologia. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORAES, D. Falas da experiência feminina. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 22, n. 1, p. 30-45, 2003.

MORAES, R. de S.; RODRIGUES, U. B. O Conceito de Poder em Michel Foucault e Hannah Arendt, como Instrumento de Definição da Categoria Território. **REVISTA GEONORTE**, [S.l.], v. 4, n. 12, p. 197 - 214, jul. 2013. ISSN 2237-1419. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1161>>. Acesso em: 17 out. 2018.

MOREIRA, R. **Mudar para manter exatamente igual**: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.

MUELLER, C. C. **Dinâmica, condicionantes e impactos socio-ambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil**. Instituto Sociedade, População e Natureza – Documento de Trabalho n.7, 1992. (mimeo).

MUSSALIM, F. **Análise do discurso. Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 101-142, 2001.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 213-240, 2012.

NEVES, E. F. Propriedade, posse e exploração da terra: domínio fundiário na região Oeste da Bahia, século XIX. *In*: CLOVIS, C.; VALE, R. (Org.). **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco**. Editora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NOVAK, J.; GOWIN, B. **Aprender a aprender**. 1ªed. Lisboa: Plátano, 1984

O cerrado é milagre. Disponível em:

http://www.editorasaraiva.com.br/edig/cerrado/texto_apoio_02.html. Acesso em: 24/11/09. Texto selecionado por Marcelo Bizerril, para o livro *Vivendo no Cerrado e aprendendo com ele*.

O cerrado é milagre. Autor desconhecido. Disponível em:

http://www.editorasaraiva.com.br/edig/cerrado/texto_apoio_02.html. Acesso em: 24/11/09. Texto selecionado por Marcelo Bizerril, para o livro *Vivendo no Cerrado e aprendendo com ele*.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho escravo no Brasil do Século XXI**. Brasília: OIT, 2006. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 17 de Dez. 2017.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. *In*: **Colóquio Internacional de Geocrítica**, 3.; 2012, Bogotá. Actas, Barcelona: Geocrítica, 2012. v. 1. p. 1-15.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. *In*: OLIVEIRA, A. U. *et al.* **Território em conflitos, terra e poder**. Goiânia: Kelps, 2014. v. 1. p. 15-101.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp**– Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso Princípios e Procedimentos**. Pontes, 2005.

ORTEGA, P.; MACEDO, F. PF põe 'faroeste' contra venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia; seis magistrados afastados. **Estadão**. 19 de novembro de 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-poe-faroeste-contra-venda-de-sentencas-no-tribunal-de-justica-da-bahia/>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

OSORIO, J. **La noción patrón de reproducción del capital**. Cuadernos de Economía Crítica, v. 1, n. 1, 2014.

OSORIO, J. El nuevo patrón exportador de especialización productiva en América Latina. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 31, 2012.

OXFAM BRASIL. Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. **INFORME DA OXFAM BRASIL**. Novembro de 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.

PAVAN, M. A.; ALMEIDA, L. P. de. **Agricultura atual**. Vitória da Conquista, BA: DEAS-DFZ/UESB, 1993. 144p

PEREIRA, F. P. O ABCERRADO E A MATOMÁTICA DO BICHO SERRADOR. **Projeto ABCerrado**, 2017. Disponível em: <http://cerratense.com.br/linkabcerrado.html>. Acesso em: 12 de junho de 2018.

PEREIRA, L. I.; PAULI, L. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do Matopiba/The process of land grabbing and expansion of agribusiness in Matopiba. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 11, n. 23, 2016.

PEREIRA, F. P. Ipê. **ABCerrado Poemas**. 2016. Disponível em: <https://www.xapuri.info/literatura-2/pau-pereira-abcerrado-poemas/> Acesso em: 05 de agosto de 2018.

PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER (Re)visitado: As engrenagens da territorialização do capital no Cerrado**. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária, Edição especial do XXI ENGA-2012, pp. 1-22, Jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/26927/15947>>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

PESSÔA, V. L. S.; MATOS, P. F. **A Modernização da agricultura no cerrado e os custos ambientais**. ANAIS. X Encontro de Geógrafos da América Latina - USP, 2005. p. 11854 - 11865.

PIRES, M. O. **Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o programa de cooperação nipo-brasileira para o desenvolvimento dos cerrados (PRODECER)**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/?b=ad&id=554244&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22PIRES,%20M.%20O.%22&qFacets=autoria:%22PIRES,%20M.%20O.%22>

00.%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.
248

PIRES, B. **JORNAL ESTADÃO**. Fux mantém afastado presidente do TJ da Bahia e nega soltar 3 presos da Operação Faroeste. Brasília, 28 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/fux-mantem-afastado-presidente-do-tj-da-bahia-e-nega-soltar-3-presos-da-operacao-faroeste/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

PITTA, F. T.; CERDAS, G. **Impactos da Expansão do Agronegócio no Matopiba: Comunidades e Meio Ambiente**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora ActionAid, 2017. v. 1. 82p

PLUMWOOD, V. **Feminism and the Mastery of Nature**. Londres: Routledge, 1993.

POMPEIA, C. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, n. 56, p. 195-224, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Água não se Nega a Ninguém**: A necessidade de ouvir outras vozes. *Revista Polis*. 2005 (5); pp. 39-69.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Entre América e AbyaYala**– tensões de territorialidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 20, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica AGB-TL**, v. 1, n. 3, p. 5-26, 2006b.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A reinvenção dos territórios na América Latina/AbyaYala**. Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestros tempos. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, SP, Brasiliense, 2004.

PRECIOSO, A. L.; SANTOS, L. A. O. DOS; SILVA, R. R. DA. Identidade feminina no espaço multicultural: a voz narrativa de Tereza Albues. **Revista Cerrados**, v. 20, n. 32, 15 fev. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Human Development Report 1990**. New York: United Nations Development Programme (UNDP); Oxford: Oxford University Press, 1990.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional 2017**. Movimento é vida: Atividades físicas e esportivas para todas as pessoas. Brasília: PNUD, 2017. Disponível em:

<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/relatorio-nacional-desenvolvimento-humano-2017.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

PUELO, A, H. Mulher, Feminismo e ecologia. **Revista Eco.21**. Ano XIV, Edição 97, Dezembro 2004. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=982>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. En Perú Indígena, Nº 13 (29), p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://problematicasculturales.files.wordpress.com/2015/04/quijano-colonialidad-y-modernidad-racionalidad.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

QUIJANO, A. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Novos rumos, n. 37, p. 4-28, 2002.

QUIJANO, A.; LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais—perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAMOS, P. **Índices de rendimento da agropecuária brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.

REIS, S L. da S.; VALE, R. M. C.; LOBÃO, J. S. B. Identificação de Áreas Degradadas no Oeste da Bahia através de Técnicas de Geoprocessamento. *In: Anais*. XII Encontro de Geógrafos da América Latina. Caminando en una América Latina em transformación. Montevideo: Easy Planners, 2009. v. XII. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Nuevastecnologias/Teledeteccion/12.pdf>. Acesso em: 05 de março 2010.

REIS, S. L. da S. A territorialização do capital globalizado na Nova Fronteira agrícola nacional – MATOPIBA. **Anais**. II Simpósio Baiano de geografia Agrária: entre a teoria e a prática, articulações e resistências. Universidade Federal da Bahia. 2017.

REIS, S. L. da S. **Desenvolvimento e natureza: a dinâmica de ocupação do cerrado e repercussões ambientais na região agroexportadora do oeste baiano**, Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

REIS, S. L. da S; PERTILE, N. O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro. **REVISTA NERA**. Dossiê MATOPIBA. Presidente Prudente, São Paulo. v. 22, n. 47, pp. 64-86, 2019. ISSN: 1806-6755.

REIS, S. L. da S; VALE, R. de M. C. do. **Espaço Rural no oeste baiano e implicações no ambiente natural**. ANAIS. I Simpósio regional de Geografia do Cerrado. Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras: SIREGEO, 2010.

RELPH, E. **As bases fenomenológicas da geografia**. Geografia, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

RENNÓ, C; CÉSAR, C. Reis do agronegócio. **Álbum Estado de Poesia**, Laboratório fantasma, 2015.

RIBEIRO, J. H. O Caminho dos Caipiras: Música de raiz ganha novo tratamento e formações “mais modernas” por intermédio dos músicos da nova geração violeira. **Revista Globo Rural**, São Paulo, n. 351, p. 50-53, jan. 2015.

RIGONATO, V. D. **O modo de vida das populações tradicionais e a inter-relação com o cerrado da microrregião da Chapada dos Veadeiros**: o distrito de Vila Borba. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, 2005.

RIGONATO, V. D.; ALMEIDA, M. G. de; SILVA, M. A. V.; BRITO, E. P. de (org.). **Territórios, identidades e alteridades**. Trilogia Geografias Socioculturais. VOL. I. Ituiutaba: Barlavento, 2021, 341 p.

ROCHA, R. J. de S.; CABRAL, J. P. C. Aspectos Históricos da Questão Agrária no Brasil. **PRODUÇÃO ACADÊMICA**, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2963>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

ROCHA, R. J. de S.; CABRAL, J. P. C. Aspectos Históricos da Questão Agrária no Brasil. **PRODUÇÃO ACADÊMICA**, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016.

ROSA, J. G. **Grande Sertão Veredas**. 8ed Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.

ROSENDO, D. **Ética sensível ao cuidado**: Alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103388>. Acesso em 21 de março de 2021.

ROSENDO, D. **Feminismo no prato**: Questionando opressões em um hábito de todo dia. **MODEFICA**. Disponível em: <https://www.modefica.com.br/feminismo-no-prato-questionando-opressoes-todo-dia/#.X77SR81KhnI>. Acesso 25 de novembro de 2020.

SA, H. A.; MORAIS, L.; CAMPOS, C. S. S. **Que desenvolvimento é esse?** Análise da expansão do agronegócio da soja na área do MATOPIBA a partir de uma perspectiva furtadiana. *In: Anais XXI Congresso Brasileiro de Economia*, 2015, Curitiba - PR.

SAMPAIO JR, P. de A. **Desenvolvimento e Neodesenvolvimentismo**: Tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, Dez. 2012, nº 112, p. 672 – 688. ISSN 0101 – 6628.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. UnB, Brasília, 2015.

SANTOS, A. D. Gomes; SILVA, D. Viturino; MACIEL, K. Nunes. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eptic**, Sergipe, Nº 21, páginas 46 a 61, Janeiro- Abril 2019.

SANTOS, A. P. Sororidade: por que precisamos falar sobre isso? **Politize!** 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sororidade/>. Acesso em: 25mar. 2021.

SANTOS, B. S. **A crítica da Razão Indolente**: contra o desperdício da experiência, v. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, C. C. M. A Economia baiana: possibilidades e Impasses desde 1950. **Humanas: Revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia** - UEFS. Ano 1, n. 1 (jan./jun. 2002) - Feira de Santana, UEFS, 2003. III. p. 7 - 26.

SANTOS, C. C. M. **M repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80**. Salvador: [s.n.], 2000. 232p Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, C. C. M. **O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados da Bahia e do Piauí**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2015.

SANTOS, C. C. M. **Oeste da Bahia**: modernização com (des) articulação econômica e social de uma região. Tese. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, Bahia, 2007. 239p.

SANTOS, C. R.; PINHO, S. A. **Breve Histórico de Ocupação da Bahia em Três Grandes Áreas**. In.: Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002. V. 2. Salvador: SEI, 2001, p. 69 – 79.

SANTOS, J. A. L. O Conceito de Espaço Rural e as Políticas de Governo no Brasil. **Revista Discente Expressões Geográficas**. Florianópolis, Nº07, páginas 95 a 110, jun. de 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Novos Rumos da geografia brasileira**. 2ª. Ed São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

SANTOS, M. O retorno do território. En: **OSAL**: Observatorio Social de América Latina. Año6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. SP: Expressão, Popular, 2007.

SAUER, C.O. **Foreword the historical geography**. Annals of the Association of American Geographers, 31(1), 1941.

SEMCERRADO. **Povos dos cerrados**. Página virtual. 23 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://semcerrado.org.br/povos_doc_errado/povos-do-cerrado/. Acesso em: 18/10/2020.

SERPA, A. **Fenomenologia transcendental como fundamento de uma fenomenologia da paisagem**: Notas sobre um exercício prático de redução fenomenológica/Transcendental phenomenology as basis of a phenomenology of landscape. Geograficidade, v. 6, n. 1, p. 19-30, 2015.

SERPA, A. Milton Santos e a paisagem: parâmetros para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea. **Paisagem e Ambiente**. n. 27, p. 131-138, 2010.

SERPA, A. **Milton Santos e a paisagem**: parâmetros para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea. Paisagem e Ambiente, n. 27, p. 131-138, 2010.

SERPA, A. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim paulista de geografia**, n. 84, p. 7-24, 2006.

SERPA, A. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP**: Espaço e Tempo (Online), n. 33, p. 168-185, 2013.

SERPA, A. **Por uma geografia das representações sociais**. OLAM-Ciência & Tecnologia Rio Claro/SP, Brasil, v. 5, n. 1, p. 220, 2005.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre. **GEOUSP**: Espaço e Tempo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SESCOOPRS. **Sou Agro** - Giovanna Antonelli_60". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=07iJt0kpUsU>. Acesso em 02 jan. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª edição revisada e ampliada de acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.

- SEVERINO, A. J. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. *In*: BIANCHETTI, L e MACHADO, Ana M. Netto (Org.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações, organizadores. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.
- SHIVA, V. La mirada del ecofeminismo. Polis. **Revista Latinoamericana**, n. 9, 2004.
- SHIVA, V. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Gaia, 2003.
- SILVA JUNIOR, R. A. M. **O Sistema Ideológico do Agronegócio**: O poder do discurso e o discurso pelo poder. 2015. 203 f. Tese de Doutorado em Geografia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- SILVA, J.F. G. da; VELHO, O. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**. Estrutura Agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Hucitec, 1982.
- SISTEMA BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO – **SBA**. Disponível em: <<http://www.sba1.com/aovivo>>. Acesso em: 26 out. 2017.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SNCR. Sistema Nacional de Cadastramento Rural**. Estatística de Imóveis Rurais. 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/estatisticas-de-imoveis-rurais.html>. Acesso em: 15 de março de 2020.
- SOARES, H. **Morcegos Metálicos**. Música. Ano desconhecido.
- SOUZA, G.V. A de; SILVA, L.R. Agronegócio e dependência: uma perspectiva de análise sobre a região do MATOPIBA. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 72, p. 149-168, 2019.
- SOUZA, M. A. **América Latina**: Território, Integração e Liberdade. O futuro como possibilidade. **IBEROGRAFIAS**, v. 10, p. 11-20, 2014.
- SOUZA, M. A.; SOUZA, E. A. TERRITORIALIDADES FEMININAS NOS TERRITÓRIOS CERRADEIROS. **REVISTA EQUADOR**, v. 9, n. 1, p. 79-96, 2020.
- STARTAGRO**. POR QUE A GLOBO CRIOU A CAMPANHA “AGRO É TECH, AGRO É POP”. Portal Start Agro. 05 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/>
- SUESS, R. C.; BEZERRA, R.G. **O Espaço do Cerrado Contado por meio de Versos, Estrofes e Rimas**: uma leitura realizada por meio da perspectiva do lugar. *Geo UERJ*, n. 26, p. 329-350, 2015.

SVAMPA, M.. **Feminismos delSur y ecofeminismo**. Nueva Sociedad, n. 256, p. 127-131, mar./abr., 2015.

TAUNAY, C. A. **Manual do agricultor brasileiro, obra indispensável a todo senhor de engenho**. Rio de Janeiro, Typ. J. Villeneuve & Comp, v. 2, 1839.

TAVARES, M.J.de C.S. **Produção em telejornalismo rural: um estudo de caso do programa Globo Rural**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de Marília, Marília, SP, 2008.

TAYLOR, G. In: Marsh, David e Stoker, Gerry. **Theory and Methods in Political Science**. Nove lorque: St. Martin's Press, 1995.

TECMUNDO. **O que é Podcast?** Por Alana Schmidt. 29 de dez 2008. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/1252-o-que-e-podcast-htm>. Acesso em: 24 de abril de 2021

TOLEDO, P. T. da C. **Contra-hegemonia e mídias sociais: um estudo de caso da campanha “Primavera Carioca”**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

TOLEDO, V. Campanha do agronegócio causa polêmica ao tentar ‘valorizar’ imagem do setor. **REDE BRASIL ATUAL**. 17 ago. 2011. . Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/08/campanha-de-empresas-de-agronegocio-levanta-polemica-ao-tentar-valorizar-imagem-do-setor/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

TOLIPAN, H. Gustavo Lima é “Embaixador do Agronegócio”, cuja safra de soja, na pandemia, se aproxima ao nível histórico. **PORTAL IG**. 19/10/2020. Disponível em: <https://heloisatolipan.com.br/musica/gusttavo-lima-e-embaixador-do-agronegocio-cuja-safra-de-soja-na-pandemia-se-aproxima-ao-nivel-historico/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

VAZ, C. B. N. **Os Sertões Pelos Sertanejos: Identidade, Representação e a Regionalização nos Territórios de Identidade Sertão Produtivo e Sertão do São Francisco**. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

VEIGA, J. E. da. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 6ª Ed., 1985.

VENTURI, L. A. B. **Oriente Médio: o compartilhamento e a tecnologia revertendo a perspectiva de escassez hídrica e conflitos**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VIDAL, G. e GUILLÉN, R. A.(orgs.). **Repensar la teoria del desarrollo en un contexto de globalización** (homenaje a Celso Furtado). Buenos Aires: Clacso, 2008

VIEIRA, F. Santander: **Chama que se alastra pela publicidade**, 2019. Disponível em: <http://marcas.meioemensagem.com.br/santander/> Acesso em 20 de jan. de 2020.

VILLAS BÔAS, R. L. Novo ciclo de modernização conservadora: Indústria cultural e reconfiguração da Hegemonia. **REBELA**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 152-179, fev. 2012.

VILLAS BÔAS, R. L. **Propaganda ideológica nas telenovelas da Rede Globo**. [S.L: s.n.], 2008. Mimeo.

VILLAS BÔAS, R. Litvin. **Novo ciclo de modernização conservadora**: Indústria cultural e reconfiguração da Hegemonia. Florianópolis: REBELA, v. 1, n. 3, fev. 2012.

WARREN, K. **Ecofeminist Philosophy**: A Western Perspective on What It Is and Why It Matters. Rowman & Little field Publishers, 2000.

XAVIER, G. L. MATOPIBA: a ocupação da nova fronteira agrícola nos quadros do padrão exportador de especialização produtiva. **Confins**. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 39, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/17590>. Acesso em: 07 de abr. de 2020.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2014. 395 p.

APÊNDICE A - ESCRITOS DE CAMPO

Na rodoviária de Salvador pego o ônibus Novo Horizonte linha Salvador - Posto do Rosário. Foram 16h de viagem até Santa Maria da Vitória, oeste da Bahia.

No caminho a conversa foi pouca, porém, significativa. A representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que me deu apoio na viagem, foi me falando um pouco sobre a vida de quem mora nos Gerais. A forma de lidar com o alimento e com o gado. O sistema de fecho de pasto promove aos criadores uma segurança na alimentação do seu gado, que se configura como uma poupança, fonte certa de renda.

O tempo passa, o cansaço vem chegando e com ele a vontade de chegar logo... a noite não tranquila no desconforto da poltrona não me deixou relaxar. Às 6h da manhã o sol revela a beleza da paisagem pela janela do ônibus. Apesar do período seco, com a paisagem de cor amarronzada, a beleza é intensa. Árvores grandiosas em meio a relva se impõem com maestria. O sol forte e quente já pela manhã indica como serão os demais, pouca chuva e muito calor.

Na parada para um breve café numa lanchonete à beira de estrada, ouço um diálogo interessante:

- **Tem água no banheiro não! Tá esses dias todos sem água!**
- **É, quero ver se na casa do prefeito também não tem** (risos frouxos se distanciam)

Essa pequena conversa demonstra a insatisfação histórica de um povo que se cansou de ser vítima e questiona de pronto as desigualdades que lhes são impostas.

Durante conversa com a agente de CPT fiquei sabendo da luta pela conscientização dos agricultores em relação à importância da preservação ambiental, em muitos casos, a luta se dá pelo direito de uso do pasto para o gado e não necessariamente pela preservação do cerrado.

Ela relatou que em **“Correntina o povo é mais politizado e por conta disso, luta agora mais pela água, porque sabe que sem água, não tem nem gado, nem alimento”**.

Visitas missionárias - Comunidades: Gatos, Laranjinha, Bonito, Molho e Brumado

Chegamos na comunidade de Gatos (360 anos) por volta das 13h e de lá fomos para outras comunidades para fazermos chamada de casa em casa para a reunião que seria feita logo mais à noite.

Durante o caminho conversei sobre os principais aspectos de mudanças ocasionados pelo agronegócio. Muitas foram as falas sobre a impossibilidade de produção de alimentos por falta d'água. As pessoas apesar de estarem desconfiadas pela presença de alguém estranho, ganharam confiança devido à missão acompanhada pela igreja católica em nome da Romaria do Cerrado.

Neste sentido, todos atenderam com atenção e vontade de ajudar.

Os lotes pequenos, demonstraram pela paisagem um solo já escasso, sem vida, a vegetação seca e de porte menor que a de costume. Vários córregos secos e riachos com baixo volume, denunciam a situação triste da realidade.

A última casa a ser visitada era a da família que conduziria a comunidade até para colégio onde tudo ocorreria. Lá chegando a recepção já indicava a vontade e alegria em lutar por uma causa coletiva.

Carro de boi na porta, algumas plantas no terreiro seco e nos rostos as marcas do tempo e dos sorrisos.

Na conversa no batente de casa, antes do início da reunião, as conversas já antecipavam as angústias e preocupações. A chuva que não vem é **“o povo lá de cima que desmata os gerais”**, **“agora a gente precisa comprar na rua o que plantava nos cultivos”**.

Eram 8 pessoas na sala e ao mesmo tempo falavam nomes de diversos riachos, regos e nascentes que haviam secado e todos se perguntando o que fazer já que o “prefeito faz isso com nós”?

Entre uma xícara de café e biscoito de polvilho, perguntei sobre as formas de mudanças que ocorreram nos anos e o mais velho já foi relatando que conhecia todo o gerais do norte ao sul e que **“era uma beleza, uma fartura de terra e água, quem ia se preocupar?”** Mas aí ouviram dizer de **“um pessoal bem de vida e esperto, que estavam fazendo estudo pra ocupar os gerais e desde então tudo mudou”**. Mudou principalmente a disponibilidade hídrica, percebiam ano a ano os níveis dos rios baixarem impossibilitando a criação e a produção.

“Ninguém se deu conta do que ia acontecer... mataram nossos rios..” Lágrimas nos olhos do senhor mais velho.

Chegou a hora da reunião e fomos para o prédio da escola. Era apenas um vão com algumas cadeiras quase inutilizáveis, um quadro e uns cartazes rasgados com desenhos sobre os modos de vida locais. Nestes, continham desenhos de pessoas trabalhando na roça, plantando mandioca e depois fazendo farinha, em outros registros de fazer rapaduras. Janelas quebradas, não havia banheiro, apenas uma lâmpada dentro da sala. Do lado de fora todos com lanternas para clarear a escuridão.

Todos entraram e sentaram-se espontaneamente separados, homens de um lado, mulheres e crianças do outro.

Iniciamos a conversa perguntando o que era o cerrado e as águas para cada um deles:

“É a nossa vida” disse o senhor no fundo da sala. **“O cerrado é lá em cima”** disse outro.

As mulheres caladas só gesticulavam com a cabeça e sussurravam algumas palavras.

Os homens continuaram a relatar suas expectativas na conversa e suas observações no ambiente natural.

Na fala de todos, a redução do fluxo de água apareceu com frequência, mas não sabiam explicar os reais motivos, apenas sabiam que eram **“as firmas nos gerais”**.

Alguns representantes de movimentos sociais estavam presentes (Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB) e estes se mostravam com uma visão mais crítica da realidade, inclusive ressaltando o papel e responsabilidade também deles (os pequenos) na degradação e preservação das águas e do cerrado.

Com muita insistência, apenas uma mulher falou e na perspectiva dela **“foi o agronegócio que abalou a região, depois que eles chegaram, acabou nossa paz”**.

Durante a conversa, ficou perceptível a existência de dois cerrados: o de cima - os gerais, o planalto e o cerrado de baixo, os de cultivo, dos vales; é como se houvesse uma divisão clara na forma de lidar com o espaço: os gerais é para a criação e os vales para o plantio, mas existe uma complementaridade entre estes espaços, pois a questão da tradição se coloca à frente nos gerais, onde o gado é solto para pastar e onde os frutos eram coletados, onde os materiais para o artesanato era extraído.

E o estranhamento é claro, não se sabe quem são os donos “de cima”; sabem que pertencem a grupos como a Globo, alguns da Nova Zelândia, da Holanda... Dentre as falas, a ação e papel do Estado apareceu como defensor destes “grandes”. Disse um dos homens presentes: **“o Estado concede as outorgas a esse povo de fora e nós que nascemos na beira no rio, agora não podemos usar”**.

A redução da produção de alimentos foi relatada por todos os presentes e ainda informaram que a situação se expandia para os demais municípios, pois tinham parentes e amigos que compartilhavam das mesmas preocupações.

Chegando ao final da reunião que durou quase duas horas, vieram palavras de agradecimento e solicitação de ajuda para saber o que fazer para resistir ainda mais.

Eu e a Professora que estava comigo esclarecemos e indicamos alguns caminhos ressaltando a importância da luta coletiva e do não silenciamento, assim como ressaltamos a obrigação moral de cuidar e preservar o ambiente em que vive para poder cobrar reais mudanças dos demais agentes espaciais.

Findamos a reunião e retornamos para a Comunidade de Gatos para passar a noite. No outro dia às 5:30h saímos para as Comunidades Aldeia e Boca Negra que são duas antigas comunidades também.

Lá chegando nos reunimos na Igreja para à reunião. Novamente mulheres e homens separados, porém, agora, as falas foram mistas. Estavam presentes 23 pessoas das duas comunidades, as quais foram relatando suas dificuldades agora com à seca dos rios.

Dentre os presentes o Sr. Aldo, muito prosador, nos fez um apanhado histórico dos gerais, de seus bisavós e antigos. Ele nos contou que tem um inventário de 360 anos sobre os povos do Oeste e que fez isso ao longo de seus quase 70 anos porque quer ser lembrado como **“aquele que não deixou o cerrado morrer”**. E ao longo do seu relato, à fala convergia com as da reunião da noite anterior.

A partir dos anos 1960 tudo foi mudando, mas nos últimos 20 anos piorou bastante porque os rios estão secando e não conseguem mais produzir os alimentos para consumo nem para venda. **“Agora só nos resta à mandioca e à cana de açúcar”**.

Da mandioca fazem de um tudo: farinha, tapioca, biscoitos, bolos e vendem. Da cana fazem o melado, a rapadura e cachaça para comercializarem.

Ainda existem aqueles que produzem nos quintais algumas hortaliças, verduras e frutas. A piscicultura também se faz presente, mesmo que em baixa quantidade por conta da redução da água.

Os relatos corroboravam os já escutados anteriormente e à solicitação de ajuda foi intensa nesta comunidade. Ajuda para entender os mecanismos de dispensa ou solicitação de outorga.

“Eu não tenho que pagar por algo que Deus me deixou de graça”.

TARDE - Socialização das visitas nas comunidades.

Visita à feira livre

Às 06h da manhã, estávamos nós na feira livre da cidade para panfletar sobre à Romaria e apresentar à exposição fotográfica sobre a cultura local.

Durante a entrega dos folhetos conversei com produtores de outras localidades que estavam comercializando ali e as falas se repetiram: não conseguem mais produzir o que antes plantavam: feijão, milho, arroz, banana e outros. Agora compram das grandes empresas e comercializam as frações menores na feira. A maioria não via perigo, nem medo nesta situação, pelo contrário, diziam estar agradecidos por terem onde comprar. Uma verdadeira falta de senso crítico da sua realidade.

Observando a saca de grãos, lá estavam as estampas da Bunge e outras... (ver nas fotos).

Ainda falaram que tentavam plantar as sementes compradas, mas não nasciam (transgenia e hibridez).

Dia em Correntina - BA

Levanto às 5h da manhã para pegar um transporte que me levasse até Correntina para de lá ir até à Escola Família Agrícola Padre André onde ajudarei nas atividades do dia e à noite ministrarei um curso de extensão sobre o Cerrado.

Chegando ao ponto de ônibus algumas pessoas já estavam à espera. Do outro lado da rua já se formava uma enorme fila em frente ao supermercado para sacar dinheiro, já que o banco foi destruído há meses por bandidos.

Um rapaz do meu lado puxou conversa e fomos falando sobre o Cerrado. Ele, também pequeno produtor da zona rural, foi relatando as atuais dificuldades para se manter no campo, destacando a falta de chuva e a seca dos rios.

Vai chegando o horário de partida (6h), então me dirijo à padaria para um café, lá escuto conversas do mesmo gênero sobre a seca e baixa de produção no campo.

Pego o transporte e ao longo do caminho vejo uma paisagem ardente, sol forte e riachos secos. Há plantações de hortaliças ao longo das margens dos rios ainda existentes. A mata ciliar foi substituída por pequenas plantações, principalmente hortaliças e verduras.

Com ouvidos atentos presto atenção aos diálogos entre os demais passageiros e o tema é o mesmo: **“uma tristeza ver nosso Cerrado se acabar. Deus não manda chuva...”**

Chego à cidade e me dirijo à praça onde pegarei outro transporte para EFA. Na mesma praça jovens vão chegando com suas malas e cumprimentando uns aos outros. Chega à hora da partida e vamos todos juntos pela estrada de chão por 40 minutos até chegar à EFA. Lá chegando me apresentei aos professores, monitores e funcionários e logo fomos até uma das salas para fazer a acolhida do novo período de estudos que se iniciava.

Cartazes, bandeiras e outros diversos símbolos estavam espalhados pelo chão da sala. Nós sentados em círculo fomos nos apresentando e a professora fez a retomada das atividades.

Observei que a maioria dos alunos era do sexo masculino e tinham idade entre 17 e 23 anos. Formando-se em técnicos de agropecuária, as vontades explicitadas por eles eram de ajudar às famílias a melhorarem de vida.

Após a acolhida, todos se distribuíram para as atividades já pré-definidas (cuidar da horta, regar a grama, cuidar da cozinha, etc.).

Pela tarde outras duas professoras chegaram para organizar as atividades que eles realizariam na Romaria do Cerrado: uma dramatização com a canção “Morcegos metálicos”. Como observadora e participante deste momento, percebi pouco conhecimento dos alunos em relação a importância da luta levantada pela Romaria. Percebi, no olhar meio que desesperançoso, que a luta era grande demais para eles. Neste momento me senti triste e preocupada, porque compreendo as barreiras históricas que estes povos sofrem para se manterem como camponeses.

Bem, peça montada e ensaiada.

Já chegando à noite, todos foram se alimentar e logo depois retornaram para minha atividade com eles.

Preparei, à pedido de uma das monitoras, um material contendo informações técnicas sobre o Domínio morfoclimático do Cerrado e também informações sobre minha pesquisa. Não sei se por cansaço ou desinteresse, houve pouca participação durante minha explanação. Apenas ao final alguns falaram sobre a veracidade da redução na produção de alimentos por suas famílias: **“Agora à gente como só os que eles produzem”**; **“nem dá pra escolher muito”**.

Minha intervenção direta na EFA foi concluída às 23h e ainda continuamos noite adentro confeccionando os figurinos da apresentação da manhã seguinte.

11/09/2018 - Dia da Romaria do Cerrado

Acordamos às 5h, banho e café tomados, pegamos a estrada para Jaborandi. Vieram pessoas de outras regiões para pegar carona no ônibus e o caminho foi regado às canções do Cerrado e os hinos da EFA e da Romaria.

Chegamos em Jaborandi e percebi à grande mobilização da cidade em direção à beira do rio Formoso onde teve início à Romaria.

Faixas, cartazes, placas, fotos denunciavam às agressões ao Cerrado e suas águas, porém o mais marcante de se observar foram as cruces que anunciavam a morte dos rios, eram dezenas de diferentes comunidades.

Foi impressionante e triste ver nos olhos daquelas pessoas à tristeza e angústia de verem suas águas secarem.

Ao longo da caminhada fui conversando com pessoas de outras localidades e elas afirmavam tudo que foi dito pelas comunidades visitadas.

A caminhada teve algumas paradas para reflexão do modelo destruidor **“agroterrorismo”**, como eles afirmavam o tempo todo.

A primeira parada foi no ponto das lavadeiras. Lugar de resistência das mulheres que lavavam suas roupas há séculos no mesmo espaço. As tábuas na beira do rio perpassam seus 60 anos, porque outras foram quebradas.

Várias senhoras derramavam suas vasilhas com águas de suas comunidades no rio Formoso, num sinal de **gole d'água ao rio sedento**. Rezavam e choravam. Uma cena tocante.

A caminhada foi tomando as ruas e chamando atenção dos que estavam nos estabelecimentos comerciais.

Num dos momentos que procurei abrigo na sombra, escutei o diálogo de dois homens sobre o tema da Romaria. Um dizia que o agronegócio era bom porque gerava dinheiro, renda para o município e o outro logo rebateu: **“pra quê dinheiro, sem vida?”**. **“Você não vê**

que o dinheiro não é pra gente?” Percebi o choque de pensamentos neste pequeno fragmento de conversa. Há que se pensar para além do capital.

Chegando a Romaria na Igreja, todos adentram para celebrar a missa que será presidida pelo bispo da diocese. Este fato é importante, pois pelas conversas, o bispo tem papel relevante na mobilização social e política na sua diocese.

“O bispo disse as palavras de ordem: sem Cerrado, sem água, sem vida! Isso é um bom sinal” disse uma das coordenadoras da Romaria ao meu lado.

Toda celebração foi conduzida a pensar na força do coletivo no enfrentamento dos que pensam apenas no lucro. À fé das pessoas ganha força e ação quando são apoiadas por seus líderes religiosos, isso foi perceptível.

Finalizando a celebração foi lida a Carta da 5ª Romaria do Cerrado, em tom de denúncia e cobrança, pelo bem viver dos povos dos Cerrados.

Os símbolos de luta (cruzes) ficaram ao pé do altar como símbolos de esperança em dias melhores.

Ao findar a celebração e as pessoas se dispersarem e voltarem para suas casas, eu também me retiro em retorno à Salvador, com uma sensação estranha, um misto de satisfação e dever cumprido com o de revolta e indignação por ver de perto a ação devastadora do modelo de desenvolvimento brasileiro para os Cerrados.